

**Fundação Oswaldo Cruz**  
**Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)**

**CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 14/2024**  
**15 de agosto de 2024**



**Publicação Digital**

**Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ**  
**Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2024**



## SUMÁRIO

---

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

### **Sistema Nações Unidas**

12 - Uma volta olímpica - *Adhemar Bahadian*

14 - Patógenos que vêm e vão: Mpx novamente uma ESPII? - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

19 - Enfoque “Uma só saúde” (*One Health*): análise crítica e debate sobre inclusão no acordo sobre pandemias - Nota Técnica N° 4 do GT Fiocruz-USP - *Deisy Ventura, Vitória Ramos, Eduardo Hage Carmo, Luiz Augusto Galvão, Leandro Viegas, Pedro Villardi, Isabela Licata Serra, Luana Bermudez, Paula Reges e Paulo Buss*

41 - Plano de Ação Pan-Africano para a Mobilidade Ativa: Um Caminho para Cidades mais Seguras e Sustentáveis - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

47 - Com o discurso de um futuro equitativo para todos, ONU e OIT se unem para tentar reduzir a enorme distância que ainda separa regiões, países e pessoas no mundo da Inteligência Artificial (IA) - *René Mendes*

65 - Saúde dos Migrantes nas América, pelo olhar da OPAS - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

71 - A participação feminina no mercado de trabalho e a disponibilidade de creches públicas e os Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe - *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

77 - Como acelerar a ação climática a partir dos sistemas alimentares: Recomendações e desafios - *Eduardo Nilson e Denise Oliveira e Silva*

99 - Informe UNESCO: educação, ciência e cultura - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Heliton Barros e Vitor Rodrigues*

105 - BID e FMI Juntos para Aumentar a Eficiência de Respostas da América Latina e do Caribe às Mudanças Climáticas - *Isis Pillar Cazumbá*

108 - Desafios Comerciais e Economia Digital - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

### **Movimentos sociais globais e saúde**

112 - O Papel das Organizações da Sociedade Civil no enfrentamento das desigualdades e a importância da soberania dos povos indígenas na proteção do planeta - *Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Diana Zeballos, Renan Amaral Oliveira, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio, Matheus dos Santos da Silveira e Luis Eugênio de Souza*

124 - O Culto ao Crescimento precisa acabar - *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

## **Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países**

- 131 - Destaques do Sul Global - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*
- 140 - Lidar com desafios da poli crise demanda financiamento adequado e ação coletiva do G20. G7 aposta na inteligência artificial para promover o desenvolvimento sustentável. OCDE discute resiliência climática na infraestrutura - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*
- 148 - A Cúpula Global de Preparação para Pandemias (GPPS) 2024 - *Claudia Hoirsch*
- 153 - A crise crônica da política latino-americana: eleições e suas repercussões - *Sebastian Tobar, Samia de Brito, e Miryam Minayo*
- 159 - A América não pode ser a primeira se continuar África em último lugar - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 181 - União Europeia: nova gestão, novas prioridades - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 185 - Risco de surto de pólio na Faixa de Gaza - *Lúcia Marques*
- 193 - Jovens de todos os partidos consideram saúde central nas eleições nos EUA - *Guto Galvão*

Autores deste fascículo - 195

\*\*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 198

\*\*\*Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 199

## CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

### Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 14/2024 – 1º. a 14 de agosto de 2024

#### **Apresentação**

O verão do hemisfério norte, com férias generalizadas, reduz substancialmente as atividades políticas do sistema das Nações Unidas, assim como das organizações plurilaterais. Não é capaz, entretanto, de conter os processos sociais ou sanitários em curso. É o caso do *mpox*, doença que a OMS decretou, em 14 de agosto como *emergência de saúde internacional*. Diante de avanço em países africanos e a identificação de uma nova cepa do vírus, mais letal e infectiva, o diretor-geral da OMS decidiu instaurar para a enfermidade, no dia 14 de agosto, o nível mais alto de alerta da organização, seguindo as orientações de uma Comissão de especialistas especialmente convocada para tratar do tema.

A *febre oropuche* certamente está longe de se transformar num caso semelhante à *mpox*, mas preocupa pelo espalhamento a Estados do Brasil fora da região amazônica, onde era endêmica, e pela ocorrência de mortes, que eram raras. A OPAS emitiu alerta epidemiológico sobre a enfermidade, que precisamos acompanhar com grande atenção.

A crise diplomática se acentua entre países da América do Sul e Central, em parte por atritos e divergências relativa às eleições da Venezuela, em parte pelo aprofundamento de diferenças ideológicas e políticas. Caso do Brasil e Nicarágua, que expulsou a diplomata brasileira que não teria comparecido às festividades relativas à revolução sandinista e, por reciprocidade, a expulsão da diplomata nicaraguense no Brasil. Uma lástima, pois condena a uma amplificação da fragilidade política da região diante do mundo, quando se esperava exatamente o oposto com a ascensão de Lula ao poder em 2023. É gritante a inação da CELAC, sob a presidência de Honduras.

Uma agradável surpresa foi a recente condenação do Google pelo seu monopólio de buscas pela internet, veredicto conduzido por o juiz federal de Washington, Amit Mehta, baseado na legislação antitruste dos Estados Unidos. O pagamento de 26 bilhões de dólares feito pela Google à fabricantes de celular – como Apple, Samsung, Motorola e outras empresas – para que seu mecanismo de buscas fosse utilizado nos aparelhos dessas empresas foi o motivo que levou o Departamento de Justiça movesse a ação contra a Google. Na esteira da condenação da Google, vêm processos similares contra a Amazon, a Apple e a Meta, entre outras multinacionais monopólicas nos respectivos segmentos de mercado.

#### ***Eleições, ainda...***

Nos **Estados Unidos da América**, a fulgurante ascensão de *Kamala Harris* como candidata do Partido Democrata à Casa Branca consolida-se a cada dia que passa, trazendo alívio para muitos governos e atores políticos globais, embora persistam dúvidas quanto à suas posições, tanto sobre os conflitos armados no mundo - particularmente quanto à guerra da Ucrânia e os massacres israelenses em Gaza - quanto sobre qual será exatamente sua política migratória, com consequências diretas para a América Latina e Caribe. Como já fizemos menção em comentários em fascículos anteriores dos Cadernos, tudo indica que o tema da saúde terá espaço importante na agenda das campanhas eleitorais, embora os temas mais visíveis até aqui ainda sejam, por exemplo, migrações e aborto.

Na **Venezuela**, a crise está instalada, com fracassos, até aqui, das mediações tentadas pelo Brasil, junto com Colômbia e México que, ao que tudo indica, começa a se afastar do processo, segundo se pode depreender de declarações recentes da presidenta eleita, Claudia Scheinbaum. A repressão das forças policiais se aprofundou contra protestos oposicionistas no país e a oposição declara que tomará posse em 10 de janeiro de 2025. Surgem ameaças concretas de novas ondas de emigração da Venezuela para países vizinhos, particularmente Brasil e Colômbia. Ambos os países certamente terão que rever seus sistemas de saúde, que passarão a ter pressões extras nos estados fronteiriços.

No **Uruguai**, as últimas pesquisas de opinião mostram que o partido de centro-esquerda Frente Ampla tem vantagens sobre a coalizão de direita que governa o país. Resultados parciais mostram que Yamandú Orsi venceria as eleições, se fossem hoje, sobre o candidato conservador Álvaro Delgado. A eleição geral está marcada para 27 de outubro, com um provável segundo turno a se realizar em novembro.

No desdobramento das eleições para a **Europa**, as orientações estratégicas apresentadas pela recém reeleita presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen são comentadas por nossa analista Ana Helena Freire. Das sete diretrizes apresentadas, destacam-se a 'defesa' e a 'migração' como os temas centrais da Europa nos próximos 5 anos, permeando o conjunto de políticas.

### **As guerras**

A temida ampliação da guerra no **Oriente Médio**, agora envolvendo *Israel* e o *Irã*, segue seu caminho para uma assustadora conflagração regional, com intervenção de atores internacionais de relevo, alguns procurando pacificar os ânimos, outros fomentando a guerra. O ataque aéreo de Israel a uma escola no norte da Faixa de Gaza no dia 9 de agosto deixou pelo menos uma centena de inocentes mortos. O repúdio internacional foi quase unânime, mas muitos dos que 'lamentaram' o ocorrido foram aqueles que imediatamente reforçaram o poderio bélico israelense.

Na guerra europeia, a **Ucrânia** passou a avançar sobre territórios russos, levando a grandes contingentes populacionais serem deslocados de suas casas e campos. Putin ameaça retaliar, o que significa mais atrocidades de parte a parte, mais investimentos na OTAN, e menos recursos para o desenvolvimento, como temos denunciado em fascículos anteriores dos Cadernos.

Também repetimos aqui o que afirmamos nos Cadernos 12 e 13: continuam os apelos sem respostas às *guerras invisíveis*, incluindo as imensas crises humanitárias no **Sudão do Sul** e no **Haiti**. Impressionante como as Nações Unidas e as organizações plurilaterais das respectivas regiões têm fracassado na cessação destas guerras e na implementação da paz ou, pelo menos, de espaços efetivos de negociação nestes conflitos.

### **O mundo**

O **embaixador Adhemar Bahadrian**, com sua reconhecida experiência internacional, brinda os leitores do Cadernos com argumentos que demarcam 2024 como linha divisória entre a retomada de uma civilização efetivamente progressista e a barbárie. Com alusões à Olimpíada de Paris, recém-encerrada, debruça-se sobre argumentos de Stiglitz sobre o neoliberalismo e as decisivas eleições dos Estados Unidos no próximo novembro.

Na **Organização Mundial da Saúde**, o *R&D Blueprint for Epidemics* tem por objetivo acelerar o desenvolvimento de medidas médicas para *doenças com potencial pandêmico*, visando prevenir Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). **Reges, Bermudez e Galvão** informam que foi recentemente lançada a *nova estratégia de priorização de patógenos* como mecanismo para desenvolvimento hábil de pesquisa e desenvolvimento em diferentes vertentes, necessários à prontidão de resposta em contextos epidêmicos e pandêmico. O documento descreve as descobertas de um processo global de priorização de patógenos envolvendo mais de 200 cientistas de mais de 50 países que avaliaram as evidências relacionadas a 28 famílias virais e um grupo central de bactérias, abrangendo 1.652 patógenos. Este processo enfatizou a natureza imperativa dos esforços colaborativos para atingir a resiliência global contra epidemias e pandemias. A Fiocruz terá papel central nesse processo, liderando pesquisas sobre Flavivírus. E neste *cenário de emergência de saúde pública*, o agravamento da **mpox**, especialmente na África, onde uma *nova variante do vírus monkeypox (clado 1b)* tem causado um aumento de casos e mortes, preocupa e deve voltar a mobilizar maiores esforços para uma resposta mais equitativa. O que não era visto desde 2022, quando a mpox havia já sido declarada uma ESPII. No dia 14 de agosto, enquanto fechávamos a edição deste Caderno 14, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, seguindo a recomendação do Comitê de Emergência por ele convocado, decidiu declarar que *o avanço da mpox constitui uma emergência de saúde pública de importância internacional (ESPII)*, o nível mais alto de alerta da organização.

Os autores também chamam a atenção para a *Consulta com a comunidade global de saúde sobre o Plano de Ação Global sobre Mudança Climática e Saúde*, que vai se realizar online no dia 20 de agosto próximo, de 14:00 – 15:30 Horário UTC (9 - 10:30, hora de Brasília). Inscrições para participar: <https://extranet.who.int/dataformv3/index.php/984572?lang=en>

Reproduzimos neste Caderno a importante **Nota Técnica nº 4**, elaborada pelo **Grupo de Trabalho FIOCRUZ-USP** sobre *Uma só Saúde* ou *Saúde Única (One Health)*, fruto de uma demanda da Internacional dos Serviços Públicos (ISP), como subsídio ao debate relativo ao acordo sobre pandemias. A nota busca esclarecer o que é o enfoque “Uma só saúde” ou “Saúde Única”, compreender criticamente sua escassa implementação prática e identificar as razões do dissenso sobre sua inclusão no novo tratado, em discussão na OMS.

Por outro lado, no dia seguinte à declaração de uma nova emergência de saúde pública internacional pela OMS, o **Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)**, parceria entre a **Universidade de São Paulo e a Fundação Oswaldo Cruz**, lança sua **quinta nota técnica** para apresentar *as emendas ao RSI* que foram adotadas, em junho de 2024, pela 77a. Assembleia Mundial da Saúde. A nota também avalia as implicações desta reforma para o Brasil, em particular as medidas necessárias para sua implementação. Ao final, apresenta recomendações para que o Brasil construa um enfoque autônomo das emergências de saúde, à altura dos princípios do SUS e de suas potencialidades, e em contraponto aos enfoques biomédico e securitário patrocinados pelos países ricos. Acesso: <https://saudeglobal.org/atualidades/resposta-as-emergencias-de-saude-gt-usp-fiocruz-lanca-nota-tecnica-sobre-as-emendas-ao-regulamento-sanitario-internacional/>. No fascículo 15 destes Cadernos vamos reproduzir na íntegra a **Nota Técnica nº 5 do GT**.

O *Plano de Ação Pan-Africano para a Mobilidade Ativa (PAAPAM)* é uma iniciativa liderada pelo **PNUMA e ONU-Habitat**, que visa promover a segurança, saúde e conforto para pedestres e ciclistas em toda a África. O relatório *"Andar e Pedalar na África"* revela a necessidade urgente de infraestrutura segura e políticas que priorizem modos de transporte

sustentáveis. Com mais de um bilhão de africanos caminhando ou pedalando diariamente, a transição para uma mobilidade ativa não só melhora a saúde pública e reduz acidentes, mas também contribui para mitigar as mudanças climáticas e promover a equidade social. Através de investimentos estratégicos e políticas inclusivas, o PAAPAM busca criar redes de transporte mais seguras e resilientes, beneficiando especialmente os grupos vulneráveis. Este é o tema compartilhado na **área de saúde e ambiente** por nossos analistas **Magalhães e Galvão**.

Informa-nos **René Mendes** que, em 25 de julho, de forma articulada e sincrônica, o Secretário-Geral da **Organização das Nações Unidas (ONU)**, António Guterres, e o Diretor Geral da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, Gilbert F. Houngbo, fizeram pronunciamentos extremamente emblemáticos – quase dramáticos - a respeito da importância do aumento do aquecimento global e como o aumento da temperatura climática impacta a vida e saúde das pessoas, em especial, dos trabalhadores e trabalhadoras em ambientes abertos, mas, também, em ambientes de trabalho fechados, em decorrência da sobreposição danosa de condições ambientais ‘externas’ e ‘internas’. No que se refere à questão da proteção dos trabalhadores, o Diretor Geral anunciou o lançamento do robusto Relatório Técnico *Calor no trabalho: implicações para a saúde e segurança*, que partiu da constatação de que cada vez mais trabalhadores perdem a batalha contra o estresse térmico. “O estresse térmico é um assassino invisível e silencioso que pode causar rapidamente acidentes, doenças, insolação ou até morte. Com o tempo, também pode causar graves problemas cardíacos, pulmonares e renais aos trabalhadores”, destaca o documento. O Autor faz também uma síntese do relatório técnico elaborado pela OIT, e lançado no dia 25 de julho, destacando a relevância e urgência deste assunto.

A publicação “*Notas sobre a População*” da **CEPAL** reúne oito artigos que abordam temas diversos, todos de grande relevância para a compreensão do desenvolvimento populacional, seus comportamentos e tendências demográficas, além da formulação de políticas públicas relacionadas. Entre os temas discutidos, destaca-se um artigo que examina a **participação das mulheres no mercado de trabalho e a disponibilidade de creches públicas para seus filhos no Brasil**. Na América Latina e no Caribe, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas tem sido crucial para a elevação da renda familiar e a diminuição da pobreza. No entanto, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas, com a escassez de creches públicas sendo uma das principais limitações. Além disso, **Massari, Santos e Gomes** incluem uma análise de um artigo publicado na revista *The Lancet* em agosto de 2024, que explora o *papel dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe* como uma estratégia eficaz para promover uma alimentação saudável e sustentável para todos.

Neste informe, o **Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** explora os **Situation Reports sobre saúde de imigrantes**, elaborados pela **OPAS** durante 2024, dando destaque para as ações da Organização no *Brasil, Panamá, Honduras e República Dominicana*. Relata as dificuldades de acesso à saúde por parte dos migrantes, comenta sobre estatísticas da saúde e relata os maiores gargalos.

**Nilson e Oliveira** apresentam e discutem neste Caderno uma nova ferramenta elaborada pelo WWF em conjunto com parceiros internacionais para apoiar os países no alinhamento das políticas de enfrentamento das mudanças climáticas, a partir da transformação dos sistemas alimentares. Enquanto os sistemas alimentares hegemônicos figuram entre as principais causas da crise climática, sua transformação para modelos mais saudáveis,

sustentáveis, inclusivos e resilientes concentra alternativas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

A **UNESCO** apresentou um estudo recente que traz dados, tendências e tipologia das ameaças sobre a *segurança dos pesquisadores científicos*, destacando a prevalência, os tipos e as consequências dessas ameaças. Nossos analistas **Gaspar, Sanglard, Barros e Rodrigues** trazem também as decisões tomadas pelo *Comité Memória do Mundo* em sua 46ª reunião, ocorrida em julho último, indicando os novos sítios inscritos como Memória do Mundo. Chama a atenção para o número de espaços na África subsaariana – território que será objeto de um evento da UNESCO, em fins de setembro próximo.

Avaliação da **OMC** destaca que a Organização é crucial para manter o papel do comércio no apoio ao crescimento e desenvolvimento, ajudando a enfrentar os desafios emergentes. O Prêmio Global da **OMPI** 2024 reconheceu nove PMEs e *startups* com destaque para produtos de saúde. **Chamas e Cesário** trazem também o *Relatório de Economia Digital 2024* da **UNCTAD**, que destaca a necessidade urgente de estratégias sustentáveis em todo o ciclo de vida da digitalização. O relatório explora a pegada ambiental do setor digital, que permanece em grande parte não avaliada, e pede políticas globais que possibilitem uma economia digital mais circular e, ao mesmo tempo, garantam resultados de desenvolvimento inclusivos.

Conforme **Cazumbá**, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** e o **Fundo Monetário Internacional (FMI)** anunciaram uma proposta conjunta para o enfrentamento das *mudanças climáticas na América Latina e Caribe*. O projeto prevê aumentar as respostas climáticas da região, especialmente no setor do financiamento verde.

O informe de **Ungerer, Kastrup e Nery** sobre o **Sul Global** aborda o lançamento do Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular do **UNOSSC**, os movimentos da **cooperação Sul-Sul do Brasil** por meio da Agência Brasileira de Cooperação, e publicações do **Movimento Jovem dos Não-Alinhados** e do **South Center**, que abordam temas de saúde, financiamento para o desenvolvimento e os 60 anos da UNCTAD.

Nos últimos quinze dias, 31 das 53 organizações da **sociedade civil** monitoradas fizeram manifestações relevantes, sendo 29 de *interesse público* e três de *interesse privado*. As **organizações de interesse público** estiveram atentas às *tecnologias de informação e comunicação (TIC)*, destacando a necessidade de regulação. Também, houve manifestações sobre as *crises na Nigéria e no Sudão*, onde um muitas pessoas vivem em insegurança alimentar grave. Do mesmo modo, foram bastante mencionadas a *crise climática* e suas repercussões na saúde mental e seu fardo desigual sobre os mais vulneráveis. Além disso, foi bastante lembrado o *Dia Internacional dos Povos Indígenas*, reconhecendo-se a riqueza da sua diversidade cultural e a importância deles para a saúde planetária. Também se destacou o movimento pela maior *participação das mulheres na gestão dos sistemas de saúde*. Houve ainda manifestações relacionadas à *justiça fiscal*, ao *enfrentamento da pobreza*, a *redução do consumo de álcool e de ultraprocessados*. Foram lembrados os esforços realizados para *controle de doenças crônicas não transmissíveis e doenças negligenciadas*. Uma notícia positiva foi o fim do surto de *cólera no Zimbábue*. As **organizações de interesse privado**, por sua vez, destacaram os resultados do projeto *“History of Causes”* que busca compreender as causas do adoecimento mental, bem como iniciativas de colaboração na Etiópia, voltadas ao alcance da soberania vacinal e à pesquisa científica na África. Por fim, um tema específico chamou a atenção por sua *ausência: o surto de mpx na República Democrática do Congo* que, inclusive, levou o diretor da OMS a convocar o



Comitê de Emergência. É o que nos informa o **GT sobre sociedade civil global** dos Cadernos, sob a liderança de **Luis Eugênio de Souza**.

**De Negri e De Negri Filho** abordam o panorama político-econômico e suas relações com a saúde pública global, focando em relatórios e briefings tanto de instituições oficiais, quanto de grupos organizados da sociedade civil, e suas iniciativas ao redor da necessidade empírica de mudança, passando *do culto ao crescimento para uma abordagem de desenvolvimento mais coletiva e socialmente fundamentada*.

A **Cúpula Global de Preparação para Pandemias** (GPPS, em inglês) foi realizada nos dias 29 e 30 de julho de 2024 no Rio de Janeiro e foi organizada pelo MS do Brasil, a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Segundo **Hoirisch**, o principal propósito da Cúpula foi revigorar o ímpeto para a preparação e resposta para enfrentar futuros surtos e pandemias ao tentar encontrar soluções globais de forma mais rápida e equitativa para todos os países. A reunião ofereceu uma avaliação das deficiências globais. A conclusão da Cúpula, em poucas palavras, foi que à medida que as mudanças climáticas impulsionam surtos de doenças, o mundo continua mal preparado para outra pandemia, carecendo de vigilância colaborativa, ferramentas de diagnóstico e financiamento.

Na quinzena, os *Grupos de Trabalho de Cultura e de Redução do Risco de Desastres do G20* realizaram suas últimas reuniões técnicas e avançaram na elaboração de documentos que deverão ser aprovados em novembro, durante o encontro de Ministros. Ademais, dentro das discussões sobre *“Estados do Futuro”*, foi sugerida a proposta de criação de um grupo permanente sobre o Estado no âmbito do bloco. No **G7**, o destaque da quinzena vai para a publicação do relatório público sobre a *Plataforma de Inteligência Artificial para o Desenvolvimento Sustentável*, iniciativa do G7 e PNUD, que objetiva impulsionar iniciativas para fortalecer ecossistemas locais de Inteligência Artificial na África a fim de alcançar os ODS, abordando o impacto da IA na saúde, educação, agricultura e sustentabilidade. Os destaques da **OCDE** incluem um *relatório sobre resiliência climática na infraestrutura* e a atualização de seu *índice estatístico sobre inflação mundial*. No artigo de **Burger, Estephania e colegas** estas notícias e informes são comentados em detalhes.

**Tobar, Brito e Minayo** apresentam o panorama político e econômico recente da região latino-americana, com destaque para os desdobramentos da **crise venezuelana**. Além disso, acompanham as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento: a **ORAS-CONHU** participou da Cúpula Mundial de Preparação para Pandemias; a **COMISCA** realizou agenda com o tema de HIV; a **OTCA** organizou evento sobre Bioeconomia Amazônica e Transformação Rural Inclusiva; e o **Mercosul** realizou primeira reunião da Comissão de Representantes sob a Presidência pro tempore do Uruguai.

A situação epidemiológica crítica na **África** elevou as respostas ao surto de mpox ao mais alto nível. O **CDC África** reuniu especialistas para preparar a agenda para a *IV Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África*, marcada para Rabat, Marrocos, em novembro próximo. O CDC África estabeleceu uma parceria com o Conselho Econômico, Social e Cultural para abordagem ao *papel da tecnologia na resiliência sanitária e da democracia em África*. Na **África Oriental** medidas urgentes são necessárias para conter a propagação da malária resistente a medicamentos. Na 25ª Conferência Internacional sobre AIDS em Munique, defensores elogiaram o *progresso da África subsaariana na resposta global ao HIV*, com dezenas de milhões de pessoas agora utilizando medicamentos que salvam vidas. Ministros de 32 países africanos, juntamente com líderes do setor privado e da sociedade civil, participam do 21º

*Fórum AGOA*. Representantes de grupos da *sociedade civil sudanesa* liderados por mulheres serão partícipes das conversações de paz em Genebra. Para financiamento de vacinas, a autossuficiência não é mais uma escolha, mas uma necessidade. **SADC e CCARDESA** estabelecem parceria para fortalecer a aquicultura através do Programa Regional de Melhoramento Genético. Agentes de imigração da SADC participaram de treinamento visando melhorar a experiência turística e impulsionar o crescimento econômico. A *7ª Semana de Industrialização da SADC*, destacou a sua importância para criar empregos e melhorar as condições de vida na região. Estes conteúdos estão no informe de **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

No capítulo sobre a **Europa, Freire** nos traz um resumo sobre as *novas prioridades, atreladas à nova gestão do bloco*. Após a eleição para o *Parlamento Europeu* e a definição dos *altos cargos na União Europeia*, estabelecem-se as *prioridades para a nova gestão*. Tanto o *Conselho Europeu*, quanto a *Comissão Europeia*, já divulgaram suas *agendas estratégicas para o quinquênio 2024-2029*, assunto sobre o qual o presente informe se propõe a comentar. É possível perceber *o impacto da pandemia de Covid-19 sobre as prioridades estratégicas do bloco*, não pelo viés da saúde, mas pelo viés da industrialização e capacidade competitiva da Europa. Isto pela percepção de que a dependência de atores externos em momentos de crise, fragiliza o bloco. Outros fatores que impulsionam esta virada de chave são as guerras e a possibilidade de retorno de Trump à presidência dos EUA.

Em **Gaza**, a superlotação em acampamentos e abrigos, a falta de água potável e materiais de higiene, a destruição do saneamento sanitário e a deterioração do sistema de saúde contribuíram para o ressurgimento da *poliomielite V2*. O alerta veio da Organização Mundial da Saúde, que confirmou que a circulação do vírus aumenta as múltiplas ameaças enfrentadas hoje pelas crianças no enclave, que tinham acesso aos serviços de vacinação de rotina antes da guerra. Embora nenhum caso clínico de poliomielite tenha sido diagnosticado até agora, Hanan Balkhy, diretora regional da OMS, alertou que o vírus pode "se espalhar ainda mais, inclusive através das fronteiras" a menos que as agências ajam rapidamente para vacinar a população. No entanto, mesmo que as 1,2 milhão de vacinas contra a poliomielite que a OMS planeja levar para lá, sem um cessar-fogo será um "enorme desafio logístico" garantir sua implantação bem-sucedida. No **Tabuleiro da Geopolítica, Marques** entende que Israel está levando o Oriente Médio a uma guerra perigosa. Netanyahu sempre buscou uma guerra contra o Irã e ele está mais perto do que nunca. Suas ações parecem ser uma última cartada de um político que está em seu ocaso político para se manter no poder e evitar a prisão. Irã diz que não pretende aumentar as tensões na região, mas deve punir Israel no devido tempo. Uma reunião extraordinária a nível de Chanceleres foi realizada pela **Organização de Cooperação Islâmica** que, em sua declaração final, solicita intervenção imediata e eficaz do Conselho de Segurança da ONU para que assuma as responsabilidades e ponha fim à agressão israelense contra o povo palestino.

Nos **EUA**, as discussões multifacetadas sobre saúde, direitos reprodutivos e saúde mental estão moldando a narrativa da eleição de 2024. Para nosso analista **Guto Galvão**, essas questões estão influenciando as decisões dos jovens eleitores e destacando a importância de abordá-las no contexto mais amplo da governança e formulação de políticas.

=====

Registramos aqui os parabéns ao **Instituto Butantan** pelo comprovado sucesso da vacina de dengue de dose única desenvolvida pela instituição, em parceria com o NIH dos Estados Unidos. O estudo de fase 3, publicado no *Lancet Infectious Diseases*, mostrou proteção de 67,3%

contra a infecção e de 89% contra casos graves. Viva a ciência brasileira e viva um dos nossos institutos centenários na pesquisa e produção de imunobiológicos.

Não poderíamos deixar de mencionar nestas notas finais que no dia 15 de agosto completam-se 50 anos do restabelecimento das relações diplomáticas entre Brasil e China, que se transformou no maior parceiro comercial do Brasil, incluindo a cooperação na produção, pela Fiocruz, da vacina contra a Covid 19. Possivelmente, na presidência de BRICS+ do Brasil, em 2025, uma aliança bilateral forte entre China e Brasil poderá também levar a importantes decisões do grupo, inclusive na área da saúde.

Também nos valem do Caderno para registrar a bela homenagem prestada pela Fundação Oswaldo Cruz ao **Embaixador Celso Amorim**, por meio da outorga pelo seu Conselho Deliberativo do título de **Doutor Honoris Causa**, pelos relevantes serviços que prestou à saúde brasileira e à diplomacia da saúde global. A cerimônia será realizada no campus de Manguinhos, dia 30 de agosto, às 10h e também será transmitida pelo Canal Fiocruz no Youtube. Em julho de 2004 – há 20 anos, portanto, sob a presidência do hoje professor emérito da Fiocruz, Paulo Buss – era criado este título de reconhecimento à destacadas personalidades que prestaram inequívocos serviços à saúde e à C&T em saúde, caso do primeiro agraciado, em 2005, o presidente Lula.

Boa leitura e até o Caderno 15!

**Rio de Janeiro, Manguinhos, 15 de agosto de 2024**

***Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger***  
**Coordenação do CRIS/Fiocruz**



## Uma volta olímpica

**Adhemar Bahadian**

Talvez dentro de alguns anos, as Olimpíadas de Paris serão historicamente associadas a fatos marcantes de nossa história política.

Não sei como os analistas e historiadores do futuro se referirão a 2024, mas certamente alusões do tipo “o ano em que quase entramos numa nova Idade Média” serão corriqueiras. Imagino as mais ousadas ou mais bombásticas metáforas como nos filmes de Stanley Kubrick - Apocalipse Now.

Pena Kubrick já não estar vivo para com seus efeitos hipnóticos e também perversos - Laranja Mecânica - iluminar cinemas de, digamos, 2050.

As Olimpíadas e sua controvertida, porém arrebatadora abertura, onde a tela de fundo de uma Paris chuvosa já era, em si, uma metáfora concisa que uma catedral de Notre Dame em reparos não nos deixava esquecer onde começa a ficção e onde acaba a realidade.

Assim como parecia ficção a alegria de atletas deslizando pelo Sena, em franco e juvenil contentamento .

Como se as guerras horripilantes no cotidiano de Gaza ou da Ucrânia não fossem em si atestado de quão longe andamos de uma civilização humana.

Tão distante dos ideais de harmonia e competição ali recordados, embora nos pavoneemos como se herdeiros fôssemos de Platão ou de Sócrates.

Olimpíadas cuja imagem maior impressa em nossa memória há de ser a de Gabriel Medina. Herói grego a pairar subitamente sobre os mares, numa enfática afirmação da inteligência e da habilidade humanas contra a fúria terrível da onda hercúlea, cavalgada por astúcia e vigor.

E também recordaremos sempre nossa judoca de ouro, Beatriz Sousa, monumental na sua emoção de uma vitória sobre o estigma e os preconceitos que o sexo e a cor de gerações brasileiras como ela suportaram, finalmente liberados em lágrimas de orgulho e reafirmação.

Isto sem falar de Ana Patricia e Duda, que encontraram ouro nas areias do vôlei de praia, e o resultado da final de futebol feminino, qualquer que venha a ser, apenas confirmará a fibra e a garra da mulher brasileira. Machistas que se cuidem.

Mas, convenhamos, o que permite identificar 2024 como ano seminal na história deste até hoje sofrível século XXI é constatar um movimento inesperado na geopolítica internacional, com a renúncia patriótica de Biden à corrida eleitoral.

Ao sair da campanha acusado de mentalmente incapaz, Biden entrou na história dos Estados Unidos pela porta da lucidez cívica .

Na hora em que seu país se vê na iminência de se transformar num Estado- Pária.

Tais e tantas são as ameaças de Trump à Democracia, ao Estado de Direito e aos ideais de igualdade, fraternidade e liberdade que informaram a revolução francesa. Inspiração sutil igualmente da revolução americana.

2024 marca a linha divisória entre a retomada de uma civilização efetivamente progressista e a barbárie.

Não se trata de minha opinião pessoal. A cada dia surgem estudos e análises de grandes centros internacionais de pensamento político a apontar a fraude em que embarcamos nos últimos 50 anos, quando um projeto político se transformou numa fraude econômica empobrecedora, com o nome pomposo de neoliberalismo, cujos resultados desagregadores são mais do que evidentes.

Nem se diga que os centros de análise geopolítica sejam de ideologia de esquerda, a menos que se queira chamar de esquerdista um centro como o Instituto Roosevelt e de comunista um economista americano ganhador do Nobel de economia como Stiglitz.

Stiglitz, cujos livros estão traduzidos no Brasil, acaba de publicar no Instituto Roosevelt - fácil e gratuitamente disponível na internet, no site do Instituto - uma arrasadora análise do neoliberalismo, em que demonstra o equívoco de deixar desregulados os mercados com as consequências de destruição da classe média americana. E de muitas outras.

Stiglitz assinala ser a política do Banco Central americano - seguida e copiada como artigo de fé - equivocada por tentar conter a inflação com aumento de taxas de juros, tema do nosso cotidiano nos jornais brasileiros, alguns deles identificados com as políticas ultra-neoliberais.

Poucas vezes se tornou tão óbvia a opção política que se aproxima nos Estados Unidos da América. E também para a grande maioria dos países europeus, onde se instala um extremismo xenófobo, como se o imigrante fosse o gafanhoto das culturas mundo afora.

O ódio ao imigrante, se não contido, nos levará a uma instabilidade em que até um eventual turista brasileiro em Nova York poderá ter humilhantes encontros com a polícia de Trump.

O que nos anima nesta hora, muito mais do que as Olimpíadas, é ver que Trump sentiu o peso dos democratas americanos, que transformaram Kamala Harris num meteoro político a riscar o céu nublado da sociedade americana.

Tim Walz, mais do que um escudeiro fiel, é a voz da classe média americana, homem que sabe dizer nas bochechas de Trump, a diferença entre um homem e um trapo.

Basta ver que Trump, como sempre temeu, está nu. E chega a ser constrangedor, senão patético, suas observações à imprensa quando recentemente fingiu não saber se Kamala era negra ou indiana. De cinismo em cinismo, em novembro Trump saberá .

Trata-se apenas de uma mulher. Digna. Defensora da lei. Dois atributos que podem levar Trump à prisão.

## Patógenos que vêm e vão: Mpox novamente uma ESPII?

**Paula Reges**  
**Luana Bermudez**  
**Luiz Augusto Galvão**

**Resumo.** O R&D Blueprint for Epidemics tem por objetivo acelerar o desenvolvimento de contramedidas médicas para doenças com potencial pandêmico, visando prevenir Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Assim, foi recentemente lançada a nova estratégia de priorização de patógenos como mecanismo para desenvolvimento hábil de pesquisa e desenvolvimento em diferentes vertentes, necessários à prontidão de resposta em contextos epidêmicos e pandêmico. A Fiocruz terá papel central nesse processo, liderando pesquisas sobre Flavivírus. E neste cenário de emergência de saúde pública, o agravamento da mpox, especialmente na África, onde uma nova variante do vírus monkeypox (clado 1b) tem causado um aumento de casos e mortes, preocupa e deve voltar a mobilizar maiores esforços para uma resposta mais equitativa. O que não tem sido visto desde 2022, quando a mpox havia já sido declarada uma ESPII.

**Palavras-chave:** Famílias virais, Mpox

**Abstract.** *The R&D Blueprint for Epidemics aims to accelerate the development of medical countermeasures for diseases with pandemic potential, aiming to prevent Public Health Emergencies of International Concern (PHEIC). Thus, the new pathogen prioritization strategy was recently launched as a mechanism for the skillful development of research and development in different areas, necessary for response readiness in epidemic and pandemic contexts. Fiocruz will play a central role in this process, leading research on Flaviviruses. And in this public health emergency scenario, the worsening of mpox, especially in Africa, where a new variant of the monkeypox virus (clade 1b) has caused an increase in cases and deaths, is a concern and should once again mobilize greater efforts for a more equitable response. This has not been seen since 2022, when mpox had already been declared a PHEIC.*

**Keywords:** *Viral families, Mpox*

### Priorização de patógenos com potencial pandêmico

O Projeto de P&D da OMS para Epidemias (R&D Blueprint for Epidemics) da Organização Mundial da Saúde (OMS) tem como objetivo principal acelerar o desenvolvimento de contramedidas médicas (medical countermeasures ou MCMs, em inglês). Desde 2015, seu objetivo principal é disponibilizar essas contramedidas para doenças com potencial epidêmico e pandêmico, contribuindo assim para a prevenção de Emergências de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII). Esse projeto funciona como uma plataforma global para colaboração em pesquisa e desenvolvimento, enfatizando a importância da cooperação internacional para agilizar a pesquisa e o desenvolvimento de MCM para responder a epidemias e pandemias. No centro de seus esforços está o conceito de "priorização de patógenos". Como lançado durante o Global Pandemic Preparedness Summit 2024 (GPPS 2024), no Rio de Janeiro, e apresentado no último informe do CRIS, foram mais de 200 cientistas de mais de 50 países que

avaliaram as evidências relacionadas a 28 famílias virais e um grupo central de bactérias, abrangendo 1.652 patógenos. Este processo enfatizou a natureza imperativa dos esforços colaborativos para atingir a resiliência global contra epidemias e pandemias.

A abordagem usada defende uma estrutura científica para melhorar a preparação para surtos futuros, ESPII e pandemias, concentrando-se na pesquisa de Famílias Virais e Bacterianas, em vez de patógenos isolados considerados como apresentando riscos globais.

Também enfatiza a necessidade crítica de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em escala internacional, ressaltando a necessidade de defender princípios fundamentais. Dentro deste contexto de inúmeras iniciativas colaborativas que se esforçam para apoiar a P&D de MCM durante epidemias e pandemias, em relação a um esforço colaborativo para garantir o acesso a MCMs durante pandemias, alguns enfatizaram a importância da velocidade e, às vezes, do custo na resposta a futuras pandemias. É igualmente importante, ao considerar toda a cadeia de valor, ter uma visão mais ampla que reconheça a importância primária da qualidade, equidade no acesso e confiança na segurança e eficácia do produto. Os preparativos e a implementação da resposta à pandemia devem, portanto, ser centrados no país, transparentes e colaborativos.

Ao priorizar a pesquisa em famílias inteiras de patógenos em vez de patógenos individuais, esta estratégia reforça a capacidade de responder eficientemente a variantes imprevistas, patógenos emergentes, transmissões zoonóticas e ameaças desconhecidas, como o "Patógeno X". Ela também enfatiza a necessidade de identificação e caracterização rápidas de ameaças emergentes, a simplificação dos esforços globais de P&D, por meio de roteiros de pesquisa colaborativos e eficientes e a integração da pesquisa na resposta a surtos e pandemias. A ampla distribuição geográfica das famílias virais e bacterianas e patógenos identificados neste relatório, com vários conhecidos por circularem por diversas nações e regiões globalmente, ressalta o papel fundamental das iniciativas globais na vinculação de ações de pesquisa nacionais e regionais. Significativamente, a estratégia defende abordagens colaborativas descentralizadas e apoia esforços de pesquisa em áreas críticas para a preparação da pesquisa para pandemias. Esta abordagem abrangente visa promover a colaboração internacional estabelecendo uma estrutura global para pesquisadores, desenvolvedores, formuladores de políticas, financiadores, fabricantes e instituições, promovendo um espaço colaborativo para promover a pesquisa em todas as famílias virais e bacterianas, bem como P&D para patógenos prioritários e protótipos.

A Fiocruz terá papel central nessa nova arquitetura de resposta, uma vez que será "a madrinha" da família viral de Flavivírus. Através do estabelecimento de um Consórcio de Pesquisa Aberta Colaborativa (Collaborative Open Research Consortium - CORC, em inglês), o centro das discussões e iniciativas sai do ponto 'genebrino' da OMS e passa às instituições que lidam transversalmente com o tema. Assim, usando uma estrutura descentralizada que promova a participação equitativa de pesquisadores em países de alta, média e baixa renda, particularmente aqueles de locais onde patógenos são conhecidos por circular. Esta abordagem de consórcios visa alavancar avanços científicos e colaboração global para garantir pesquisa e desenvolvimento rápidos, equitativos e eficazes. Este conceito se baseia na estrutura científica da OMS para preparação para pesquisa de pandemia e alavanca a expertise científica global para aprimorar nossa capacidade coletiva de detectar, prevenir e responder a ameaças emergentes de patógenos.

Os CORCs visam promover abordagens colaborativas para: (i) avaliar e caracterizar a diversidade de patógenos em cada Família, sua evolução e potencial para eventos de

transbordamento zoonótico; (ii) promover pesquisa básica direcionada e (iii) apoiar a P&D de MCMs. Cada CORC operará em paralelo com os outros para acelerar o desenvolvimento de MCMs, ao mesmo tempo em que estabelece processos sustentáveis com o objetivo de melhorar a preparação e a resposta à pesquisa.

E essa perspectiva passa a ser orientada também na proporção regional de priorização. As prioridades podem diferir se uma perspectiva regional for adotada, pois muitos patógenos são limitados a, ou mais problemáticos em, regiões geográficas específicas. Como apresentado na figura a seguir.

Figura 1. Priorização de patógenos por região oficial da ONU/OMS.

Priority Pathogens		AFR	AMR	EMR	EUR	SEAR	WPR
Arenaviridae	Lassa mammarenavirus	X					
Bacteria	<i>Vibrio cholera</i> (O139)	X		X		X	X
Bacteria	<i>Yersinia pestis</i>	X	X				
Bacteria	<i>Shigella dysenteriae</i> serotype 1	X		X		X	
Bacteria	<i>Salmonella enterica non typhoidal serovars</i>	X	X	X	X	X	X
Bacteria	<i>Klebsiella pneumoniae</i>	X	X	X	X	X	X
Bunyavirus <i>Nairoviridae</i>	Crim ean Congo hemorrhagic fever orthonairovirus	X		X	X		X
Bunyavirus <i>Hanta viridae</i>	Hantaan orthohanta virus				X		X
Bunyavirus <i>Hanta viridae</i>	Orthohantavirus annom breense		X				
Bunyavirus <i>Phenuviridae</i>	D abie b andavirus (SFTFV)					X	X
Coronaviridae	Subgenus Merbecoviruses			X			
Coronaviridae	Subgenus Sarbecoviruses	X	X	X	X	X	X
Filoviridae	Orthoebolavirus zairense	X					
Filoviridae	Orthoebolavirus sudanens	X		X			
Filoviridae	Orthomarburgvirus marburgense	X					
Flaviviridae	Yellow fever virus	X	X				
Flaviviridae	Dengue virus	X	X	X	X	X	X
Flaviviridae	Zika virus	X	X			X	X
Orthomyxoviridae	Influenza A virus H1, H2, H3, H5, H6, H7, H10	X	X	X	X	X	X
Paramyxoviridae	Nipah henipavirus					X	X
Poxviridae	Variola virus						
Poxviridae	Monkeypox virus	X	X	X	X	X	X
Togaviridae	Chikungunya virus	X	X			X	X
Togaviridae	Venezuelan Equine Encephalitis virus		X				
Picornaviridae	Human poliovirus			X			
Retroviridae	Lentivirus nileense	X	X	X	X	X	X



Fonte: Henao-Restrepo, 2024

### Mpox, escalada de casos

Em múltiplos informes, desde a declaração da mpox como uma ESPII em 2022, vimos apontando as discrepâncias na resposta à emergência da doença em relação a distribuição de medidas de prevenção e contenção entre Sul e Norte global. Os impactos na distribuição desigual de vacinas, capacidades diagnósticas e tratamentos efetivos se refletem na manutenção do status comprometedor da infecção, sobretudo em territórios de países africanos. O país mais afetado é a República Democrática do Congo (RDC), no qual desde 1970 a mpox é endêmica e assumiu uma escalada exponencial no número de casos no último ano. Anteriormente, a sustentação dos novos episódios de infecção era dada à existência local do clado 1 do vírus monkeypox (MPXV). Recentemente, uma nova variante, mais virulenta também surgiu, denominada clado 1b e tem sido responsável por expansão no número de casos, respondendo por mais de 96% dos casos e mortes. Já o surto plurinacional, iniciado em 2022, teve vinculação com o clado 2.

Neste contexto, o CDC África planeja declarar a mpox uma emergência de saúde pública de interesse continental nesta semana, marcando a primeira declaração desse tipo na história da agência. A decisão segue esse aumento nos casos de mpox em toda a África em 2024,



igualando o total de 2023 em apenas seis meses. Desde janeiro de 2022, mais de 38.000 casos e 1.456 mortes foram relatados. Este ano, 10 estados da União Africana registraram mais de 14.000 casos e 450 mortes, com 2.750 confirmados — 160% a mais do que no mesmo período em 2023. Surtos recentes na Costa do Marfim, Quênia e Uganda destacam o alcance crescente do vírus. As infecções por mpox no Burundi, Quênia, Ruanda e Uganda são as primeiras registradas nesses países.

Nesta mesma direção, o Diretor-Geral (DG) da OMS, Dr Tedros Adhanom Ghebreyesus também anunciou a convocação para 14 de agosto da primeira reunião do Comitê de Emergência (CE) sob o Regulamento Sanitário Internacional (2005) (RSI) sobre o aumento de mpox 2024. O CE fornecerá suas opiniões ao DG da OMS sobre se o evento constitui uma emergência de saúde pública de interesse internacional — e, se for o caso, aconselhará sobre as recomendações temporárias propostas pelo DG sobre como prevenir e reduzir melhor a disseminação da doença e gerenciar a resposta global de saúde pública.

Ademais, a OMS está trabalhando para acelerar o acesso à vacina em países afetados iniciando uma listagem de uso emergencial para duas vacinas mpox aprovadas. Essa medida visa acelerar a aquisição e a distribuição por meio de parceiros como Gavi e UNICEF, ao mesmo tempo em que facilita as aprovações nacionais por autoridades de saúde.

Tedros observou que a OMS está colaborando com governos afetados, o Africa CDC, a União Africana e outros parceiros para vigiar e conter surtos. O plano de resposta regional de US\$ 15 milhões da organização é atualmente apoiado por apenas US\$ 1 milhão de seu fundo de emergência. Para consternação dos funcionários da OMS, nenhum financiamento foi disponibilizado ainda em nível internacional.

As vacinas mpox estão disponíveis. A Bavarian Nordic, única fabricante de vacinas mpox, relatou resultados financeiros recordes em 2023, com receita preliminar de US\$ 1 bilhão, impulsionada principalmente pelas vendas de vacinas. O crescimento da empresa foi impulsionado por ações de preparação para a saúde pública, incluindo vários pedidos de vacinas mpox de um país europeu não divulgado e 500.000 doses compradas pelos Estados Unidos para seu estoque nacional.

### **Consulta com a comunidade global de saúde sobre o Plano de Ação Global sobre Mudança Climática e Saúde**

Muito se tem escrito, falado, debatido, comentado, sobre a crise climática como uma emergência de saúde global, com mudanças climáticas induzidas pelo homem, levando a eventos climáticos extremos, surtos de doenças e enfraquecimento dos sistemas de saúde e determinantes. Apesar da meta do Acordo de Paris de limitar o aquecimento global a 1,5°C, as tendências atuais sugerem que esse limite pode ser excedido já na década de 2030. Embora o financiamento climático tenha atingido recentemente a meta de US\$ 100 bilhões/ano, menos de 1% é alocado para a proteção da saúde. Essa desconexão entre a política de mudança climática e a saúde deixa as populações vulneráveis e perde oportunidades de criar um futuro mais saudável e sustentável.

Em resposta à crise das mudanças climáticas, a 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS), realizada em maio de 2024, adotou a Resolução da AMS77.14 sobre mudanças climáticas e saúde, pedindo o desenvolvimento de um "plano de ação global da OMS sobre mudanças climáticas e saúde. . . coerente com o texto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Controle do Clima e do Acordo de Paris. . . para integrar firmemente o clima em todo o trabalho

técnico da OMS em todos os três níveis da Organização e enfatizar a necessidade de cooperação intersetorial, conforme apropriado". A implementação deste Plano de Ação Global permitirá que a OMS expanda seu trabalho e mandato em andamento, em consonância com a *Estratégia Global da OMS sobre Saúde, Meio Ambiente e Mudança Climática*, e o *Décimo Quarto Programa Geral de Trabalho 2025-2028 da OMS (GPW14)*, também adotado pela AMS77.

Esta consulta terá como objetivo garantir que as vozes da comunidade de saúde sejam ouvidas e integradas ao Plano de Ação Global sobre Mudança Climática e Saúde. Discussões interativas fornecerão aos participantes oportunidades de compartilhar suas experiências, oferecer feedback e contribuir para a formulação do Plano de Ação Global. Segundo a OMS, os insights e a expertise da comunidade de saúde são cruciais para moldar uma resposta abrangente e eficaz à emergência global de clima e saúde.

## Enfoque “Uma só saúde” (*One Health*): análise crítica e debate sobre inclusão no acordo sobre pandemias

Nota Técnica Nº 4 do GT Fiocruz-USP

***Deisy Ventura, Vitória Ramos, Eduardo Hage Carmo, Luiz Augusto Galvão, Leandro Viegas, Pedro Villardi, Isabela Licata Serra, Luana Bermudez, Paula Reges e Paulo Buss***

**Resumo:** Elaborada a partir de uma demanda da Internacional dos Serviços Públicos (ISP), como subsídio ao debate, esta nota técnica busca esclarecer o conceito do enfoque *Uma só saúde*, apontar criticamente sua escassa tangibilidade e identificar as razões do dissenso sobre sua inclusão no acordo sobre pandemias. Após um breve histórico do tema, serão abordadas suas diferentes dimensões, assim como as linhas de ação propostas pela aliança Quadripartite (Organização Mundial da Saúde, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, Organização Mundial de Saúde Animal e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) que lidera o tema no plano multilateral. A seguir, será rapidamente mencionado o tratamento do tema durante a reforma do Regulamento Sanitário Internacional e, de forma mais detida, o debate sobre a inclusão de *Uma só saúde* no acordo sobre pandemias. Por fim, é referido o tratamento do tema no Brasil, seguido de um levantamento dos desafios da implementação efetiva deste enfoque e considerações finais.

O **GT Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI** é uma iniciativa da Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz (Centro de Relações Internacionais, CRIS) e da Universidade de São Paulo, USP (Instituto de Relações Internacionais, IRI; e Faculdade de Saúde Pública, com o Programa de Pós-graduação em Saúde Global e Sustentabilidade e o Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário, CEPEDISA). De natureza multidisciplinar, é composto por especialistas e convidados provenientes da comunidade acadêmica, do setor da saúde, da sociedade civil, do parlamento e de órgãos estatais relacionados ao tema. Voltado à consolidação de uma perspectiva do Sul Global, e particularmente brasileira, da regulação da Saúde Global, o GT pretende fornecer subsídios à sociedade e ao Estado brasileiro para acompanhamento crítico das negociações em curso e eventual formulação de propostas, assim como para promover e difundir a produção acadêmica sobre esta temática. Saiba mais em [www.saudeglobal.org](http://www.saudeglobal.org)

REALIZAÇÃO



## 1. Introdução

As negociações do acordo sobre pandemias no âmbito da Organização Mundial de Saúde (OMS) estão em curso desde 2022, sendo conduzidas pelo Órgão Intergovernamental de Negociação (OIN, em inglês INB).

Embora a aprovação do acordo sobre pandemias estivesse prevista para maio de 2024, a ausência de consenso entre os Estados levou a 77ª Assembleia Mundial de Saúde a prorrogar o prazo das negociações. Duas opções foram dadas ao OIN:

- apresentar uma proposta à 78a. AMS, que ocorrerá em maio de 2025,
- ou a uma sessão extraordinária da AMS, ainda 2024<sup>1</sup> - possivelmente na semana de 16 de dezembro

É evidente a pressão para que o acordo seja concluído ainda no ano de 2024, considerando, entre outros fatores, o provável desfecho das eleições presidenciais nos Estados Unidos. Importante recordar que Donald Trump chegou a notificar oficialmente a retirada dos Estados Unidos da OMS<sup>2</sup>, o que só foi revertido pela ascensão de Joe Biden ao poder<sup>3</sup>. O Diretor Geral da OMS, Tedros Adhanom, declarou que a aprovação do acordo ainda no ano de 2024 seria um feito histórico sem precedentes e mencionou, ainda, a iminência de uma nova pandemia, referindo-se ao surto de influenza A(H5N1)<sup>4</sup>.

Além da reunião do OIN ocorrida em 16 e 17 de julho últimos, novas rodadas de negociação estão previstas para 9-20 de setembro e 4-15 de novembro; caso não haja sessão extraordinária da AMS, também em 2-6 de dezembro e 24-28 de fevereiro de 2025<sup>5</sup>.

O trabalho do OIN é coordenado por uma Presidência (*Bureau*) composto por representantes das 6 regiões da OMS eleitos pelos pares. O Brasil integra a Presidência desde o seu início, nele permanecendo apesar da recente mudança de composição<sup>6</sup> (figura n. 1).

---

<sup>1</sup> OMS, Decisão WHA77 (20) 2024.

<sup>2</sup> Trump Administration Submits Notice of U.S. Withdrawal from the World Health Organization Amid COVID-19 Pandemic. American Journal of International Law. 2020;114(4):765-772. <https://doi.org/10.1017/ajil.2020.76>

<sup>3</sup> Estados Unidos. Casa Branca. 21/07/2021. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2021/01/20/letter-his-excellency-antonio-guterres/>

<sup>4</sup> OMS. WHO Director-General's opening remarks at the tenth meeting of the Intergovernmental Negotiating Body (INB) – 16 July 2024. 16/07/2024. [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-tenth-meeting-of-the-intergovernmental-negotiating-body-\(inb\)---16-july-2024](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-tenth-meeting-of-the-intergovernmental-negotiating-body-(inb)---16-july-2024)

<sup>5</sup> OMS, A/INB/10/3.

<sup>6</sup> Cullinan, K. New Blood for Resumed Pandemic Agreement Negotiations. Health Policy Watch. 16/07/2024. <https://healthpolicy-watch.news/new-blood-for-resumed-pandemic-agreement-negotiations/>

**Figura n. 1 – Membros da Presidência do OIN (com grifo nas alterações)**



Fonte: elaboração própria.

A abordagem denominada “Uma só saúde” ou “Saúde Única” (em inglês, *One Health*), doravante referida como *Uma só saúde*, vem sendo apontada como um dos principais pontos de dissenso no seio do OIN. Países desenvolvidos defendem a inclusão de novas obrigações para os Estados, enquanto países em desenvolvimento resistem a esta inclusão, questionando, entre outros aspectos, as possíveis barreiras que poderiam ser impostas ao comércio de seus produtos agrícolas, sob o pretexto de proteger a saúde dos animais e do meio ambiente<sup>7</sup>.

Não obstante, o enfoque *Uma só saúde* é considerado um sucesso diplomático, surgido no contexto de diversas iniciativas científicas e diplomáticas que vêm buscando, especialmente nos últimos 20 anos, imbricar ambiente e saúde humana e animal no plano internacional. Ele destaca-se por atributos como a plasticidade, a aparente simplicidade, o potencial de comunicação e a ampla difusão por organizações multilaterais, governos nacionais, *think tanks*, universidades e financiadores<sup>8</sup>.

No âmbito das organizações internacionais, quem lidera atualmente a promoção de *Uma só saúde* é uma aliança Quadripartite, cujos membros são apresentados na figura n. 2.

<sup>7</sup> Morich, D. & Greenup, A. Pandemic Agreement Talks Extended: One More Year to Resolve Critical Issues. Health Policy Watch, 2 jul. 2024. <https://healthpolicy-watch.news/pandemic-agreement-talks-extended-one-more-year-to-resolve-critical-issues/>

<sup>8</sup> Placidi, D. (2024). La prise en compte des enjeux environnementaux dans les dispositifs d'évaluation internationale des programmes de « santé intégrée » (one health). Revue juridique de l'environnement, H-, 59-77. <https://www.cairn.info/revue--2024-HS1-page-59.htm>.

**Figura n. 2 - Composição da aliança Quadripartite**

<p>Organização Mundial da Saúde (OMS)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 194 Estados-membros</li> <li>• Genebra, Suíça</li> </ul>	<p>Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 194 Estados-membros + UE</li> <li>• Roma, Itália</li> </ul>	<p>Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA ou OIE, em inglês WOAH)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 183 Estados-membros</li> <li>• Paris, França</li> </ul>	<p>Programa das Nações Unidas para o meio ambiente (PNUMA, em inglês UNEP)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 193 Estados-membros</li> <li>• Nairobi, Quênia</li> </ul>
---	--	---	---

Fonte: elaboração própria.

Desde 2016, o dia 3 de novembro é comemorado como Dia Mundial de *Uma só saúde*, por iniciativa da sociedade civil<sup>9</sup>. A campanha de 2023 deu destaque ao slogan "Protegendo uma [saúde ambiental, animal ou humana], nós ajudamos a proteger todas"<sup>10</sup>. O Brasil não escapa a esta tendência: desde 2024, o 3 de novembro foi instituído, por lei, como "dia nacional da *Saúde Única*"<sup>11</sup>.

*Uma só saúde* também é objeto de vasta literatura científica e expressiva produção técnica. No entanto, embora as bibliotecas estejam cheias de livros e reflexões sobre conceitos a ele relacionados, nota-se a gritante falta de políticas, programas e ações concretas, principalmente nos países de baixa renda<sup>12</sup>.

Elaborada a partir de uma demanda da Internacional dos Serviços Públicos (ISP), como subsídio ao debate, esta nota técnica busca esclarecer o conceito do enfoque *Uma só saúde*, apontar criticamente sua escassa tangibilidade e identificar as razões do dissenso sobre sua inclusão no acordo sobre pandemias. Após um breve histórico do tema, serão abordadas suas diferentes dimensões, assim como as linhas de ação propostas pela aliança Quadripartite que lidera o tema no plano multilateral. A seguir, será rapidamente mencionado o tratamento do tema durante a reforma do Regulamento Sanitário Internacional e, de forma mais detida, o debate sobre a inclusão de *Uma só saúde* no acordo sobre pandemias. Por fim, é referido o tratamento do tema no Brasil, seguido de um levantamento dos desafios da implementação efetiva deste enfoque e considerações finais.

<sup>9</sup> OMS. WHO urges investing in "One Health" actions for better health of the people and the planet. 3 nov. 2023. <https://www.who.int/news/item/03-11-2023-who-urges-investing-in--one-health--actions-for-better-health-of-the-people-and-the-planet>

<sup>10</sup> FAO. One Health Day - 3 November. s/d. <https://www.fao.org/one-health/highlights/one-health-day/en>

<sup>11</sup> Nesta lei, a tradução escolhida foi "Saúde Única". Brasil. Lei n. 14.792, de 5 de janeiro de 2024. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.792-de-5-de-janeiro-de-2024-536210882>

<sup>12</sup> Ridde, V., Guillard, É., & Faye, A. (2022). Le retour d'« une seule santé » et la santé mondiale : ne reproduisons pas les mêmes erreurs. *Medecine tropicale et sante internationale*, 2(3), mtsi.v2i3.2022.255. <https://doi.org/10.48327/mtsi.v2i3.2022.255>

## 2. Origens

A origem do vínculo entre a saúde do meio ambiente, a saúde dos animais e a saúde dos seres humanos remonta à Antiguidade, em particular nos postulados atribuídos a Hipócrates (V-IV a. C.), considerado o "Pai da Medicina" ocidental<sup>13</sup>. Não obstante, indo além da perspectiva ocidental, este vínculo encontra-se na essência da cultura de incontáveis povos em diferentes épocas.

No Brasil, ele aparece claramente nas cosmologias indígenas. Por exemplo, o líder yanomami Davi Kopenawa<sup>14</sup> aponta a circularidade entre espíritos da floresta, espíritos animais e espíritos humanos: "Os animais que caçamos são os fantasmas de nossos ancestrais transformados em caça no primeiro tempo. (...) Damos a eles o nome de caça, mas o fato é que somos todos humanos"<sup>15</sup>.

No mesmo sentido, Ailton Krenak, pensador e ativista do povo Krenak, e primeiro indígena a tornar-se membro da Academia Brasileira de Letras<sup>16</sup>, compreende o ser humano como parte da natureza, recusando a dissociação entre a Terra e a humanidade: "Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza"<sup>17</sup>.

Nas linhas do tempo ocidentais predominantes, a exemplo do *Centers for Disease Control and Prevention* (CDC) norte-americano<sup>18</sup>, o ponto de partida do enfoque *Uma só saúde* é o trabalho de Rudolf Virchow, patologista alemão (século XIX). Virchow criou o termo zoonose, que corresponde a uma doença transmitida entre animais e pessoas. Para ele, não existem, ou não deveriam existir, linhas divisórias entre a medicina humana e a medicina animal, pois a experiência obtida no estudo da saúde animal constituiria toda a base da medicina humana.

Porém, o reconhecimento da importância dos animais na medicina humana está historicamente relacionado ao antropocentrismo, perspectiva que atribui apenas aos seres humanos o valor moral intrínseco capaz de ensejar a sua proteção ética, justificando que animais sejam constantemente sacrificados em benefício dos humanos<sup>19</sup>. A literatura que aborda *Uma só saúde* sob o prisma da ética aponta os limites do antropocentrismo e propõe a promoção de

---

<sup>13</sup> Zinsstag, J. et al. (2020). *One health, une seule santé*. Éditions Quæ, 2020. <https://books.openedition.org/quae/35825>

<sup>14</sup> Xamã e líder político do povo Yanomami, ativista na defesa dos povos indígenas e da floresta amazônica, além de autor, roteirista e produtor cultural, cf. Taddei, R. (2021). "Davi Kopenawa". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. <https://ea.fflch.usp.br/autor/davi-kopenawa>

<sup>15</sup> Kopenawa, D.; Albert, B. (2015) *A queda do céu: palavras de uma xamã yanomami*. Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, p. 214-215.

<sup>16</sup> Silva, C.N.; CARVALHO, R.R. (2024). "Ailton Krenak". In: *Enciclopédia de Antropologia*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. <https://ea.fflch.usp.br/autor/ailton-krenak>

<sup>17</sup> Krenak, A. (2019) *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, p.16-17.

<sup>18</sup> Estados Unidos. CDC. *One Health History*. Timeline: People and Events in One Health. [https://www.cdc.gov/one-health/about/one-health-history.html#cdc\\_generic\\_section\\_3-timeline-people-and-events-in-one-health](https://www.cdc.gov/one-health/about/one-health-history.html#cdc_generic_section_3-timeline-people-and-events-in-one-health)

<sup>19</sup> Coghlan, S., Coghlan, B. J., Capon, A., & Singer, P. (2021). A bolder One Health: expanding the moral circle to optimize health for all. *One health outlook*, 3(1), 21. <https://doi.org/10.1186/s42522-021-00053-8>

benefícios mútuos para humanos e não humanos, construindo uma perspectiva mais ampla que gerencie as interdependências entre humanos, animais e ambiente de forma inovadora<sup>20</sup>.

Em defesa da centralidade do enfoque *Uma só saúde*, vem sendo apontada a origem animal das doenças que ensejaram as mais recentes crises sanitárias internacionais, entre elas a Síndrome Respiratória Aguda Grave (2002-2003), a pandemia de influenza A H1N1 (2009-2010), a síndrome congênita do vírus zika (2016), os surtos de ebola (na África Ocidental, 2014-2015; na República Democrática do Congo, 2019) e a covid-19 (2020-2022).

### 3. Debate conceitual

O enfoque *Uma só saúde* inspirou a organização de numerosas iniciativas internacionais, em especial a partir de 2007, cercadas de conceitos que refletem diversas ênfases<sup>21</sup>.

O conceito atualmente adotado pela Quadripartite foi elaborado por um Painel de Alto Nível (em inglês, *One Health High-Level Panel*, OHHLEP), composto por 29 especialistas que assessoram a aliança<sup>22</sup>.

Criado em 2021, o OHHLEP está em sua segunda formação (abril de 2024 a abril de 2026), mantendo expressiva diversidade regional: 15 especialistas provêm do mundo desenvolvido, enquanto 14 são oriundos de países em desenvolvimento (na composição anterior havia 12 especialistas de cada grupo). A distribuição geográfica balanceada é positiva, embora ainda existam desafios na representatividade equitativa de vozes globais. Os membros são predominantemente oriundos de universidades e centros de pesquisa, totalizando 20 acadêmicos, enquanto 9 vêm de governos ou instituições governamentais. A maioria é vinculada a campos técnicos, como especialistas em medicina veterinária, epidemiologia e ciências médicas (17 membros), enquanto as ciências humanas têm menor representação.; 8 membros da composição anterior foram mantidos. O Brasil é nele representado pela bióloga Natiela Beatriz de Oliveira, consultora do Ministério da Saúde e uma das responsáveis pela elaboração do Plano Nacional para Uma só saúde no país (ver seção 7).

Segundo o OHHLEP, *Uma só saúde* é<sup>23</sup>:

- um enfoque integrado e unificador;
- que visa equilibrar e otimizar, de forma sustentável, a saúde das pessoas, dos animais e dos ecossistemas;
- reconhece as estreitas vinculação e interdependência entre a saúde de humanos, animais domésticos e selvagens, vegetais e o ambiente em geral (incluindo ecossistemas);
- mobiliza diferentes setores, disciplinas e comunidades em diferentes níveis da sociedade para fomentar o bem-estar e lutar contra ameaças à saúde e aos ecossistemas;

<sup>20</sup> Degeling, C., Dawson, A., & Gilbert, G. L. (2019). The ethics of One Health. In M. Walton (Ed.), *One Planet, One Health* (pp. 65–84). Sydney University Press. <https://doi.org/10.2307/j.ctvggx2kn.9>

<sup>21</sup> Schneider, M.C. et al. (2019). “One Health” From Concept to Application in the Global World. Oxford Research Encyclopedia of Global Public Health. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190632366.013.29>

<sup>22</sup> OMS. OHHLEP. <https://www.who.int/groups/one-health-high-level-expert-panel/ohhlep-term-2/members>

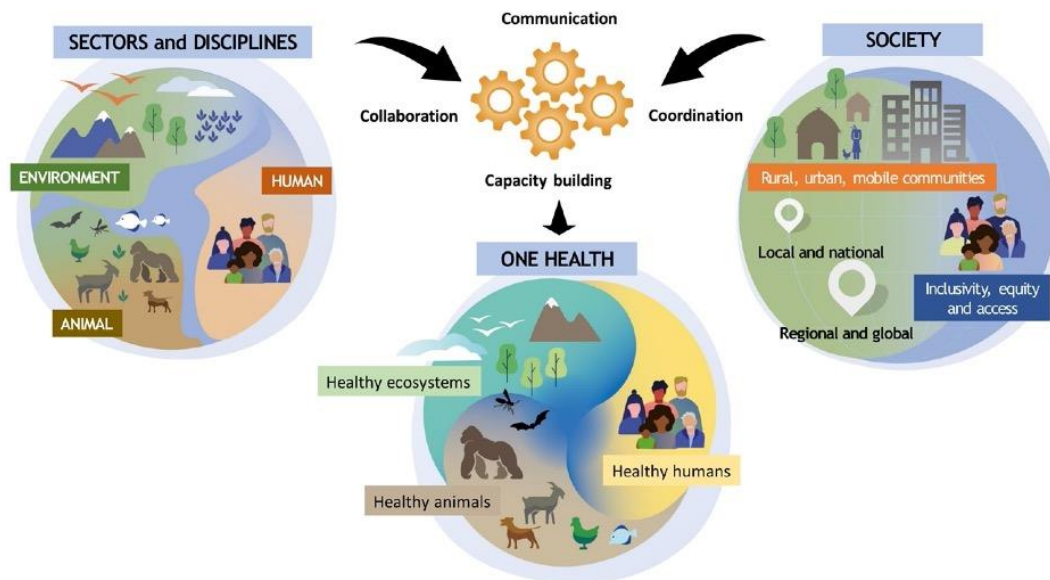
<sup>23</sup> OMS. OHHLEP (2023). The One Health Definition and Principles Developed by OHHLEP. <https://www.who.int/publications/m/item/one-health-definitions-and-principles>



- leva em conta as necessidades coletivas de água potável, energia limpa, ar puro, alimentos seguros e nutritivos;
- age face às mudanças climáticas e contribui ao desenvolvimento sustentável.

Tal conceito costuma ser acompanhado pela imagem que corresponde à figura n. 3.

**Figura n. 3 - O enfoque *Uma só saúde* segundo a Quadripartite**



Fonte: reprodução de One Health High Level Expert Panel (OHHLEP)<sup>23</sup>.

A figura n.3 apresenta a comunicação como uma ação transversal do enfoque *Uma só saúde*, à qual se soma a colaboração intersectorial e multidisciplinar; o desenvolvimento de capacidades para ter ambientes, animais e humanos saudáveis; e a coordenação entre comunidades rurais, urbanas e móveis, assim como entre os planos local, nacional, regional e global, que seria orientada pela busca de inclusividade, equidade e acessibilidade.

Entre os princípios estabelecidos pelo Painel, que refletem quase diretamente a definição já citada, encontram-se:

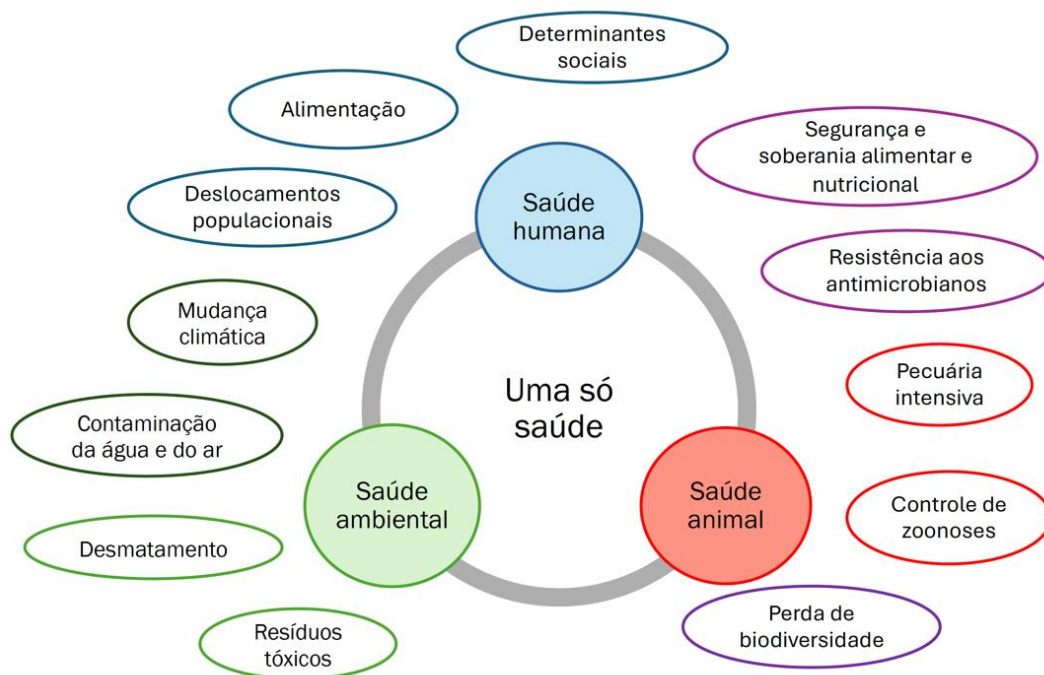
- gerenciamento e responsabilidade dos humanos na mudança de comportamentos e na adoção de soluções sustentáveis que reconheçam a importância do bem-estar animal e a integridade de todo o ecossistema, assegurando assim o bem-estar das gerações atuais e futuras;
- inclusão e envolvimento das comunidades e vozes marginalizadas;
- e equidade entre setores e disciplinas - colaboração transdisciplinar e multisectorial, que inclui todas as disciplinas relevantes, as formas modernas e tradicionais de conhecimento e uma variedade representativa e alargada de perspectivas<sup>23</sup>.

O mais recente relatório do OHHLEP<sup>24</sup> destaca o papel desempenhado pelo painel ao subsidiar as negociações do acordo sobre pandemias, com conteúdos sobre prevenção do transbordamento de patógenos de animais para humanos (*spillover*) e sobre os sistemas de vigilância. Indica, ainda, o compromisso de ampliar o foco do grupo, deslocando a centralidade da saúde humana em benefício de outros eixos, e aumentando a presença das ciências humanas.

Na literatura científica e técnica, encontramos outras representações de *Uma só saúde*, que podem ser sintetizadas em duas grandes correntes: uma focada nos desafios biomédicos, particularmente zoonoses e resistência aos antimicrobianos; e outra que privilegia aspectos sociais e ambientais, integrando os grandes desafios ecológicos às questões de saúde<sup>25</sup>.

A segunda corrente aporta maior complexidade ao debate, citando nominalmente campos de disputa política que envolvem interesses econômicos de monta, além de desafios estruturais dos Estados e das sociedades, como exemplifica, de modo não exaustivo, a figura n. 4.

**Figura n. 4 - Interdependência entre saúde humana, animal e ambiental: fatores associados**



Fonte: tradução e adaptação dos autores de González, S.<sup>26</sup>

<sup>24</sup> OHHLEP (2024). Report 2023. <https://www.who.int/publications/m/item/one-health-high-level-expert-panel-annual-report-2023>

<sup>25</sup> Placidi, D. (2024). La prise en compte des enjeux environnementaux dans les dispositifs d'évaluation internationale des programmes de « santé intégrée » (one health). *Revue juridique de l'environnement*, H-, 59-77. <https://www.cairn.info/revue--2024-HS1-page-59.htm>.

<sup>26</sup> One Health (Una sola salud). ISGlobal, 6 abr. 2021. <https://www.isglobal.org/healthisglobal/-/custom-blog-portlet/one-health-una-sola-salud-o-como-lograr-a-la-vez-una-salud-optima-para-las-personas-los-animales-y-nuestro-planeta/90586/0>

A literatura também ressalta que o enfoque *Uma só saúde* se traduz em estratégias de abordagens teórico-metodológicas para projetar e implementar programas, políticas, legislações e pesquisas, e que requer a atuação integrada entre os setores ligados à promoção da saúde coletiva<sup>27</sup>. Dessa forma, a definição de *Uma só saúde* deve ser ampliada, incluindo não apenas os aspectos biológicos e ecológicos, mas também os sociais e políticos, fundamentais para a promoção de uma saúde coletiva sustentável e equitativa.

É certo que tanto a urbanização como a globalização do modelo industrial de produção animal, principalmente de aves e suínos, enseja populações hospedeiras muito densas que podem levar à evolução de patógenos mais resistentes<sup>28 29 30</sup>. Assim, criou-se um ecossistema global dominado por humanos que favorece o surgimento e a troca de hospedeiros de vírus animais, incluindo famílias de patógenos geneticamente propensos a erros que evoluem a uma velocidade vertiginosa. A monocultura intensiva, tanto na pecuária quanto na agricultura, também promove o desmatamento e outros empreendimentos que aumentam o alcance do transbordamento de patógenos de animais silvestres para os de pecuária, e destes para os trabalhadores do setor<sup>28</sup>.

Apesar da ênfase das organizações internacionais ao apontar a origem animal de emergências sanitárias, não podemos, porém, deixar de recordar um exemplo simples de déficit de aprendizagem na interface entre saúde humana e saúde animal: a declaração da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relativa ao mpox. A OMS passou os meses iniciais da emergência (julho a novembro de 2022) referindo-se oficialmente à doença como “varíola dos macacos”, o que significa descumprir as suas próprias diretrizes que proíbem o uso de nome de animais na denominação das enfermidades, devido ao caráter estigmatizante desta prática<sup>31</sup>. Somente após intensa pressão de entidades e especialistas, diante de numerosos casos de violência contra macacos, é que a OMS providenciou a troca de denominação.

Voltando à *Uma só saúde*, nota-se que, para muitos, a ênfase está nas doenças e não na saúde, como se o controle biomédico de enfermidades pudesse enfrentar de modo satisfatório determinantes estruturais poderosos como a devastação ambiental ou a pecuária intensiva. Podemos considerar a já citada primeira vertente como o enfoque predominante, inclusive no *mainstream* internacional. Exemplo desta ênfase é a figura n.5, na qual os fatores associados aparecem secundariamente, como contexto da ocorrência do *spillover*.

---

<sup>27</sup> Losch, E.L. et al. (2022) Os agrotóxicos no contexto da Saúde Única. Saúde em Debate. v. 46, n. spe2, p.441. <https://doi.org/10.1590/0103-11042022E229>

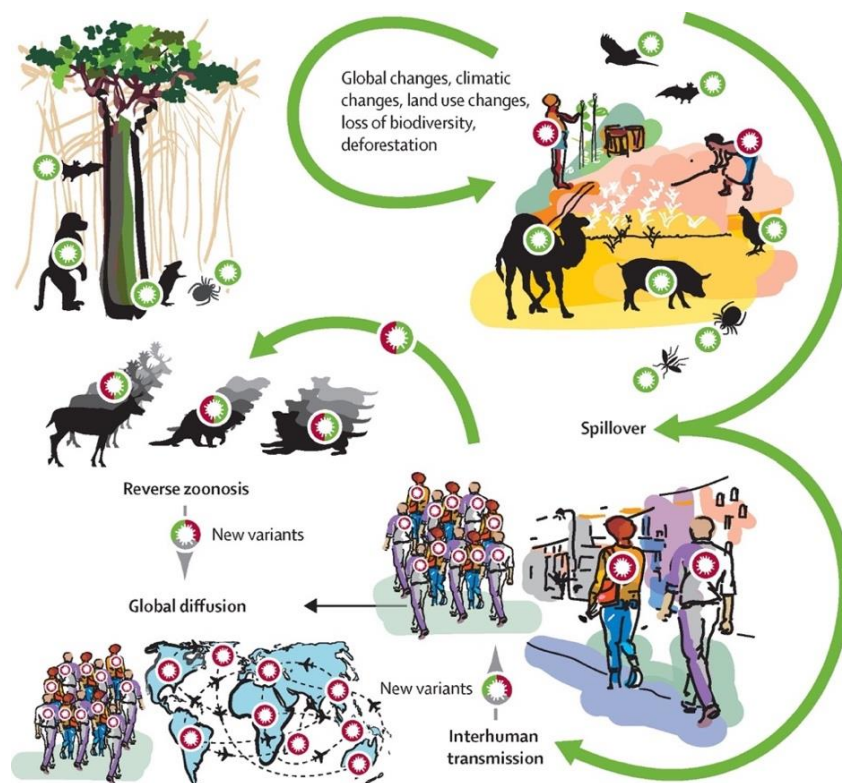
<sup>28</sup> Rogalski, M. A. et al. Human drivers of ecological and evolutionary dynamics in emerging and disappearing infectious disease systems. Philosophical Transactions Biological Sciences of The Royal Society, v. 372, n. 1712, p. 1-9, 2017.

<sup>29</sup> Sansonetti, P. (2020). Covid-19, crónica de una emergencia anunciada. La vie des idées, 30/03.

<sup>30</sup> Wallace, R. (2020). Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante.

<sup>31</sup> Ventura, D., Rached, D. (2023). Da AH1N1 à mpox: a sustentabilidade como elemento central de uma resposta democrática às emergências internacionais de saúde. In: As Múltiplas dimensões da crise de Covid-19: perspectivas críticas da Saúde Global e Sustentabilidade/ Di Giulio, Ribeiro, Ventura (Orgs). São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, p.275-304. Este capítulo é uma versão traduzida, revista e ampliada de “La sustentabilidade como elemento clave de una respuesta a las emergencias internacionales de salud”. In: von Bogdandy, A., Malamud, A., Antoniazzi, M. M. (eds), Ripplinger, A. (Coord.), La democracia ante la pandemia. Transformaciones interamericanas. Buenos Aires/Heidelberg: Katz Editores/Max Planck Institute, 2022, p. 33-5.

Figura n. 5 - Transmissão de doenças zoonóticas



Fonte: reprodução de Lefrançois, T. et al. (2023)<sup>32</sup>.

Para Lefrançois et al.<sup>32</sup>, um sistema de vigilância eficiente, concebido a partir deste enfoque, seria aquele capaz de fornecer dados precoces e robustos sobre um novo patógeno, envolvendo três fatores:

- vigilância e detecção do vírus nos ecossistemas da vida selvagem;
- identificação de possíveis hospedeiros intermediários (na vida selvagem e no gado), e fatores que favorecem transmissão (incluindo processos adaptativos);
- e detecção precoce de infecções assintomáticas ou sintomáticas em humanos expostos.

Embora útil para compreender as dinâmicas epidemiológicas e a emergência de zoonoses, a ênfase em *Uma só saúde* como sistema de vigilância integrada simplifica a complexidade das interações ecológicas, sociais e econômicas que determinam a saúde.

Neste sentido, a origem da abordagem tradicional de *Uma só saúde* pode ser encontrada, entre outras fontes, na ecologia médica, definida como a ciência que estuda as doenças e seus fatores relacionados ao homem, ao meio ambiente e a seus desequilíbrios, geralmente centrada na tríade epidemiológica (ou tríade ecológica das doenças), composta por

<sup>32</sup> After 2 years of the COVID-19 pandemic, translating One Health into action is urgent. *Lancet (London, England)*, 401(10378), p.790. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01840-2](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01840-2)

hospedeiro, agente e meio ambiente<sup>33</sup>. O modelo da história natural das doenças baseia-se nesta tríade<sup>34</sup>, colocando no mesmo plano os fatores sociais, econômicos e fisiopatológicos, o que afasta a questão da determinação social da doença, razão pela qual foi profundamente criticado na área da saúde coletiva<sup>35</sup>. Assim, ao focar exclusivamente na transmissão de patógenos de animais para humanos e na subsequente disseminação, esta vertente negligencia fatores socioeconômicos, culturais e políticos que desempenham um papel crucial na saúde pública. Uma abordagem que considere os fatores que determinam as formas de uso e ocupação da terra e de produção de alimentos, a degradação ambiental e as desigualdades sociais, teria maior capacidade de identificar políticas e estratégias mais efetivas para enfrentamento dos problemas de saúde pública que envolvem a saúde humana, animal e dos ecossistemas.

Além disso, as abordagens que enfatizam a vigilância e o controle podem conduzir a uma visão securitizadora de saúde, podendo levar à percepção de seres humanos e não humanos como potenciais ameaças à saúde global, corroborando narrativas xenófobas e discriminatórias, segundo as quais populações migrantes, por exemplo, são vistas predominantemente como vetores de doenças, em lugar de considerar as condições adversas e vulnerabilidades que essas populações enfrentam. De forma alternativa ou complementar ao enquadramento predominante, vêm surgindo abordagens de *Uma só saúde* voltadas à saúde das minorias e à redução das desigualdades em saúde<sup>36</sup>. Retomaremos a crítica à visão tradicional na seção 8.

#### 4. Linhas de ação

Uma das mais frequentes críticas ao enfoque *Uma só saúde*, como mencionamos na introdução desta nota, é sua modesta tradução na realidade. Neste sentido, a aliança quadripartite (ver figura n.2) desenvolveu o *Plano de Ação Conjunto Uma Só Saúde (2022-2026)*<sup>37</sup>. O alcance pretendido pelo plano está representado pela figura n. 6.

---

<sup>33</sup> Dias-Lima, A.. (2014). Ecologia médica: uma visão holística no contexto das enfermidades humanas. *Revista Brasileira De Educação Médica*, 38(2), 165–172. <https://doi.org/10.1590/S0100-55022014000200002>

<sup>34</sup> Sá, G.R.S. et al. (2017). Um pouco de história: evolução das concepções de saúde, doença e cuidado. In: *Rede de frio: fundamentos para a compreensão do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017, pp. 21-50.

<sup>35</sup> Puttini, R. F., Pereira Junior, A., & Oliveira, L. R. (2010). Modelos explicativos em saúde coletiva: abordagem biopsicossocial e auto-organização. *Physis: Revista De Saúde Coletiva*, 20(3), 753–767. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312010000300004>

<sup>36</sup> Por exemplo, Morgan, B. L. et al. (2022). Adding a One Health approach to a research framework for minority health and health disparities. *eLife*, 11, e76461. <https://doi.org/10.7554/eLife.76461>

<sup>37</sup> FAO, PNUMA, OMS y OMSA. 2023. Plan de acción conjunto "Una sola salud" (2022-2026). Trabajar juntos por la salud de los seres humanos, los animales, las plantas y el medio ambiente. Roma. <https://doi.org/10.4060/cc2289es>

**Figura n. 6 - Linhas de ação previstas no Plano de Ação Conjunto Uma Só Saúde (2022-2026)**

<b>Linha de ação 1</b>	<p>Reforçar as capacidades de Uma Só Saúde para fortalecer os sistemas de saúde</p> <p><b>Objetivo:</b> Fornecer orientações e ferramentas adequadas para a implementação eficaz de abordagens multissetoriais para promover a saúde dos seres humanos, animais, plantas e ecossistemas e para prevenir e gerir os riscos na interface homem-animal-planta-ambiente.</p>
<b>Linha de ação 2</b>	<p>Reduzir os riscos de epidemias e pandemias zoonóticas emergentes e reemergentes</p> <p><b>Objetivo:</b> Reduzir o risco e minimizar os impactos locais e globais das epidemias e pandemias zoonóticas, compreendendo as conexões e os fatores de emergência e de transbordamento de patógenos, adotando a prevenção e fortalecendo sistemas de vigilância, alerta precoce e resposta com a abordagem de Uma Saúde.</p>
<b>Linha de ação 3</b>	<p>Controle e eliminação de doenças zoonóticas endêmicas, doenças tropicais negligenciadas e doenças transmitidas por vetores</p> <p><b>Objetivo:</b> Reduzir a carga das doenças zoonóticas endêmicas, das doenças tropicais negligenciadas e das doenças transmitidas por vetores, apoiando os países na implementação de soluções centradas na comunidade e baseadas no risco, fortalecendo os quadros políticos e jurídicos desde o nível local até o nível global e entre setores, e aumentando o compromisso político e o investimento.</p>
<b>Linha de ação 4</b>	<p>Fortalecimento da avaliação, gestão e comunicação dos riscos de segurança alimentar</p> <p><b>Objetivo:</b> Promover conscientização, mudanças políticas e coordenação de ações para garantir que os seres humanos, os animais e os ecossistemas alcancem a saúde e permaneçam saudáveis nas suas interações com e ao longo da cadeia de abastecimento alimentar.</p>
<b>Linha de ação 5</b>	<p>Limitar a pandemia silenciosa da resistência aos antimicrobianos</p> <p><b>Objetivo:</b> Atuar em conjunto para preservar a eficácia dos antimicrobianos e garantir seu acesso sustentável e equitativo para uma utilização responsável e prudente na saúde humana, animal e vegetal.</p>
<b>Linha de ação 6</b>	<p>Integração do meio ambiente na abordagem de Uma Só Saúde</p> <p><b>Objetivo:</b> Proteger e restaurar a biodiversidade, prevenir a degradação dos ecossistemas e do ambiente em geral para apoiar conjuntamente a saúde das pessoas, animais, plantas e ecossistemas, apoiando o desenvolvimento sustentável.</p>

Fonte: reprodução de Ministério da Saúde<sup>38</sup>.

Embora o plano estipule atividades e metas para cada um destes campos, a generalidade de alguns destes itens contrasta com a precisão de outros, que, por sua vez, implicam dificuldades orçamentárias e políticas de vulto. Chama a atenção, ainda, a necessidade de maior participação social e envolvimento comunitário na realização das metas previstas. Embora o plano mencione a colaboração com comunidades locais e indígenas, não fica claro de que forma essas vozes serão realmente integradas nos processos de tomada de decisão.

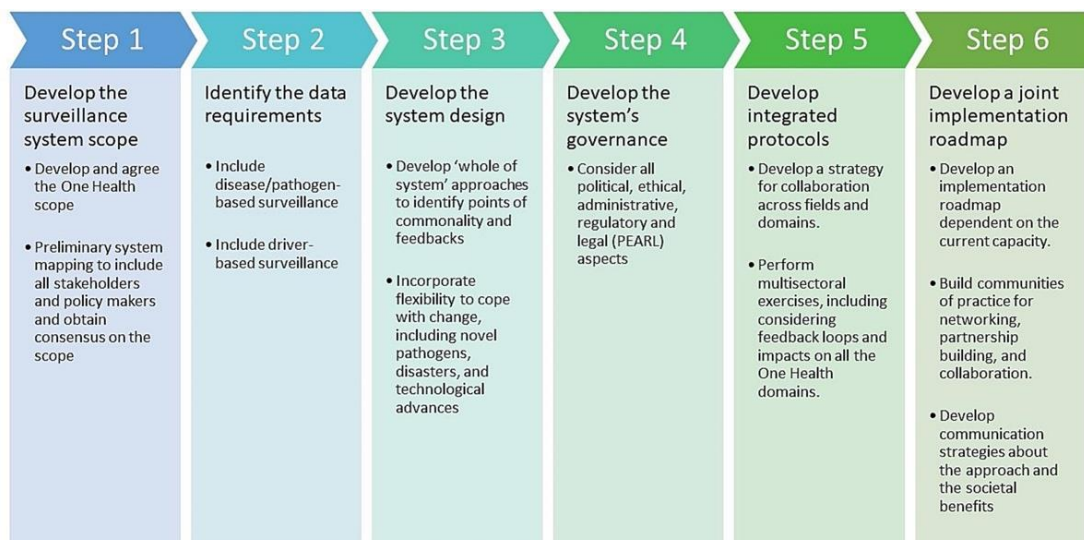
Um guia de implementação deste plano também foi elaborado pela aliança Quadripartite, a fim de contribuir com os Estados em sua adoção e implementação<sup>39</sup>. Reproduzindo consideravelmente o plano original, o guia oferece poucas ferramentas práticas e soluções concretas que possam ser implementadas em contextos nacionais diversos e desafiadores. As orientações relacionadas à proteção da biodiversidade e à gestão ambiental

<sup>38</sup> Brasil. Ministério da Saúde. Portal. Uma só saúde. Plano de ação conjunto. <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/u/uma-so-saude/plano-de-acao-conjunto>

<sup>39</sup> A guide to implementing the One Health Joint Plan of Action at national level (2023). Geneva: World Health Organization, Food and Agriculture Organization of the United Nations, United Nations Environment Programme and World Organisation for Animal Health.

permanecem vagas, enquanto as disposições mais claras e precisas referem-se à vigilância e ao monitoramento de doenças. Exemplo desta ênfase é a figura n. 7.

**Figura n. 7 - Seis passos para desenvolver sistemas de vigilância sob o enfoque *Uma só saúde***



Fonte: reprodução de OHHLEP et al. (2023), p.3<sup>40</sup>.

Segundo o OHLLEP, a implementação dos sistemas de vigilância requer o desenvolvimento de expertises sobre direito e ética, gestão e análise de dados, laboratórios e bioinformática, ciências sociais e econômicas, clínica, saúde pública, saúde animal e saúde ambiental.

## 5. Uma só saúde no RSI

Em 1º de junho último, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou emendas ao Regulamento Sanitário Internacional (RSI), cujas negociações foram conduzidas por um Grupo de Trabalho criado especialmente para este fim. Após um longo e exaustivo processo negociador, a aprovação das emendas representou uma vitória, não somente da OMS, mas de todos os Estados-membros e da sociedade civil, que contribuíram, com posições diversas, para este tema, reafirmando que é possível encontrar soluções para os grandes desafios à saúde pública mundial no âmbito multilateral e sob a coordenação de organizações internacionais, a exemplo da OMS<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> OHHLEP et al. (2023). Developing One Health surveillance systems. *One health* (Amsterdam, Netherlands), 17, 100617. <https://doi.org/10.1016/j.onehlt.2023.100617>

<sup>41</sup> Hage Carmo, E. (2024). Emendas ao Regulamento Sanitário Internacional aprovadas na Assembleia Mundial da Saúde - 2024. Missão cumprida? CEE Fiocruz. 07/06. <https://cee.fiocruz.br/?q=77-assembleia-mundial-da-saud-regulamento-sanitario-internacional>

O enfoque *Uma só saúde* não foi incluído entre as emendas aprovadas<sup>42</sup>, embora existissem propostas neste sentido, em particular sob a proposição dos Estados Unidos<sup>43</sup>. Neste sentido, o Comitê de Revisão que sistematizou as propostas de emendas ao RSI havia referido esta abordagem em 3 momentos de seu relatório final<sup>44</sup>:

- ao recomendar que *Uma só saúde* fosse levado em conta como forma de aumentar as capacidades de resposta a emergências dos sistemas de saúde (p.6);
- ao analisar as propostas de emendas centradas em patógenos, e não em doenças, fortalecendo o papel da vigilância, que buscam detectar rapidamente os riscos emergentes ou reemergentes para a saúde pública (p.19);
- e ao comentar o grupo de propostas de emendas que pretendiam alargar a lista de entidades a quem a OMS deveria notificar a existência de um evento suscetível de tornar-se uma emergência, incluindo as demais organizações da aliança Quadripartite, além de "outros interessados", o que é criticado pelo Comitê de Revisão pela falta de clareza quanto à identidade dos "outros interessados", pela necessidade de consultar previamente as organizações citadas e pelo fato de que já existem mecanismos de ação conjunta da Quadripartite (p. 39-40).

Malgrado a não inclusão direta de *Uma só saúde* no texto do Regulamento, um estudo recente demonstra que muitos marcos de referência e ferramentas elaborados para o desenvolvimento de capacidades nacionais para implementação do RSI mencionam *Uma só saúde*; nos últimos 15 anos, o uso desta abordagem no âmbito do RSI estaria mais voltado às prioridades de segurança da saúde, com menor interesse pelos fatores de emergência de doenças e outros riscos de emergências sanitárias<sup>45</sup>. Exemplo disto é a inclusão, entre os instrumentos utilizados pela OMS para avaliar as capacidades básicas dos países no âmbito do RSI, de uma solicitação aos países que elaborem uma lista das zoonoses prioritárias<sup>46</sup>.

Uma nota específica sobre as emendas ao RSI será divulgada em breve pelo GT.

## 6. Uma só saúde no acordo sobre pandemias

No início das negociações do acordo sobre pandemias, considerou-se a possibilidade de inclusão de compromissos mais efetivos sobre meio ambiente e mudanças climáticas, mas gradualmente consolidou-se a abordagem *Uma só saúde*.

---

<sup>42</sup> OMS. A77/A/CONF./14 01/06/2024.  
[https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf\\_files/WHA77/A77\\_ACONF14-en.pdf](https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA77/A77_ACONF14-en.pdf)

<sup>43</sup> Carlson, C. J., & Phelan, A. L. (2022). International law reform for One Health notifications. *Lancet (London, England)*, 400(10350), 462–468. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)00942-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)00942-4)

<sup>44</sup> OMS. A/WGIHR/2/5 6 February 2023 Report of the Review Committee regarding amendments to the International Health Regulations (2005). [https://apps.who.int/gb/wgihhr/pdf\\_files/wgihhr2/A\\_WGIHR2\\_5-en.pdf?sfvrsn=4b549603\\_12](https://apps.who.int/gb/wgihhr/pdf_files/wgihhr2/A_WGIHR2_5-en.pdf?sfvrsn=4b549603_12)

<sup>45</sup> Mwatondo, A. et al. (2023). A global analysis of One Health Networks and the proliferation of One Health collaborations. *Lancet (London, England)*, 401(10376), 605–616. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(22\)01596-3](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(22)01596-3)

<sup>46</sup> Schneider, C., Oliveira, M.S. (2020). Saúde única e a pandemia de Covid-19. In: Buss, P. M.; Fonseca, L. E. (org.). *Diplomacia da saúde e Covid-19: reflexões a meio caminho*. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz; Editora Fiocruz, p.83-96.



No rascunho mais recente do acordo sobre pandemias, apresentado em abril de 2024<sup>47</sup>, figurou a seguinte proposta (em livre tradução dos autores):

Artigo 5. *Uma só saúde*

1. As Partes comprometem-se a promover, apoiando a prevenção, a preparação e a resposta às pandemias um enfoque *Uma só saúde* que leve em conta a interconexão entre as pessoas, os animais e o meio ambiente, e que seja coerente, integrada, coordenada e colaborativa entre todas as organizações, todos os setores e todos os atores envolvidos, tendo devidamente em conta a situação nacional.
2. As Partes comprometem-se a identificar e combater os fatores determinantes das pandemias, assim como a emergência e a reemergência de doenças na interface homem-animal-ambiente, implementando e integrando intervenções nos planos relevantes de prevenção, preparação e resposta a pandemias.
3. Cada Parte deverá, de acordo com seu contexto nacional, proteger a saúde humana, animal e vegetal, com o apoio da OMS e de outras organizações internacionais relevantes, pelos seguintes meios:
  - (a) Implementação e revisão regular de políticas e estratégias nacionais relevantes que reflitam uma abordagem de *Uma só saúde* para a prevenção, preparação e resposta a pandemias;
  - (b) Promoção da participação efetiva e significativa das comunidades no desenvolvimento e na implementação de políticas, estratégias e medidas de prevenção, detecção e resposta a surtos; e
  - (c) Promoção ou estabelecimento de programas conjuntos de treinamento e educação continuada em relação à abordagem *Uma só saúde* para trabalhadores de saúde humana, animal e ambiental, a fim de desenvolver competências, capacidades e habilidades complementares e relevantes.
4. As modalidades, termos e condições e dimensões operacionais da abordagem *Uma só saúde* serão definidos em maiores detalhes em um instrumento que levará em consideração as disposições do Regulamento Sanitário Internacional (2005) e que será operacionalizado o mais tardar em 31 de maio de 2026.

Foi particularmente o item 5.4 que suscitou o rechaço de países do Sul Global, sendo também criticado por 68 entidades que se manifestaram em nota pública, em maio de 2024, entre elas Oxfam, People's Health Movement e Third World Network. Entre as entidades brasileiras que assinaram a nota estão a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) e o Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (GTPI)<sup>48</sup>. Em síntese, os argumentos da sociedade civil são os seguintes:

- A proposta de adoção de um instrumento jurídico específico sobre *Uma só saúde* teria sido incluída pela União Europeia no texto em abril 2024, no provável apagar das luzes da negociação, considerando que o acordo sobre pandemias seria aprovado na Assembleia Mundial de Saúde em maio. Uma eventual aprovação açodada contrasta com o impacto que este instrumento específico teria sobre outras normas internacionais, como a Convenção sobre Diversidade Biológica, o Protocolo de Nagoia sobre o acesso a recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios

<sup>47</sup> OMS. A/INB/9/3 Rev.1. 22 April 2024. Proposal for the WHO Pandemic Agreement. [https://apps.who.int/gb/inb/pdf\\_files/inb9/A\\_inb9\\_3Rev1-en.pdf](https://apps.who.int/gb/inb/pdf_files/inb9/A_inb9_3Rev1-en.pdf)

<sup>48</sup> Reject "One Health Instrument" in the Pandemic Agreement Civil Society Letter to Developing Country Ambassadors and Permanent Representatives of WTO and UN Missions in Geneva 21 May 2024. <https://healthpolicy-watch.news/wp-content/uploads/2024/06/Global-Letter-Against-One-Health-Instrument-in-Pandemic-Agreement.pdf>

advindos de sua utilização, e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, entre outras.

- Caso o consenso fosse obtido e a Assembleia Mundial da Saúde viesse a apreciar uma proposta de acordo, os Ministérios da Saúde e os membros que ordinariamente fazem parte das delegações nacionais não disporiam de mandato para deliberar de objeto tão vasto. Entre as organizações, tampouco a OMS deveria ocupar-se deste tema sem a participação dos demais membros da aliança quadripartite.
- Por fim, o plano elaborado pela aliança quadripartite, já citado nesta nota, prevê um marco de vigilância de patógenos para fauna selvagem e meio ambiente, em rotas agrícolas e comerciais, e ao longo da cadeia de valor da carne selvagem e seus produtos. Assim, o instrumento sobre *Uma só saúde* poderia engendrar obrigações de compartilhamento de dados capazes de justificar restrições comerciais aos produtos do mundo em desenvolvimento, e afetando desproporcionalmente os seus interesses.

A nota da sociedade civil cita, ainda, um artigo de Carlson et al. para questionar quem se beneficiará da difusão das tecnologias de risco zoonótico, apontando que o desenvolvimento e a aplicação destas tecnologias, e sobretudo o compartilhamento de dados que as torna viáveis, envolvem questões sensíveis como propriedade intelectual, equidade e governança<sup>49</sup>. Considerando as dinâmicas de poder da saúde global, os autores ponderam que esta tecnologia tende a impulsionar as carreiras de pesquisadores de países de alta renda, como os da América do Norte e Europa. Ademais, poderiam ser desenvolvidas como "algoritmos de avaliação de riscos" patenteados por programas corporativos, empresas que atuam na saúde global com fins lucrativos ou instituições sem fins lucrativos que representam interesses corporativos, como tem sido nos últimos anos o desenvolvimento de programas de seguros contra pandemias.

Logo, sem uma governança adequada, os países com maior carga de emergências zoonóticas poderiam acabar comprando seus próprios dados, "reempacotados" em formato analítico, a preços elevados cobrados por cientistas e corporações de países de alta renda. Neste sentido, não se pode acelerar os avanços na tecnologia de risco zoonótico sem mudar o marco colonial existente na saúde global, atribuindo a liderança das pesquisas a pesquisadores dos países de média e baixa renda.

Os autores argumentam, ainda, que, caso a tecnologia de risco zoonótico se torne uma parte amplamente difundida da vigilância, provavelmente será necessário desenvolver novos processos de governança que protejam as carreiras e o crédito dos pesquisadores, mas que também garantam que os anúncios de riscos sejam transparentes e verificáveis, principalmente se resultados alarmantes ou incomuns puderem motivar a preocupação pública ou internacional.

## 7. Uma só saúde no Brasil

O enfoque *Uma só saúde* é amplamente difundido no Brasil. Uma parte desta produção emana de grupos de pesquisadores e profissionais da agricultura e das ciências da saúde que há décadas buscam uma abordagem holística e interdisciplinar da saúde, especialmente em comunidades indígenas e rurais, participando de eventos que ocorreram historicamente no

---

<sup>49</sup> Carlson et al. (2021). The future of zoonotic risk prediction. *Phil. Trans. R. Soc. B* 376:20200358, <http://doi.org/10.1098/rstb.2020.0358>

Brasil e na América Latina, e promovendo projetos de extensão em Medicina Veterinária e Saúde Pública<sup>50</sup>.

A expressiva literatura científica produzida por pesquisadores brasileiros é variada, abordando, além de ensaios e revisões teóricas, doenças e experiências específicas. Podemos citar como exemplos o emprego de enfoques integrados entre saúde ambiental/animal/humana em pesquisas sobre o impacto nefasto da economia agrária sobre a saúde animal e humana na Amazônia, com acelerada perda de biodiversidade e alta prevalência de doenças como chagas, leishmaniose e as transmitidas pelo mosquito *Aedes*<sup>51</sup>; o uso de agrotóxicos<sup>27</sup>; a vigilância de novas doenças virais em suínos<sup>52</sup>; ambientes aquáticos e resistência aos antimicrobianos<sup>53</sup>; a vigilância participativa no Pantanal<sup>54</sup>, entre muitas outras. Parte desta literatura alerta sobre a necessidade de que cada profissional de saúde ou equipe multidisciplinar inclua *Uma Só Saúde* em suas rotinas de trabalho da forma que considere mais adequada, em busca da eficiência e da sustentabilidade de suas ações<sup>55</sup>.

Entre as experiências em curso, destacam-se diversas iniciativas da Fiocruz, entre elas a da Fiocruz Brasília que promove, entre outras, uma parceria com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) para formação em *Uma só saúde*; e a do Instituto Evandro Chagas que ofereceu recentemente o curso *Saúde Única em uma perspectiva global*<sup>56</sup>.

Por outro lado, a inclusão, em 2011, de médicos veterinários nas equipes multidisciplinares da Estratégia de Saúde da Família do Sistema Único de Saúde (SUS), em particular por meio dos Núcleos Ampliados de Saúde da Família, é considerada um exemplo de aplicação do enfoque *Uma só saúde* na atenção primária<sup>57</sup>. Cada equipe pode exercer diferentes atividades conjuntas, como identificação de potenciais emergências zoonóticas, investigação conjunta de surtos, discussão de casos específicos relacionados a alimentos ou animais/vetores, visitas domiciliares para acompanhamento de eventos na interface animal-humano, identificação e controle de vetores e pragas, análise de mudanças ambientais causadas pelo homem e por desastres naturais, e definição de estratégias de prevenção e controle.

---

<sup>50</sup> Carneiro LA, Pettan-Brewer C. (2021). One health: conceito, história e questões relacionadas: revisão e reflexão. In: Miranda AMM, org. Pesquisa em saúde & ambiente na Amazônia: perspectivas para sustentabilidade humana e ambiental na região. Guarujá: Editora Científica, p. 219-40. <https://downloads.editoracientifica.org/articles/210504857.pdf>

<sup>51</sup> Codeço, C. T. et al. (2021). Epidemiology, Biodiversity, and Technological Trajectories in the Brazilian Amazon: From Malaria to COVID-19. *Frontiers in public health* vol. 9 647754. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.647754>

<sup>52</sup> Zanella, J. R. C., & Zanella, G. C.. (2023). One health approach for the surveillance of novel swine viral diseases. *Ciência Animal Brasileira*, 24, e-74048. <https://doi.org/10.1590/1809-6891v24e-74048P>

<sup>53</sup> Resende, J. A., Lúcia da Silva, V., & Diniz, C. G.. (2020). Aquatic environments in the One Health context: modulating the antimicrobial resistance phenomenon. *Acta Limnologica Brasiliensia*, 32, e102. <https://doi.org/10.1590/S2179-975X4719>

<sup>54</sup> Oliveira, J. A. et al. (2024). Vigilância participativa: caminhos para a Saúde Única no Pantanal e na fronteira oeste. *Saúde Em Debate*, 48(140), e8759. <https://doi.org/10.1590/2358-289820241408759P>

<sup>55</sup> Ellwanger, J. H.; Chies, J. A. B. (2022). Saúde Única (One Health): uma abordagem para entender, prevenir e controlar as doenças infecciosas e parasitárias. *Bio Diverso*, Porto Alegre, v. 2, n. 1. <https://seer.ufrgs.br/index.php/biodiverso/article/view/124398>

<sup>56</sup> <https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/hotsite/cvf-node-30225-submission-7876/proposta-pedagogica/7990>

<sup>57</sup> Souza, P.C.A. et al. (2021) A Concrete Example of the One Health Approach in the Brazilian Unified Health System. *Front. Public Health* 9:618234. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.618234>

Em abril de 2024, o Governo Federal instituiu o *Comitê Técnico Interinstitucional de Uma só saúde* para elaborar um Plano de Ação Nacional no prazo de 180 dias<sup>58</sup>. A ele compete também apoiar, monitorar e propor ajustes à implementação do plano; articular com Estados e Municípios com vistas a orientar medidas interfederativas e multissetoriais para a implementação; assessorar tecnicamente o Governo brasileiro em agendas domésticas e internacionais sobre o tema; e apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema.

Esse Comitê, que se reunirá quadrimestralmente sob a coordenação do Ministério da Saúde, terá uma Secretaria-Executiva do Comitê Técnico exercida pela Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. O novo órgão é composto por representantes de entidades ligadas ao Estado de diferentes formas, como indica a Figura n. 8.

**Figura n. 8 - Comitê Técnico Interinstitucional de Uma só saúde (Br): entidades representadas**

Administração direta	Entidades vinculadas	Conselhos profissionais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ministério da Saúde (2), coordenação</li> <li>• Ministério da Agricultura e Pecuária (2)</li> <li>• Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;</li> <li>• Ministério da Defesa;</li> <li>• Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</li> <li>• Ministério da Educação</li> <li>• Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (2)</li> <li>• Ministério das Relações Exteriores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa</li> <li>• Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz</li> <li>• Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama</li> <li>• Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio</li> <li>• Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - Inpe</li> <li>• Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa</li> <li>• Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Federal de Biologia - CFBio</li> <li>• Conselho Federal de Enfermagem - Cofen</li> <li>• Conselho Federal de Farmácia - CFF</li> <li>• Conselho Federal de Medicina - CFM</li> <li>• Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV</li> </ul>

Elaborado pelos autores com base no Decreto Presidencial n. 12.007/2024<sup>58</sup>.

O Ministério da Saúde, como Coordenador do Comitê Técnico, poderá convidar especialistas e representantes da comunidade científica, dos setores público e privado e de entidades da sociedade civil, para participar de suas reuniões, sem direito a voto. Assim, a participação da comunidade científica e da sociedade civil no Comitê Técnico é equiparada à do setor privado, e depende de convite do Ministério da Saúde.

Não obstante, o tema está sendo discutido no âmbito do Conselho Nacional da Saúde (CNS). Na sessão do CNS de 25 de junho de 2024, por exemplo, a Comissão de Vigilância e Saúde do Conselho dialogou com representantes de órgãos como a Coordenação de Vigilância de Zoonoses e Doenças de Transmissão Vetorial do Departamento de Doença Transmissíveis do Ministério da Saúde, o Conselho Federal de Medicina Veterinária, e a Divisão de Saúde Única e Boas Práticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento<sup>59</sup>.

<sup>58</sup> Brasil. Decreto Presidencial n. 12.007, 25/04/2024.

<sup>59</sup> Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Uma Só Saúde: abordagem integrada para enfrentar desafios globais de saúde e meio ambiente. 25 jun. 2024. <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias->

## 8. Desafios da implementação efetiva deste enfoque

Diante da visão hegemônica da abordagem *Uma só saúde*, na qual tendem a predominar os interesses dos países ricos, é fundamental que os países de média e baixa renda consolidem suas próprias versões desta abordagem, de forma condizente com os interesses de suas populações. Nesta seção, apresentaremos resumidamente três perspectivas críticas que defendem *Uma só saúde*, porém com diferentes ênfases.

Começamos por Valéry Ridde (Universidade Paris Cité), Étienne Guillard (SOLTHIS) e Adama Faye (Universidade Cheikh Anta Diop, Dakar, Senegal), que indicam 6 desafios para efetiva implementação deste enfoque<sup>60</sup>.

- Envolver diretamente as comunidades, por meio de mecanismos de participação e governança.
- Descolonizar a saúde, o que significa questionar a forma como os programas de saúde são **governados**, por instâncias e pessoas sem diversidade, que não são representativas de seus destinatários; **financiados**, modificando as prioridades da cooperação internacional hoje centradas nos interesses dos financiadores; **formulados**, com referências claramente neoliberais; e **implementados e avaliados**, com predominância de especialistas do Norte e consultores internacionais.
- Enfrentar as desigualdades sociais em saúde e os embates de poder - não se trata apenas de prestar ajuda aos vulneráveis, e sim de questionar as estruturais sociais que ameaçam a saúde humana, animal e ambiental.
- Questionar os modelos de exploração de recursos agrícolas e naturais - por exemplo, combate ao Ebola na Guiné prejudicado pelas mineradoras; ou de forma mais geral a falta de alternativas a desmatamento, consumo de carne de animais silvestres ou uso de pesticidas.
- Pensar enfoques intersetoriais, participativos e interdisciplinares, constatando que a formação acadêmica, as publicações científicas e políticas públicas ainda estão longe disto; persiste a busca da bala mágica transponível em qualquer lugar, quando **a realidade impõe a saúde única, e não uma solução única para a saúde**.
- Utilizar os resultados das pesquisas, lembrando que frequentemente o nível de tecnicidade de relatórios e artigos os torna ininteligíveis para diversos atores, o que contribui para reforçar a indiferença das políticas e ações concretas em relação aos conhecimentos científicos já acumulados sobre os temas envolvidos.

Uma segunda perspectiva crítica, baseada no pensamento de Rob Wallace - biólogo norte-americano, referência no estudo da inter-relação entre o agronegócio e a origem das pandemias<sup>61</sup>, sustenta que *Uma só saúde* é um enfoque inscrito em um paradigma de gestão

---

cns/3467-uma-so-saude-abordagem-integrada-para-enfrentar-desafios-globais-de-saude-e-meio-ambiente

<sup>60</sup> Ridde, V., Guillard, É., & Faye, A. (2022). Le retour d'« une seule santé » et la santé mondiale : ne reproduisons pas les mêmes erreurs. *Medecine tropicale et sante internationale*, 2(3), mtsi.v2i3.2022.255. <https://doi.org/10.48327/mtsi.v2i3.2022.255>

<sup>61</sup> Wallace R. (2020). *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Elefante.

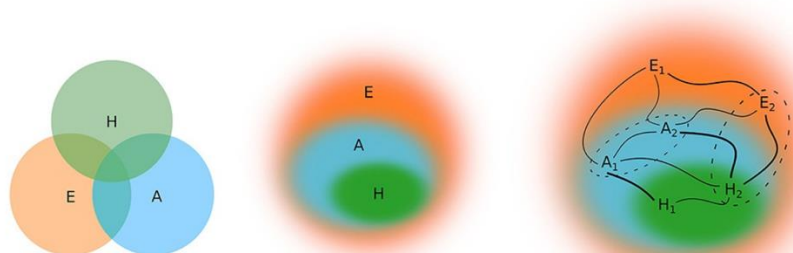
de catástrofe, e não de interrupção da produção das catástrofes, e este seria o seu limite<sup>62</sup>. Neste sentido, uma abordagem de *Saúde Única Estrutural* traria para os modelos de análise as variáveis de mercantilização do solo; os fluxos financeiros e as agências políticas que permitem que florestas sejam derrubadas e reduzidas a latifúndios sojicultores; as formas de ocupação violenta de territórios indígenas e quilombolas capitaneadas por grandes corporações, entre outras.

Por fim, mencionamos a *Rede de Saúde Multiespécie* (SAME), originalmente chamada de Saúde Única em Periferias, que propõe o cuidado decolonial de coletivos multiespécies, liderada pelo Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal da Universidade de São Paulo (VPS-FMVZ-USP)<sup>63</sup>.

Nesta proposta, o ambiente não é entendido como um domínio externo, relacionado ou parcialmente interceptado pelos domínios humano e animal, e sim composto por coletivos multiespécies. O uso acrítico da abordagem convencional de *Uma só saúde* reforçaria a submissão da natureza e dos animais aos humanos, e ocultaria consequências biopolíticas.

Por seguinte, a SAME questiona a apresentação tradicional da interface da saúde ambiental, animal e humana, como demonstra a figura n.9. Em seu lugar, propõe um esquema que reconheça a complexidade destas configurações.

**Figura n. 9 - Crítica ao esquema convencional de *Uma só saúde***



a: animal não humano (espécie/coletivo/indivíduo/intraindivíduo);

h: humano-animal (coletivo/indivíduo/intraindivíduo)

e: vegetais, outros vivos, agentes inanimados (espécie/coletivo/indivíduo/intraindivíduo)

Fonte: reprodução de Baquero O. S. (2021)<sup>64</sup>.

Deste esquema resultam diversas propostas concretas em termos de políticas públicas de saúde multiespécies, fortalecimento de ações comunitárias e capacidades individuais, e

<sup>62</sup> Silva, R. A. da (2023). A guerra do agronegócio contra a saúde coletiva: entrevista com Allan Rodrigo de Campos Silva. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 27, e220488. <https://doi.org/10.1590/interface.220488>

<sup>63</sup> <https://redesame.fmvz.usp.br/> A rede compreende ainda a comunidade São Remo (São Paulo, SP), o Grupo de Pesquisa das Periferias do Instituto de Estudos Avançados (nPeriferias-IEA-USP) e o grupo do Cosmopolíticas do Cuidado no Fim do Mundo da Faculdade de Saúde Pública da USP (Cosmopocu).

<sup>64</sup> One Health of Peripheries: Biopolitics, Social Determination, and Field of Praxis. *Frontiers in public health*, 9, 617003. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.617003>

reorientação de serviços de saúde<sup>65</sup>. Entre os numerosos projetos desta Rede, destacamos os *Agentes Mirins da Saúde Multiespécie (AM-SAME)*, que promove a saúde multiespécie entre adolescentes de duas comunidades do Município de São Paulo: o Jardim São Remo, na Zona Oeste, e, a Serra Pelada, na Zona Norte<sup>66</sup>. Os jovens que participam do projeto atuam de forma similar aos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Promoção Ambiental.

## 9. Considerações finais

A imprescindibilidade de *Uma só saúde* para uma resposta adequada às pandemias, seja qual for a sua abordagem, é evidente, razão pela qual ela **deve estar presente no acordo sobre pandemias**, como princípio orientador da atuação internacional e dos planos nacionais de preparação e resposta às emergências internacionais.

Também são bem-vindos os dispositivos incluídos no texto do acordo sobre pandemias que preconizam a promoção da participação efetiva e significativa das comunidades no desenvolvimento e na implementação de políticas, estratégias e medidas de prevenção, detecção e resposta a surtos sob o prisma *Uma só saúde*; e a promoção ou estabelecimento de programas conjuntos de treinamento e educação continuada sobre esta abordagem para trabalhadores de saúde humana, animal e ambiental.

No entanto, deve ser repudiada a inclusão açodada, no rascunho do acordo sobre pandemias, de um dispositivo sobre a adoção, em curto espaço de tempo, de um instrumento jurídico paralelo e específico sobre *Uma só saúde*. Os países do Sul Global devem dispor de tempo suficiente para amadurecer suas próprias versões desta abordagem, avançando rumo à integração dos setores de saúde ambiental, animal e humana na resposta às emergências, sem deixar de proteger os Estados de média e baixa renda de novas formas de protecionismo comercial e da exploração predatória de dados, entre outras práticas coloniais.

Com o devido tempo, cláusulas que garantam esta proteção em futuros instrumentos jurídicos poderão ser elaboradas e discutidas. Neste sentido, considerando o caráter decisivo da saúde ambiental e da saúde animal na origem das emergências sanitárias, não se justifica uma recusa *per se* de um futuro instrumento internacional específico sobre *Uma só saúde*, mas sim da forma que foi proposta no âmbito do OIN.

No que se refere ao Brasil, entendemos que toda discussão sobre *Uma só saúde* deve ser precedida do compromisso político de fortalecimento dos órgãos de vigilância ambiental e de saúde, duramente atingidos, nos últimos anos, por cortes orçamentários, desvalorização de seus profissionais e ataques à sua autonomia.

A partir deste compromisso de financiamento e fortalecimento, o enfoque *Uma só saúde* poderá ser um dos princípios orientadores de uma profunda revisão da regulamentação brasileira sobre a resposta às emergências de saúde, hoje fragmentada e muito distante das lições da realidade, em particular da experiência da covid-19. Contudo, esperamos que o plano de ação brasileiro vá muito além da vigilância, levando em conta as dimensões econômicas, políticas e sociais deste enfoque. A escuta atenta dos profissionais de saúde e da sociedade civil

---

<sup>65</sup> Baquero, O. S., Benavidez Fernández, M. N., & Acero Aguilar, M. (2021). From Modern Planetary Health to Decolonial Promotion of One Health of Peripheries. *Frontiers in public health*, 9, 637897. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2021.637897>

<sup>66</sup> <https://redesame.fmvz.usp.br/projetos/>

será decisiva para que *Uma só saúde* de fato encontre uma tradução prática nas políticas de saúde brasileiras.

**Como citar esta nota:**

VENTURA, D.; RAMOS, V.; CARMO, E.H.; GALVÃO, L.A.; VIEGAS, L; VILLARDI, P.; SERRA, I.; BERMUDEZ, L.; REGES, P.; BUSS, P. Enfoque “Uma só saúde” (*One Health*): análise crítica e debate sobre inclusão no acordo sobre pandemias. Grupo de Trabalho Acordo sobre Pandemias e Reforma do RSI - Fiocruz/USP, Nota Técnica n. 4, São Paulo/Rio de Janeiro, 26/07/2024. Disponível em <saudeglobal.org>



## **Plano de Ação Pan-Africano para a Mobilidade Ativa: Um Caminho para Cidades mais Seguras e Sustentáveis**

### ***Pan-African Action Plan for Active Mobility: A Pathway to Safer and More Sustainable Cities***

**Danielly Magalhães  
Guto Galvão**

**Summary:** *The Pan-African Action Plan for Active Mobility (PAAPAM) is an initiative led by UNEP and UN-Habitat, aimed at promoting safety, health, and comfort for pedestrians and cyclists across Africa. The "Walking and Cycling in Africa" report highlights the urgent need for safe infrastructure and policies that prioritize sustainable modes of transport. With over one billion Africans walking or cycling daily, the transition to active mobility not only improves public health and reduces accidents but also helps mitigate climate change and promote social equity. Through strategic investments and inclusive policies, PAAPAM seeks to create safer and more resilient transportation networks, particularly benefiting vulnerable groups.*

*In a speech to the COP 29 Climate Organizing Committee, the WHO Director-General discussed the opportunities of the upcoming COP and the importance of climate financing to address health issues such as infectious diseases, urban resilience, and health systems, as well as to drive economic growth.*

**Keywords:** *Active mobility; Public health; Safe infrastructure; Climate change; Social equity*

**Resumo:** *O Plano de Ação Pan-Africano para a Mobilidade Ativa (PAAPAM) é uma iniciativa liderada pelo PNUMA e ONU-Habitat, que visa promover a segurança, saúde e conforto para pedestres e ciclistas em toda a África. O relatório "Andar e Pedalar na África" revela a necessidade urgente de infraestrutura segura e políticas que priorizem modos de transporte sustentáveis. Com mais de um bilhão de africanos caminhando ou pedalando diariamente, a transição para uma mobilidade ativa não só melhora a saúde pública e reduz acidentes, mas também contribui para mitigar as mudanças climáticas e promover a equidade social. Através de investimentos estratégicos e políticas inclusivas, o PAAPAM busca criar redes de transporte mais seguras e resilientes, beneficiando especialmente os grupos vulneráveis.*

*Em discurso ao Comitê organizador da COP 29 do Clima, o diretor geral da OMS fala das oportunidades da próxima COP e do financiamento climático para melhorar às questões de saúde, como doenças infecciosas, resiliência urbana e dos sistemas de saúde, além de gerar crescimento econômico.*

**Palavras-chave:** *Mobilidade ativa; Saúde pública; Infraestrutura segura; Mudanças climáticas; Equidade social*

Na África, mais de um bilhão de pessoas caminham ou pedalam diariamente para chegar ao trabalho, suas casas, escolas e serviços essenciais. Apesar das ações para melhorar as condições desses usuários vulneráveis das estradas, a maioria dos países africanos ainda carece de políticas abrangentes, infraestrutura apropriada e orçamentos suficientes para protegê-los.

Os perigos que enfrentam não se limitam à estrada, mas se estendem a outros riscos à saúde como aumento da exposição à poluição do ar devido ao aumento das emissões por veículos, que também contribui para a crise climática.

Na África, as pessoas gastam em média 56 minutos por dia caminhando ou andando de bicicleta para se transportar, significativamente acima da média global de 43,9 minutos. Essa atividade física diária, que gera o mínimo de ruído e poluição do ar e não requer combustíveis fósseis, oferece benefícios substanciais à saúde. A transição para a mobilidade com emissão zero ou baixa é fundamental para proteger o clima, melhorar a qualidade do ar e aumentar a segurança no trânsito. Essa transição é especialmente vital para grupos vulneráveis, como mulheres, crianças, idosos e pessoas com deficiência, cujas necessidades de mobilidade são frequentemente negligenciadas no planejamento de transporte centrado no carro.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) e a Fundação Walk21 desenvolveram um relatório que apresenta dados sobre a realidade cotidiana de um bilhão de pessoas na África que caminham e pedalam diariamente. Frente a isso, o PNUMA e a UM-Habitat estão liderando o desenvolvimento do Plano de Ação Pan-Africano para a Mobilidade Ativa (PAAPAM), um plano de ação regional que prioriza caminhadas e ciclismo em toda a África, projetado para aumentar o perfil e aumentar o investimento em mobilidade ativa em toda a África.

Ambas as iniciativas são muito importantes para o povo da África como forma de desenvolvimento, mas principalmente sob o ponto de vista da saúde pública e do ambiente, como por exemplo:

- Ao tornar a caminhada e o ciclismo mais seguros, haverá a diminuição do número de acidentes de trânsito, que são uma das principais causas de morte e lesões graves em muitos países africanos
- Incentivar a caminhada e o ciclismo contribui para aumentar os níveis de atividade física na população, o que ajuda a prevenir doenças crônicas, como obesidade, diabetes, doenças cardíacas e hipertensão;
- A promoção de modos de transporte ativos também pode melhorar a saúde mental, já que a atividade física regular é associada à redução do estresse, ansiedade e depressão;
- Ao promover modos de transporte sustentáveis e reduzir a dependência de veículos motorizados, o relatório pode ajudar a diminuir a poluição do ar, que é um fator importante de doenças respiratórias e cardiovasculares;
- Melhorar a infraestrutura para pedestres e ciclistas pode facilitar o acesso das pessoas a serviços essenciais, como cuidados de saúde e educação, especialmente em áreas onde o transporte motorizado é limitado.
- Ao focar na criação de redes de transporte mais seguras e equitativas, o relatório aborda desigualdades no acesso a modos de transporte, o que pode ajudar a reduzir as disparidades em saúde entre diferentes grupos populacionais.

Essas medidas não só melhoram a saúde das pessoas, mas também contribuem para cidades mais sustentáveis e resilientes. Este documento irá detalhar essa Iniciativa e informará sobre os outros pontos.

### **Relatório Andar e Pedalar na África**

O relatório [Andar e Pedalar na África](#) fornece uma linha de base das condições em todos os 54 países africanos usando dados existentes, vistos através das lentes da caminhada e do

ciclismo. Ele destaca a necessidade de tornar a vida das pessoas que caminham e pedalam mais segura, saudável e confortável como uma prioridade central para garantir cidades mais saudáveis e equitativas. O relatório também fornece recomendações claras para governos e outras partes interessadas, equipando os tomadores de decisão com as evidências, o conhecimento e as principais ações necessárias para garantir que as decisões de transporte de hoje abram caminho para redes mais seguras, sustentáveis e resilientes no futuro. Defende a preservação, facilitação e proteção de modos de transporte sustentáveis.

***Principais resultados:***

1- Mais de um bilhão de pessoas na África gastam uma média de 56 minutos caminhando ou andando de bicicleta para transporte todos os dias, um meio de transporte que gera poluição mínima e oferece benefícios significativos à saúde. Apesar da baixa contribuição da África para as mudanças climáticas, o aumento da propriedade de carros está levando a níveis perigosos de poluição do ar, agora uma das principais causas de morte no continente. Para manter o valor dessa alta taxa de deslocamento ativo, o planejamento urbano e o desenvolvimento de infraestrutura devem mudar para priorizar pedestres e ciclistas, melhorando a saúde pública, a resiliência e uma recuperação mais verde.

2- A África é o lugar mais perigoso do mundo para caminhar e andar de bicicleta, com 261 pedestres e 18 ciclistas mortos diariamente. As estradas do continente são perigosas, com apenas 3% dos veículos do mundo, mas 20% das mortes no trânsito global. Em 2019, mais de 260.000 pessoas morreram nas estradas africanas, sendo 36% pedestres e 3% ciclistas. A falta de infraestrutura essencial torna a caminhada e o ciclismo difíceis e inseguros, destacando a necessidade urgente de projetos de ruas mais seguros e a promoção de modos de transporte sustentáveis para proteger os usuários vulneráveis das estradas.

3- A África tem a menor acessibilidade ao transporte público globalmente, com apenas 31,7% da população capaz de acessá-lo a uma distância caminhável de 500m a 1000m, em comparação com a média global de 51,6%. Esse acesso limitado é especialmente desafiador para mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos que dependem de ambientes seguros para caminhar para chegar ao transporte público. Para melhorar a acessibilidade, é crucial implementar sistemas de transporte público multimodal sustentáveis que incluam conectividade não motorizada e zonas de captação bem projetadas.

4- Na África, 95% das estradas avaliadas usando o sistema de classificação iRAP 5 estrelas não fornecem infraestrutura segura para pedestres e 93% falham para ciclistas. A maioria das estradas é classificada como 1 estrela, sem ciclovias, ou travessias seguras e com altas velocidades de veículos. Essa falta de infraestrutura desencoraja a caminhada e o ciclismo, com o aumento da renda levando as pessoas a "comprar sua saída" desses modos, piorando a segurança, a qualidade do ar e o congestionamento do tráfego. Investir em infraestrutura rodoviária mais segura e confortável pode melhorar a interação social, a segurança viária e a acessibilidade, incentivando o transporte ativo e mitigando as mudanças climáticas. As avaliações de qualidade da infraestrutura, como a classificação por estrelas, são cruciais para aumentar a conscientização e melhorar a segurança de pedestres e ciclistas

5- Na África, muitas pessoas que caminham e andam de bicicleta se sentem negligenciadas e desvalorizadas pelos tomadores de decisão do transporte tradicional. A adoção de abordagens centradas no cidadão e sensíveis ao gênero pode impulsionar uma reforma significativa no planejamento do transporte urbano. Caminhar e andar de bicicleta continuarão sendo modos de transporte essenciais por décadas, formando a espinha dorsal da mobilidade resiliente e

sustentável. Seu valor deve ser reconhecido para garantir benefícios diretos e indiretos. Os eventos sem carros são eficazes para reimaginar os espaços públicos e promover caminhadas e ciclismo, convertendo os usuários de carros em defensores. Dias e zonas regulares sem carros celebram a mobilidade ativa e contribuem para a estratégia de redução de emissões de uma cidade.

6- Na África, 59% das pessoas que caminham e andam de bicicleta são apoiadas por uma política, seja autônoma ou parte de uma estratégia de transporte integrada. Tais políticas priorizam as pessoas e o planeta no planejamento de transporte, aumentando o reconhecimento da importância de caminhar e andar de bicicleta e levando a infraestrutura segura e investimento sistemático. Em 2019, apenas 19 dos 54 países africanos tinham uma política de caminhada e ciclismo (35%). Embora alguns governos incorporem esses modos em metas mais amplas de Desenvolvimento Sustentável e Clima, a mudança climática continua sendo uma prioridade mais baixa em comparação com questões urgentes, como a redução de mortes nas estradas. No entanto, as cidades africanas têm uma oportunidade única de "saltar" os investimentos em viagens de veículos particulares e, em vez disso, concentrar-se na melhoria da infraestrutura para pedestres e ciclistas.

### **O Plano de Ação Pan-Africano para a Mobilidade Ativa (PAAPAM)**

Em resposta a essas descobertas, o PNUMA, a ONU-Habitat e seus parceiros estão liderando o desenvolvimento do [Plano de Ação Pan-Africano para a Mobilidade Ativa \(PAAPAM\)](#), um plano de ação regional que prioriza caminhadas e ciclismo, projetado para aumentar o perfil e aumentar o investimento em mobilidade ativa em toda a África. Os investimentos em mobilidade ativa são essenciais para alcançar transformações econômicas e financeiras, promover a equidade social e abordar os objetivos ambientais. Mais importante ainda, estes investimentos são cruciais para assegurar uma transição justa no setor dos transportes.

Como parte do processo de consulta, cinco webinars sub-regionais estão sendo realizados para envolver as partes interessadas, informar o desenvolvimento e a finalização do plano de ação e compartilhar experiências.

A visão do PAAPAM é reter, proteger e capacitar os bilhões de pessoas que caminham e pedalam na África, melhorando a segurança, mitigando as mudanças climáticas, apoiando o transporte público, reduzindo a poluição, beneficiando a saúde pública e promovendo sociedades vibrantes, inclusivas e equitativas.

Metas do PAAPAM:

1. SEGURANÇA: Zero mortes e ferimentos de pedestres e ciclistas.
2. ACESSIBILIDADE: Bens e serviços mais acessíveis universalmente
3. CONFORTO: lugares seguros, fáceis e agradáveis para caminhar e andar de bicicleta.
4. INVESTIMENTO: Caminhar e andar de bicicleta é mais valorizado e priorizado
5. ATIVIDADE: Melhorar a saúde e o bem-estar
6. SATISFAÇÃO: Melhore a experiência de caminhada e ciclismo

Objetivos do PAAPAM:

1. Forneça uma lista de verificação para os governos investirem em caminhadas e ciclismo.

2. Elevar o perfil da mobilidade ativa como uma solução para melhorar a qualidade do ar, cumprir os objetivos climáticos e construir resiliência.

3. Incentive investimentos em caminhadas e ciclismo

4. Facilite o compartilhamento de conhecimento

5. Identificar indicadores-chave de desempenho para permitir que os governos acompanhem o progresso

6. Garantir que a caminhada e o ciclismo sejam incorporados em políticas multissetoriais com liderança política

Ações do PAAPAM:

1. Defender as pessoas que caminham e andam de bicicleta

- Direcione campanhas para públicos e necessidades específicas
- Desenvolver mecanismos de participação ativa para a tomada de decisões
- Comemore a caminhada e o ciclismo

2. Criar lugares seguros, fáceis e agradáveis para caminhar e andar de bicicleta.

- Realize avaliações abrangentes
- Reduzir o potencial de crime e violência
- Estabelecer zonas prioritárias de mobilidade ativa
- Publique e aplique padrões de design
- Fornecer redes, infraestrutura e serviços

3. Incorpore a caminhada e o ciclismo no processo político.

- Assegurar a coordenação multissetorial e multinível
- Capacitar o governo e outras partes interessadas
- Desenvolver políticas, planos de ação e regulamentos adaptados localmente
- Garantir financiamento sustentável
- Monitore e avalie o impacto

#### **Discurso do diretor-geral da OMS no Comitê Consultivo Internacional da COP29 – 11 de julho de 2024**

Em [discurso](#), o Diretor-geral da OMS enfatizou a ligação crítica entre as mudanças climáticas e a saúde humana no Comitê Consultivo Internacional da COP29, enfatizando que a crise climática é uma crise de saúde com impactos imediatos, como eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar e disseminação de doenças como cólera e malária. Ele destacou as oportunidades da ação climática para melhorar a saúde, podendo salvar milhões de vidas anualmente, além de proporcionar um forte retorno econômico. A COP29 apresenta uma oportunidade para demonstrar como a ação climática pode melhorar a saúde e o bem-estar, inclusive por meio de planejamento urbano sustentável, serviços resilientes ao clima e transporte ativo. Ele mencionou as próximas iniciativas globais sob a presidência da COP29 do Azerbaijão, como a construção de sistemas de saúde resilientes ao clima e a reimaginação de ambientes urbanos para reduzir a poluição do ar e combater as desigualdades. O diretor-geral pediu apoio contínuo para garantir que a saúde continue sendo central para a agenda climática,

promovendo o desenvolvimento de sistemas de saúde resilientes e amigáveis ao clima que possam deixar um legado duradouro para o desenvolvimento sustentável

### **Consulta à Comunidade de Saúde sobre o Plano de Ação Global sobre Mudança do Clima e Saúde**

Em resposta à crise climática, a 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) adotou a Resolução WHA77.14 em maio de 2024, que pede o desenvolvimento de um plano de ação global da OMS sobre mudanças climáticas e saúde. A OMS está pedindo uma consulta para garantir que as perspectivas da comunidade de saúde sejam incorporadas a este plano. Por meio de discussões interativas, os participantes terão a oportunidade de compartilhar suas experiências, fornecer feedback e contribuir para moldar o Plano de Ação Global. A experiência da comunidade de saúde é vital para elaborar uma resposta abrangente e eficaz à emergência global de saúde climática.

Apesar dos objetivos do Acordo de Paris, as tendências atuais sugerem que os limites críticos de temperatura podem ser excedidos e menos de 1% do financiamento climático atualmente apoia a proteção da saúde. O novo plano da OMS, refletindo resoluções e estratégias recentes, busca preencher essa lacuna. Esta consulta coletará feedback dos profissionais de saúde para desenvolver uma resposta robusta à crise climática-sanitária.

Quando: 20 de agosto de 2024, 14:00-15:30 CET

Como: A reunião será realizada no Zoom. Os detalhes da conexão serão compartilhados antes do evento.

### **Curso de Resposta ao Clima e Saúde na África para profissionais de saúde**

Para lidar de forma eficaz com a interseção entre clima e saúde, é fundamental entender a dinâmica das suas interações, o nível atual de conhecimento científico e as soluções possíveis para adaptação, mitigação e resiliência. Esses princípios devem ser aplicados tanto às necessidades de saúde individuais quanto às populacionais, visando o desenvolvimento de estratégias e tratamentos de saúde pública eficazes. No entanto, o campo de clima e saúde enfrenta lacunas significativas em termos de expertise, conhecimento e programas educacionais. Para superar essas lacunas, é essencial aprimorar as habilidades e conhecimentos de pesquisadores, clínicos, profissionais de saúde pública, trabalhadores de emergência, educadores, líderes de saúde e formuladores de políticas, capacitando-os a proteger melhor a saúde e o bem-estar da população. O setor de saúde deve estar preparado para os impactos relacionados ao clima, adaptando-se para garantir a continuidade das operações e minimizar o impacto ambiental. A comunicação eficaz com o público sobre essas mudanças também é crucial.

O Curso de Resposta ao Clima e Saúde na África, desenvolvido em parceria com o Global Consortium on Climate and Health Education (GCCHE) da Universidade de Columbia, a Associação de Escolas de Saúde Pública na África (ASPHA), o CDC-África, a OMS AFRO, o Project ECHO e a rede CHANCE, visa atender a essa necessidade crítica. O curso é gratuito, online e terá interpretação em português, inglês e francês. O curso será composto por 10 sessões e começa em setembro. Para mais informações e inscrição, clique [aqui](#).

**Com o discurso de um futuro equitativo para todos, ONU e OIT se unem para tentar reduzir a enorme distância que ainda separa regiões, países e pessoas no mundo da Inteligência Artificial (IA)**

***With the aim of promoting an equitable future for all, the UN and the ILO are joining forces to try to reduce the enormous gap that still separates regions, countries and people in the world of Artificial Intelligence (AI)***

**René Mendes**

**Resumo:** Um dos destaques da atuação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na primeira quinzena de agosto foi o lançamento do Relatório Conjunto OIT e Secretariado Especial da ONU para Tecnologia, intitulado ***Mind the Gap: Bridging the AI divide will ensure an equitable future for all***<sup>67</sup>, em 7 de agosto. “A revolução da Inteligência Artificial só aumentará a lacuna entre países de alta e baixa renda, a menos que uma ação internacional cooperativa seja tomada”, alerta o Relatório Conjunto, e nosso texto busca fazer uma síntese dos pontos mais importantes. Por certo, todas as iniciativas nacionais e internacionais para assegurar que as enormes potencialidades da Inteligência Artificial (AI) alcancem de forma democrática a todos os países e regiões, e a todas as pessoas, são mais do que bem-vindas e meritórias. E esta universalidade da AI deveria começar na própria “cadeia produtiva” da AI ‘generativa’, e não apenas em suas múltiplas aplicações e usos na Educação, na Saúde e na humanização dos processos e ambientes de trabalho. Contudo, como bem demonstra o Relatório Conjunto da ONU e OIT, até o momento o “mundo da Inteligência Artificial” vem reproduzindo e, ao que tudo indica, ampliando as desigualdades e disparidades sociais e econômicas, até por ser majoritariamente dominado pelas *big techs* e pelo capital financeiro. Portanto, os discursos ‘oficiais’ da ONU e da OIT mostram-se inócuos, indo do ingênuo ao inútil. Como enfrentar de fato essas complexas questões, que não são apenas tecnológicas, mas sim, essencialmente políticas? Ainda faltam debates críticos, sinceros e honestos!

**Palavras-chave:** OIT, Inteligência Artificial, Trabalho, Trabalhadores.

**Abstract** - *One of the highlights of the International Labour Organization (ILO)’s work in the first half of August was the launch of the Joint Report by the ILO and the UN Special Secretariat for Technology, entitled **Mind the Gap: Bridging the AI divide will ensure an equitable future for all**, on August 7. “The Artificial Intelligence revolution will only widen the gap between high- and low-income countries unless cooperative international action is taken,” warns the Joint Report, and our text seeks to summarize the most important points. Certainly, all national and international initiatives to ensure that the enormous potential of Artificial Intelligence (AI) reaches all countries and regions, and all people, in a democratic way, are more than welcome and meritorious. And this universality of AI should begin in the “value chain” of ‘generative’ AI itself, and not only in its multiple applications and uses in Education, Health and in the humanization of work processes and environments. However, as the Joint Report of the UN and ILO clearly demonstrates, the “world of Artificial Intelligence” has so far been reproducing and, by all indications, widening social and economic inequalities and disparities, because it is largely*

---

<sup>67</sup> <https://www.ilo.org/resource/news/mind-gap-bridging-ai-divide-will-ensure-equitable-future-all>

*dominated by big tech and financial capital. Therefore, the 'official' discourses of the UN and the ILO have proven to be innocuous, ranging from naive to useless. How can we truly address these complex issues, which are not only technological, but essentially political? Critical, sincere and honest debates are still needed!*

**Keywords:** ILO, Artificial Intelligence, Work, Workers.

## Introdução

Um dos destaques da atuação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) na primeira quinzena de agosto foi o lançamento do Relatório Conjunto OIT e Secretariado Especial da ONU para Tecnologia, intitulado ***Mind the Gap: Bridging the AI divide will ensure an equitable future for all***<sup>68</sup>, em 7 de agosto. “A revolução da Inteligência Artificial só aumentará a lacuna entre países de alta e baixa renda, a menos que uma ação internacional cooperativa seja tomada”, alerta o Relatório Conjunto, assinado por Amandeep Singh Gill, Enviado do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Tecnologia, e por Gilbert F. Hounqbo- Diretor-Geral da OIT. O documento ainda se encontra unicamente em inglês, e nosso texto busca fazer uma síntese dos pontos mais importantes.

Segundo a agência de notícias da OIT, sediada em Genebra, o relatório intitulado ***Mind the AI Divide: Shaping a Global Perspective on the Future of Work***<sup>69</sup> descobriu que a IA está revolucionando indústrias em todo o mundo, oferecendo tremendas oportunidades de inovação e produtividade. No entanto, também está exacerbando as desigualdades econômicas e sociais devido a taxas desiguais de investimento, adoção e uso. Essa emergente “lacuna de IA”, ou “fosso”<sup>70</sup> de separação, como traduziram os franceses, ou “brecha”<sup>71</sup>, como foi rotulado o título desta publicação, significa que nações de alta renda se beneficiam desproporcionalmente dos avanços da IA, enquanto países de baixa e média renda, particularmente na África, ficam para trás.

O local de trabalho é onde a Inteligência Artificial pode levar a ganhos de produtividade e melhores condições de trabalho. O acesso desigual à infraestrutura, tecnologia, educação de qualidade e capacitação, no entanto, pode levar à adoção desigual da IA, o que, por sua vez, aprofundaria as desigualdades globalmente, prossegue a Agência.

Os países de alta renda estão bem posicionados para alavancar a IA para ganhos de produtividade, enquanto os países em desenvolvimento podem enfrentar gargalos devido à falta de infraestrutura digital. Essa disparidade pode transformar um redutor temporário contra mudanças impulsionadas pela IA em uma barreira de longo prazo para a prosperidade econômica.

Parcerias globais e estratégias proativas para apoiar nações em desenvolvimento, incluindo acesso à infraestrutura digital, qualificação e diálogo social, são pré-requisitos

---

<sup>68</sup> <https://www.ilo.org/resource/news/mind-gap-bridging-ai-divide-will-ensure-equitable-future-all>

<sup>69</sup> <https://www.ilo.org/es/publications/major-publications/mind-ai-divide-shaping-global-perspective-future-work>

<sup>70</sup> <https://www.ilo.org/fr/resource/news/comble-le-fosse-de-lintelligence-artificielle-garantira-un-avenir>

<sup>71</sup> <https://www.ilo.org/es/resource/news/cuidado-con-la-brecha-reducir-la-brecha-de-la-ia-garantizara-un-futuro>



necessários para reduzir a lacuna tecnológica e garantir que a revolução da IA não deixe parcelas significativas da população mundial para trás.

Anualmente, mais de US\$ 300 bilhões são gastos globalmente em tecnologia para aumentar a capacidade de computação, mas esses investimentos são focados principalmente em nações de renda mais alta, criando uma disparidade no acesso à infraestrutura e desenvolvimento de habilidades que coloca os países em desenvolvimento e suas startups nacionais em grande desvantagem.

Além disso, sem indústrias nacionais de tecnologia, os trabalhadores em nações em desenvolvimento que têm as habilidades oferecerão suas habilidades por meio de plataformas *freelance*, efetivamente construindo empresas em outros países, criando uma *fuga de cérebros* virtual.

O Relatório também observa que as mulheres são mais vulneráveis aos efeitos de automação da IA, particularmente em funções de terceirização de processos administrativos e de negócios, como *call centers*, prevalentes em economias em desenvolvimento. No entanto, a pesquisa sugere que, embora a automação corra o risco de deslocamento de empregos, ela também oferece potencial para aumento de empregos, melhorando a qualidade e a produtividade do trabalho.

O Relatório propôs três pilares de políticas: cooperação internacional fortalecida, construção de capacidade nacional e abordagem da IA no mundo do trabalho. Isso inclui:

- **Melhoria da infraestrutura digital:** os países em desenvolvimento precisam de infraestrutura digital robusta para dar suporte à adoção da IA. Isso inclui acesso à eletricidade, banda larga e tecnologias de comunicação modernas.
- **Promover a transferência de tecnologia:** países de alta renda devem auxiliar na transferência de tecnologias e conhecimento de IA para nações em desenvolvimento, promovendo um ambiente colaborativo para o avanço tecnológico.
- **Construindo habilidades de IA:** o investimento em educação e treinamento é crucial para equipar a força de trabalho com as habilidades de IA necessárias. Isso permitirá que os trabalhadores se adaptem e se beneficiem das mudanças impulsionadas pela IA.
- **Incentivar o diálogo social:** a integração eficaz da IA nos locais de trabalho requer diálogo social para garantir que os avanços tecnológicos respeitem os direitos dos trabalhadores e melhorem a qualidade do emprego.

O relatório "**Mind the AI Divide**" também convoca formuladores de políticas, líderes da indústria e organizações internacionais a trabalharem juntos para moldar um futuro justo e inclusivo impulsionado pela IA.

Faremos, a seguir, uma **breve síntese** do Relatório.

## **Prefácio**

A adoção desigual da Inteligência Artificial (IA) é uma questão crítica que vai além do crescimento econômico. Ela impacta a equidade global, a justiça e o contrato social que está no cerne da justiça social. As disparidades no acesso a infraestrutura robusta, tecnologia avançada, educação e capacitação de qualidade estão aprofundando as desigualdades existentes. À medida que a economia global muda cada vez mais para a produção e inovação impulsionadas pela IA, os países menos desenvolvidos correm o risco de ficar ainda mais para trás, exacerbando as divisões econômicas e sociais. Sem esforços direcionados e concertados para superar essa

desigualdade (brecha, lacuna, fosso) digital, o potencial da IA para promover o desenvolvimento sustentável e aliviar a pobreza permanecerá não realizado, deixando parcelas significativas da população global em desvantagem no cenário tecnológico em rápida evolução.

Durante as consultas realizadas pelo Órgão Consultivo de Alto Nível do Secretário-Geral sobre Inteligência Artificial, ficou claro que o mundo do trabalho está no cerne da adoção da IA. Portanto, é fundamental entender o potencial da IA para afetar a demanda de trabalho e transformar ocupações. É no local de trabalho que o potencial para ganhos de produtividade e melhores condições de trabalho para o benefício dos trabalhadores, suas famílias e sociedades em geral pode ser realizado. Mas tais benefícios não acontecerão por si só; eles somente serão alcançados se as condições certas estiverem em vigor, incluindo a disponibilidade de infraestrutura e habilidades digitais, mas também uma cultura de diálogo social que promova uma integração positiva da tecnologia.

Promover o crescimento inclusivo requer estratégias proativas para apoiar o desenvolvimento da IA em países do lado errado da divisão da IA. Isso envolve aprimorar a infraestrutura digital, promover a transferência de tecnologia, desenvolver habilidades de IA e garantir que todos os empregos ao longo da cadeia de valor da IA sejam de boa qualidade e melhorem a vida dos trabalhadores. Ao priorizar a colaboração internacional na construção de capacidade de IA, podemos criar um ecossistema de IA mais equitativo e resiliente, desbloqueando oportunidades para prosperidade compartilhada e avanço humano em todo o mundo.

“Estamos ansiosos para continuar nossos esforços colaborativos para moldar a governança global da IA; defender a dignidade humana e os padrões de trabalho e expandir as oportunidades econômicas para todos”, é a mensagem final do Prefácio assinado por Amandeep Singh Gill - Enviado do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Tecnologia, e Gilbert F. Hounbo - Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho.

## **Introdução ao Relatório**

O rápido avanço da Inteligência Artificial (IA) promete transformações generalizadas para nossas sociedades, nossas economias e o mundo do trabalho. Embora tais avanços ofereçam tremendas oportunidades de inovação e produtividade, as taxas desiguais de investimento, adoção e uso entre os países correm o risco de exacerbar as já amplas disparidades de renda e qualidade de vida. Há uma pronunciada "lacuna de IA" emergindo, onde nações de alta renda se beneficiam desproporcionalmente dos avanços da IA, enquanto países de baixa e média renda, particularmente na África, ficam para trás. Pior, essa grave lacuna aumentará, a menos que ações concertadas sejam tomadas para promover a cooperação internacional em apoio aos países em desenvolvimento. A ausência de tais políticas não apenas ampliará as desigualdades globais, mas corre o risco de desperdiçar o potencial da IA de servir como um catalisador para o progresso social e econômico generalizado.

Embora a IA possa afetar potencialmente muitos aspectos de nossas vidas diárias, seu impacto provavelmente será mais agudo no local de trabalho. Os países mais ricos estão mais expostos aos potenciais efeitos de automação da IA no mundo do trabalho, mas também estão mais bem posicionados para perceber os ganhos de produtividade que ela oferece. Os países em desenvolvimento, por outro lado, podem ser temporariamente protegidos devido à falta de infraestrutura digital, mas esse poder redutor corre o risco de se tornar um gargalo para o crescimento da produtividade e, mais importante, para a prosperidade futura de suas populações.

Garantir um crescimento inclusivo no futuro requer medidas proativas para capacitar o desenvolvimento da IA em países na extremidade receptora desfavorecida da exclusão digital, promovendo a infraestrutura digital, bem como habilidades de IA, e promovendo a transferência e absorção de tecnologia. Essas habilidades digitais também podem permitir uma integração mais positiva da IA no local de trabalho, especialmente quando combinadas com o diálogo social. O diálogo social sobre o *design*, implementação e uso da tecnologia no local de trabalho, bem como no desenvolvimento de regulamentações essenciais para garantir o respeito aos direitos fundamentais dos trabalhadores, é necessário. De fato, se a integração da tecnologia nos processos de trabalho estimula o crescimento da produtividade ou melhora as condições de trabalho, em apoio à justiça social, depende em grande parte da força dessa colaboração e diálogo.

Os esforços soberanos desempenham um papel crucial na formação da capacitação em IA, à medida que os países afirmam sua autonomia no desenvolvimento de estratégias e políticas adaptadas aos seus contextos socioeconômicos únicos. Processos locais, impulsionados por valores culturais, economias políticas e necessidades sociais, podem impactar significativamente a eficácia e a sustentabilidade das iniciativas de IA. No entanto, disparidades em recursos e expertise permanecem e podem dificultar o desenvolvimento de IA no Sul Global. Em resposta, há um reconhecimento crescente da responsabilidade dos países desenvolvidos em apoiar os esforços de capacitação em países com escassez de recursos. Conforme descrito no recente **Relatório Interino do Órgão Consultivo de Alto Nível do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre IA**<sup>72</sup>, esse reconhecimento se estende além da ajuda financeira para incluir compartilhamento de conhecimento, desenvolvimento de habilidades, transferência de tecnologia, bem como parcerias colaborativas de pesquisa e desenvolvimento. Ao alavancar seus ecossistemas avançados de IA, o Norte Global pode ajudar a preencher a lacuna e capacitar os países do Sul Global a aproveitarem a IA para o desenvolvimento sustentável, respeitando sua soberania e promovendo ecossistemas de inovação locais. Ao priorizar a colaboração global para a capacitação em IA, a comunidade internacional pode nutrir um ecossistema global de IA mais equitativo e resiliente, desbloqueando oportunidades para prosperidade compartilhada e florescimento humano em todo o mundo.

### **Terreno irregular e desigual: compreendendo o papel da IA na reformulação dos mercados de trabalho**

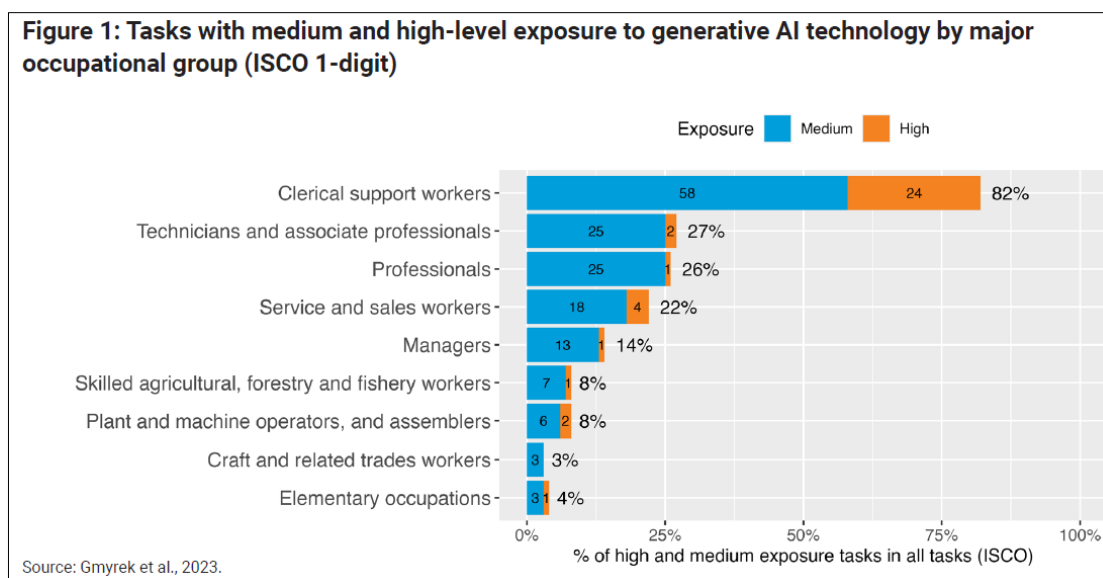
Pesquisas sobre os possíveis efeitos da IA generativa no emprego em todo o mundo sugerem que, embora provavelmente haja efeitos transformadores importantes em algumas ocupações, os impactos em termos de perdas de empregos são muito menores do que os números de manchetes que aparecem na mídia e certamente não apontam para um futuro sem empregos. De acordo com uma análise realizada pela Organização Internacional do Trabalho sobre a exposição potencial de tarefas à tecnologia de IA generativa, os trabalhadores de apoio administrativo são o grupo ocupacional mais exposto, com 24% das tarefas nesses empregos associadas a alto nível de exposição à automação e outros 58% com exposição de nível médio (consulte a Figura 1)<sup>73</sup>. Outros grupos ocupacionais são menos expostos, com apenas 1 a 4% das tarefas consideradas como tendo alto potencial de automação e tarefas de exposição média não

---

<sup>72</sup> <https://www.un.org/ai-advisory-body>

<sup>73</sup> P. Gmyrek, J. Berg, and D. Bescond, 'Generative AI and Jobs: A global analysis of potential effects on job quantity and quality', Working paper, Aug. 2023. Accessed: Oct. 30, 2023. [Online]. Available: [http://www.ilo.org/global/publications/working-papers/WCMS\\_890761/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/global/publications/working-papers/WCMS_890761/lang--en/index.htm)

excedendo 25%. Isso significa que, embora certas tarefas nessas ocupações possam ser potencialmente automatizadas, a maioria das tarefas ainda requer intervenção humana. Essa automação parcial pode permitir ganhos de eficiência, permitindo que os humanos gastem mais tempo em outras áreas de trabalho.

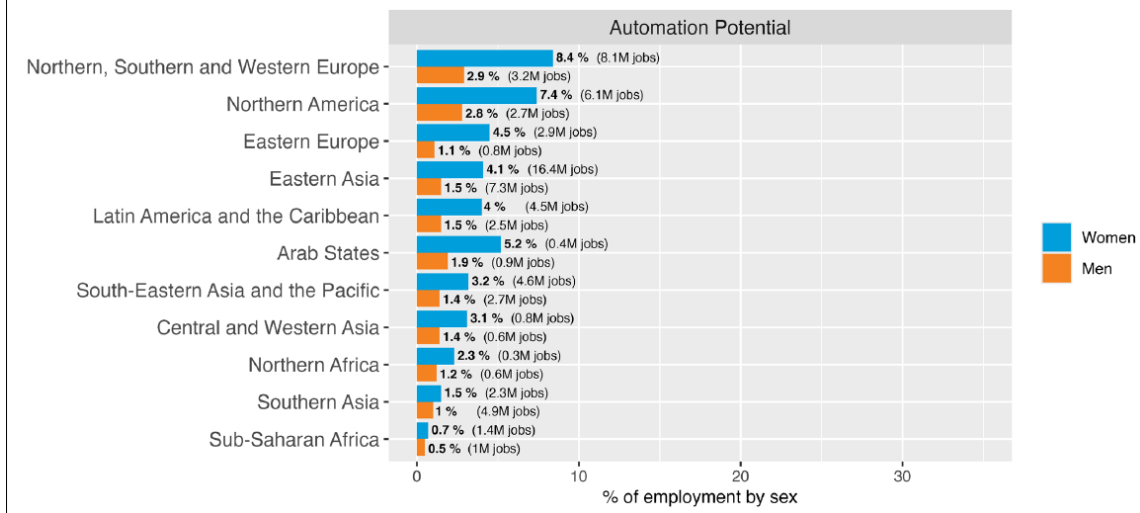


É importante ressaltar que a automação de tarefas não implica necessariamente redundâncias, pois a tecnologia também pode complementar ou aumentar o trabalho humano quando apenas certas tarefas são automatizadas. Se a adoção da tecnologia leva à automação (perda de emprego) ou ao aumento (complementaridade de emprego) depende da centralidade da tarefa automatizada para a ocupação, como a tecnologia é integrada aos processos de trabalho e do desejo da gerência de reter humanos para executar ou supervisionar algumas das tarefas, apesar do potencial da automação.

A análise da OIT usa pontuações de exposição ocupacional (a exposição média de cada uma das tarefas dentro de uma ocupação) e aplica essas pontuações a dados de emprego de pesquisas de força de trabalho de mais de 140 países para avaliar o impacto potencial do emprego em nível global e regional. Com relação à automação, a parcela de emprego exposta é mais alta na Europa e na América do Norte, refletindo a maior diversificação econômica e do mercado de trabalho dessas regiões. Na América Latina, Ásia e África, a parcela do potencial de emprego exposto à automação é muito menor, devido à maior parcela de trabalhadores empregados em ocupações que não seriam expostas à tecnologia de IA generativa, como agricultura, transporte ou venda de alimentos.

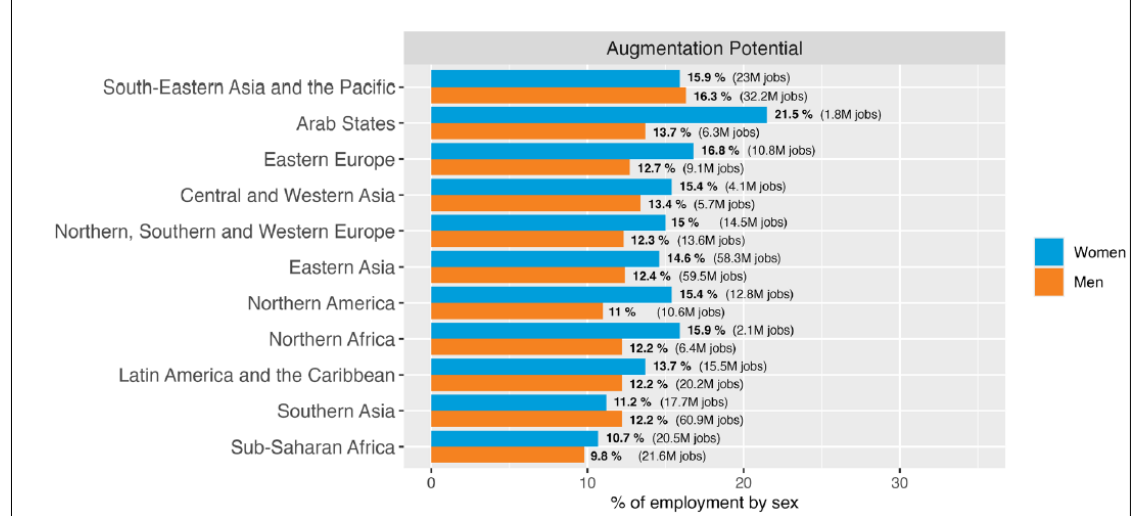
No entanto, a exposição potencial das mulheres aos efeitos de automação da tecnologia de IA generativa é muito maior, devido à sua super-representação em ocupações clericais (Figura 2). Na maioria das regiões, a exposição potencial das mulheres é mais do que o dobro da exposição dos homens. Parte desse emprego está na terceirização de processos de negócios, como trabalho de contato ou *call center*, que é uma parte importante da economia de vários países em desenvolvimento, incluindo a Índia e as Filipinas. A indústria é uma fonte importante de emprego formal e relativamente bem pago, especialmente para mulheres. Embora a exposição potencial não se traduza necessariamente em deslocamento, é claro que os avanços na tecnologia podem colocar alguns desses empregos em risco.

**Figure 2: Potential exposure to automation by global sub-region**



Outra descoberta é que uma parcela significativamente maior do emprego total está em ocupações com alto potencial de aumento, e isso se mantém em todas as regiões, de 10,2% na África Subsaariana a 16,1% no Sudeste Asiático e Pacífico (Figura 3).

**Figure 3: Potential exposure to augmentation by global sub-region**

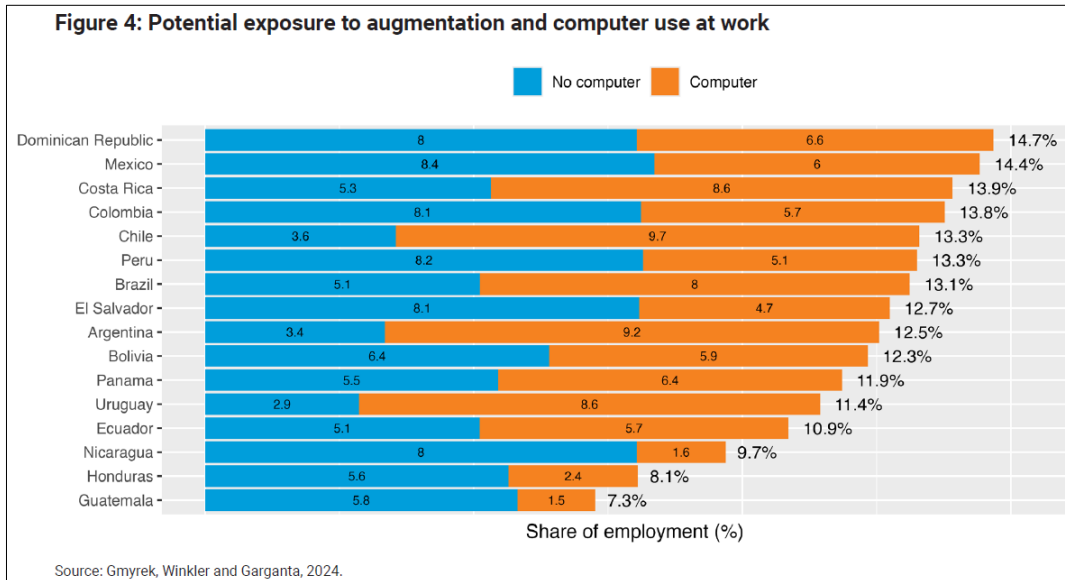


Assim, o potencial para as ocupações se beneficiarem dos efeitos de aumento de produtividade da tecnologia é relativamente semelhante em todos os países. Na prática, no entanto, é menos provável que seja realizado devido a restrições na infraestrutura física (acesso à eletricidade, banda larga), bem como habilidades digitais. De fato, pesquisas subsequentes que incorporam dados sobre o uso de computadores no trabalho<sup>74</sup> revelam que muitas das ocupações com potencial de aumento têm uso relativamente baixo de computadores no trabalho, devido a restrições na infraestrutura física (acesso à eletricidade, banda larga), bem

<sup>74</sup> <https://www.ilo.org/es/publications/la-ia-generativa-y-los-empleos-en-america-latina-y-el-caribe-la-brecha>

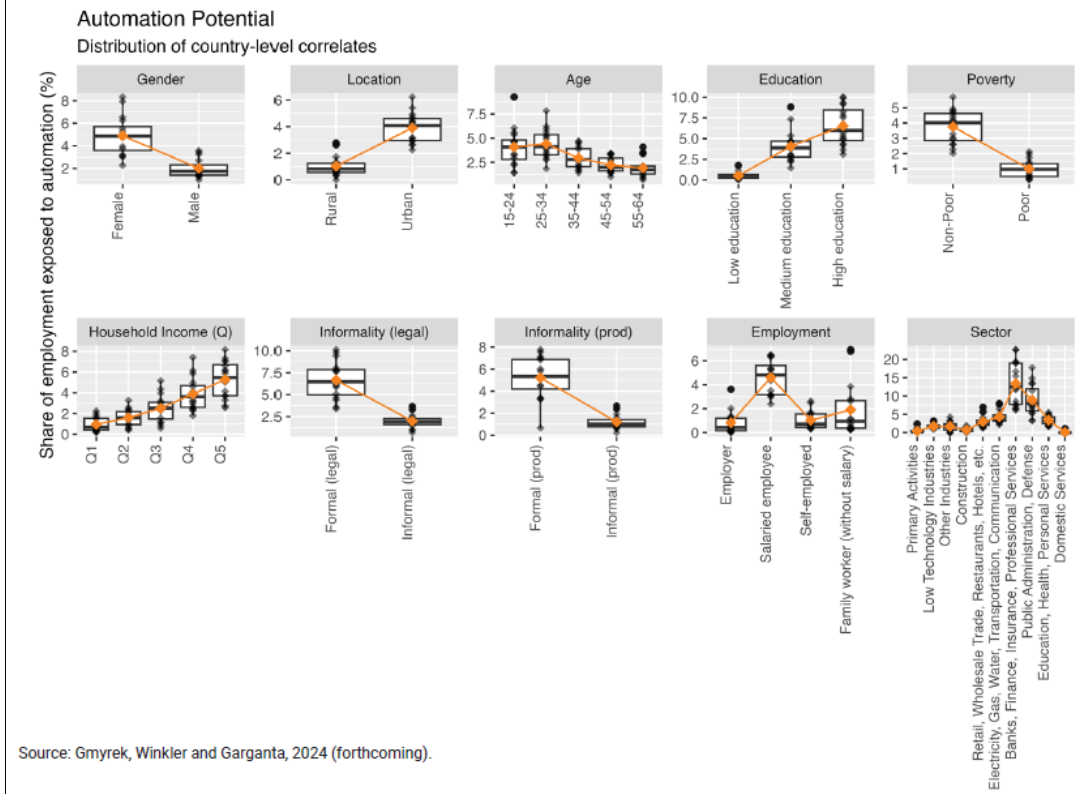
como habilidades digitais, sugerindo que não estão reunidas as condições para concretizar os potenciais ganhos de produtividade.

Como pode ser visto na Figura 4, a parcela de trabalhadores sem acesso a um computador no trabalho (“sem computador”) excede aqueles que usam um computador em 9 dos 16 países listados. Como tal, a probabilidade de obter ganhos de produtividade com a tecnologia de IA generativa será limitada.



A Figura 5 fornece informações sobre as características daqueles que podem ser afetados pela automação da tecnologia de IA generativa na América Latina. Como os dados mostram, são as mulheres educadas que vivem em áreas urbanas e pertencem ao quinto superior da distribuição de renda que são mais expostas. Para a América Latina, essas ocupações são predominantemente em empregos assalariados e formais e nos setores de finanças, serviços profissionais e administração pública. Em suma, são bons empregos, cuja perda teria efeitos multiplicadores negativos tanto econômica quanto socialmente.

**Figure 5: Characteristics of persons holding occupations most exposed to automation, Latin America**



A análise não aborda o potencial de criação de novos empregos. Assim, embora a tecnologia de IA generativa esteja no meio do trabalho de *call center*, sua infraestrutura digital e força de trabalho qualificada também podem ser um trunfo para gerar o crescimento de indústrias complementares. Aproveitar esse potencial é fundamental.

De fato, com as condições certas, uma nova onda de tecnologia poderia alimentar oportunidades de crescimento. No passado, os avanços tecnológicos estimularam novas e bem-sucedidas indústrias em muitos países em desenvolvimento. Um exemplo é o serviço monetário *M-Pesa*, que dependia da difusão de telefones celulares no Quênia. O serviço, por sua vez, aumentou a inclusão financeira, o que ajudou a impulsionar o crescimento das Pequenas e Médias Empresas (PME) e levou à criação de uma rede de 110.000 agentes, 40 vezes o número de caixas eletrônicos bancários no Quênia<sup>75</sup>. Da mesma forma, um estudo sobre a difusão da cobertura 3G em Ruanda entre 2002 e 2019 descobriu que o aumento da cobertura de internet móvel em países de baixa renda, como Índia e Filipinas, está mais exposto aos efeitos da automação, foi positivamente associado ao crescimento do emprego, aumentando as ocupações qualificadas e não qualificadas<sup>76</sup>. Estudos acadêmicos também encontram efeitos positivos no emprego, a partir da chegada da internet em 12 países africanos, embora com um

<sup>75</sup> M. W. Buku and M. W. Meredith, 'Safaricom and M-PESA in Kenya: Financial Inclusion and Financial Integrity Mobile Money Symposium 2013', Wash. J. Law Technol. Arts, vol. 8, no. 3, pp. 375–400, 2013. F. de Soyres, M. A. Jelil, C. Cerruti, and L. Kiwara, 'What Kenya's mobile money success could mean for the Arab world', World Bank. Accessed: Jul. 31, 2023. [Online]. Available: <https://www.worldbank.org/en/news/feature/2018/10/03/what-kenya-s-mobile-money-success-could-mean-for-the-arab-world>

<sup>76</sup> B. Caldrola, M. Grazzi, M. Ocellli, and M. Sanfilippo, Mobile internet, skills and structural transformation in Rwanda. in ILO Working paper. ILO, 2022.

leve viés para ocupações qualificadas<sup>77</sup>. Esses ganhos são atribuídos a aumentos na produtividade e no crescimento dos mercados que seguiram o aumento da conectividade, destacando a necessidade de tais investimentos, dados os importantes efeitos multiplicadores na economia e nos mercados de trabalho.

### **Garantir a qualidade do novo emprego**

Outra área de preocupação é sobre o impacto da tecnologia de IA nas condições de trabalho e na qualidade do emprego quando a tecnologia é integrada ao local de trabalho. Embora essa integração em tarefas de trabalho possa potencialmente promover um trabalho mais envolvente se as tarefas de rotina forem automatizadas, ela também pode ser implementada de maneiras que limitem o raio de ação dos trabalhadores ou acelerem a intensidade do trabalho. As preocupações com a integração da IA no local de trabalho se concentraram no crescimento da gestão algorítmica, essencialmente em ambientes de trabalho nos quais “trabalhos humanos são atribuídos, otimizados e avaliados por meio de algoritmos e dados rastreados”<sup>78</sup>. A gestão algorítmica é uma característica definidora das plataformas de trabalho digital, mas também é difundida em indústrias *off-line*, como os setores de armazenagem e logística. Em armazéns, um sistema automatizado de “seleção por voz” direciona a equipe do armazém para selecionar determinados produtos no armazém, enquanto usa a coleta de dados para monitorar os trabalhadores e definir o ritmo de trabalho<sup>79</sup>. Além de não terem autonomia para organizar seu trabalho ou definir seu ritmo, os trabalhadores também têm pouca capacidade de fornecer *feedback* ou discutir com a gerência sobre a organização do trabalho<sup>80</sup>. A integração da IA generativa em outros campos, como bancos, seguros, serviços sociais e atendimento ao cliente de forma mais ampla, pode ter um efeito semelhante.

Os avanços tecnológicos geralmente são sentidos mais imediatamente no nível do local de trabalho e geralmente são mais bem abordados no local de trabalho. Como resultado, se o efeito da tecnologia nas condições de trabalho é positivo ou negativo depende em grande parte da voz que os trabalhadores têm no design, implementação e uso da tecnologia. Ter tal protagonismo depende, por sua vez, das oportunidades de participação e diálogo dos trabalhadores. Isso pode ocorrer por meio de ambientes formalizados, como conselhos de empresa ou orientação fornecida em acordos de negociação coletiva, ou menos formalmente, em locais de trabalho onde há um alto grau de engajamento dos trabalhadores. Estudos na Europa mostraram que são os países com formas mais fortes de consulta e participação dos trabalhadores no local de trabalho, essencialmente os países nórdicos e a Alemanha, onde os trabalhadores estão mais abertos à adoção tecnológica no local de trabalho<sup>81</sup>.

---

<sup>77</sup> J. Hjort and J. Poulsen, ‘The Arrival of Fast Internet and Employment in Africa’, *Am. Econ. Rev.*, vol. 109, no. 3, pp. 1032–1079, Mar. 2019.

<sup>78</sup> M. K. Lee, D. Kusbit, E. Metsky, and L. Dabbish, *Working with Machines: The Impact of Algorithmic and Data-Driven Management on Human Workers*. 2015.

<sup>79</sup> A. Matopoulos, ‘Warehouse Technologies in Retail Operations: The Case of Voice Picking’, in *Intelligent Agrifood Chains and Networks*, 1st ed., M. Bourlakis, I. Vlachos, and V. Zeimpekis, Eds., Wiley, 2011, pp. 195–207.

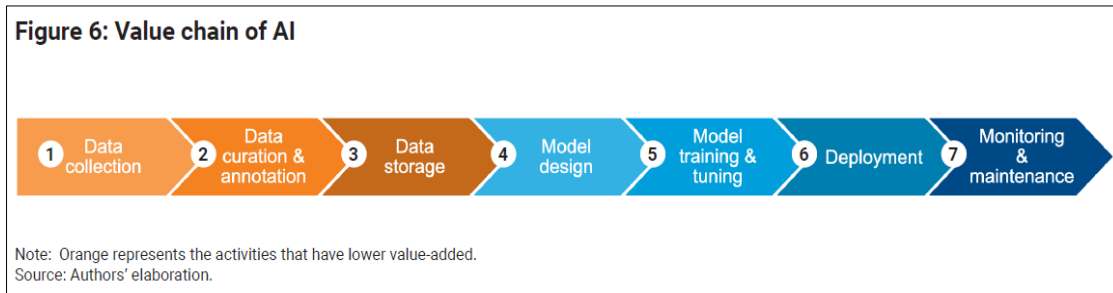
<sup>80</sup> [https://joint-research-centre.ec.europa.eu/publications/algorithmic-management-consequences-work-organisation-and-working-conditions\\_en](https://joint-research-centre.ec.europa.eu/publications/algorithmic-management-consequences-work-organisation-and-working-conditions_en)

<sup>81</sup> V. De Stefano and V. Doellgast, ‘Editorial’, *Transf. Eur. Rev. Labour Res.*, vol. 29, no. 1, pp. 3–8, Feb. 2023.



## A cadeia produtiva (cadeia de valor) da IA e a demanda por habilidades

Assim como a produção de muitos bens e serviços na economia global, a IA tem sua própria cadeia de valor. Conforme ilustrado na Figura 6, há diferentes estágios da cadeia de produtiva da IA, cada um com necessidades específicas de infraestrutura humana e social. Como é típico na maioria das cadeias de valor globais, os estágios diferem na quantidade de valor recebido pela contribuição feita, com atividades de menor valor agregado predominantes em países de renda média e baixa e design e implantação associados a países de renda mais alta.



Os **dados** são fundamentais para o desenvolvimento e operação de sistemas de IA. Dados preparados por humanos são inseridos em sistemas de IA para ajudá-los a aprender as conexões e padrões necessários para a funcionalidade. As fontes desses dados são diversas, dependendo da finalidade do sistema. Dados disponíveis publicamente, como documentos das Nações Unidas utilizados para programas de treinamento de tradução, contribuíram para avanços no processamento de linguagem natural. Dados privados também são cruciais, particularmente em aplicações no local de trabalho, como gravações de *call center* usadas para treinar *chatbots* para atendimento ao cliente. Com a conectividade global, a coleta de dados continua a fornecer a matéria-prima essencial para futuras aplicações de IA. Quando os dados são coletados, eles geralmente não são estruturados. Engenheiros de dados altamente qualificados pré-processarão os dados em um formato utilizável, mas "etiquetadores de dados" são necessários para rotular e classificar os dados para que sejam utilizáveis. Conjuntos de dados rotulados e anotados são essenciais para o desenvolvimento e a eficácia dos modelos de aprendizado de máquina. Trabalhadores envolvidos no enriquecimento de dados realizam uma série de tarefas que incluem marcar exames de radiologia para auxiliar na criação de sistemas de IA capazes de detectar câncer; categorizar conteúdo online tóxico e inadequado para melhorar algoritmos de moderação de conteúdo ou diminuir a negatividade em respostas de modelos de linguagem grande; anotar filmagens de sessões de direção para treinar veículos autônomos; editar saídas de modelos de linguagem grande para aumentar sua funcionalidade etc.

A **moderação de conteúdo** é o processo de monitorar e filtrar conteúdo gerado pelo usuário em plataformas digitais, como mídias sociais, fóruns e sites, para garantir que ele esteja em conformidade com as diretrizes e políticas da plataforma. O objetivo da moderação de conteúdo é manter um ambiente seguro, respeitoso e positivo para todos os usuários, removendo ou sinalizando conteúdo inapropriado, ofensivo, prejudicial ou ilegal. A moderação de conteúdo pode ser realizada manualmente por moderadores humanos ou automaticamente usando algoritmos e ferramentas de aprendizado de máquina. Os tipos de conteúdo que podem estar sujeitos à moderação podem variar amplamente, incluindo discurso de ódio, assédio, violência, nudez e informações falsas. Mesmo com o uso de algoritmos e ferramentas de aprendizado de máquina para moderação de conteúdo, normalmente sempre há um humano envolvido no processo. Essas tecnologias podem ajudar a automatizar e dimensionar o processo

de moderação, mas não são perfeitas e às vezes podem cometer erros ou perder nuances que um moderador humano seria capaz de perceber.

Em muitos casos, algoritmos são usados para sinalizar ou priorizar conteúdo para revisão por moderadores humanos, que então tomam a decisão final sobre se o conteúdo deve ser removido ou permitido permanecer na plataforma. Além disso, moderadores humanos também podem estar envolvidos no treinamento e aprimoramento dos algoritmos, fornecendo *feedback* e rotulando dados que podem ser usados para refinar a precisão e eficácia do sistema. Indivíduos encarregados de tarefas de moderação de conteúdo em plataformas de mídia social frequentemente sofrem de ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, uma consequência direta de sua exposição contínua a materiais angustiantes, como assassinato, suicídio, agressão sexual ou vídeos de abuso infantil.

Esses exemplos demonstram como os humanos são essenciais para o fornecimento de serviços comercializados ou descritos como “inteligência artificial”. Conforme descrito no site da plataforma *Mechanical Turk (AMT) da Amazon*, a plataforma fornece “uma força de trabalho humana escalável e sob demanda para concluir trabalhos que os humanos podem fazer melhor do que os computadores, por exemplo, reconhecer objetos em fotos”. Os trabalhadores na plataforma são acessíveis por meio de uma interface de programação de aplicativos (API), permitindo que os programadores chamem os trabalhadores com algumas linhas simples de código ao trabalhar em um algoritmo<sup>82</sup>.

Além de plataformas como *AMT* e *Appen*, os rotuladores de dados às vezes trabalham por meio de empresas terceirizadas contratadas por empresas de tecnologia líderes, em um relacionamento de subcontratação. Embora ainda haja muitos rotuladores de dados trabalhando nos Estados Unidos na Europa, grande parte do trabalho está sendo feito em países em desenvolvimento, dada a baixa remuneração associada ao trabalho. Embora não existam números precisos sobre o número de pessoas trabalhando como rotuladores de dados, as estimativas variam em dezenas de milhões, e a demanda por esse trabalho provavelmente continuará à medida que os conjuntos de dados de IA e as necessidades de treinamento aumentam<sup>83</sup>. O tamanho do mercado é estimado entre US\$ 1 e US\$ 3 bilhões e provavelmente experimentará um crescimento de dois dígitos nos próximos 5 anos<sup>84</sup>.

O trabalho de **rotulagem de dados** não exige muitas qualificações, além de alfabetização, habilidades digitais e acesso a computador (ou dispositivo móvel) e internet. Estudos sobre os ganhos de trabalhadores de plataformas online nos EUA que realizam esse trabalho relatam regularmente ganhos médios de aproximadamente US\$ 2 a US\$ 3 por hora, ou bem abaixo do salário-mínimo federal de US\$ 7,25. Dado o baixo nível de remuneração, não é surpreendente que grande parte desse trabalho tenha se mudado para países em desenvolvimento.

Mas mesmo da perspectiva de um país em desenvolvimento, os ganhos são baixos, principalmente considerando o nível de qualificação da força de trabalho, com muitos

---

<sup>82</sup> J. Berg, M. Furrer, E. Harmon, U. Rani, and M. S. Silberman, ‘Digital Labour Platforms and the Future of Work: Towards Decent Work in the Online World’, International Labor Organization, 2018.

<sup>83</sup> O. Kässi, V. Lehdonvirta, and F. Stephany, ‘How many online workers are there in the world? A data-driven assessment’, *Open Res. Eur.*, vol. 1, p. 53, Oct. 2021.

<sup>84</sup> World Bank, *Digital Progress and Trends Report 2023*. The World Bank, 2024.

trabalhadores com diplomas universitários e de pós-graduação<sup>85</sup>. Para os trabalhadores que trabalham por meio de plataformas de trabalho digitais — e não de empresas de terceirização de processos de negócios — há a preocupação adicional de que eles sejam contratados como “contratados independentes” e, portanto, não sejam cobertos pelas proteções e benefícios que emanam de uma relação de emprego padrão<sup>86</sup>. Além disso, análises de diferenciais de ganhos entre trabalhadores na Índia que realizam tipos semelhantes de trabalho de anotação de dados revelaram que os trabalhadores de plataforma ganhavam dois terços a menos do que funcionários comparáveis, não trabalhadores de plataforma, mesmo antes de contabilizar outros benefícios, como contribuições para a previdência social<sup>87</sup>.

Mas mesmo entre as empresas de terceirização de processos de negócios, há preocupações sobre as empresas que trabalham, há preocupações sobre as condições de trabalho desses trabalhadores, com um estudo de caso de uma empresa de anotação de dados com escritórios no Quênia revelando baixa remuneração, trabalho inseguro e violência no local de trabalho baseada em gênero<sup>88</sup>. Além disso, o estudo argumentou que as habilidades de anotação de dados usadas nessa linha de trabalho não eram essencialmente transferíveis, questionando o impacto de melhoria de carreira dessa linha de trabalho.

Movendo-se ao longo da cadeia de valor, as partes subsequentes – **design do modelo, treinamento e ajuste do modelo, implantação e manutenção** – representam um quadro contrastante com as necessidades de habilidades e condições de trabalho do trabalho de anotação de dados. Elas também envolvem requisitos muito maiores para infraestrutura física, particularmente poder de computação necessário para treinamento e ajuste do modelo. Esses estágios exigem as habilidades de cientistas da computação altamente qualificados ou graduados de outros campos, além de investimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento.

Além da China e da Índia, os mercados emergentes obtiveram apenas uma pequena parcela do investimento global em tecnologias avançadas. De 2008 a 2017, os fluxos totais de capital de risco para mercados emergentes, excluindo China e Índia, totalizaram apenas US\$ 24 bilhões, enquanto os Estados Unidos atraíram US\$ 694 bilhões durante o mesmo período.

Anualmente, mais de US\$ 300 bilhões são gastos globalmente em tecnologia para aprimorar a capacidade de computação. No entanto, esses investimentos são distribuídos de forma desigual, tornando a disparidade no acesso à infraestrutura de computação dentro e entre várias regiões cada vez mais evidente. Um número limitado de países está liderando o caminho no desenvolvimento da capacidade de computação, enquanto muitos outros estão começando de uma base baixa. Os EUA detêm uma vantagem significativa na construção de *data centers*, superando em muito os investimentos feitos por qualquer outra nação. Embora China, Cingapura, Holanda e alguns outros tenham desenvolvido capacidade substancial, a maioria dos países tem menos de 20 *data centers* de primeira linha. A disparidade na construção

---

<sup>85</sup> J. Berg, M. Furrer, E. Harmon, U. Rani, and M. S. Silberman, ‘Digital Labour Platforms and the Future of Work: Towards Decent Work in the Online World’, International Labor Organization, 2018.

<sup>86</sup> Vianna Braz, M; Mendes, TG; Ferreira, Y. Ideologia gerencialista e plataformas de treinamentos de dados para Inteligência Artificial (IA): condições de trabalho e saúde dos trabalhadores no Brasil. *Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 759-784, out.-dez. 2022.

<sup>87</sup> [http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2021/WCMS\\_771749/lang--en/index.htm](http://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2021/WCMS_771749/lang--en/index.htm)

<sup>88</sup> J. Muldoon, C. Cant, M. Graham, and F. Ustek Spilda, ‘The poverty of ethical AI: impact sourcing and AI supply chains’, *AI Soc.*, Dec. 2023.

de *data centers* é inequívoca, com os EUA tendo construído 19 vezes mais *data centers* de nuvem e colocalizarão líderes do que a Índia, que tem a maioria dos *data centers* entre as economias de mercado emergentes. O fosso da IA é gritante - e é precisamente neste estágio que a atenção política é necessária para apoiar investimentos tanto em infraestrutura física (poder de computação ou "computação") quanto em habilidades. E esses investimentos são caros, colocando os países em desenvolvimento e suas *startups* nacionais em grave desvantagem. Por exemplo, a *OpenAI* gastou aproximadamente US\$ 78 milhões em computação para treinar o GPT-4, enquanto os custos de computação do Gemini Ultra do Google foram estimados em US\$ 191 milhões.

Além disso, há efeitos colaterais de posições de mercado pré-existentes. A liderança no mercado de aplicativos é importante, pois os aplicativos geram dados adicionais do usuário que são usados para expandir o banco de dados no qual os algoritmos de aprendizado de máquina treinam e melhoram. Ásia, Europa e América do Norte têm participações quase iguais no mercado de desenvolvedores de aplicativos móveis, com América do Sul e África respondendo por apenas 7% no total<sup>89</sup>.

Os investimentos em computação devem ir junto com os investimentos em habilidades, caso contrário, haverá uma exacerbação da fuga de cérebros, com movimento físico ou virtual de profissionais de tecnologia qualificados. Dados do *Oxford Internet Institute* sobre profissões oferecidas por meio de plataformas de freelancer revelam que os principais países em termos de número de trabalhadores que oferecem desenvolvimento de *software* e serviços de TI são Índia, Bangladesh, Paquistão, Ucrânia, Federação Russa, Estados Unidos e Sérvia<sup>90</sup>. A maioria desses serviços está sendo oferecida a empresas localizadas nos Estados Unidos e na Europa. Como tal, sem indústrias nacionais de tecnologia ou IA, trabalhadores com as habilidades necessárias em países em desenvolvimento, apenas oferecerão seus serviços por meio de plataformas *freelance* para construtores de IA em outros países no que pode ser caracterizado como uma "fuga de cérebros virtual". Em outras palavras, eles podem não migrar fisicamente, mas suas habilidades beneficiarão o desenvolvimento de tecnologia fora de seus países de origem.

### **Adaptando habilidades para o cenário de IA**

Além dos investimentos de capital em computação, também há uma necessidade clara de aprimoramento de habilidades em países em desenvolvimento para se beneficiarem com sucesso da IA. Essas habilidades são essenciais não apenas para o desenvolvimento de sistemas nacionais de IA, mas também para entender como usar adequadamente esses sistemas em países em desenvolvimento, incluindo o desenvolvimento e a instituição de salvaguardas. Isso também é verdade em relação à forma como a IA é aplicada no local de trabalho. As empresas que compram IA "pronta para uso" precisam estar cientes das implicações dessa tecnologia em termos de segurança cibernética, privacidade de dados e possíveis efeitos discriminatórios, particularmente em *software* de recrutamento<sup>91</sup>. Habilidades em IA também podem melhorar o processo de integração da tecnologia no local de trabalho, se gerentes e trabalhadores estiverem mais informados sobre como os sistemas funcionam, a coleta e o uso de dados, o

---

<sup>89</sup> C. Stanton, V. Lung, H. Zhang, M. Ito, S. Weber, and K. Charlet, 'What the Machine Learning Value Chain Means for Geopolitics'. Carnegie Endowment for International Peace, 2019.

<sup>90</sup> F. Stephany, O. Kässi, U. Rani, and V. Lehdonvirta, 'Online Labour Index 2020: New ways to measure the world's remote freelancing market', *Big Data Soc.*, vol. 8, no. 2, p. Jul 2021.

<sup>91</sup> I. Ajunwa, *The Quantified Worker: Law and Technology in the Modern Workplace*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

escopo para autonomia e *feedback* do trabalhador, bem como disposições para reparação. Essa conscientização vem com o treinamento de habilidades, mas também vem com a construção de uma cultura de local de trabalho e instituições de local de trabalho que promovam o diálogo social e a cooperação entre empregadores, trabalhadores e as organizações coletivas que os representam.

Para avaliar efetivamente o impacto da IA na força de trabalho, é importante desenvolver uma **abordagem centrada no trabalhador**. Essa abordagem não aborda apenas os aspectos técnicos da integração da IA, mas também considera seu impacto social mais amplo. Uma estrutura centrada no trabalhador deve examinar de perto as tarefas e habilidades específicas afetadas pela IA, observando a natureza e a extensão desses impactos. Por meio dessa análise, podemos entender de forma abrangente como a IA transforma várias funções de trabalho e identificar os setores mais suscetíveis à automação e à interrupção tecnológica. Essa compreensão diferenciada permite o desenvolvimento de estratégias direcionadas para mitigar efeitos adversos e otimizar resultados positivos.

Além disso, uma boa estrutura para o **desenvolvimento de habilidades e aprendizagem ao longo da vida** é crucial para o desenvolvimento de programas de capacidade e **habilidades personalizados e direcionados**. Ao identificar as habilidades que exigem melhoria ou atualização, as partes interessadas estão mais bem posicionadas para criar iniciativas educacionais e de treinamento que sejam eficientes e eficazes. Essa abordagem permite a **adaptação proativa da força de trabalho**, garantindo que os trabalhadores tenham as habilidades para ter sucesso em um futuro movido pela IA<sup>92</sup>.

### **Perspectivas de Futuro: Fortalecendo a cooperação internacional, construindo capacidade nacional e abordando a IA no mundo do trabalho**

É necessária uma ação política concertada em nível nacional e internacional para garantir que a atual brecha (lacuna) de IA entre os países diminua, para que a maioria global possa aproveitar os benefícios da nova tecnologia e contribuir para expandir a oportunidade de IA, ao mesmo tempo em que mitiga quaisquer riscos potenciais.

Reduzir a lacuna não é um esforço simples. Requer políticas em nível internacional e nacional, com atenção especial à integração da IA no mundo do trabalho. Como a análise neste relatório mostrou, os avanços na tecnologia colocam em risco empregos em setores como *call centers* e outros tipos de terceirização de processos de negócios que são predominantes em alguns países em desenvolvimento. Além disso, o potencial de ganhos de produtividade no local de trabalho corre o risco de não ser concretizado se impedimentos básicos — como a falta de acesso a computadores no trabalho e habilidades digitais fundamentais — não forem abordados. Da mesma forma, é preciso dar atenção à forma como a tecnologia é integrada ao local de trabalho para garantir que ela aumente o trabalho humano em vez de limitar o escopo dos trabalhadores para agir ou utilizar criatividade em seu trabalho. O objetivo é aproveitar a tecnologia para melhorar a produtividade e as condições de trabalho, em apoio à justiça social.

Construir capacidade de IA por meio da cooperação internacional é essencial para distribuir equitativamente os benefícios dessa tecnologia transformadora. Ao reunir expertise, mirar áreas sensíveis e promover a colaboração público-privada, os países podem aumentar sua prontidão para IA; mitigar riscos e desbloquear o potencial da IA para o progresso econômico e

---

<sup>92</sup> International Labour Organization, 'Changing demand for skills in digital economies and societies: Literature review and case studies from low- and middle-income countries', 2021.

social sustentável. As organizações internacionais desempenham um papel crítico na facilitação desse esforço colaborativo, servindo como plataformas para coordenação, compartilhamento de conhecimento e desenvolvimento de estruturas globais para desenvolvimento e implantação de IA responsável.

Esforços e políticas proativas de capacitação são necessários para garantir que os benefícios da IA sejam distribuídos equitativamente e que os países estejam preparados para navegar pelos desafios impostos por essa tecnologia transformadora. Ao investir na capacitação de IA, os países podem promover a inovação, aumentar a produtividade e aumentar sua competitividade na economia global, ao mesmo tempo em que mitigam potenciais impactos negativos no emprego, privacidade e segurança.

Os formuladores de políticas devem navegar por essas complexidades e adaptar suas estratégias para abordar os desafios e oportunidades específicos apresentados pela IA. Com base em dados empíricos e alavancando o diálogo social, eles devem definir a direção estratégica para garantir que os mercados de trabalho e o contrato social mais amplo possam se adaptar e acompanhar os rápidos avanços tecnológicos.

Propomos **três pilares** de políticas para promover esses objetivos: cooperação internacional fortalecida, construção de capacidade nacional e abordagem da IA no mundo do trabalho.

#### **Cooperação internacional fortalecida em IA**

- **Rede global de compartilhamento de conhecimento:** Estabelecer uma rede global para troca de conhecimento para disseminar pesquisas e inovações em IA. Essa rede garantiria que todas as nações se beneficiassem dos últimos avanços, diminuindo a distância entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, fornecendo acesso igualitário ao conhecimento crítico de IA.
- **Metodologia unificada para avaliar o impacto da IA em habilidades e ocupações:** Trabalhar em direção a uma metodologia unificada aplicável globalmente, inspirada em estruturas como a O\*NET<sup>93</sup> dos Estados Unidos ou outras amplamente utilizadas por pesquisadores. Essa metodologia deve se concentrar em padronizar a avaliação de como as tecnologias de IA remodelam funções e habilidades de trabalho em todo o mundo, permitindo que esses *insights* informem políticas e programas de treinamento que garantam a prontidão da força de trabalho com base em avaliações de necessidades de habilidades em todos os níveis (nacional, setorial e global).
- **Iniciativas de treinamento conjuntas:** Criar programas de treinamento globais e inter-regionais que aproveitem a experiência de todo o mundo. Essas iniciativas podem melhorar a qualidade do treinamento relevante, padronizar habilidades de IA e promover uma força de trabalho global uniformemente qualificada. Ao incorporar perspectivas diversas, esses programas podem melhorar a qualidade da educação e do treinamento em IA globalmente.
- **Parcerias multinacionais de P&D:** Incentive parcerias globais e inter-regionais em pesquisa e desenvolvimento para combinar recursos, compartilhar riscos e aumentar o escopo das inovações de IA. As colaborações multinacionais de P&D podem levar a

---

<sup>93</sup> <https://www.onetonline.org>

avanços significativos em tecnologias de IA, beneficiando todos os países participantes e impulsionando o progresso global no campo.

- **Alocação equitativa de recursos e infraestrutura de IA:** Trabalhe para a distribuição equitativa de recursos e infraestruturas de IA. Garanta que as oportunidades de educação e treinamento em IA sejam acessíveis a todas as nações, especialmente as em desenvolvimento. Isso evitará que qualquer país fique para trás na revolução da IA e promoverá o compartilhamento global dos benefícios da IA.

#### **Construindo capacidade nacional de IA**

- **Estabeleça estruturas educacionais, de habilidades e de aprendizagem ao longo da vida robustas para construir uma força de trabalho qualificada em IA:** Integre cursos de IA e ciência de dados em currículos educacionais existentes, ao mesmo tempo em que fortalece as habilidades fundamentais. Faça parcerias com universidades e organizações internacionais para ajudar a construir capacidade educacional e de treinamento. Apoie iniciativas de aprendizagem de IA setoriais e orientadas pela comunidade para encorajar talentos locais e inovação de base.
- **Investir em infraestrutura digital e garantir acesso equitativo a recursos e ferramentas de IA:** Começando com conectividade significativa e investimentos estratégicos em *data centers* e instalações de computação em nuvem para fornecer a infraestrutura necessária para desenvolvimento e implantação de IA. Promover políticas de dados abertos para disponibilizar dados do setor público para pesquisa e desenvolvimento em IA, garantindo privacidade e segurança. Envolver-se em colaborações internacionais para compartilhar recursos e infraestrutura, como acesso a instalações de computação de alto desempenho e redes internacionais de pesquisa.
- **Desenvolver e implementar políticas e regulamentações abrangentes que apoiem o desenvolvimento e uso de IA centrados no ser humano, inclusive no local de trabalho:** Formular uma estratégia nacional de IA que descreva a visão, as metas e os planos de ação para o desenvolvimento de IA. Isso deve incluir padrões de segurança e considerações para práticas sustentáveis de IA, em linha com os **direitos humanos** e as **metas de desenvolvimento sustentável**, bem como o **respeito aos princípios e direitos fundamentais no trabalho**. Alavancar o **diálogo social**. Implementar **leis de proteção de dados e privacidade** que protejam os direitos dos trabalhadores e promovam a confiança nos sistemas de IA. Aumentar a conscientização pública sobre IA, seus benefícios e riscos potenciais.

#### **Rumo a uma integração positiva da IA no mundo do trabalho**

- **Garantir trabalho decente ao longo da cadeia de valor da IA:** A curadoria e anotação de dados são um componente crítico da cadeia de valor da IA, além de serem uma fonte importante de criação de empregos para países em desenvolvimento. Garantir trabalho decente, incluindo e **a proteção dos princípios e direitos fundamentais no trabalho** para todos os trabalhadores na cadeia de valor da IA, ajudaria a espalhar os benefícios da IA de forma mais uniforme.
- **Alavancar o diálogo social e as parcerias público-privadas para incentivar o treinamento, a requalificação e a realocação:** Para trabalhadores em risco de redundância devido à IA, priorizar sua **realocação** e aumentar o investimento em **treinamento de habilidades relevantes**. Fornecer medidas de apoio ao emprego para

os trabalhadores mais expostos à interrupção da IA e garantir a cobertura da **proteção social** e o **acesso à requalificação** para os trabalhadores afetados.

- **Abordar necessidades específicas de gênero no processo de transição:** Levar em conta a dimensão fortemente de gênero no impacto potencial da IA generativa nos mercados de trabalho atuais e elaborar políticas que abordem necessidades específicas de gênero no processo de transição, inclusive investindo em habilidades necessárias para ocupações de IA em crescimento ou para outras necessidades sociais, como na economia de cuidados ou verde.
- **Promover o diálogo social na integração da IA no local de trabalho:** Promover o **envolvimento ativo** e a **consulta dos trabalhadores e das organizações de trabalhadores** na adoção de sistemas de IA no local de trabalho; promover o **diálogo social** e a **negociação coletiva** sobre o *design*, a implantação e o monitoramento da IA e o uso da tecnologia no local de trabalho; e apoiar o **desenvolvimento de habilidades relacionadas** à IA entre os parceiros sociais.

### Comentários finais

Por certo, todas as iniciativas nacionais e internacionais para assegurar que as enormes potencialidades da Inteligência Artificial (AI) alcancem de forma democrática a todos os países e regiões, e a todas as pessoas, são mais do que bem-vindas e meritórias. E esta universalidade da AI deveria começar na própria “cadeia produtiva” da AI ‘generativa’, e não apenas em suas múltiplas aplicações e usos na Educação, na Saúde e na humanização dos processos e ambientes de trabalho. Contudo, como bem demonstra o Relatório Conjunto da ONU e OIT, até o momento o “mundo da Inteligência Artificial” vem reproduzindo e, ao que tudo indica, ampliando as desigualdades e disparidades sociais e econômicas, até por ser majoritariamente dominado pelas *big techs* e pelo capital financeiro. Portanto, os discursos ‘oficiais’ da ONU e da OIT mostram-se inócuos, indo do ingênuo ao inútil. Como enfrentar de fato essas complexas questões, que não são apenas tecnológicas, mas sim, essencialmente políticas? Ainda faltam debates críticos, sinceros e honestos!



## Saúde dos Migrantes nas Américas, pelo olhar da OPAS

### *Health of Migrants in the Americas, from the perspective of PAHO*

**Rafael Gomes França, Caio Murta, Harim Baek,**

**Júlia Moraes, Marina Sujkowski,**

**e Deisy de Freitas Lima Ventura**

A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) tem um espaço em seu site web, no qual publica *Situation Reports* a respeito da temática de migração e saúde nas Américas (<https://www.paho.org/en/situation-reports-migrants-health-americas>). Neste informe, analisamos os principais temas evidenciados nos seis informes mensais feitos pela Organização, durante 2024.

#### **Ações da OPAS nos países**

##### **Brasil**

Em janeiro, houve a implementação de um projeto entre a OPAS e a Organização Internacional das Migrações (OIM) nas fronteiras da Amazônia brasileira, visando o desenvolvimento de ações para capacitar os municípios a lidarem com as situações de saúde em contexto de migração e eventos climáticos extremos associados às mudanças climáticas.

No mês seguinte, fazendo parte da Operação Acolhida, o governo brasileiro promoveu visitas a abrigos de migrantes em Boa Vista e Pacaraima. Algumas das questões discutidas foram melhorias nos abrigos e preocupações com o manejo dos surtos de varicela nos abrigos, que exigiam a redefinição dos fluxos de triagem, busca ativa, isolamento, vacinação e manejo clínico. O Grupo de Trabalho de Saúde da Operação de Acolhimento, coordenado pelo Ministério da Saúde e com a participação da OPAS/OMS, destacou a importância de melhorar as estratégias de vacinação em grupos de migrantes venezuelanos, com a emissão do Cartão Nacional de Vacinação do SUS e oferta de todas as vacinas fornecidas pelo Programa Nacional de Imunização.

Em abril, o projeto Amazon Resilient Borderlands, resultado de uma parceria entre a OIM e a OPAS/OMS Brasil, com apoio Fundo Fiduciário Multi-Partner para Migração (MMPTF), promoveu agendas com as autoridades de saúde dos estados de Rondônia e Amapá com o objetivo de envolver atores-chave na construção de agendas de saúde na região fronteira amazônica. No Amapá, foi reforçada a importância das ações em curso na região fronteira com a Guiana Francesa, com especial atenção ao fluxo de pessoas na região e à situação epidemiológica da malária e dengue. Em Rondônia, foram destacadas as atividades de cooperação entre a Bolívia e o Brasil que estão sendo desenvolvidas entre as autoridades sanitárias dos dois países na região fronteira.

Ainda em abril, os escritórios da OPAS/OMS no Paraguai e no Brasil coordenaram a segunda oficina de planejamento estratégico do Grupo de Trabalho de Saúde do Consórcio Binacional Itaipu, realizada em Ciudad del Este, com a participação das autoridades de saúde da

Argentina, Brasil e Paraguai. A segunda etapa do planejamento consolidou as contribuições feitas na primeira oficina e propôs a definição de áreas de trabalho prioritárias, como saúde mental, mudança climática e acesso aos serviços de saúde.

### **Honduras**

Em janeiro, a OPAS forneceu tendas, medicamentos, suprimentos e equipamentos de proteção individual para os serviços de saúde que atendem migrantes. Também foi previsto uma campanha de imunização para pessoas da ação humanitária que trabalham com migrantes. Em março, o health cluster, por meio da OPAS/OMS, está implementando o Projeto CERF "Response to the main unmet health needs that are increasing due to high human mobility and the impact of climate change". Este projeto está sendo realizado simultaneamente por departamentos de Ocotepeque, Cortés e El Paraíso, onde as necessidades de saúde dos migrantes e da população local são abordadas de forma crítica.

Entre as atividades implementadas com maior impacto estão as brigadas de saúde, que oferecem serviços como cuidados médicos gerais, odontologia, psicologia e promoção da saúde. Essas brigadas não apenas fornecem acesso a serviços abrangentes de saúde, mas também promovem o fortalecimento dos laços comunitários e a colaboração entre os setores para melhorar a saúde e o bem-estar. Além disso, foi dada formação técnica em saúde mental, controle de vectores e HIV, bem como a distribuição de kits portáteis de higiene pessoal. A saúde sexual e reprodutiva também foi reforçada através da instalação de comitês de vigilância e resposta à mortalidade materna e violência sexual. Por fim, foram feitas melhorias na vigilância epidemiológica, incluindo o equipamento de laboratórios microbiológicos em municípios de difícil acesso.

### **Panamá**

Em março, houve abordagem das lacunas identificadas nas necessidades de saúde da população migrante e das comunidades de acolhimento. A OPAS tem prestado assistência técnica para fortalecer os mecanismos de coordenação da resposta humanitária em saúde à situação da mobilidade humana das pessoas em trânsito no Darién, no âmbito do projeto Cooperação entre Países para o Desenvolvimento da Saúde, que busca coordenar e articular esforços entre o Estado. Isso melhorou a integração das ações coletivas de saúde pública, incluindo a vigilância epidemiológica, e fortaleceu as capacidades da comunidade em saúde preventiva e detecção precoce de eventos importantes de saúde pública.

Em maio, a OPAS/OMS Panamá continuou prestando assistência técnica para fortalecer os mecanismos de coordenação na resposta humanitária à mobilidade humana. Em 22 de maio de 2024, uma reunião convocada por Global Affairs Canada e membros do escritório da OPAS/OMS Panamá e da OPAS/OMS WDC foi realizada para aprofundar as complexidades da migração nas Américas, com foco na América Central e em Darién. A reunião forneceu uma visão geral do fenômeno da migração, buscando promover soluções colaborativas e abordar os fatores que influenciam a migração e suas implicações para a saúde.

### **República Dominicana**

Em abril, a OPAS/OMS e a Agência de Cooperação Internacional da Coreia (KOICA) assinou um acordo de colaboração com o objetivo de melhorar a saúde e o bem-estar das mulheres, adolescentes e crianças em situações de vulnerabilidade na República Dominicana, incluindo a população migrante. O projeto de três anos será realizado nas províncias de Dajabón

e Elías Piña, na fronteira com o Haiti, abrangendo 64 instalações de saúde primárias e secundárias. Com isso, buscou-se melhorar o acesso a serviços abrangentes de saúde, promover práticas saudáveis e prevenir doenças, com o objetivo de reduzir a mortalidade materna e neonatal, em um contexto de desigualdades e desafios de saúde na região. Esta colaboração, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reflete um compromisso conjunto para atender as necessidades críticas das comunidades mais vulneráveis na fronteira entre a República Dominicana e o Haiti e contribuir para o desenvolvimento sustentável do país.

### **Saúde dos migrantes**

Na seção de *Health Issues* do relatório, vê-se que as principais preocupações dos textos tendem a ser nos temas de acesso aos serviços de saúde e das doenças transmissíveis. Não obstante, os relatórios também trazem seções sobre saúde materna e reprodutiva, saúde mental, saúde infantil, insegurança alimentar e sobre a cobertura e inscrição nos sistemas/seguros de saúde locais.

No tema das doenças transmissíveis, os relatórios focam em diversos países, retratando a transmissão de doenças entre populações migrantes locais. Em 2024, a Costa Rica tratou dois migrantes com malária no hospital de San Carlos, elevando o total de casos tratados no centro médico para três durante o ano. No Brasil, refugiados afegãos no aeroporto de Guarulhos enfrentaram casos recorrentes de sarna. Na Colômbia, informa-se que as regiões de Bogotá, Antioquia, Norte de Santander e La Guajira concentram 57% dos atendimentos de doenças infecciosas na população migrante e refugiada, predominantemente de origem respiratória e intestinal — tendo a região Norte de Santander relatado 345 casos de tuberculose, dos quais 10% afetaram a população venezuelana.

A notificação de malária entre os migrantes venezuelanos é seis vezes mais frequente do que a de dengue, e a tuberculose pulmonar também representa um desafio significativo. Na República Dominicana, os casos de malária triplicaram para 440 em 2024, principalmente devido a surtos localizados nas províncias de San Juan e Azua, ligados a trabalhadores migrantes do Haiti. Entre março e maio de 2024, a Costa Rica prestou atendimento médico a mais de 5.000 migrantes em trânsito na Estação Sul de Migração (EMISUR), com 70% dos casos relacionados a problemas gastrointestinais, além de infecções respiratórias, dermatológicas e desidratação entre crianças e adolescentes migrantes.

Já no acesso aos serviços, destacam-se México e Panamá. Ressalta-se o Centro de Saúde de Tijuana, no relatório de janeiro, por ter realizado 5.270 consultas médicas gerais para pessoas em situação de migração no ano de 2023. Dessas, foram 1.879 consultas odontológicas, 2.450 vacinações, 545 testes de HIV-AIDS, sífilis e hepatite C, 800 estudos laboratoriais, 150 consultas e cuidados pré-natais, 95 testes de triagem neonatal e 426 aplicações de métodos contraceptivos.

Quanto ao Panamá, o relatório colocou em evidência a importante ação do posto de recepção de migrantes que cruzam o Darién, concedendo apoio médico (avaliação e cuidados médicos, vacinas, medicamentos, e os casos mais urgentes são encaminhados ao Centro de Saúde de Metetí). Esse posto já atendeu 26.908 mulheres migrantes, coletando amostras de dengue, malária e covid-19, além de tratar infecções gastrointestinais, dermatológicas e respiratórias. No relatório de março, estratégias nacionais de fornecimento de serviços de saúde para populações migrantes no Panamá (novas estratégias de fornecimento na passagem do Darien), na Colômbia (novos fundos para o sistema de saúde) e na Guatemala (começo da implementação das políticas para migrantes) foram colocadas em evidência.

Em sequência, o Brasil aparece nos relatórios entre o mês de abril e junho: no primeiro, foca-se na nota técnica do Ministério da Saúde para orientar profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento a migrantes, refugiados e apátridas — garantindo a universalidade do sistema —; em maio, destaca-se a iniciativa localizada no Rio de Janeiro para prevenir a dengue em populações migrantes; e em junho o relatório saúda a realização de um transplante de rim pelo SUS para um indivíduo em situação migratória, bem como os resultados da Operação Acolhida na região norte.

Quanto à questão da cobertura dos sistemas de saúde, os relatórios parecem ter como objeto o sistema colombiano — ao qual nem a metade da população migrante está afiliada, pré-requisito para poder receber tratamentos adequados em um equipamento público local. Nesse sentido, os relatórios costumam trazer os números de migrantes que foram filiados ao sistema a cada período de tempo — destacando por região e descrevendo a situação da grande comunidade migrante venezuelana presente no território. Nisso, entre janeiro de 2022 e fevereiro de 2024, 431.745 serviços de saúde foram prestados à população migrante venezuelana que vive em Medellín.

Na situação da saúde infantil nas populações migrantes, os relatórios costumam destacar as situações desfavoráveis às quais eles são expostos na fronteira do México com os Estados Unidos — muitas vezes enclausurados em campos, com condições sub-humanas. A seção de saúde materna e reprodutiva costuma destacar vários países da região — com programas inovadores e críticas à disfuncionalidades ou involuções nos sistemas locais —, mas a Colômbia, grande receptora de migrantes venezuelanas, aparece como um dos focos do relatório.

Entre 2022 e 2024, diversas regiões da Colômbia, como Bogotá, Antioquia e Norte de Santander, concentraram mais de 55% dos atendimentos de saúde relacionados à gravidez, parto, pós-parto e condições do período perinatal na população migrante venezuelana. Nesse período, a mortalidade perinatal tardia e neonatal diminuiu 22%, e a morbimortalidade materna extrema entre venezuelanas caiu 40%. No entanto, o acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVE) enfrenta barreiras significativas, como a falta de afiliação ao sistema de saúde colombiano, desconhecimento sobre a legalidade do aborto, e discriminação contra mulheres.

Em Necoclí, em 2024, houve seis casos de aborto entre mulheres migrantes, além de solicitações de IVE, e 6,9% das mulheres migrantes atendidas no sistema de saúde receberam cuidados relacionados à saúde sexual e reprodutiva. A iniciativa “Saúde, Oportunidade e Inclusão”, desenvolvida pela OIM e pela MSD Colômbia, beneficiou significativamente mulheres grávidas migrantes em Valledupar, fornecendo 6.640 serviços de saúde materna e perinatal e reduzindo a mortalidade materna em 70% entre as participantes do programa. Além disso, 51% dos venezuelanos residentes na Colômbia não têm acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, destacando a urgência de abordar essas questões.

### **Emergências de Saúde**

Com relação às principais emergências de saúde que ocorreram na América Latina no início do ano, os relatórios destacam um acidente de ônibus que ocorreu na Costa Rica envolvendo 20 migrantes venezuelanos que ficaram feridos, dentre 55 que faziam o percurso do Panamá para a Nicarágua. Também chamou atenção a fala do Comissário Nacional de Direitos Humanos de Honduras, que abordou a questão das medidas de prevenção sobre o quadro institucional do país, que pode ter problemas sérios até o encerramento do primeiro trimestre de 2024, por conta do crescimento do fluxo irregular de migrantes. Mais uma

informação extremamente relevante, conforme os dados do Médicos Sem Fronteiras, houve um aumento de aproximadamente 70% nos casos de violência sexual cometidos contra migrantes no último trimestre na região de Reynosa e Matamoros, sendo estas as principais rotas de passagem presentes no nordeste do México, onde também informaram cerca de 395 vítimas de violência generalizada. Sobre o Brasil, vale destacar os imigrantes venezuelanos que vinham para a região de Boa Vista à procura de serviços de emergência, por causa da crise de saúde que se instalou em Santa Elena de Uairén, estado de Bolívar, ressaltamos que o cenário se agrava com o aumento dos casos de doenças sérias, como malária e dengue.

Nos meses que se seguiram, na fronteira de Tijuana e San Diego, as transferências para serviços de saúde permaneceram altas, os profissionais de saúde do hospital UC San Diego Health atribuíram o crescimento do número de migrantes contendo ferimentos ao aumento na altura da cerca presente na fronteira. Na Colômbia, duas empresas em Necoclí e mais seis em Turbo tomaram a decisão de negar passagens a migrantes, por receio de serem presas, depois de uma operação realizada pela Marinha Nacional e pela Migração Colômbia. Essa decisão causou uma crise humanitária com mais de 3.000 migrantes impossibilitados de continuar seu percurso, enfrentando obstáculos econômicos, problemas de saúde e cenários de violência. No México, aproximadamente 30 crianças migrantes que estavam abrigadas em acampamentos localizados às margens do Rio Bravo, em Ciudad Juarez, adoeceram, apresentando sintomas como febre, vômitos e diarreia, provavelmente relacionados às altas temperatura, escassez de água potável, ausência de abrigo qualificado e dificuldade no acesso a medicamentos.

No período do mês de maio, cerca de 280 óbitos entre migrantes foram principalmente causados por afogamento ao decorrer das rotas marítimas no Caribe, alertando para os riscos e dificuldades frequentes que os migrantes enfrentam em seus percursos. A Secretaria de Proteção Civil do México prestou atendimento para ao menos cinco casos de migrantes acometidos por insolação, tendo inclusive um caso de óbito, por conta das altas temperaturas que chegaram até 40 graus Celsius, gerando uma desidratação grave. Ainda no mês de maio, as enchentes no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, causaram danos para mais de 43.000 refugiados e migrantes, principalmente venezuelanos e haitianos, conforme dados divulgados pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR).

Partindo para o final do semestre, as altas temperaturas foram destaque tanto nos Estados Unidos, quanto no México. Os alertas sobre os riscos de ultrapassar a fronteira sudoeste dos EUA no período da estação mais quente do ano, tiveram presentes, além dos destaques para o aumento dos óbitos e emergências médicas relacionadas às altas temperaturas. No México, o cenário climático extremo levou ao crescimento expressivo nas mortes de migrantes, com seis óbitos confirmados por desidratação e insolação em Chihuahua e Sonora. Os migrantes correm um grande risco de serem acometidos por efeitos negativos em sua saúde devido à combinação de exposição intensa ao calor extremo e insegurança ao decorrer das rotas migratórias.

Ademais, as fortes chuvas também foram destaque no último relatório do semestre. Na cidade de Suchiate, no México, observou-se um grave aumento de doenças entre os migrantes no município, eles estão adquirindo doenças como infecções respiratórias agudas, micose e diarreia, doenças frequentes neste período de estação chuvosa. Permanecendo na temática de fortes chuvas, houve uma redução de 20% no fluxo de migrantes que utilizam a rota da selva de Darién, de acordo com o diretor do Serviço Nacional de Migração do Panamá. Essa diminuição do fluxo migratório ocorreu principalmente, por causa das condições climáticas adversas.

Porém, vale ressaltar que as chuvas intensas também acarretaram em um aumento nas mortes de migrantes neste percurso.

Por fim, no Brasil a Força-Tarefa de Saúde da Operação Acolhida, que oferece serviços de saúde para imigrantes, verificou um aumento importante no número de idosos desacompanhados que precisam de atendimento de saúde de emergência. Além do mais, a Força-Tarefa de Saúde Militar, alertou sobre o cenário preocupante das crianças imigrantes apresentando quadro de desnutrição na região de Boa Vista.

### **Necessidades e gargalos na atenção à saúde dos migrantes**

No âmbito das questões supracitadas e das tendências de migração, a OPAS faz uma lista de recomendações sobre ações e estratégias prioritárias a serem tomadas atenção integral à saúde do migrante. Esta lista inclui pontos chave tanto para migrantes em trânsito quanto em países receptores. São destacados como principais problemas para o acesso aos serviços de atenção básica e especializada as questões de acesso à cidadania, tratadas como “barreiras administrativas”, que incluem as questões dificuldades na obtenção de documentação, questões socioeconômicas, idioma e atendimento inadequado.

As atividades de saúde destacadas são o acesso à atenção psicossocial por migrantes, que é trazida ao longo de todos os relatórios e destaca a necessidade da atuação das redes para o cuidado de saúde mental de populações vulnerabilizadas, com destaque para o atendimento em casos de ansiedade, depressão e possíveis traumas; a vacinação ao decorrer da vida e a saúde infantil são tópicos cruciais a serem pensados.

São levantadas, também, as questões de saúde sexual e reprodutiva, em especial a atividade de prevenção (distribuição de preservativos, por exemplo) diagnósticos e os tratamentos contínuos. O tratamento continuado para IST's é um desafio e se torna mais difícil para pessoas vulnerabilizadas, como também o acesso ao cuidado pré-natal, ambos os cuidados se fazem necessários para o bem-estar e qualidade de vida.

O diagnóstico oportuno e disponibilização de medicação regular foram salientados nas doenças crônicas não transmissíveis, como a asma, diabetes e hipertensão, que na fase epidemiológica contemporânea são centrais. As doenças infecciosas e transmitidas por vetores são questões importantes no que tange as mobilidades internacionais, o cuidado para estas doenças e as suas cadeias de transmissão devem ser observadas e trabalhadas pela vigilância e atenção básica de forma a se proteger as populações, visando a redução de cadeias de contágio e processos discriminatórios.

Por fim, uma das principais barreiras a serem enfrentadas é a de comunicação e participação. As diferenças de idioma acabam sendo problemas para comunicação com os serviços de saúde e complexificam as relações com a rede de saúde. Pensar em ações de acolhimento, materiais informativos/educativos em mais de um idioma (pensando nos locais de origem dos migrantes) e espaços de interlocução para a população são estratégias que podem melhorar o acesso e aumentar a participação dos migrantes nos espaços de discussão e de cuidado, individuais e coletivos.

## A participação feminina no mercado de trabalho e a disponibilidade de creches públicas e os Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe

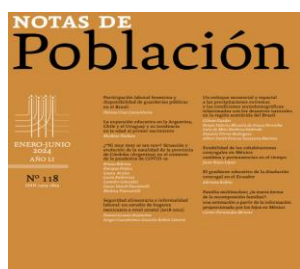
*Maria Teresa Rossetti Massari  
Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos  
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes*

**Resumo:** A publicação “Notas sobre a População” da CEPAL reúne oito artigos que abordam temas diversos, todos de grande relevância para a compreensão do desenvolvimento populacional, seus comportamentos e tendências demográficas, além da formulação de políticas públicas relacionadas. Entre os temas discutidos, destaca-se um artigo que examina a participação das mulheres no mercado de trabalho e a disponibilidade de creches públicas para seus filhos no Brasil. Na América Latina e no Caribe, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho nas últimas décadas tem sido crucial para a elevação da renda familiar e a diminuição da pobreza. No entanto, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas, com a escassez de creches públicas sendo uma das principais limitações. Além disso, o informe inclui uma análise de um artigo publicado na revista *The Lancet* em agosto de 2024, que explora o papel dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e no Caribe como uma estratégia eficaz para promover uma alimentação saudável e sustentável para todos.

**Palavras-chave:** Políticas inclusivas de gênero; Creches; Alimentação escolar.

**Abstract:** *The CEPAL publication “Notes on Population” includes eight articles covering various topics, all highly relevant for understanding population development, its behaviors, and demographic trends, as well as for the formulation of related public policies. Among the topics discussed, one article stands out for examining women's participation in the labor market and the availability of public childcare for their children in Brazil. In Latin America and the Caribbean, the increase in female labor market participation over recent decades has been crucial for raising household income and reducing poverty. However, women still face significant barriers, with the scarcity of public childcare being one of the main limitations. Additionally, the report includes an analysis of an article published in *The Lancet* in August 2024, which explores the role of School Feeding Programs in Latin America and the Caribbean as an effective strategy for promoting healthy and sustainable nutrition for all.*

**Key words:** *Gender-inclusive policies; Child day care centers; School feeding.*



O artigo “*Participación laboral femenina y disponibilidad de guarderías públicas en el Brasil*”, elaborado pela economista e demógrafa Helena Cruz Castanheira, publicado no volume 51/ número 118 das “[Notas sobre a População](#)”(1) de 2024, publicação periódica da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), analisa a relação entre a disponibilidade de vagas em creches

públicas e a participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil.

A autora começa discutindo a importância do emprego feminino para o rendimento familiar e a redução da pobreza na América Latina e no Caribe e ressalta que, apesar do aumento da participação feminina no mercado de trabalho ao longo da última década, as mulheres ainda enfrentam barreiras significativas, sendo o cuidado com os filhos e a falta de acesso a creches uma delas.

A participação feminina no mercado de trabalho aumentou de forma significativa nos últimos 50 anos e este crescimento tem associação com um maior empoderamento das mulheres e com uma maior igualdade de gênero. O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho é um dos principais motores para o crescimento econômico e para a redução da pobreza na América Latina e no Caribe.

Apesar dos avanços nas últimas décadas, as mulheres latino-americanas ainda enfrentam taxas de participação inferiores às dos homens, especialmente as mulheres casadas, de baixa renda e menor escolaridade. Neste sentido, existe uma demanda contínua por políticas voltadas para aumentar a atividade econômica feminina. No Brasil, a falta de infraestrutura para o cuidado infantil, como a escassez de creches públicas, é identificada como um dos principais obstáculos para a plena inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Além disso, ao analisar se o aumento na disponibilidade de vagas em creches afeta a oferta de trabalho das mães, é necessário controlar a relação endógena entre as duas variáveis para garantir que a disponibilidade escolar não seja um resultado direto da demanda das mães. Em revisão da literatura de estudos com este foco temático, tanto de países desenvolvidos, como Estados Unidos, Canadá, Alemanha e Espanha, como de países em desenvolvimento, como Argentina e Brasil, observa-se que a endogeneidade entre a oferta de vagas em creches e a demanda das mães é um desafio comum desses estudos, pois a disponibilidade de vagas muitas vezes responde à demanda existente. E, neste sentido, poucas análises levaram em conta esta endogeneidade e pesquisadores concordam sobre a necessidade de mais dados para aumentar o conhecimento sobre a magnitude do efeito de tal intervenção. No caso dos países em desenvolvimento, os dados são ainda mais escassos.

No Brasil, um conjunto de alterações legislativas adotadas entre 2006 e 2007 aumentou significativamente a disponibilidade de vagas em creches públicas. O principal objetivo dessas reformas era ampliar o acesso à educação infantil, especialmente para as crianças mais jovens que, por sua vez, poderiam ajudar as mães a entrarem ou se manterem no mercado de trabalho.

#### *Mudanças Legislativas:*

- [Lei nº 11.274/2006](#): Reduz a idade mínima de ingresso no ensino fundamental de 7 para 6 anos;
- [Emenda Constitucional nº 53/2006](#): Limita o acesso aos centros pré-escolares até no máximo 5 anos de idade;
- [Lei nº 11.494/2007](#): Estabelece o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância - Resolução nº 6 de 2007), que fornece financiamento federal aos municípios para a reforma e construção de creches e pré-escolas, além da aquisição de mobiliário e equipamentos, como mesas, berços e utensílios de cozinha, ao ampliar as transferências públicas do Fundo Nacional de



Desenvolvimento da Educação para creches públicas e sem fins lucrativos. Entre 2007 e 2009, o programa financiou 1.721 novas creches e pré-escolas.

Em 2009, o Brasil registrou um aumento de 37% de meninos e meninas matriculados em creches públicas em comparação a 2006, o que representa um aumento de 5% no atendimento total em creches públicas, e em 2013 foi 89% superior: de um total de 917.460 em 2006 para 1.730.877 em 2013. Esse aumento ocorreu em todas as regiões e estados do país, sendo maior na região Sudeste, que mais que dobrou sua capacidade em 7 anos.

Este aumento da disponibilidade de vagas em creches no Brasil pode ser considerado em grande parte exógeno à procura de vagas de acolhimento de crianças por das mães em nível local, uma vez que as leis foram adotadas em nível federal. Então, esta reforma representa uma oportunidade para analisar o efeito do aumento da disponibilidade de vagas em creches públicas na participação laboral das mães.

Para analisar este efeito, a metodologia empregada pela autora é um design de *diferenças em diferenças* (DID), utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001 a 2009. A população-alvo consiste em mulheres em idade produtiva, especificamente mães de crianças com até 4 anos de idade. A autora foca principalmente em mães casadas e de baixa escolaridade, que são particularmente vulneráveis ao impacto de políticas públicas relacionadas ao cuidado infantil. A PNAD é uma das pesquisas mais abrangentes do país, capturando uma vasta gama de informações socioeconômicas e demográficas. E, por sua vez, o design metodológico DID é eficaz para avaliar o impacto causal de uma intervenção ou política pública.

A análise compara a variação na participação laboral feminina antes e depois das reformas, entre grupos expostos e não expostos às mudanças na oferta de creches. Os grupos de controle e tratamento são definidos com base na presença de filhos em idade pré-escolar, permitindo uma comparação robusta entre mães que potencialmente poderiam se beneficiar das novas vagas em creches e aquelas que não estavam diretamente impactadas.

Os resultados mostram que as mudanças legislativas foram associadas a um aumento na taxa de emprego para essas mulheres, sugerindo que a disponibilidade de creches reduz a barreira para que elas possam trabalhar. A reforma teve uma associação positiva com a participação laboral feminina, especialmente entre mães casadas e de menor/baixa escolaridade, pois, geralmente, têm menos acesso a outras formas de cuidado infantil (como creches privadas), sugerindo assim que a disponibilidade de creches aliviou o peso do cuidado infantil dentro do contexto familiar, permitindo que mais mulheres pudessem se engajar no mercado de trabalho.

Em outros termos, o aumento da disponibilidade de vagas em creches parece ter incentivado essas mulheres a entrarem ou retornarem ao mercado de trabalho. A participação dessas mães no mercado de trabalho aumentou em aproximadamente 6% após a implementação das reformas, comparado ao período anterior.

No caso de mães solteiras também um efeito pôde ser observado, mas foi menos significativo do que o observado para as mães casadas. As estimativas do grupo placebo confirmam que estes resultados não são causados por uma tendência temporal na participação laboral e nas horas trabalhadas nos grupos tratamento e controle.

Mães com ensino médio completo ou superior não apresentaram um aumento significativo na participação laboral, indicando que a demanda por creches é mais crítica entre os segmentos mais vulneráveis.

O estudo também observou variações geográficas, com regiões mais carentes e com menos infraestrutura educacional mostrando maior sensibilidade às reformas. Essas áreas experimentaram um crescimento mais acentuado na participação laboral feminina, refletindo a importância das creches em contextos em que as alternativas privadas são menos acessíveis.

Em suma, a autora sugere que a política de expansão das creches teve um papel importante na promoção da inclusão social e econômica, especialmente entre as mães de baixa escolaridade e em regiões mais carentes. Ao reduzir as barreiras para o ingresso no mercado de trabalho, as creches públicas ajudaram a diminuir as desigualdades de gênero e aumentar o poder econômico das famílias mais vulneráveis.

Todavia, embora os resultados sejam promissores, enfatiza-se a necessidade de expandir ainda mais a oferta de creches e melhorar a qualidade desses serviços para maximizar os benefícios para a participação laboral feminina.

O artigo sugere que a continuidade e a ampliação dessas políticas podem ter efeitos positivos de longo prazo na participação feminina no mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento econômico e a redução da desigualdade. Além disso, a análise oferece suporte para a formulação de políticas que incentivem o aumento das vagas em creches públicas como uma estratégia eficaz para promover a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

A autora reconhece algumas limitações, como a possibilidade de que a endogeneidade entre a oferta de vagas em creches e a demanda laboral feminina possa influenciar os resultados. Além disso, a análise não captura plenamente os efeitos de longo prazo das reformas.

Sugestões para pesquisas futuras incluem a investigação sobre a qualidade das creches e seu impacto na produtividade laboral das mães, bem como estudos sobre a influência de outros fatores, como políticas de licença maternidade e flexibilidade no trabalho.

As políticas públicas voltadas para a ampliação da infraestrutura de cuidado infantil são fundamentais para promover a igualdade de gênero no trabalho e para o desenvolvimento econômico. Há também a necessidade de considerar o impacto social e econômico das políticas de cuidado infantil, não apenas como uma questão de bem-estar, mas como uma ferramenta de desenvolvimento econômico sustentável.

Por fim, é importante salientar que a discussão sobre a igualdade de gênero e a maternidade vai além da participação feminina no mercado de trabalho e inclui também as decisões sobre ter filhos. A escolha de ter ou não filhos está influenciada pelas expectativas de futuro das mulheres, conforme os valores e normas sociais sobre o papel feminino, bem como suas próprias aspirações. A igualdade de gênero, especialmente uma distribuição mais equitativa das tarefas domésticas, é crucial para influenciar a fecundidade, marcando a transição para uma fecundidade muito baixa e refletindo a segunda fase da revolução de gênero, onde a participação doméstica masculina se torna mais significativa.

## Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe

Um artigo publicado na seção *Comment* da revista *The Lancet* em agosto de 2024, discute o papel dos Programas de Alimentação Escolar na América Latina e Caribe(2).

Em 2022, globalmente, cerca de 148,1 milhões de crianças com menos de cinco anos (22,3%) sofreram de desnutrição, 45 milhões (6,8%) enfrentaram emagrecimento extremo (caquexia) e 37 milhões (5,6%) estavam acima do peso. A desnutrição causa quase 45% das mortes nessa faixa etária, principalmente em países de baixa e média renda. Fatores chave incluem renda familiar, educação materna, acesso a saneamento, peso ao nascer, amamentação, status socioeconômico, barreiras no acesso a cuidados de saúde, conflitos armados e deslocamento.

As evidências mostram que os programas de alimentação escolar (PAE), quando bem elaborados, podem melhorar os resultados nutricionais de crianças em idade escolar. Estudos mostram uma ligação entre os PAE e o aumento do consumo de alimentos nutritivos como frutas, vegetais e feijões, especialmente no Brasil e no Chile. Apesar dos sucessos notáveis, os PAE na região enfrentam vários desafios, incluindo desigualdades socioeconômicas, restrições logísticas, mudanças nutricionais e dificuldades na implementação de políticas. Além disso, a pandemia de COVID-19 agravou algumas deficiências dos PAE e priorizou outras questões de saúde pública, ampliando as lacunas que já existiam antes da pandemia.

Esperava-se que, em 2022, que 80,3 milhões de estudantes na região se beneficiassem dos PAE. No entanto, os níveis de cobertura nas escolas primárias, totalizando 56 milhões de estudantes, variam com base nos níveis de renda nacional. Apenas oito de vinte países alcançaram cobertura total de 100%, apresentando uma oportunidade significativa para oferecer dietas saudáveis e sustentáveis às crianças e adolescentes em ambientes escolares.

Outro desafio importante é a implementação e governança das políticas dos PAE. A OMS relatou percentuais muito baixos de políticas nutricionais relacionadas aos PAE na região: padrões para alimentos e bebidas nas escolas estão presentes em 52% dos países, esquemas de frutas e vegetais escolares em 24%, padrões para marketing de alimentos e bebidas não alcoólicas em 16%, e proibição de máquinas de venda automática em 12% dos países (Figura 1). Também é necessário monitorar componentes nutricionais, como níveis de nutrientes essenciais (proteína, ferro e vitamina A) e compostos não nutritivos (lítio, sódio, fósforo e iodo), para garantir os objetivos nutricionais. Simultaneamente, é imperativo aumentar o consumo de grãos integrais, frutas, vegetais, nozes e sementes, além de reduzir o consumo excessivo de sal-sódio, açúcares adicionados e gorduras trans, que são prejudiciais à saúde.

Para aumentar a eficiência dos programas de alimentação escolar na região, os autores apontam que é crucial adotar estratégias inovadoras. Isso inclui integrar a educação nutricional ao currículo escolar, criar fazendas escolares sustentáveis com produtos locais e incorporar a gastronomia aos programas de alimentação escolar para melhorar a aceitação dos menus e reduzir o desperdício de alimentos. A participação da comunidade garante a abordagem intercultural e apoia os agricultores locais. Ao mesmo tempo em que soluções tecnológicas ajudam a enfrentar desigualdades socioeconômicas, problemas de infraestrutura e logística, facilitando um melhor monitoramento e tomada de decisões baseadas em dados. Além disso, o artigo afirma que as iniciativas de longo prazo para aprimorar os programas de alimentação escolar devem focar em alinhar políticas, aumentar a conscientização, construir capacidades e realizar pesquisas e avaliações dos programas.

**Figura 1: Programas de alimentação escolar na América Latina e Caribe**



Fonte: The Lancet, 2024 (tradução nossa)

De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa Mundial de Alimentos da Organização das Nações Unidas, foram destacados seis aspectos-chave para o desenvolvimento futuro dos Programas de Alimentação Escolar:

1. Direções futuras dos PAE;
2. Colaborações e oportunidades na América Latina e Caribe;
3. Estratégias para integrar os PAE e acelerar o crescimento econômico, social, humano e nutricional da região;
4. Melhorar a conexão entre escolas e sistemas alimentares locais;
5. Abordagens para melhorar a resiliência dos programas durante emergências;
6. Diretrizes futuras para orientar abordagens interculturais nos PAE.

Esses passos são essenciais para transformar os PAE e promover uma alimentação saudável e sustentável para todos. Cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) relacionados à mitigação da fome e ao acesso universal à alimentação dentro do contexto dos PAE é crucial para o bem-estar global.

## Referências

1. Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL. Notas de Población Vol. 51 N° 118. 28 de junho de 2024 [citado 12 de agosto de 2024]; Disponível em: <https://hdl.handle.net/11362/80541>
2. López DS, Gamba M, Uriza-Pinzón J. Serving hope: rethinking school meal programs in Latin America. Lancet Reg Health – Am [Internet]. 1º de agosto de 2024 [citado 12 de agosto de 2024];36. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(24\)00145-5/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(24)00145-5/fulltext)

## Como acelerar a ação climática a partir dos sistemas alimentares: Recomendações e desafios

**Eduardo Nilson**  
**Denise Oliveira**

**Resumo:** Nesse informe, apresentamos e discutimos uma nova ferramenta elaborada pelo WWF em conjunto com parceiros internacionais para apoiar os países no alinhamento das políticas de o enfrentamento das mudanças climáticas a partir da transformação dos sistemas alimentares. Enquanto os sistemas alimentares hegemônicos figuram entre as principais causas da crise climática, sua transformação para modelos mais saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes concentra alternativas para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas

### Introdução

A relação entre os sistemas alimentares e as mudanças climáticas é bem conhecida, na medida em que os modos de produção, processamento e consumo de alimentos se apoiam nas monoculturas de commodities agrícolas e na pecuária intensiva junto com o ultraprocessoamento de alimentos, ligados ao esgotamento de solos e águas, à emissão de gases de efeito estufa e à poluição plástica, entre outras consequências ambientais (Anastasiou *et al.*, 2022)(Fardet e Rock, 2020) e ao risco de doenças ligadas à dieta nas populações. Assim, os sistemas alimentares relacionam-se com inúmeros Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e devem estar no centro das soluções para as crises atuais a partir de modelos transformadores, alinhando saúde, sustentabilidade, inclusão e resiliência.

Além disso, os sistemas alimentares hegemônicos estão ligados diretamente à má nutrição, mostrando a estreita ligação entre a saúde humana e a saúde planetária. Um exemplo dessas associações está na síndrome global de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas, que mostra a responsabilidade dos sistemas alimentares sobre a má nutrição nas populações (Swinburn *et al.*, 2019). Esses desfechos de má nutrição, apesar de aparentemente estarem em lados opostos de excesso e escassez de alimentos, possuem a mesma determinação social e econômica, influenciada pelos modos de produção, processamento, comercialização e consumo de alimentos, ligados a sistemas alimentares insustentáveis ambientalmente e promotores de padrões alimentares não saudáveis, além de serem excludentes e promotores de desigualdades e da insegurança alimentar e nutricional.

Junto com a obesidade, os sistemas alimentares hegemônicos também contribuem para as doenças crônicas não-transmissíveis (DCNTs), contudo as políticas de enfrentamento têm constantemente focado no tratamento e na abordagem de fatores mais proximais, sem trabalhar a fundo nos determinantes que estão nos sistemas alimentares e suas relações com as mudanças climáticas. Esses determinantes são fundamentais, pois moldam os ambientes alimentares e influenciam o comportamento alimentar das populações, a partir da disponibilidade, oferta e acessibilidade física e financeira a alimentos saudáveis. Por outro lado, ainda entre os determinantes, os sistemas hegemônicos têm reforçado a oferta de produtos

ultraprocessados, que são diretamente associados ao maior risco de DCNTs e às mudanças climáticas.

No campo da SAN, as mudanças climáticas impactam principalmente na produção e acesso aos alimentos, além de interferir na sua qualidade nutricional e de contribuir fortemente na volatilidade dos preços. Os estudos também apontam estratégias de mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas para mitigar e reverter seus efeitos sobre a SAN, particularmente considerando o maior impacto sobre as populações mais vulneráveis, em função das desigualdades sociais e da pobreza, reforçando a necessidade de maior investimento em políticas públicas, estudos e pesquisas acerca da temática no mundo. (Alpino *et al.*, 2022).

Outros estudos recentes têm também discutido os graves riscos para a segurança alimentar e nutricional que estão ligados às mudanças climáticas, particularmente os extremos climáticos e meteorológicos no aquecimento global, seca, inundações e precipitação. Os riscos graves das mudanças climáticas para a segurança alimentar e nutricional são aqueles que resultam, com alta probabilidade, em insegurança alimentar e desnutrição generalizadas e persistentes para milhões de pessoas, têm o potencial de efeitos em cascata além dos sistemas alimentares, e contra os quais há capacidade limitada de prevenir ou responder completamente. Portanto, reforça-se a necessidade de opções de adaptação, incluindo ações de gestão institucional e governança, que podem ser tomadas para prevenir ou reduzir os riscos climáticos graves para a segurança alimentar e nutricional humana futura (Mirzabaev *et al.*, 2023).

Com isso, é fundamental uma abordagem baseada nos sistemas alimentares para que exerçam um papel positivo na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, atuando desde a produção até o consumo dos alimentos e construindo sinergias que ampliem os benefícios ambientais, sociais e à saúde, e que governos nacionais, apoiados pelos organismos internacionais e organizações da sociedade civil e da academia, possam implementar políticas que atuem nessa necessária transformação.

### **A ferramenta Food Forward NDCs**

Para o enfrentamento desse contexto, uma nova ferramenta elaborada pelo *World Wildlife Foundation (WWF)* e *Climate Focus*, com o apoio de instituições parceiras, busca apoiar os países na transformação dos sistemas alimentares em benefício da natureza, do clima e das pessoas, atuando sinergicamente na saúde humana e planetária a partir dos sistemas alimentares (WWF and Climate Focus, 2024). Dessa forma, pretende fortalecer os compromissos nacionais em relação à agenda climática a partir da apresentação de conteúdos fáceis e acessíveis para identificar medidas políticas, práticas e informações para os benefícios da mitigação e adaptação ambiental em conjunto com o desenvolvimento sustentável.

A chamada ferramenta interativa *Food Forward NDCs* identifica ações concretas em áreas críticas que os formuladores de políticas podem incluir nos planos climáticos nacionais, na forma de uma ferramenta interativa para ajudar os países a implementarem políticas que transformarão os sistemas alimentares nacionais, e foi lançada na reunião da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente em Nairóbi, Quênia.

As opções e medidas políticas contidas na ferramenta são baseadas em evidências e boas práticas relacionadas à transição para sistemas alimentares positivos para a natureza, saudáveis e resilientes, alinhadas com os compromissos feitos por mais de 150 Chefes de Estado na COP do clima em dezembro de 2023 para transformar os sistemas alimentares, e concentrando-se em formas pelas quais as ações positivas para a natureza em relação aos

alimentos podem ser especificamente incluídas nos planos climáticos nacionais, incluindo as Contribuições Nacionalmente Determinadas do Acordo de Paris e os ODS.

No documento, são detalhadas opções de políticas e medidas em mais de 30 áreas específicas - incluindo melhorar o acesso a alimentos, reduzir as emissões da pecuária, mudar para energia limpa nas fazendas, implementar sistemas alimentares circulares e aumentar a demanda por dietas saudáveis e sustentáveis - categorizadas em cinco áreas prioritárias de intervenção cinco (ambiente alimentar, governança alimentar, produção de alimentos, cadeias de suprimento alimentar e consumo de alimentos).

A proposta opera, dessa maneira, com a lógica de que é imprescindível a ação coordenada percorrendo todos os pontos dos sistemas alimentares, desde a produção até o consumo e perdas e desperdícios de alimentos para contribuir efetivamente para a limitação do aquecimento global a 1,5 graus Celsius e adaptar os povos ao clima em mudança.

A proposta do *Food Forward NDCs* é trazer uma ferramenta de orientação para apoiar o aprimoramento e a implementação dos compromissos nacionais para a transformação da agricultura e dos sistemas alimentares, fornecendo conteúdo fácil e acessível para identificar medidas e práticas políticas e informações sobre seus benefícios para a mitigação das mudanças climáticas, adaptação e desenvolvimento sustentável.

Nessa análise detalhada e mantendo a característica de uma ferramenta prática para os países, para cada opção política dentro das áreas de intervenção são apresentadas alternativas de medidas concretas para implementação, governança das ações, ferramentas para monitoramento, avaliação dos benefícios em termos da mitigação e da adaptação climática, bem como outros benefícios para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), potenciais desafios, externalidades e *trade-offs*, possíveis custos de implementação e exemplos práticos da implementação.

Por exemplo, no campo da governança, além de recomendações específicas para cada eixo de intervenção e opção política, temos pontos que permeiam grande parte deles, como a necessidade de alinhamento entre políticas intersetoriais, a participação de diferentes níveis de governo (do nacional ao local) e de participação de atores da sociedade civil no processo, com destaque para pequenos agricultores, mulheres e povos indígenas.

Outro exemplo, no campo dos benefícios das intervenções para a adaptação às mudanças climáticas, mostra o alinhamento de muitos argumentos comuns relacionados à transformação dos sistemas alimentares para fortalecer a produção de alimentos diversificados a partir de práticas tradicionais e de agricultura familiar, aumentando a produção, valorização de alimentos locais, promovendo o uso racional dos recursos naturais e adaptando-se a condições de seca, calor, inundações, salinidade e mudanças nas estações de plantio. Para tanto, as recomendações estão interligadas desde o incentivo financeiro e técnico a essas práticas, passando pela criação e mercados e compras públicas, até a educação e conscientização dos consumidores.

Desse modo, os benefícios da transformação dos sistemas alimentares para a agenda do desenvolvimento sustentável perpassam por grande parte dos ODS, como eliminação da pobreza (ODS 1), Fome zero (ODS 2), boa saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), igualdade de gênero (ODS 5), água limpa e saneamento (ODS 6), energia limpa e acessível (ODS 7), trabalho decente (ODS 8), redução de desigualdades (ODS 10), cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), consumo e produção responsáveis (ODS 12), ação climática

(ODS 13), vida na água (ODS 14), vida na terra (ODS 15) e parcerias para o alcance dos objetivos (ODS 17), que se interligam em grande parte das recomendações.

É importante, ainda, a abordagem dos desafios de implementação e as possíveis externalidades negativas e *trade-offs* das ações implementadas, como forma de melhor orientar os tomadores de decisão considerando questões como limitações de infraestrutura e recursos, relações e papéis dos atores da sociedade, desafios logísticos, vulnerabilidade a choques externos e às práticas injustas do comércio global, além de custos administrativos e custos das próprias transformações. Nesse sentido, é fundamental conhecer os custos na inação ou da ação insuficiente são elementos importantes para orientar escolhas mais custo-efetivas pelos decisores, quebrando resistências de setores ligados aos sistemas alimentares hegemônicos e ganhando o apoio da sociedade civil e da academia para minimizar esses desafios e suas externalidades.

Nas seções seguintes, abordaremos os principais pontos de cada área de intervenção e suas respectivas opções políticas para melhor ilustrar o conjunto de orientações e recomendações que a ferramenta propõe, demonstrando a complexidade do problema e a necessidade de múltiplas estratégias para enfrentá-lo.

### **Ambiente alimentar**

O ambiente alimentar é o conjunto de fatores que influenciam as escolhas alimentares de indivíduos ou populações em determinado contexto geográfico, social, econômico e cultural e nesse eixo são propostas três áreas de atuação política: a regulação da qualidade e segurança dos alimentos, a regulação da publicidade de alimentos não saudáveis e insustentáveis, a melhoria do acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis e sustentáveis e o desenvolvimento e aprimoramento da agricultura em áreas urbanas e periurbanas e ampliação dos mercados para alimentos locais.

### **Qualidade e segurança dos alimentos**

Considerando a regulamentação da qualidade e segurança dos alimentos, sua importância se mostra diante do impacto das doenças transmitidas por alimentos, que representam anualmente cerca de 600 milhões de casos e 420.000 mortes em todo o mundo, sendo que 30% dessas mortes ocorrem entre crianças menores de 5 anos.

As intervenções possíveis relacionadas à regulamentação e monitoramento da qualidade e segurança dos alimentos podem proporcionar diversos benefícios a partir do controle de doenças transmitidas por alimentos, do aumento da vida útil dos produtos, do aprimoramento da rastreabilidade e da redução das perdas e desperdícios de alimentos devido à sua deterioração.

Essas ações incluem: promover a pesquisa e o desenvolvimento em qualidade e segurança dos alimentos, considerando as seguintes medidas: incentivar, por meio de financiamento público, o desenvolvimento e uso de tecnologias emergentes para monitoramento de alimentos; incentivar o desenvolvimento de sistemas de monitoramento de alimentos mais amplamente aplicáveis; adotar regulamentos de segurança alimentar e desenvolver uma estratégia nacional de controle de alimentos; adotar regulamentos para a qualidade dos alimentos; e fortalecer a capacidade de produtores e consumidores.



## **Regulamentação da publicidade de alimentos**

No campo da regulamentação da publicidade de alimentos não saudáveis e insustentáveis, vale destacar que evidências crescentes sugerem que as escolhas alimentares dos consumidores são influenciadas por marketing, publicidade e ofertas promocionais de varejistas de alimentos. No entanto, a maioria das pessoas pode não perceber a extensão em que seus hábitos alimentares são moldados pelos anúncios que veem em outdoors, na televisão e nas redes sociais, ou pela gama de produtos alimentares disponíveis no supermercado, ou ainda pelas ofertas promocionais e descontos oferecidos pelos varejistas. Essas e outras práticas comunicam aos consumidores quais opções alimentares estão prontamente disponíveis, seus valores nutricionais, suas origens e seus potenciais impactos de sustentabilidade.

Atualmente, o marketing e a publicidade de alimentos tendem a direcionar os consumidores para dietas que não seguem as recomendações de alimentação saudável – muitas vezes incluindo grandes quantidades de opções ultraprocessadas e ambientalmente insustentáveis. No entanto, sob as condições regulatórias corretas, a publicidade de alimentos pode ajudar a impulsionar a demanda do consumidor por opções alimentares sustentáveis e saudáveis, ao mesmo tempo em que reduz a demanda por alimentos não saudáveis e insustentáveis.

Para enfrentar essa questão, são recomendadas ações como aumentar a pesquisa sobre os efeitos do marketing de alimentos no nível ambiental e social, restringir o marketing e a restrição da publicidade e outras estratégias promocionais (por exemplo, promoções em lojas ou brindes) de alimentos ultraprocessados na televisão, rádio, internet, redes sociais e outras plataformas. Além disso, considerando a importância das informações dos produtos, é necessário regular a rotulagem e o marketing para impor ou promover informações precisas sobre os produtos em um formato padronizado e comparável entre as categorias de produtos alimentares, promover diretrizes e estratégias de rotulagem que considerem esquemas de rotulagem frontal de alimentos baseados em ciência e evidências, incentivar os fabricantes de alimentos a adotar rotulagem que destaque os impactos dos produtos tanto para o meio ambiente quanto para o consumidor individual e implementar regulamentos que garantam que as alegações de saúde e sustentabilidade dos alimentos sejam precisas (informações nutricionais como calorias, gorduras, incluindo gorduras saturadas e trans, açúcares, sal e nutrientes e impactos ambientais, como pegada de carbono, uso de terras ou água).

Do outro lado da oferta de alimentos, é preciso estabelecer acesso equitativo a alimentos frescos, produzidos localmente, em áreas urbanas e periurbanas, alocar recursos adicionais para o marketing e promoção de alimentos orgânicos bem como para alimentos produzidos regionalmente, dentro dos orçamentos nacionais ou subnacionais, restringir o marketing que incentiva certos comportamentos, como comer excessivamente ou de forma inconsciente, com especial ênfase em considerar seus impactos sobre as crianças e desenvolver e lançar campanhas publicitárias sobre "produtos feios" (frutas e vegetais) para aumentar a conscientização de que esses produtos oferecem o mesmo valor nutricional, sabor e aroma que seus equivalentes de aparência mais convencional. Finalmente, são recomendadas medidas para educar os consumidores e melhorar o cuidado nutricional nos programas do sistema de saúde para reforçar a educação pública sobre os benefícios de dietas saudáveis e sustentáveis.

### **Acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis e sustentáveis**

Na terceira área de políticas relacionadas ao ambiente alimentar, a melhoria do acesso físico e financeiro a alimentos saudáveis e sustentáveis, é preciso reforçar que grande parte da

população mundial é afetada pela fome e uma parcela ainda maior não pode comprar alimentos saudáveis. Os relatórios de Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no mundo têm mostrado dados preocupantes sobre o progresso insuficiente em relação à redução da insegurança alimentar moderada e grave no mundo para alcançar as metas para 2030, além de mostrarem que é ainda maior o número de pessoas sem condições de pagar por uma dieta saudável (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2024). No outro extremo da insegurança alimentar e nutricional, temos um número crescente de pessoas em todo o mundo estão acima do peso ou com obesidade, reforçando a importância do acesso a alimentos saudáveis e nutritivos.

Um dos principais componentes da segurança alimentar – um conceito complexo e multifacetado – é a acessibilidade física e econômica (ou seja, proximidade e acessibilidade) a alimentos saudáveis e nutritivos. Segundo a FAO, a segurança alimentar e a nutrição adequada ocorrem “quando todas as pessoas, em todos os momentos, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos que atendem às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. O acesso físico refere-se à disponibilidade e proximidade de opções alimentares diversificadas em locais específicos. As políticas que abordam o acesso físico a alimentos saudáveis normalmente visam melhorar o acesso a escolhas alimentares saudáveis e prevenir desertos alimentares ou pântanos alimentares. O acesso econômico refere-se à acessibilidade dos alimentos disponíveis para compra e consumo, e as políticas relacionadas buscam melhorar os preços dos alimentos disponíveis – especialmente escolhas saudáveis, nutritivas e sustentáveis.

É primordial, portanto, promover e otimizar o acesso físico e econômico a alimentos saudáveis e sustentáveis como forma de impulsionar as economias locais, melhorar a sustentabilidade ambiental e apoiar os pequenos produtores. Nesse sentido, atenção específica deve ser dada à implementação de políticas que apoiem e protejam pequenos agricultores, propriedades familiares, camponeses, povos Indígenas, comunidades locais, mulheres e jovens.

Para enfrentar esse desafio, a ferramenta inclui entre suas recomendações fortalecer o comércio de alimentos e cadeias de suprimento baseadas na economia circular, melhorar o mercado de alimentos pela promoção de melhor conectividade entre áreas rurais e periurbanas, promover a agricultura urbana e periurbana ambientalmente amigável, fortalecer o planejamento comunitário e urbano, eliminar barreiras para vendedores de alimentos saudáveis e sustentáveis, promover hortas comunitárias e mercados de agricultores; turismo rural e urbano e promover o transporte, construção de infraestrutura e gestão de resíduos. Além destas, políticas, o Estado tem papel relevante na inclusão dos produtos locais em políticas de compras públicas, bem como de promover orientações dietéticas à população baseadas nos alimentos locais e organizar as finanças públicas para apoiar esse conjunto de medidas.

Vale destacar que a melhoria do acesso físico e econômico aos alimentos saudáveis e sustentáveis, encurtando as cadeias de suprimento, traz benefícios de mitigação das mudanças climáticas de várias maneiras. Por exemplo, minimizam a distância que os alimentos percorrem reduz as emissões de gases de efeito estufa do transporte, criam um sistema de suprimento mais ágil e responsivo, reduzindo o desperdício de alimentos e suas emissões associadas, além de reduzir o uso de carros pelos consumidores para a compra de alimentos. Ademais, a acessibilidade econômica promove o consumo sustentável ao tornar os alimentos produzidos localmente e de forma sustentável mais acessíveis e disponíveis, potencialmente diminuindo a demanda por alimentos importados e com altas emissões. Além disso, políticas equitativas que melhoram o acesso a alimentos locais ajudam a fortalecer as economias locais e, como

resultado, reduzem as vulnerabilidades das comunidades aos choques do mercado global, que por si só podem levar a alocações ineficientes de recursos e emissões desperdiçadas.

Pode-se, ainda, agregar outros benefícios ambientais a essas medidas, visto que a produção local de alimentos tende a utilizar práticas ecológicas, minimizando o uso de pesticidas nocivos, fertilizantes sintéticos e o excesso de água e energia, assim como a produção local de alimentos muitas vezes promove o uso da terra que acomoda ecossistemas diversos, apoiando a vida selvagem e espécies de plantas.

### **Agricultura em áreas urbanas e periurbanas**

Como último conjunto de políticas no âmbito dos ambientes alimentares, o desenvolvimento e melhoria da agricultura em áreas urbanas e periurbanas e aprimoramento dos mercados alimentares locais constitui uma resposta às necessidades de mais da metade da população global, que vivem em áreas urbanas. Isso também significa reconhecer que os assentamentos urbanos são espaços de vasto consumo de alimentos e produção de resíduos, portanto melhorar o ambiente alimentar por meio da agricultura urbana e periurbana e dos mercados locais constitui uma oportunidade para que os governos locais alcancem os três objetivos políticos de desenvolvimento sustentável, bem-estar humano e ação climática mediante a produção local de alimentos que encurta as cadeias de suprimento alimentar e incentiva a gestão sustentável de água, resíduos e terras.

Como reforçado inclusive em informes anteriores, a agricultura urbana e periurbana pode promover práticas circulares ao reutilizar recursos humanos e materiais, transformando o que seria desperdiçado em produtos para as comunidades locais. Além disso, sistemas de água seguros, eficientes e orientados para a reutilização podem criar sinergias entre a agricultura e a gestão de águas residuais, ao mesmo tempo em que mitigam os desafios relacionados à escassez de água e ao saneamento.

Dessa forma, medidas concretas nesse eixo podem incluir o melhor manejo e logística para resíduos orgânicos, o estabelecimento de um arcabouço regulatório que apoie a agricultura urbana e periurbana, o desenvolvimento de zoneamento para a produção de alimentos, investimentos em tecnologia, infraestrutura, serviços e cadeias de suprimento, aprimoramento e expansão do saneamento, incentivos financeiros para a produção local de alimentos e vinculação a políticas de compras públicas locais.

### **Governança alimentar**

A governança alimentar envolve o conjunto de processos, estruturas, políticas e práticas que orientam, regulam e coordenam a produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos em uma sociedade. Assim, envolve a interação entre diferentes atores, incluindo governos, organizações internacionais, empresas privadas, sociedade civil e comunidades locais, que colaboram ou competem para moldar o sistema alimentar. No campo da governança alimentar, o instrumento traz recomendações para quatro eixos de políticas: o fortalecimento da governança para uso das terras e águas, a avaliação do impacto dos sistemas alimentares, o fortalecimento de abordagens de múltiplos atores na governança e o fortalecimento da agroecologia.

### **Governança do uso da terra e da água doce**

Primeiro, em termos do fortalecimento da governança do uso da terra e da água doce, é preciso destacar que essa governança é crucial para a transformação dos sistemas alimentares,

pois aborda questões críticas relacionadas à produção agrícola e à proteção dos ecossistemas. Ao gerir eficazmente os recursos hídricos e o uso da terra, os mecanismos de governança podem ajudar a mitigar riscos como a degradação do solo induzida pelo homem, a escassez de água e as mudanças climáticas. A governança também desempenha um papel crucial na garantia de acesso equitativo aos recursos, na promoção de práticas sustentáveis e na proteção da segurança alimentar. Em muitas áreas, as soluções técnicas não serão suficientes para superar os desafios complexos enfrentados pelos sistemas alimentares, e será necessário adotar estruturas de governança inclusivas e centradas nas pessoas para promover mudanças de comportamento e alcançar uma transição sustentável no setor.

Assim, as ações concretas recomendadas nessa área política incluem o engajamento de todas as partes interessadas por meio de uma abordagem inclusiva e centrada nas pessoas, o desenvolvimento de políticas e abordagens coordenadas e coerentes, o fortalecimento e harmonização dos sistemas de posse de terra e água, a melhoria dos empregos, dos meios de subsistência e da equidade de gênero, a restauração da biodiversidade, o redirecionamento ou remoção de subsídios prejudiciais, a proteção e gestão sustentável de recursos hídricos subterrâneos e a alocação da água de maneira justa, equitativa, flexível e adequada localmente. Essas alternativas podem incluir o uso de soluções indígenas na gestão da água, como a coleta de água da chuva, os poços em degraus e uso de tecnologias simples como a roda persa. Por fim, é fundamental adaptar mecanismos de precificação da água (diretos e indiretos), de modo a eliminar gradualmente os subsídios que incentivam o uso insustentável da água, retiradas de água e poluição e adotar mecanismos de precificação que incentivem práticas eficientes em termos de uso da água e o uso sustentável dos ecossistemas de água doce.

### **Avaliação dos impactos dos sistemas alimentares**

A segunda opção política, de avaliação dos impactos dos sistemas alimentares, se baseia na constatação de que os impactos negativos interligados dos sistemas alimentares muitas vezes são negligenciados na formulação de políticas. Essas consequências interligadas incluem a degradação da terra, da água e dos ecossistemas; emissões de gases de efeito estufa; perdas de biodiversidade; fome, deficiências de micronutrientes, obesidade e doenças relacionadas à dieta; e tensões contínuas nos meios de subsistência enfrentadas por agricultores em todo o mundo.

Por exemplo, os impactos das mudanças climáticas – incluindo temperaturas extremas, inundações, secas e mudanças nos padrões de chuva – já estão reduzindo a capacidade dos nossos sistemas alimentares, particularmente em regiões vulneráveis ao clima. Os custos ocultos ambientais, de saúde e econômicos dos sistemas alimentares atuais são estimados em quase USD 12 trilhões por ano e espera-se que aumentem para USD 16 trilhões por ano até 2050.

Com isso, os formuladores de políticas frequentemente perdem a oportunidade de projetar intervenções que abordem simultaneamente múltiplas questões relacionadas à equidade e sustentabilidade dos sistemas alimentares. Para fazer isso, é necessário que os formuladores de políticas tenham uma compreensão aprofundada dos custos e benefícios para todas as partes interessadas dentro do sistema agroalimentar, incluindo grupos subrepresentados e gerações futuras. Tal compreensão incentivaria ações políticas e investimentos — incluindo apoio fiscal, regulamentações e normas voluntárias — que priorizem a nutrição, a igualdade de gênero e a sustentabilidade ambiental.

Como resposta a esse desafio, é recomendada uma abordagem a partir da contabilidade do custo verdadeiro (*True Cost Accounting* - TCA), que é um método de estimação dos custos ocultos dos sistemas agroalimentares a partir de uma abordagem holística e sistêmica para medir e valorizar os custos e benefícios ambientais, sociais, de saúde e econômicos gerados pelos sistemas agroalimentares, a fim de facilitar uma melhor tomada de decisões por formuladores de políticas, empresas, agricultores, investidores e consumidores (United Nations Food Systems Summit 2021 Scientific Group, 2021).

Dentre as medidas para implementação dessa metodologia, a FAO propõe uma avaliação em duas fases utilizando a TCA para ajudar os tomadores de decisão no entendimento dos sistemas agroalimentares atuais e futuros e as áreas de intervenção para melhorar sua sustentabilidade. A primeira fase seria de avaliação inicial em nível nacional para quantificar e analisar os impactos e os custos ocultos dos sistemas agroalimentares, enquanto a segunda traria as avaliações direcionadas e aprofundadas de componentes específicos, cadeias de valor ou setores dos sistemas agroalimentares.

### **Fortalecimento de abordagens multissetoriais inclusivas**

No terceiro eixo de políticas para a governança, temos o fortalecimento de abordagens multissetoriais inclusivas na governança alimentar, que reconhecem que as questões dos sistemas alimentares são complexas e interconectadas, porém, historicamente, os processos de políticas e as estruturas de governança para alimentos e clima operaram em compartimentos isolados. Por exemplo, as políticas para lidar com questões de nutrição são frequentemente tratadas por ministérios de saúde, enquanto as questões climáticas e de biodiversidade são abordadas por tomadores de decisão ambientais. Identificar e gerenciar compensações entre as dimensões social, econômica e ambiental é desafiador. Os desequilíbrios de poder nos sistemas alimentares, juntamente com dependências de caminho e bloqueios de longo prazo, agravam a complexidade. Desequilíbrios de poder entre os atores podem frequentemente resultar em exclusão da tomada de decisões, iniquidades, exploração, desnutrição e insegurança alimentar para grupos marginalizados.

Desse modo, a colaboração multissetorial é um componente importante para garantir uma abordagem holística, equitativa e inclusiva na formulação e implementação de políticas para a transformação dos sistemas alimentares. A colaboração multissetorial refere-se, portanto, a arranjos colaborativos entre partes interessadas de duas ou mais esferas distintas da sociedade (por exemplo, setor público, setor privado e/ou sociedade civil) que unem seus recursos, compartilhando riscos e responsabilidades para resolver questões comuns, lidar com conflitos e/ou elaborar visões compartilhadas. Essa colaboração também ajuda a alcançar objetivos compartilhados, gerenciar recursos comuns e/ou garantir a proteção, produção ou entrega de um resultado de interesse coletivo e/ou público.

### **Fortalecimento e valorização dos princípios da agroecologia**

No último eixo de políticas, temos o fortalecimento e valorização dos princípios da agroecologia na governança alimentar. A agroecologia é uma das respostas para a transformação dos sistemas alimentares, visto que os sistemas hegemônicos são responsáveis por um terço das emissões globais de gases de efeito estufa. Além disso, grande parte dos alimentos produzidos hoje utiliza quantidades significativas de produtos químicos e recursos (como fertilizantes, pesticidas, energia, terra e água) e é produzida por meio de práticas insustentáveis (como monocultura e aragem intensiva), impulsionando a destruição de ecossistemas vitais como florestas. Ao mesmo tempo, mais de 780 milhões de pessoas ainda

sofrem de fome e dois bilhões têm deficiências de micronutrientes, enquanto o mesmo número está com sobrepeso ou obesidade. Além disso, até 40% de todos os alimentos produzidos são perdidos ou desperdiçados.

Conforme definido pela Plataforma Intergovernamental de Políticas Científicas sobre Biodiversidade e Serviços Ecosistêmicos (IPBES), "agroecologia é a ciência e a prática de aplicar conceitos, princípios e conhecimentos ecológicos (isto é, as interações e explicações para a diversidade, abundância e atividades dos organismos) ao estudo, design e gestão de agroecossistemas sustentáveis. Inclui o papel dos seres humanos como um organismo central na agroecologia por meio de processos sociais e econômicos nos sistemas agrícolas. A agroecologia examina os papéis e interações entre todos os componentes biofísicos, técnicos e socioeconômicos relevantes dos sistemas agrícolas e suas paisagens circundantes."

A transição para sistemas alimentares sustentáveis e resilientes pode ajudar a enfrentar as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade, a insegurança alimentar e a nutrição insuficiente. Para realizar com sucesso essa mudança transformadora em nossos sistemas alimentares, os formuladores de políticas, praticantes e outras partes interessadas devem considerar os principais princípios da agroecologia para integrá-la no planejamento, gerenciamento e avaliação das políticas do sistema alimentar.

Assim, a ferramenta apresenta alternativas de políticas como integrar e fortalecer o conhecimento sobre agroecologia, integrar a agroecologia no financiamento público, apoiar mercados locais e territoriais e construir e fortalecer plataformas e iniciativas multissetoriais.

### **Produção de alimentos**

Essa área de intervenção traz o maior número de eixos para políticas, devido à sua complexidade e amplitude, mas nos deteremos a somente parte delas nos detalhamentos. Essas políticas incluem a transição para a gestão de água doce resiliente ao clima e positiva para a natureza, a redução da mudança de uso da terra e conversão de ecossistemas naturais para a produção de alimentos, a implementação de gestão sustentável da pesca, a implementação de sistemas de gestão sustentável da aquicultura, o sequestro de carbono no solo e melhoria da saúde do solo em sistemas de cultivo, a transição para energia limpa no nível da fazenda, a redução das emissões na cultura do arroz, a implementação de sistemas silvícolas e pastoris, de práticas agroflorestais e de práticas de manejo melhorado em pastagens, a redução das emissões da pecuária por meio de práticas de manejo sustentável e a implementação de sistemas integrados de manejo de culturas e pecuária e de práticas de produção de alimentos positivas para a natureza.

### **Gestão de água doce**

Primeiro, no contexto da transição para a gestão de água doce resiliente ao clima e positiva para a natureza, é importante recordar que a agricultura representa cerca de 70% da utilização de água doce pelo ser humano em todo o mundo. Portanto, reduzir, otimizar e diminuir a poluição dos recursos hídricos causados pela agricultura é essencial para a segurança hídrica e alimentar, assim como para a saúde humana e dos ecossistemas. Além disso, transformar os sistemas agrícolas para regenerar os processos hidrológicos e reter o solo e seus nutrientes são oportunidades importantes na transição para uma gestão de água doce resiliente ao clima e positiva para a natureza.

Devido à grande necessidade de água para a produção de alimentos, a resiliência alimentar e a resiliência hídrica são interdependentes, e os agricultores estão entre os principais gestores dos sistemas hídricos do mundo, que incluem as áreas de terra que coletam e drenam a água da chuva que cai sobre elas (por exemplo, áreas ao redor de lagos ou bacias hidrográficas).

Dentre as principais ações que devem ser implementadas para esse fim, estão incluídas melhorias no desempenho da irrigação e expansão e aprimoramento da gestão da água usada na agricultura.

### **Gestão das terras**

Considerando outro recurso chave dos sistemas alimentares, as terras, são recomendadas ações urgentes e robustas voltadas para parar o desmatamento bruto, proteger florestas de alta integridade, parar a conversão de pastagens e savanas em terras agrícolas ou outros usos da terra e proteger áreas úmidas, visando particularmente evitar as emissões de gás carbônico dessas terras.

A maior parte da conversão de ecossistemas naturais é impulsionada pela expansão da agricultura. Nos trópicos, por exemplo, mais de 90% de todo o desmatamento é impulsionado direta ou indiretamente pela agricultura. Junto com isso, a demanda internacional por exportação de commodities é responsável por até 25% desse desmatamento tropical associado à produção agrícola, tornando os esforços para construir cadeias de suprimento livres de desmatamento e conversão cruciais para acabar com o desmatamento e a conversão de ecossistemas.

Desse modo, as medidas políticas para abordar as causas diretas e subjacentes da conversão de ecossistemas, a fim de entregar sistemas alimentares sustentáveis e equitativos, incluem combinar incentivos e desincentivos para proteger ecossistemas, transferir a produção para terras degradadas disponíveis, avaliar e prevenir a conversão de ecossistemas importados e reformar, redirecionar e das nova destinação ao financiamento público e subsídios existentes para permitir uma produção de alimentos sustentável, sem desmatamento e conversão.

### **Pesca e aquicultura**

Considerando-se a pesca e a aquicultura, sabe-se que globalmente, os oceanos absorveram mais de 93% do calor e mais de 26% das emissões de dióxido de carbono emitidas pelos seres humanos. Esses fenômenos alteraram os ecossistemas oceânicos, contribuindo para o aumento do nível do mar, para a maior frequência de surtos de doenças e para a acidificação da água do mar, que aumentaram a mortalidade e diminuiu a produtividade de espécies-chave, além de mudar a distribuição geográfica de muitos estoques pesqueiros importantes. Estima-se que essas mudanças afetam a vida de 500 milhões de pessoas que dependem de pescarias de pequena escala, não comerciais, cuja saúde, bem-estar e sustento dependem da pesca.

Ao mesmo tempo, a pesca insustentável contribui para as mudanças climáticas, inclusive degradando os ecossistemas marinhos e através das emissões das frotas pesqueiras. Em 2020, por exemplo, as frotas pesqueiras do mundo foram responsáveis por cerca de 1,2% do consumo total de combustível global. Em consequência, a pesca insustentável compromete a resiliência dos ecossistemas costeiros e marinhos e seus múltiplos benefícios, bem como comprometem o seu potencial de mitigação e adaptação climática.

Segundo a definição da WWF, uma “pesca é sustentável quando a base ecológica da pescaria é mantida e restaurada, garantindo assim que as futuras gerações não sejam prejudicadas; de modo que os benefícios da atividade pesqueira fortaleçam a resiliência comunitária/social e que as ações de gestão e governança reflitam a abordagem de precaução, facilitando os ajustes necessários na captura, esforço e equipamentos com transparência e relatórios públicos.” Contudo, a má gestão das pescas e as desigualdades globais no acesso, combinadas com os impactos das mudanças climáticas, poluição e degradação dos ecossistemas, colocam em risco os ecossistemas marinhos, os estoques pesqueiros e os meios de subsistência.

É necessária, assim, uma mudança para uma gestão sustentável da pesca, baseada em ecossistemas, inclui a transição para fontes de energia renováveis e práticas de baixo carbono. Junto com isso, é essencial aumentar a resiliência dos ecossistemas costeiros e marinhos às mudanças ambientais, reduzir os impactos climáticos e ambientais da indústria e permitir que o setor se adapte melhor a essas mudanças. Outro ponto relevante é que o aumento da biomassa de peixes por meio de uma gestão sustentável pode também contribuir significativamente para a sequestro de carbono azul e ajudar a mitigar as mudanças climáticas.

Complementarmente, a gestão da aquicultura, isto é, o cultivo de alimentos aquáticos, como peixes, mariscos e plantas aquáticas, tem papel relevante, tendo em vista que, atualmente, contribui com mais da metade dos alimentos aquáticos para consumo humano, com essa participação prevista para aumentar para quase dois terços até 2030. Nesse sentido, à medida que a população global e o consumo per capita de frutos do mar aumentam, a aquicultura tornou-se um componente crítico para aliviar parte da pressão sobre a pesca de captura selvagem e garantir a segurança alimentar e os meios de subsistência para comunidades em todo o mundo.

No entanto, o rápido crescimento da aquicultura intensiva também trouxe consequências ambientais, sociais e econômicas negativas não intencionais que exigem uma nova mudança para práticas de aquicultura mais sustentáveis. Os principais problemas ambientais incluem poluição e impactos na biodiversidade dos ecossistemas aquáticos naturais, salinização de águas subterrâneas, uso de grandes volumes de água doce e transmissão de doenças para as populações de peixes selvagens. Dessa forma, são necessárias medidas para garantir que a aquicultura faça parte da transição geral para sistemas alimentares equitativos e sustentáveis – e não um obstáculo a ela.

### **Sequestro de carbono no solo**

No campo do sequestro de carbono no solo e melhorar a saúde do solo em sistemas agrícolas, destaca-se que, depois dos oceanos, os solos são o segundo maior reservatório ativo de carbono, com 1.500 bilhões de toneladas de carbono encontradas na matéria orgânica do solo em todo o mundo. Além disso, os solos são o ecossistema mais complexo e biodiverso do planeta, por sua capacidade de armazenar água e carbono é essencial para a fertilidade do solo, liberando nutrientes para o crescimento das plantas e apoiando a saúde estrutural e biológica do solo.

O carbono orgânico do solo representa 25% do potencial total das soluções climáticas naturais, no entanto, a saúde do solo e a biodiversidade subterrânea foram amplamente negligenciadas pela revolução agrícola industrial do último século. Práticas insustentáveis de manejo da terra que degradam os solos não só levaram à emissão de gases de efeito estufa, mas também à redução da capacidade dos solos de sequestrar carbono e sustentar a produtividade



agrícola. Como resultado, entre 20% e 40% da área terrestre global está degradada ou em processo de degradação, afetando negativamente mais de 3,2 bilhões de pessoas. Portanto, restaurar a saúde do solo é crucial para melhorar a produtividade das paisagens agrícolas e pode desempenhar um papel significativo na mitigação das mudanças climáticas.

Além disso, a saúde do solo refere-se à capacidade do solo de sustentar a produtividade, a diversidade e os serviços ambientais dos ecossistemas terrestres. Um solo saudável garante alta produtividade (específica para o local) e saúde ambiental, levando à melhoria dos serviços ecossistêmicos. A saúde do solo mantém todo o ecossistema e está associada ao aumento do carbono orgânico do solo e à redução das emissões de gases de efeito estufa. Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono, o óxido nitroso e o metano.

A saúde do solo depende das propriedades físicas, químicas e biológicas ou da composição do solo, que estão todas interconectadas. A saúde do solo é um pré-requisito para a produção agrícola sustentável. Compreender e melhorar essas propriedades resultará na melhoria da capacidade produtiva do solo, além de aumentar a produtividade e a qualidade das culturas. Portanto, proteger a saúde do solo e sua capacidade produtiva pode ajudar a melhorar a segurança alimentar e os resultados nutricionais.

Dentre as medidas concretas a serem implementadas para melhorar e preservar os solos e suas funções, devem ser fortalecidos os processos biológicos naturais em solos saudáveis que permitem o sequestro de carbono e a fertilidade do solo. Para tanto, as práticas agrícolas que sustentam a saúde do solo precisam ser personalizadas ou adaptadas às condições locais, junto com estratégias abrangentes utilizadas em quase todas as zonas climáticas, condições do solo ou sistemas de cultivo.

### **Energia limpa na agricultura**

Outro conjunto de políticas envolve as mudanças para energia limpa no nível das fazendas, tendo em vista que os sistemas agrícolas e alimentares consomem cerca de 30% da energia mundial. Somente as emissões “dentro do portão da fazenda” respondem por 7,2 bilhões de toneladas de emissões de gases de efeito estufa por ano, pois a produção de culturas, gado e peixes no nível da fazenda exige um uso intensivo de energia para fertilização, irrigação, abastecimento de água, colheita e veículos e maquinário.

Dessa maneira, a mudança para energia limpa pode melhorar o consumo de energia e reduzir as emissões de gases de efeito estufa no nível da fazenda. Consequentemente, a adoção de energia renovável também tem o potencial de reduzir o impacto ambiental da produção de alimentos, diminuir o desperdício de alimentos e promover preços acessíveis de alimentos. Além de mudar as fontes de energia, as fazendas podem implementar práticas de conservação de eletricidade, como substituir dispositivos antigos e intensivos em energia, para aumentar a eficiência energética.

### **Redução das emissões do cultivo de arroz**

O arroz é o terceiro cereal mais cultivado globalmente, depois do milho e do trigo, e responde por cerca de um quinto do consumo global de calorias, sendo um alimento básico vital para grande parte da população mundial com importância econômica e cultural crítica em muitos países em desenvolvimento, especialmente na Ásia. No entanto, o cultivo de arroz enfrenta desafios, incluindo rendimentos em declínio ou estagnados, e está associado a uma série de impactos ambientais negativos, como a contaminação de recursos naturais devido ao

uso excessivo de agroquímicos, perda de biodiversidade e emissões de metano. O arroz é responsável por cerca de 1,5% das emissões globais de gases de efeito estufa e por 48% do total das emissões provenientes de terras agrícolas. O cultivo de arroz também consome aproximadamente 40% dos recursos globais de água doce e tem baixa eficiência no uso da água (ou seja, a relação entre o rendimento econômico produzido e a quantidade de água utilizada), portanto é recomendado um conjunto de práticas para melhorar o uso de água e terras.

### **Implementação de sistemas silvícolas e pastoris**

Os sistemas silvícolas e pastoris são uma forma de agrofloresta que envolve a combinação de plantas forrageiras (por exemplo, gramíneas e leguminosas) com arbustos e árvores para a nutrição animal e usos complementares (como sombra e produção de alimentos), reconhecidos como uma abordagem integrada para o uso sustentável da terra. Em sistemas de produção integrados, ao contrário dos sistemas especializados, produtos, subprodutos e serviços de um componente de produção do sistema são utilizados como insumos para outro componente, ou recursos naturais escassos ou degradados são alocados de forma eficiente. Outros tipos de sistemas de produção integrados incluem agrofloresta, sistemas integrados de cultivo-pecuária, arroz-peixe, arroz-pato, alimento-energia e aquaponia.

Esses sistemas são também uma prática sustentável de uso da terra que permite a intensificação sustentável da produção de gado usando processos naturais, em que árvores em pastagens podem fornecer múltiplos serviços ecossistêmicos, incluindo a mitigação das mudanças climáticas através do sequestro de carbono no solo.

### **Implementação de práticas agroflorestais**

A agrofloresta (conceito que conecta a agricultura e a silvicultura) é uma importante solução baseada na natureza para a agricultura, que descreve sistemas de uso da terra onde plantas lenhosas perenes (árvores, arbustos, palmeiras, bambus etc.) são cultivadas deliberadamente nas mesmas unidades de manejo de terras que culturas agrícolas e/ou animais, em alguma forma de arranjo espacial ou sequência temporal. Utilizando a integração de árvores nas fazendas e na paisagem agrícola, a agrofloresta diversifica e sustenta a produção para aumentar os benefícios sociais, econômicos e ambientais para os usuários da terra em todos os níveis.

Assim, nos sistemas agroflorestais, há tanto interações ecológicas quanto econômicas entre três componentes principais:

- **Espécies principais:** as espécies principais (uma ou mais) em um sistema agroflorestal, que são a cultura, o gado ou a espécie arbórea que o agricultor considera a mais importante – muitas vezes porque contribui mais fortemente para seu sustento.

- **Espécies auxiliares:** as espécies arbóreas incluídas em um sistema agroflorestal principalmente pelos serviços agroecológicos (por exemplo, sombra, fertilidade do solo) que fornecem tanto ao sistema quanto às espécies principais e pelo seu papel em diversificar as fontes de renda para os agricultores.

- **Solo:** mais do que simplesmente a terra onde as plantas estão ancoradas, ele contém organismos vivos que desempenham papéis vitais no agroecossistema, incluindo decompor a biomassa em matéria orgânica do solo, disponibilizar nutrientes para as plantas e melhorar a estrutura do solo.

## **Práticas relacionadas à pecuária**

As pecuárias são reconhecidas como atividade relacionada a grandes impactos ambientais, que envolvem tanto as pastagens e seus solos quanto o próprio gado.

Nesse sentido, um primeiro conjunto de atividades envolve a implementação de práticas de manejo melhoradas em pastagens. As pastagens podem ser definidas como paisagens com vegetação dominada por gramíneas, com pouca ou nenhuma cobertura arbórea, como é o caso das savanas, e cobrem cerca de 40% da superfície terrestre global, desempenhando um papel crucial na remoção de gás carbônico da atmosfera, pois armazenam cerca de 34% do carbono terrestre global, sendo que 90% dele se acumula nos solos das pastagens.

No entanto, se degradadas ou convertidas para outros usos da terra, as pastagens podem se tornar uma fonte líquida de emissões de gás carbônico. Atualmente, as pastagens estão sofrendo conversão de uso da terra e degradação severa (cerca de 50% da área global de pastagens está degradada), o que reduz sua capacidade de fornecer benefícios climáticos, ecossistêmicos e sociais. Pastagens manejadas são usadas em todo o mundo para apoiar a produção de gado por meio de corte ou pastagem, sendo que cerca de 69% da área agrícola mundial é composta por pastagens. Os sistemas de pastagens manejadas emitem metano do gado em pastagem e óxido nitroso, de forma que o manejo inadequado das pastagens para a agricultura pode contribuir para a degradação desses ecossistemas. Contudo, apesar de sua importância e potencial de mitigação climática, os ecossistemas de pastagens muitas vezes são marginalizados nas políticas e estratégias climáticas nacionais.

Além disso, é importante a atuação na redução das emissões da pecuária através de práticas de manejo sustentável, visto que globalmente, a produção pecuária é responsável por mais de 25% das emissões de gases de efeito estufa dos sistemas alimentares, sendo que a maioria das emissões pecuárias provém da fermentação entérica e do esterco do gado. Assim, práticas e medidas sustentáveis de manejo pecuário ajudam não somente a mitigar as mudanças climáticas, mas também aumentam a resiliência do setor aos impactos das mudanças climáticas e contribuem para a segurança alimentar e a saúde, o bem-estar econômico e ambiental e a vida sociocultural das comunidades locais.

O enfrentamento desses desafios requer uma mistura de estratégias e práticas baseadas em contextos locais que melhorem as dietas animais e o manejo do esterco. Por exemplo, a FAO identifica medidas para os agricultores que incluem melhorar as estratégias de alimentação, adotar sistemas de manejo de esterco, melhorar o manejo das pastagens, adotar pastoreio rotativo e melhorar a saúde e o manejo do gado, além de evitar a conversão de terras de pastagem e pastagens naturais e implementar sistemas integrados de manejo agrícola-pecuário que ampliem a biodiversidade da agricultura.

## **Implementação de práticas de produção de alimentos positivas para a natureza**

O último eixo de políticas no âmbito da produção de alimentos é a implementação de práticas positivas para a natureza, que leva em consideração que globalmente, quase metade de todas as emissões geradas pelos sistemas alimentares ocorrem no nível da fazenda, incluindo aquelas decorrentes do uso de fertilizantes sintéticos e da redução da matéria orgânica do solo. Em resposta, uma mudança para a produção de alimentos positiva para a natureza, que utiliza recursos naturais de maneira regenerativa, agroecológica, não exaustiva e não destrutiva, pode gerar não apenas benefícios de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, mas também melhorar a biodiversidade, a segurança alimentar e a saúde e bem-estar das gerações atuais e

futuras. A produção de alimentos positiva para a natureza visa manter e aprimorar os processos e funções ecológicas através da produção de alimentos. Isso inclui processos como polinização, regulação do clima, ciclagem de nutrientes, retenção de água, regeneração do solo, armazenamento de carbono e fixação de nitrogênio.

### **Cadeias de suprimento de alimentos**

Na penúltima área de intervenção, sobre as cadeias de suprimento de alimentos, são apresentados eixos políticos prioritários como a redução das emissões provenientes do uso de energia no armazenamento de alimentos, cadeias de frio, transporte e processamento, a redução das perdas de alimentos pós-colheita nos níveis de armazenamento, transporte e processamento, a redução das perdas de alimentos pós-colheita nas cadeias de suprimento pesqueiras e a construção de sistemas alimentares circulares nas cidades.

### **Redução das emissões provenientes do uso de energia no armazenamento de alimentos, cadeias de frio, transporte e processamento**

Esse conjunto de políticas vem da importância das emissões globais de gases de efeito estufa provenientes do uso de energia nas cadeias de suprimento de alimentos, incluindo o processamento industrial de alimentos, embalagem, refrigeração e varejo, aos quais se somam as emissões geradas pelo transporte de alimentos e seu processamento.

Algumas intervenções para reduzir as emissões nas cadeias de suprimento de alimentos têm impactos potenciais maiores. Geralmente, intervenções que reduzem a perda de alimentos e o desperdício de alimentos nas fases mais avançadas da cadeia de suprimento têm um impacto maior na redução das emissões de GEE. Isso ocorre porque as emissões incorporadas dos produtos aumentam ao longo do tempo à medida que eles avançam na cadeia de suprimento.

Assim, entre as medidas concretas a serem implementadas, destacam-se as inovações tecnológicas e mudanças de comportamento, podem reduzir as emissões associadas às cadeias de suprimento de alimentos, passando por suas etapas desde o armazenamento ao processamento e transporte. Por exemplo, medidas transversais podem incluir requisitos de uso de energia para refrigeradores e outras tecnologias de armazenamento, processamento e transporte de alimentos, a implementação de tecnologias e práticas para reduzir a perda e o desperdício de alimentos e os chamados sistemas de triagem (a integração da geração local combinada de calor e eletricidade com tecnologias de refrigeração para fornecer simultaneamente energia elétrica, aquecimento e refrigeração), contribuindo para produzir reduções significativas de energia e gases de efeito estufa em comparação com sistemas de produção separados para eletricidade, calor e refrigeração.

### **Redução das perdas de alimentos pós-colheita nos níveis de armazenamento, transporte e processamento**

O documento trata, ainda, das perdas de alimentos, ou seja, a diminuição na qualidade ou quantidade de alimentos resultante das decisões e ações dos atores da cadeia de suprimento de alimentos, excluindo varejistas e consumidores. Nesse contexto, a rastreabilidade e a falta de dados, bem como a falta de clareza sobre onde ocorre a perda de alimentos, apresentam um desafio significativo para abordar o problema.

As estimativas sobre a perda de alimentos variam amplamente, mas a FAO estima que 13,8% dos alimentos produzidos globalmente são perdidos entre a fazenda até, mas excluindo, a fase de varejo. As perdas e os desperdícios de alimentos custam cerca de 2,6 bilhões de dólares

anualmente e representam aproximadamente 1 trilhão de dólares em perdas econômicas anuais. Consequentemente, é fundamental minimizar a perda de alimentos pós-colheita em todo o mundo como estratégia para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas, bem como para enfrentar questões globais relacionadas, como a insegurança alimentar e a pobreza.

Em resposta, são recomendadas medidas para combater a perda de alimentos pós-colheita, incluindo soluções tecnológicas específicas em armazenamento, transporte e processamento e intervenções políticas setoriais.

### **Redução das perdas de alimentos pós-colheita nas cadeias de suprimento pesqueiras**

Da mesma maneira, as perdas são importantes para a gestão sustentável das cadeias de suprimento pesqueiras. Globalmente, estima-se que cerca de 35% da colheita total seja perdida ou desperdiçada anualmente, causadas por instalações inadequadas de armazenamento a frio, transporte ineficiente, lacunas tecnológicas e falta de treinamento para trabalhadores do setor pesqueiro. Portanto, os esforços para mitigar essas perdas são críticos para garantir o uso sustentável dos recursos aquáticos e para assegurar as necessidades nutricionais da população global, incluindo práticas aprimoradas em embarcações de pesca, práticas de processamento, infraestrutura pública e acesso ao mercado.

### **Construção de sistemas alimentares circulares nas cidades**

As áreas urbanas são centrais para os sistemas agrícolas e alimentares e a maioria da produção de alimentos (79%) é destinada aos consumidores residentes nas cidades, onde reside 57% da população global. No entanto, muitas externalidades negativas e ineficiências estão incorporadas nos sistemas alimentares atuais que abastecem as populações urbanas, levando a que, para cada um dólar gasto em alimentos, dois dólares em custos econômicos, ambientais e sociais são incorridos. Além disso, em muitos países em desenvolvimento, os moradores urbanos que vivem sob altos níveis de pobreza gastam 50% ou mais de sua renda em alimentos, enquanto muitos moradores urbanos de baixa renda de países desenvolvidos vivem em "desertos alimentares", sem acesso suficiente a alimentos frescos, nutritivos e saudáveis.

Como resposta a essa situação, os sistemas alimentares circulares podem abordar os problemas ambientais urgentes ao longo da cadeia de valor dos alimentos, incluindo a degradação dos recursos naturais, alta intensidade de carbono dos sistemas alimentares, poluição liberada no ambiente e desperdício de alimentos em aterros (gerando emissões de metano). Na prática, sistemas alimentares circulares fecham ciclos de recursos e estabelecem sinergias intersetoriais (por exemplo, o uso de água residual tratada para irrigação agrícola, ou a compostagem de resíduos alimentares para serem aplicados como fertilizante) que contribuem para a resiliência e sustentabilidade dos sistemas alimentares urbanos. Portanto, sistemas alimentares circulares podem ajudar a proteger o meio ambiente, preservar recursos, alcançar maior eficiência e reduzir o desperdício, ao mesmo tempo que incentivam o desenvolvimento econômico, a inclusão social e a resiliência geral.

Nesse sentido, os governos locais podem desempenhar um papel fundamental na construção de sistemas alimentares circulares nas cidades, pois estão intrinsecamente conectados a cada estágio da cadeia de valor dos alimentos, desde a aquisição pública até a gestão de resíduos. Assim, as cidades, por meio de seus governos locais, têm um poder de compra substancial e servem como incubadoras de políticas inovadoras e serviços públicos, que posteriormente podem ser ampliados e adotados em nível nacional, promovendo a colaboração

entre os principais atores do sistema alimentar, abrindo caminho para que soluções inovadoras e modelos de negócios floresçam em nível local.

### **Consumo alimentar**

O consumo alimentar representa a última área de intervenção da ferramenta, envolve alternativas políticas no campo das diretrizes alimentares baseadas em sistemas alimentares, da integração de dietas saudáveis e sustentáveis nas compras públicas, da redução do desperdício de alimentos no setor de gastronomia, varejo e no nível doméstico, da criação de acesso a fontes de energia limpa e tecnologias para cozinhar e do aumento da demanda por dietas saudáveis e sustentáveis.

### **Introdução de diretrizes alimentares baseadas em sistemas alimentares**

A má nutrição global em todas as suas formas continua sendo um dos desafios mais urgentes do mundo, visto que as dietas não saudáveis e a má nutrição estão entre os 10 principais fatores de risco que contribuem para a carga global de doenças. Um claro retrato disso é a chamada dupla carga da má nutrição, em que temos mais de 10% da população global é afetada pela fome, com um percentual ainda maior de pessoas não podem pagar por uma dieta saudável, gerando problemas de desnutrição e de carências de micronutrientes, enquanto mais de 2 bilhões de pessoas em todo o mundo estão acima do peso ou são obesas.

Nesse sentido, as diretrizes alimentares, como guias alimentares, implementadas em níveis globais, nacionais e subnacionais, são uma ferramenta política chave para promover mudanças positivas entre os atores do sistema alimentar, incluindo a adoção de dietas mais sustentáveis entre os consumidores. No que diz respeito à nutrição, as pessoas precisam de diretrizes confiáveis e baseadas em alimentos em nível nacional, para fornecer recomendações baseadas em evidências e específicas ao contexto e para compor a base da educação alimentar pública.

Essas diretrizes também servem como um guia para informar políticas em todo o sistema alimentar, incluindo políticas agrícolas, de distribuição, comércio, processamento, marketing, varejo e tributação. Diretrizes alimentares que promovem dietas saudáveis podem, portanto, também avançar metas ambientais e climáticas.

Recentemente muitos países têm revisado seus guias alimentares para uma abordagem baseada em sistemas alimentares, além de outros, como o Brasil, apesar de terem guias baseados em alimentos, incluem elementos dos sistemas alimentares na medida em que suas recomendações são orientadas para privilegiar os alimentos in natura e minimamente processados, enquanto ultraprocessados devem ser evitados.

### **Integração de dietas saudáveis e sustentáveis nas compras públicas**

As compras públicas podem abordar questões dos sistemas alimentares de várias maneiras, aproveitando a aquisição de alimentos instituições públicas, como escolas, hospitais, prisões, universidades e refeitórios em edifícios públicos, e dentro de outros programas sociais públicos, para induzir mudanças nos sistemas alimentares.

Por exemplo, nas escolas, programas de aquisição bem desenhados, redes de segurança alimentar baseadas em alimentos e programas de alimentação podem apoiar vários resultados sociais e ambientais relacionados à alimentação e nutrição, além de ajudar a construir hábitos

de alimentação saudável e sustentável ao longo da vida e contemplando tanto preocupações sociais quanto ambientais relacionadas à produção e consumo de alimentos.

Assim, essas políticas podem incluir a indução do aumento da participação de alimentos orgânicos, à base de plantas e/ou não processados nas compras, o abastecimento equitativo e inclusivo de cooperativas sociais ou de pequenos e médios produtores agroalimentares locais e sustentáveis, o apoio à educação de jovens sobre hábitos alimentares saudáveis, equitativos e sustentáveis, bem como sobre as pegadas ambientais dos sistemas alimentares.

### **Redução do desperdício de alimentos no setor de gastronomia, varejo e no nível doméstico**

Complementando as perdas de alimentos, tratadas anteriormente, temos também a grande relevância dos desperdícios de alimentos, que correspondem a aproximadamente 19% da produção alimentar global total, considerando as etapas de varejo e consumo. O desperdício de alimentos refere-se aos alimentos adequados para consumo humano, mas que são perdidos devido à deterioração ou são descartados na fase de varejo e consumo da cadeia de suprimentos.

Em resposta, as medidas concretas a serem implementadas preveem a combinação de medidas políticas para melhorar as práticas e mudar os comportamentos na forma como os alimentos são manuseados, preparados e consumidos. Particularmente, programas devem ser projetados para garantir que todas as populações, particularmente aqueles grupos mais vulneráveis à insegurança alimentar e à má nutrição (por exemplo, crianças), tenham acesso equitativo a alimentos adequados, culturalmente apropriados, suficientes, acessíveis, seguros e nutritivos para dietas saudáveis. Dessa forma, recomenda-se que o planejamento e o desenvolvimento de políticas devem considerar os desequilíbrios de poder e as desigualdades entre diferentes atores dentro da agricultura e dos sistemas alimentares.

### **Criação de acesso a fontes de energia limpa e tecnologias para cozinhar**

Um outro problema retratado na ferramenta refere-se às fontes de energia para cozinhas, visto que cerca de 4 bilhões de pessoas, ou seja, aproximadamente metade da população mundial, ainda não têm acesso a serviços modernos de cozimento de alimentos. Em vez disso, muitas famílias cozinham em fogões abertos ou de carvão, que causam problemas significativos de saúde que podem levar a doenças respiratórias e mortes prematuras, além de contribuir para a degradação das florestas para obtenção de lenha e emissões de gases de efeito estufa. Consequentemente, é importante que os países desenvolvam políticas para melhorar o acesso a tecnologias de cozimento limpo (por exemplo, elétrico e solar) e trabalhando para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

### **Aumento da demanda por dietas saudáveis e sustentáveis**

A preocupação com as dietas saudáveis e sustentáveis vem no sentido de enfrentar a mudança global de dietas mais diversificadas e baseadas em plantas para dietas ricas em açúcar e gordura, e ricas em alimentos ultraprocessados e de origem animal que traz sérias consequências para a saúde e o meio ambiente, incluindo a intensificação das mudanças climáticas e vários fatores de estresse ambiental.

Por exemplo, o aumento do consumo global de produtos ultraprocessados, frequentemente ricos em carboidratos refinados, gordura saturada e sódio, também aumenta as prevalências de obesidade e doenças não transmissíveis relacionadas à alimentação, tais como diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, hipertensão e alguns tipos de câncer. Além

disso, a pecuária industrial, a destruição de habitats e o uso e comércio de animais selvagens contribuem para o surgimento de doenças infecciosas. Os produtos ultraprocessados e os níveis excessivos de alimentos de origem animal, além de não serem saudáveis em comparação com os alimentos frescos, também são mais intensivos em recursos, ou seja, em termos das quantidades de energia, água, embalagem e plástico que sua produção exige. A pecuária está entre os principais usuários de terras e água, bem como representa uma fonte significativa de emissões de gases de efeito estufa e impulsiona a perda de biodiversidade globalmente.

Nesse contexto, a mudança para dietas mais saudáveis e sustentáveis pode simultaneamente impactar positivamente a saúde pública e fornecer mitigação das mudanças climáticas e outros benefícios ambientais. Dietas baixas em alimentos ultraprocessados e em proteínas animais (especialmente carne de ruminantes) promovem a saúde humana, melhoram o bem-estar animal e resultam em uma pegada ecológica menor sobre o clima, solos, água e outros recursos.

Diretrizes alimentares que promovem dietas diversificadas e saudáveis podem, portanto, ajudar a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e apoiar resultados ambientais positivos. Inclusive, a FAO e a OMS definem Dietas Saudáveis e Sustentáveis como padrões alimentares que promovem todas as dimensões da saúde e bem-estar dos indivíduos; têm baixa pressão e impacto ambiental; são acessíveis, seguras e equitativas; e são culturalmente aceitáveis.

Desse modo as dietas sustentáveis e saudáveis visam alcançar o crescimento e desenvolvimento ótimos dos indivíduos e apoiar o bem-estar físico, mental e social ao longo da vida das gerações presentes e futuras; contribuir para a prevenção de todas as formas de má nutrição (ou seja, desnutrição, deficiência de micronutrientes e sobrepeso e obesidade); reduzir o risco de doenças relacionadas à alimentação; e apoiar a preservação da biodiversidade e a saúde planetária. Dietas saudáveis e sustentáveis devem combinar todas as dimensões da sustentabilidade para evitar consequências indesejadas (FAO/WHO, 2019).

As medidas concretas a serem implementadas compreendem uma ampla gama de medidas de implementação que podem ajudar a aumentar a demanda por alimentos nutritivos que fazem parte de dietas saudáveis e sustentáveis, tais como promover alimentos e dietas tradicionais, incluindo espécies não ameaçadas que são negligenciadas ou subutilizadas, projetar incentivos financeiros específicos e impostos, implementar mudanças nas práticas de varejo e de serviços alimentares, promover a Responsabilidade Social Corporativa (RSC), usar estratégias comuns de marketing para aumentar a venda de itens alimentares nutritivos e sustentáveis, melhorar a educação alimentar e nutricional e utilizar o sistema de saúde pública, práticas e políticas para promover dietas saudáveis como parte de uma abordagem preventiva na prestação de serviços de saúde.

Essa visão precisa ser incorporada intersetorialmente, considerando todas as políticas públicas para que sejam equitativas e sensíveis à nutrição, abordando uma análise das barreiras específicas ao acesso e a promoção da participação de grupos locais, organizações comunitárias e outros interessados relevantes no design, implementação e monitoramento da política ou programa. Exemplos incluem as diretrizes alimentares baseadas em sistemas alimentares, a comunicação sobre os nutrientes e a pegada de carbono das refeições, a regulação da rotulagem e as alegações de produto a regulação do marketing de alimentos e a implementação de programas de aquisição de alimentos para diferentes instituições públicas. É bem reconhecido, por exemplo, que os programas de alimentação escolar podem melhorar as dietas das crianças,



mudar as preferências alimentares e aumentar o conhecimento nutricional, ajudando assim a promover o consumo de alimentos nutritivos.

## Conclusão

A relação dos sistemas alimentares hegemônicos com as mudanças climáticas está dentro de um ciclo vicioso, em que esses sistemas acentuam as mudanças e estas afetam negativamente os sistemas alimentares, reiniciando o ciclo. Além disso, a partir dos efeitos negativos gerados por esse ciclo, acentuam-se desigualdades e aumenta a fome, junto com a dupla carga da má nutrição, trazendo uma carga na saúde humana e planetária.

Os sistemas alimentares são muito complexos e abrangentes, de modo que são necessárias muitas intervenções em todos os seus pontos para efetivamente gerar dietas saudáveis e sustentáveis, que apoiam a adaptação e mitigação das mudanças climáticas. Ao mesmo tempo, a crise climática que enfrentamos é consequência dos sistemas hegemônicos, que aliam as monoculturas e a pecuária aos produtos ultraprocessados, que são caracteristicamente insustentáveis e adoecedores. Portanto, as soluções não devem nascer desses sistemas falidos, mas de uma ampla transformação que traga novos modos de produção, processamento e consumo.

A ferramenta *Food Forward*, então, traz um conjunto de recomendações direcionadas para todos os elementos do sistema alimentar, da produção ao consumo, que servem como um guia para países e atores nacionais e internacionais para avaliar e monitorar as políticas, assim como ampliá-las para contemplar o máximo de políticas em todas as áreas de intervenção. A proposta é ambiciosa como deve ser e sua implementação não pode ser modesta ou incompleta, pois estaremos cada vez mais lidando com a adaptação do que com a mitigação das mudanças, com grandes efeitos sobre a saúde e a nutrição da humanidade.

A falta de ação efetiva sobre o clima e as ações paliativas que não serão capazes de modificar os sistemas alimentares hegemônicos e seus impactos sobre a produção de alimentos e sobre a insegurança alimentar e nutricional, visto que esses modos insustentáveis de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos continuam a aumentar as desigualdades e a fome e a retroalimentar ainda mais as mudanças climáticas. O momento é de reforçar e ampliar os compromissos globais, nacionais e locais a partir das amplas evidências e fortes recomendações para fomentar sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes.

## Referências

ALPINO, T. DE M. A. *et al.* The impacts of climate change on Food and Nutritional Security: a literature review. **Ciencia e Saude Coletiva**, v. 27, n. 1, p. 273–286, 2022.

ANASTASIOU, K. *et al.* A conceptual framework for understanding the environmental impacts of ultra-processed foods and implications for sustainable food systems. **Journal of Cleaner Production**, v. 368, p. 133155, 25 set. 2022.

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 - Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>>.

FAO/WHO. **Sustainable healthy diets - Guideline principles**. Rome, Italy: [s.n.]. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca6640en/CA6640EN.pdf>>.

FARDET, A.; ROCK, E. Ultra-Processed Foods and Food System Sustainability: What Are the Links? **Sustainability**, v. 12, n. 15, p. 6280, 2020.

MIRZABAEV, A. *et al.* Severe climate change risks to food security and nutrition. **Climate Risk Management**, v. 39, n. December 2022, p. 100473, 2023.

SWINBURN, B. A. *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791–846, 2019.

UNITED NATIONS FOOD SYSTEMS SUMMIT 2021 SCIENTIFIC GROUP. **The True Cost and True Price of Food**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <[https://sc-fss2021.org/wp-content/uploads/2021/06/UNFSS\\_true\\_cost\\_of\\_food.pdf](https://sc-fss2021.org/wp-content/uploads/2021/06/UNFSS_true_cost_of_food.pdf)>.

WWF AND CLIMATE FOCUS. **Food Forward NDCs**. Disponível em: <<https://foodforwardndcs.panda.org/>>.

## Informe UNESCO: educação, ciência e cultura

**Fabiane Gaspar**  
**Gisele Sanglard**  
**Heliton Barros**  
**Vitor Rodrigues**

**Abstract.** UNESCO presented a recent study that provides data, trends and typology of threats to the security of scientific researchers, addressing threats to the security of scientific researchers, highlighting the prevalence, types and consequences of these threats. We will also present the decisions taken by the Memory of the World Committee at its 46th meeting, held last July, indicating the new sites inscribed as Memory of the World. It draws attention to the number of sites in sub-Saharan Africa – a territory that will be the subject of a UNESCO event at the end of next September.

**Keywords:** UNESCO. Safety of researchers. World heritage.

**Resumo.** A UNESCO apresentou um estudo recente que traz dados, tendências e tipologia das ameaças sobre a segurança dos pesquisadores científicos, abordando as ameaças à segurança dos pesquisadores científicos, destacando a prevalência, os tipos e as consequências dessas ameaças. Ainda traremos as decisões tomadas pelo Comitê *Memória do Mundo* em sua 46ª reunião, ocorrida em julho último, indicando os novos sítios inscritos como *Memória do Mundo*. Chama atenção para o número de espaços na África subsaariana – território que será objeto de um evento da UNESCO em fins de setembro próximo.

**Palavras-chave:** UNESCO. Segurança dos pesquisadores. Patrimônio mundial.

### Estudo da UNESCO sobre a (in)segurança dos pesquisadores científicos

A UNESCO, através do seu [Programa sobre a Liberdade e Segurança dos Cientistas](#), promove a liberdade científica e trabalha para fortalecer a segurança dos pesquisadores, considerando que a ciência é essencial para sustentar e melhorar nossos padrões de vida, impulsionando economias e enriquecendo culturas, desta forma, a segurança dos pesquisadores científicos é fundamental para o pleno desenvolvimento das pesquisas e do próprio progresso científico.

A UNESCO apresentou um estudo recente que traz dados, tendências e tipologia das ameaças<sup>94</sup> sobre a segurança dos pesquisadores científicos, abordando as ameaças à segurança dos pesquisadores científicos, destacando a prevalência, os tipos e as consequências dessas ameaças, listando os desafios que pressionam a segurança dos cientistas tais como a erosão dos processos democráticos, o aumento da desinformação e os conflitos armados, e apontando que mais de um em cada cinco pesquisadores que trabalham com COVID-19 e cerca de dois em cada cinco em pesquisas climáticas enfrentaram ameaças à sua segurança.

<sup>94</sup> UNESCO. *Safety of Scientific Researchers*. 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000389907> Acesso em 08 ago.2024

Os principais pontos desse estudo destacam-se o desenvolvimento de uma tipologia das ameaças, incluindo ameaças físicas, econômicas, psicológicas, online e baseadas em gênero; a análise de dados disponíveis mostrando que a segurança dos pesquisadores está sob ameaça crescente, com ataques físicos e interferências indiretas aumentando e que o maior impacto é nas pesquisadoras, as mulheres pesquisadoras enfrentam riscos específicos, com metade delas relatando assédio sexual durante suas carreiras. E por fim, como proposição de ação, o estudo destaca a urgência de aumentar a coleta e análise de dados para fortalecer a proteção dos pesquisadores científicos.

A metodologia e estrutura do estudo foi realizada por meio da análise de diversos relatórios públicos e governamentais, além de estudos acadêmicos sobre formas e tipos de ameaças à segurança dos pesquisadores científicos. Além disso, faz uso das conclusões de dois "Diálogos Científicos" e um "Diálogo de Políticas" que foram realizados em 2023, como parte do processo para o estabelecimento do programa da UNESCO sobre a promoção da liberdade científica e a segurança dos pesquisadores científicos.

O primeiro capítulo esclarece o contexto global em que o tema da segurança dos cientistas se tornou tão urgente. Esse tópico é colocado no contexto mais amplo do trabalho já realizado em relação às noções de liberdade acadêmica e liberdade científica. A liberdade acadêmica está ligada ao contexto institucional das universidades, enquanto a liberdade científica foca na atividade de pesquisa científica, abrangendo também institutos de pesquisa e o setor privado. Pesquisas mostram que a liberdade científica está sob pressão globalmente, com interferências políticas e ataques a cientistas sendo recorrentes e comuns. A desinformação e movimentos anti-ciência também afetam negativamente a segurança dos pesquisadores.

Ainda nesse capítulo, o estudo define quem são os pesquisadores científicos que inclui aqueles envolvidos em pesquisa e desenvolvimento em diversas áreas, não se limitando a instituições acadêmicas. E indica que a segurança é como um pilar da liberdade científica tendo em consideração que a segurança dos pesquisadores é vista como uma "liberdade de" ameaças à saúde e segurança individual, permitindo que conduzam suas pesquisas sem medo de repercussões.

## **Relatórios e dados globais a segurança dos pesquisadores como fonte para o estudo da UNESCO**

No capítulo seguinte, o estudo traz o estado atual da pesquisa sobre a segurança dos pesquisadores científicos, apresentando um inventário do conhecimento atual sobre as crescentes ameaças à segurança dos pesquisadores, reunindo dados quantitativos e qualitativos coletados nos últimos anos por meio de relatórios e dados globais. Listamos e buscamos resumir os principais relatórios, pesquisas e dados apresentados no estudo da UNESCO.

Os relatórios e dados globais pesquisados para o estudo são:

- (a) **O relatório "Free to Think" da Scholars at Risk (SAR) 2023:** Identificou 409 ataques a comunidades de ensino superior em 66 países em 2023, incluindo assassinatos, violência, desaparecimentos, prisões injustas, perseguições, perda de posição e restrições de viagem.
- (b) **O relatório IPSOS/L'Oréal sobre Assédio Sexual e Sexismo no Mundo Científico:** 84% das pesquisadoras relataram ter sido vítimas de sexismo, e quase metade sofreu assédio sexual.

(c) **A pesquisa UniSAFE sobre Violência de Gênero na Academia Europeia:** 62% dos respondentes experimentaram pelo menos uma forma de violência de gênero, com mulheres e pessoas não-binárias enfrentando mais riscos.

(d) **O estudo “Scientists under Attack” da Nature:** Mais de dois terços dos pesquisadores relataram experiências negativas após aparições na mídia sobre COVID-19, incluindo ameaças de violência física ou sexual.

(e) **O relatório “In the Line of Fire” da Science:** 38% dos pesquisadores relataram algum tipo de assédio relacionado ao trabalho sobre COVID-19.

(f) **O relatório “Global Hating” da Global Witness:** 39% dos pesquisadores climáticos experimentaram assédio online, com mulheres enfrentando ameaças específicas baseadas em gênero.

Os dados de pesquisas nacionais são dos seguintes países:

(a) **Suécia:** 26% dos pesquisadores evitaram certas áreas de pesquisa devido a ameaças, e 20% hesitaram em comentar sobre questões delicadas.

(b) **Noruega:** Pesquisadores em áreas sensíveis, como imunologia e saúde pública, relataram autocensura devido a assédio.

(c) **Holanda:** 43% dos pesquisadores foram ameaçados ou intimidados após aparições públicas nos últimos cinco anos.

(d) **Bélgica:** 45% dos acadêmicos relataram intimidação ou assédio durante suas carreiras científicas.

(e) **Ásia:** A crescente utilização de plataformas digitais permitiu maior vigilância e ataques a pesquisadores.

Em continuidade no capítulo seguinte, o documento apresenta as várias formas de assédio aos pesquisadores científicos, desde bullying acadêmico até ameaças de morte. Essas ameaças afetam negativamente a produção científica, a liberdade acadêmica e podem levar à evasão de pesquisadores (*brain drain*). As ameaças podem afetar a segurança física, material e/ou psicológica dos pesquisadores científicos. A segurança física é afetada pela violência física, incluindo agressões, homicídios e intervenções legais (privação de liberdade, ou limitações à liberdade de locomoção e de expressão). A segurança material está diretamente ligada aos danos à propriedade e aos bens *per se*, como incêndios, roubos e violação de direitos de propriedade intelectual. A psicológica é afetada pelo assédio psicológico, bullying e intimidação, tanto no ambiente físico quanto digital.

### **Tipos de ameaças**

Com relação aos tipos de ameaças, o estudo propõe uma classificação conceitual para identificar as ameaças e inseguranças que afetam a segurança dos pesquisadores cientistas.

(a) **Inseguranças percebidas e tangíveis:** as percebidas estão relacionadas à sensação de insegurança que pode ser tão problemática quanto ameaças reais, afetando a autonomia intelectual e a independência dos pesquisadores. E as inseguranças tangíveis têm a ver com as ameaças reais e concretas que resultam em danos físicos, materiais ou psicológicos.

(b) **Ameaças físicas, materiais e psicológicas:** as ameaças físicas acontecem quando do uso intencional de força física ou poder que resulta em lesão, morte ou dano psicológico. As ameaças materiais incluem os danos à propriedade, como roubo de resultados de pesquisa ou violação de direitos de propriedade intelectual. As ameaças psicológicas são o assédio, bullying e intimidação que afetam o bem-estar mental dos pesquisadores.

(c) **Ameaças externas e internas:** ameaças externas são provenientes de fora da organização, como ataques de indivíduos ou grupos privados e ações de órgãos estatais enquanto as internas são ameaças vindas de dentro da organização, como sanções disciplinares, intimidação, assédio e perda de oportunidades de carreira, perda de posição, apropriação indevida de resultados de pesquisa e assédio acadêmico.

(d) **Ameaças de órgãos estatais e de atores não estatais:** as autoridades estatais podem agir com detenções, processos e outras medidas coercitivas contra os pesquisadores e as ações dos atores não estatais podem incluir ameaças de indivíduos ou grupos privados, como assédio online e ataques físicos.

(e) **Ameaças online:** inclui críticas excessivas, mensagens ofensivas, ataques pessoais, roubo de identidade e ameaças violentas publicamente por meio das plataformas das redes sociais e/ou diretamente para o pesquisador de forma privada, por e-mail, que é o meio mais comum de se realizar o assédio, segundo o estudo. O assédio online traz desafios e impacto à segurança dos pesquisadores científicos em função do aumento da ansiedade, perda de produtividade e redução da disposição para participar de debates públicos. Em particular, as mídias sociais aceleram a disseminação de informações e reduzem a barreira para expressar ameaças e discurso de ódio.

(f) **Insegurança em conflitos e situações de emergência:** os pesquisadores podem ser vítimas de ataques indiscriminados ou focados, resultando em deslocamento forçado e danos à infraestrutura de pesquisa. Nesse ponto, existem iniciativas internacionais em que organizações como a UNESCO e a *Global Coalition to Protect Education from Attack* trabalham para proteger pesquisadores em situações de conflito.

(g) **Insegurança dos pesquisadores de grupos de gênero e identidade marginalizados:** os grupos vulneráveis incluem os pesquisadores de minorias e grupos sub-representados que enfrentam discriminação sistêmica e falta de apoio, aumentando os riscos associados às suas atividades de pesquisa. Os pesquisadores não binários estão dentro do grupo de identidade de gênero cuja segurança está mais sob risco enquanto as pesquisadoras mulheres e das ciências sociais e humanas são o grupo mais assediado sexualmente e online. Os com doenças crônicas e com deficiência também estão incluídos nos grupos que são mais afetados por ameaças e assédio contra sua segurança.

(h) **Microagressões:** são atos comunicativos, verbais ou não verbais, implícitos ou explícitos, que discriminam e insultam pessoas de grupos marginalizados, afetando negativamente seu desempenho e produtividade. Em vez de um insulto isolado, a microagressão geralmente diz respeito a padrões prolongados de microinvalidações ("atos sutis que excluem ou negam os sentimentos ou as experiências dos indivíduos"), microinsultos ("comentários repetidamente insensíveis ou rudes com base no status social de alguém") ou microataques ("ataques flagrantes com declarações discriminatórias").

O estudo apresenta fatores específicos que contribuem para ameaças à segurança dos pesquisadores científicos, dentre os quais destacamos o fator "início de carreira" quando pesquisadores enfrentam insegurança no emprego e dependência de pesquisadores seniores, aumentando a vulnerabilidade ao assédio e abuso. Outro fator específico envolve o trabalho com "tópicos politicamente sensíveis", como mudanças climáticas e COVID-19 e em "trabalho de campo" quando realizam pesquisas em áreas desconhecidas ou perigosas, enfrentando riscos adicionais à sua segurança física e psicológica.

## **Conclusões**

O estudo conclui que há urgência em fortalecer a segurança dos pesquisadores científicos. A ciência deve ser vista como um direito humano, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e o Direito à ciência está diretamente vinculado à necessidade de pesquisa científica para enfrentar desafios como mudanças climáticas, desastres naturais, desigualdades crescentes, padrões migratórios e mudanças demográficas.

E diante dos dados globais e de pesquisas realizadas apresentadas no estudo da UNESCO, a segurança dos pesquisadores está sob ameaça, desencorajando-os de compartilhar suas descobertas ou levando-os a abandonar a academia. Os relatórios internacionais e regionais apresentados no estudo mostram tendências preocupantes, como ataques físicos e interferências indiretas no trabalho dos pesquisadores, os pesquisadores que trabalham em temas controversos, como COVID-19 e mudanças climáticas, enfrentam assédio significativo e as mulheres pesquisadoras enfrentam riscos específicos, com 66% relatando assédio ou violência baseada em gênero.

Há uma necessidade clara de estudos internacionais abrangentes e regulares que ofereçam insights representativos sobre a prevalência e natureza das ameaças à segurança dos pesquisadores científicos. Esses estudos devem considerar uma ampla gama de ameaças e riscos, incluindo fatores de vulnerabilidade e impactos.

A segurança dos pesquisadores é fundamental para a liberdade científica e o progresso científico. A UNESCO destaca a necessidade de esforços deliberados a nível nacional e cooperação internacional para proteger esses profissionais. Para garantir o pleno exercício do direito à ciência, é vital proteger a liberdade e a segurança dos pesquisadores científicos.

## **Memória do Mundo em 2024: novos sítios e o lugar da África**

Em julho de 2024, a 46ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, realizada em Nova Deli, marcou uma nova etapa na preservação do patrimônio mundial. A sessão resultou na inclusão de 26 novos sítios na Lista do Patrimônio Mundial, que agora conta com um total de 1.223 sítios em 168 países. Entre as novas inscrições, estão 20 patrimônios culturais, 5 naturais e 1 misto, destacando a diversidade e a importância desses locais para a herança global.

A Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural foi adotada pela UNESCO em 1972 com o objetivo de identificar e preservar locais de valor universal. Desde então, a lista tem sido um meio para garantir a proteção e conservação de patrimônios culturais e naturais ao redor do mundo. A ratificação da Convenção por Nauru, tornando-se o 196º Estado Parte, reflete o crescente reconhecimento da importância global da preservação

No continente africano, foram inscritos cinco novos sítios como patrimônio mundial: em memória de Nelson Mandela e de ocupação do Pleistoceno na África do Sul; a Corte Real de Tiébélé no Burkina Faso; os sítios arqueológicos e paleontológicos da região montanhosa da Etiópia, bem como a cidade histórica e sítio arqueológico de Gedi no Quênia. A Índia também fez uma contribuição significativa para apoiar a preservação do patrimônio em África e em pequenos Estados insulares, sublinhando a importância da colaboração internacional na proteção do patrimônio cultural e natural.

Entre os novos sítios está o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Nordeste do Brasil, que foi oficialmente declarado Patrimônio Natural da Humanidade. O parque é conhecido

por suas impressionantes dunas costeiras e lagoas temporárias e permanentes. A beleza rara das lagoas e a vasta extensão de dunas, a maior da América do Sul, foram fatores determinantes para sua inclusão na lista. O Brasil agora possui 24 sítios considerados Patrimônio Mundial, incluindo patrimônios naturais significativos como o Pantanal e a Amazônia. Nos próximos anos, existe a possibilidade de a Fiocruz figurar como um dos inscritos, pois em março deste ano foi inscrita na Lista Indicativa da Unesco.

O Comitê do Patrimônio Mundial examinou a situação do Parque Nacional de Niokolo-Koba, no Senegal, e elogiou o progresso feito pelo Estado Parte em implementar recomendações anteriores e em proteger a área. Notou-se esforços contínuos para monitoramento e conservação, incluindo o fortalecimento de medidas anti-caça. O Comitê decidiu remover o parque da Lista do Patrimônio Mundial em Perigo, destacando a necessidade de continuar monitorando. Por outro lado, o Comitê discutiu a inclusão do Mosteiro de São Hilarion, na Palestina, na Lista do Patrimônio Mundial devido a emergência. Devido aos graves perigos enfrentados pelo local, e a necessidade de proteção urgente, o local foi inscrito tanto na Lista do Patrimônio Mundial quanto na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo. O Comitê destacou a necessidade de uma missão de monitoramento para estabelecer medidas corretivas e solicitou um relatório sobre o estado de conservação do local até dezembro de 2025.

O Comitê reafirmou a necessidade de envolver as comunidades locais e os povos indígenas na gestão dos sítios e anunciou que a próxima reunião será em Sófia, Bulgária, no verão de 2025. Você pode conferir todos os sítios inscritos na Lista de Patrimônio Mundial no site da UNESCO.

Chama atenção a centralidade da África nesta reunião. Não à toa a Etiópia irá sediar o Fórum Transformando o conhecimento para o futuro da África, onde ocorrerá uma reunião das cátedras Unesco e de delegações governamentais de países africanos. A reunião parte do pressuposto que transformar os sistemas de conhecimento é crucial para que a África supere as barreiras existentes e libere todo o seu potencial para o desenvolvimento sustentável. Mas este tema será abordado mais adiante.

#### Referências:

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Decisões adotadas pelo Comitê do Patrimônio Mundial em sua 46ª sessão. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/2024/whc-24-46com-17-en.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).. Le Comité du patrimoine mondial ajoute 13 sites à la Liste du patrimoine mondial de l'UNESCO. Disponível em: <https://whc.unesco.org/fr/actualites/2706>. Acesso em: 12 ago. 2024.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).. Decisions adopted by the World Heritage Committee at its 46th session. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/2024/whc-24-46com-17-en.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

UNESCO. *Safety of Scientific Researchers*. 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000389907> Acesso em 08 ago.2024

UNESCO. **Forum Transforming Knowledge for Africa's Future**. <https://www.unesco.org/en/transforming-knowledge-africas-future#:~:text=The%20UNESCO%20Chairs%20and%20Partners,%2DSouth%2DNorth%20research%20partnerships>. Acesso 12/08/2024.



## **BID e FMI Juntos para Aumentar a Eficiência de Respostas da América Latina e do Caribe às Mudanças Climáticas**

### ***IDB and IMF Together to Increase the Efficiency of Latin American and Caribbean Responses to Climate Change***

**Isis Pillar Cazumbá**

**Abstract:** *The Inter-American Development Bank (IDB) and the International Monetary Fund (IMF) announced a joint proposal to tackle climate change in Latin America and the Caribbean. The project aims to increase the region's climate responses, especially in the green finance sector.*

**Keywords:** *IADB. IFM. Latin America and Caribbean. Climate Change . Green Investment*

**Resumo:** O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciaram uma proposta conjunta para o enfrentamento das mudanças climáticas na América Latina e do Caribe. O projeto prevê aumentar as respostas climáticas da região, especialmente no setor do financiamento verde.

**Palavras-chave:** BID. FMI. América Latina e Caribe. Mudanças Climáticas. Investimento Verde

#### **A Parceria e o Programa do BID e do FMI**

Com o intuito de apoiar a América Latina e o Caribe (ALC) no enfrentamento dos desafios climáticos e na promoção da sustentabilidade, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) concordaram em reforçar a sua colaboração<sup>95</sup>.

As duas instituições escolheram duas áreas principais para atuarem na cooperação: financiamento climático e a coordenação geral. As equipes do BID e do FMI se dedicarão aos tópicos correspondentes à coordenação geral, que são: “supervisão das políticas macroeconômicas, arranjos do FMI, em particular o Fundo de Resiliência e Sustentabilidade (*Resilience and Sustainability Fund* em inglês, RSF), operações de empréstimos do BID, incluindo empréstimos baseados em investimentos e políticas e desenvolvimento de capacidades”. Ao tratar do financiamento climático, ficou decidido que as instituições se empenharão em “identificar políticas para apoiar os objetivos climáticos dos países membros no contexto do RSF, desenvolvimento de capacidades para apoiar a implementação do RSF e construir abordagens programáticas para mobilizar o financiamento climático”<sup>96</sup>.

O BID e o FMI escolheram fortalecer estas áreas que são tão significativas para este momento atual. Com isso, as instituições divulgaram que irão auxiliar os países membros na realização de políticas econômicas e programas de reforma de políticas. Para o financiamento

---

<sup>95</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/president-idb-and-managing-director-imf-outline-enhanced-partnership-better-support-latin>

<sup>96</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/president-idb-and-managing-director-imf-outline-enhanced-partnership-better-support-latin>

climático, as instituições desejam atrair maiores investimentos e intensificar o trabalho com as plataformas nacionais.

O presidente do BID, Ilan Goldfajn celebrou o aumento da parceria, mostrando a necessidade da cooperação mútua entre as instituições para apoiar a ALC no enfrentamento das alterações climáticas:

*“Nossa parceria aprimorada com o FMI é um passo muito significativo para apoiar melhor nossos países membros a enfrentar as mudanças climáticas de forma mais eficaz e aproveitar as oportunidades que a transição verde pode oferecer e promover o crescimento sustentável. Vemos muitas sinergias entre o trabalho de ambas as instituições e espero ampliar nosso impacto graças a essa colaboração mais próxima”. Ilan Goldfajn, 2024.*

Ao falar sobre a parceria, a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva pontuou que o aumento da colaboração na ALC é um compromisso com a região avançar nas questões climáticas:

*“Estamos comprometidos em aumentar nossa colaboração com o BID para entregar resultados tangíveis para pessoas, empresas e instituições em toda a América Latina e Caribe. Fazemos isso aproveitando nossa respectiva experiência para enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas”. Kristalina Georgieva, 2024.*

Importante destacar, a fala de Kristalina sobre o avanço do desenvolvimento sustentável durante a reunião do Grupo dos Vinte (G20) foi justamente sobre ampliar as oportunidades neste setor<sup>97</sup>. A chefe do FMI ressaltou que a instituição sempre estará disposta a ajudar “por meio de empréstimos, consultoria política, desenvolvimento de capacidade e iniciativas de dados”.

Um dos mecanismos do FMI para apoiar a transição climática é o Mecanismo de Resiliência e Sustentabilidade (*Resilience and Sustainability Facility* em inglês, RSF), que tem como o intuito reforçar a resiliência às mudanças climáticas dos países mais vulneráveis. Países da ALC que vem recebendo apoio deste mecanismo (com bons resultados) são: Barbados, Costa Rica, Jamaica e Paraguai. De acordo com os dados do FMI, foram aprovados 20 pedidos de países por via deste mecanismo, num total de US\$ 9,3 bilhões<sup>98</sup>.

As instituições financeiras pretendem futuramente trabalhar em parceria na elaboração e implementação de políticas e programas que ajudem na construção da transformação estrutural que os países ainda não possuem para atingirem as metas climáticas determinadas. De acordo com o BID, para esta transformação acontecer, as políticas fiscais e os investimentos verdes precisam ser ampliados e melhorados<sup>99</sup>.

---

<sup>97</sup> Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/07/26/pr24290-imf-md-statement-g20-finance-ministers-central-bank-governors-rio-de-janeiro-brazil>

<sup>98</sup> Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/07/21/pr-24283-President-IDB-and-Managing-Director-IMF-Outline-Enhanced-Partnership>

<sup>99</sup> Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/president-idb-and-managing-director-imf-outline-enhanced-partnership-better-support-latin>

**Imagem:** Presidente do BID, Ilan Golfajn e a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva



Fonte: [Banco Interamericano de Desenvolvimento \(BID\), 2024](#)

As mudanças climáticas representam atualmente um dos grandes desafios a serem enfrentados por todos os países. Ao se compreender a gravidade do problema, uma boa parte dos países tem progredido nas emissões de gases, se esforçando para realizar as metas estipuladas para alcançar a mitigação. Para ter sucesso, os países precisam de esforços políticos mais eficientes, evidenciando a necessidade da criação de políticas fiscais e regulatórias que tenham como missão serem efetivas e equitativas, resultando chegar no estado desejado.

Uma das grandes dificuldades para se alcançar as metas climáticas é a questão do financiamento climático. Países mais desenvolvidos possuem dificuldades para aplicar as metas, porém, por terem mais estrutura e recursos, conseguem financiar as mudanças, obtendo os maiores progressos a respeito do tema. Na contramão, os países em desenvolvimento e os mais vulneráveis sofrem bem mais para pôr em prática as metas climáticas, uma vez que, os recursos não são tão robustos, o que não facilita o processo.

Para que estes países avancem no combate aos efeitos das alterações climáticas se faz necessária a colaboração da comunidade internacional. BID e FMI reforçando a sua parceria na ALC, por exemplo, pode sim ter uma influência positiva no apoio aos países da região, uma vez que, as instituições possuem equipes especializadas em diversos setores, onde certamente estimularão as mudanças para promover o desenvolvimento da sustentabilidade.

## Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] President of the IDB and Managing Director of the IMF Outline Enhanced Partnership to Better Support Latin American and Caribbean Countries [acesso em 9 ago 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/president-idb-and-managing-director-imf-outline-enhanced-partnership-better-support-latin>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] The President of the IDB and the Managing Director of the IMF Outline Enhanced Partnership to Better Support Latin American and Caribbean Countries [acesso em 9 ago 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/07/21/pr-24283-President-IDB-and-Managing-Director-IMF-Outline-Enhanced-Partnership>

Fundo Monetário Internacional [homepage na internet] IMF Managing Director Kristalina Georgieva's Statement at the Conclusion of the Third Meeting of the G20 Finance Ministers and Central Bank Governors [acesso em 9 ago 2024]. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2024/07/26/pr24290-imf-md-statement-g20-finance-ministers-central-bank-governors-rio-de-janeiro-brazil>

## Desafios Comerciais e Economia Digital

### *Trade Challenges and Digital Economy*

**Claudia Chamas**  
**Bernardo Bahia Cesário**

**Abstract:** *The WTO evaluation emphasizes the Organization's crucial role in sustaining trade's contribution to growth and development while addressing emerging challenges. The WIPO Global Award 2024 recognized nine SMEs and startups, particularly in the health products sector. UNCTAD's Digital Economy Report 2024 underscores the urgent need for sustainable strategies throughout the digitalization lifecycle. The report examines the largely unassessed environmental footprint of the digital sector and advocates for global policies that promote a more circular digital economy, ensuring inclusive development outcomes.*

**Keywords:** *trade; WTO; WIPO; intellectual property; digital economy; UNCTAD*

**Resumo:** Avaliação da OMC destaca que a Organização é crucial para manter o papel do comércio no apoio ao crescimento e desenvolvimento, ajudando a enfrentar os desafios emergentes. O Prêmio Global da OMPI 2024 reconheceu nove PMEs e startups com destaque para produtos de saúde. O Relatório de Economia Digital 2024 da UNCTAD destaca a necessidade urgente de estratégias sustentáveis em todo o ciclo de vida da digitalização. O relatório explora a pegada ambiental do setor digital, que permanece em grande parte não avaliada, e pede políticas globais que possibilitem uma economia digital mais circular e, ao mesmo tempo, garantam resultados de desenvolvimento inclusivos.

**Palavras-chave:** comércio; OMC; OMPI; *economia digital*; UNCTAD

### **Papel da OMC no Enfrentamento de Desafios Emergentes**

Em 25 de julho de 2024, a Vice-Diretora-Geral da [OMC](#), Johanna Hill, discutiu as implicações das tensões comerciais para o futuro do comércio durante o Singapore Apex Business Summit. Ela destacou o papel vital da OMC na abordagem dos desafios modernos no complexo cenário geopolítico atual (OMC, 2024).

A resiliência do comércio internacional foi enfatizada, com o comércio de mercadorias em termos reais 6% acima do pico pré-pandemia e 19% superior a 2015 no final de 2023. A previsão comercial mais recente da OMC espera uma recuperação gradual do comércio global, com um aumento de 2,6% este ano, após uma contração de 1,2% em 2023. Além disso, o nível médio da tarifa de nação mais favorecida (NMF) ponderada pelo comércio caiu 8,3% entre 2015 e 2022, destacando a importância do comércio para o crescimento econômico e estabilidade (OMC, 2024).

Hill reconheceu que o sistema de comércio multilateral está sob pressão devido às tensões geopolíticas e à incerteza política. Dados da "Global Trade Outlook and Statistics 2024" da OMC mostram que o comércio bilateral entre Estados Unidos e China cresceu 30% mais lentamente desde 2018 do que o comércio de ambos com o resto do mundo. Desde 2022, os

fluxos de comércio entre blocos geopolíticos cresceram de 4 a 6% mais lentamente do que o comércio dentro desses blocos (OMC, 2024).

Áreas como tecnologias emergentes e dados estão recebendo crescente atenção. No complexo cenário geopolítico atual, a OMC é crucial para manter o papel do comércio no apoio ao crescimento e desenvolvimento, ajudando a enfrentar os desafios emergentes. Johanna Hill ressaltou a importância do diálogo entre os principais atores econômicos, indicando que a OMC permanece um fórum natural para tais discussões (OMC, 2024).

### **Prêmio Global da OMPI**

O Prêmio Global da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) 2024 reconheceu nove PMEs e startups cujos produtos variam de implantes ósseos impressos em 3D a robôs de triagem de resíduos e scanners cerebrais alimentados por IA. Lançado em 2022, o Prêmio Global OMPI celebra indivíduos e pequenas empresas inovadoras e criativas que utilizam a propriedade intelectual (PI) para o sucesso empresarial, bem como um catalisador para impacto econômico e social (OMPI, 2024).

Um painel de oito jurados internacionais selecionou os vencedores de 2024 entre mais de 660 candidatos de 107 países. Os vencedores deste ano são da Argentina, China, Quênia, Coreia do Sul, Kuwait, Singapura, Suíça, Tailândia e Turquia. Inovações em saúde, agrotecnologia e tecnologia quântica mostram como a propriedade intelectual impulsiona o progresso e melhora a qualidade de vida em todo o mundo (OMPI, 2024).

O Diretor-Geral da OMPI, Daren Tang, apresentou os prêmios aos vencedores em 12 de julho de 2024, durante a 65ª Assembleia da WIPO. No evento, os vencedores expressaram sua expectativa em receber o apoio da Organização para otimizar o sistema de comercialização de propriedade intelectual e expandir o acesso ao mercado para suas inovações (OMPI, 2024).

#### **Vencedores em Saúde:**

1. **Laboratórios Química Luar (Argentina):**

- **Produto/Serviço:** Fórmula à base de ibuprofeno inalável e nebulizável.
- **Relevância:** Tratamento de condições respiratórias complexas e negligenciadas, como fibrose cística.

2. **Healinno Tech (China):**

- **Produto/Serviço:** Robô cirúrgico automatizado para tratamento de hiperplasia benigna da próstata.
- **Relevância:** Procedimentos cirúrgicos mais precisos e adaptativos.

3. **Meticuly (Tailândia):**

- **Produto/Serviço:** Substituições ósseas impressas em 3D personalizadas, utilizando tomografias computadorizadas com IA.
- **Relevância:** Melhora na qualidade de vida dos pacientes e eficiência dos procedimentos médicos.

4. **PONS Teknoloji (Turquia):**

- **Produto/Serviço:** Tecnologia portátil de imagem por ultrassom.

- **Relevância:** Diagnósticos em áreas rurais e remotas, melhorando o acesso aos cuidados de saúde.
5. **ScansX (Kuwait):**
- **Produto/Serviço:** Scanner cerebral portátil com IA para detecção precoce de lesões e tumores cerebrais.
  - **Relevância:** Diagnóstico não invasivo e portátil de condições neurológicas.
6. **Vivo Surgical (Singapura):**
- **Produto/Serviço:** Dispositivos médicos transformadores para cirurgias de alta precisão.
  - **Relevância:** Melhor desempenho clínico e intervenções cirúrgicas complexas em cenários de campo.

## Desafios da Economia Digital

O Relatório de Economia Digital 2024 da UNCTAD destaca a necessidade urgente de estratégias sustentáveis em todo o ciclo de vida da digitalização. O relatório explora a pegada ambiental do setor digital, que permanece em grande parte não avaliada, e pede políticas globais que possibilitem uma economia digital mais circular e, ao mesmo tempo, garantam resultados de desenvolvimento inclusivos. Pontos principais:

1. **Nexo entre digitalização e sustentabilidade ambiental:** A transformação digital está ocorrendo juntamente com as crescentes preocupações ambientais; compreender essa relação é fundamental para o futuro da humanidade e da saúde planetária (UNCTAD, 2024).

2. **Impactos ambientais da digitalização:** Os impactos diretos ocorrem em todo o ciclo de vida: produção, uso e fases de fim de vida; os efeitos indiretos podem ser tanto positivos quanto negativos, influenciados por políticas (UNCTAD, 2024).

3. **Evolução rápida da digitalização:** Os usuários da Internet aumentaram de 1 bilhão em 2005 para 5,4 bilhões em 2023; as remessas de smartphones mais que dobraram entre 2010 e 2023; espera-se que a cobertura 5G aumente de 25% em 2021 para 85% em 2028.; prevê-se que os objetos conectados à Internet aumentem de 13 bilhões em 2022 para 35 bilhões em 2028.

4. **Desafios na avaliação do impacto ambiental:** Falta de dados oportunos, comparáveis e acessíveis; poucos padrões de relatórios harmonizados; as estimativas das emissões de GEE do setor de TIC para 2020 variam muito (1,5 a 3,2% das emissões globais) (UNCTAD, 2024).

5. **Uso da água e poluição:** Aspecto frequentemente negligenciado do impacto ambiental da digitalização; Afeta a biodiversidade e os meios de subsistência locais; Alto consumo de água na mineração, produção de semicondutores e data centers (UNCTAD, 2024).

6. **Impacto na fase de produção:** O maior impacto ambiental negativo combinado; Cerca de 80% das emissões de GEE de smartphones são atribuídas à produção; A fabricação de um computador de 2 kg envolve a extração de 800 kg de matérias-primas (UNCTAD, 2024).

7. **Demanda de minerais e metais:** Os principais materiais incluem alumínio, cobalto, cobre, ouro, lítio e elementos de terras raras; A produção de alguns minerais pode aumentar em 500% até 2050; O consumo de minerais do grupo da platina pode ser 120 vezes maior em 2050 do que em 2022 (UNCTAD, 2024).

8. Desafios dos países em desenvolvimento: Sofrimento desproporcional dos efeitos ambientais negativos da digitalização; Perda de oportunidades de desenvolvimento econômico devido a divisões digitais (UNCTAD, 2024).

9. Chamado para ação: A UNCTAD pede políticas globais que envolvam todas as partes interessadas; Ter como objetivo reduzir as pegadas ambientais da digitalização; garantir resultados de desenvolvimento inclusivo (UNCTAD, 2024).

10. Perspectivas futuras: O gerenciamento da transformação digital em andamento influenciará significativamente a sustentabilidade global; Necessidade de uma base de evidências mais sólida para avaliações abrangentes do impacto ambiental; Importância da transição de um modelo de economia digital linear para um circular (UNCTAD, 2024).

O Relatório enfatiza a necessidade fundamental de abordar os impactos ambientais da digitalização, exigindo abordagem equilibrada que aproveite os benefícios das tecnologias digitais e, ao mesmo tempo, minimize sua pegada ecológica. O relatório ressalta a importância da cooperação global, das intervenções políticas e das práticas sustentáveis para moldar um futuro digital ambientalmente sustentável e inclusivo (UNCTAD, 2024).

## **Referências**

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE PROPRIEDADE INTELECTUAL (OMPI)a. “WIPO Global Awards 2024: Celebrating World-Changing Innovations in Health, Climate Tech, and Advanced Technology”. 2024. Disponível em: [https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2024/article\\_0011.html](https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2024/article_0011.html)

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). “DDG Hill: WTO key in helping tackle emerging challenges in complex geopolitical landscape”. 2024. Disponível em: [https://www.wto.org/english/news\\_e/news24\\_e/ddgjh\\_25jul24\\_e.htm](https://www.wto.org/english/news_e/news24_e/ddgjh_25jul24_e.htm)

UNCTAD. UNCTAD’s Global Trade Update shows encouraging signs amidst persistent challenges. Disponível em: <https://unctad.org/news/unctads-global-trade-update-shows-encouraging-signs-amidst-persistent-challenges>

## **O Papel das Organizações da Sociedade Civil no enfrentamento das desigualdades e a importância da soberania dos povos indígenas na proteção do planeta**

*Tatiana Cerqueira Machado  
Medrado, Jesús Enrique Patiño  
Escarcina, Diana Zeballos, Renan  
Amaral Oliveira, Laurenice Pires,  
Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis  
Carpio, Matheus dos Santos da Silveira  
e Luis Eugênio de Souza*

**Resumo:** Nos últimos quinze dias, 31 das 53 organizações da sociedade civil monitoradas fizeram manifestações relevantes, sendo 29 de interesse público e três de interesse privado. As organizações de interesse público estiveram atentas às tecnologias de informação e comunicação (TIC), destacando a necessidade de regulação. Também, houve manifestações sobre as crises na Nigéria e no Sudão, onde um muitas pessoas vivem em insegurança alimentar grave. Do mesmo modo, foram bastante mencionadas a crise climática e suas repercussões na saúde mental e seu fardo desigual sobre os mais vulneráveis. Além disso, foi bastante lembrado o Dia Internacional dos Povos Indígenas, reconhecendo-se a riqueza da sua diversidade cultural e a importância deles para a saúde planetária. Também se destacou o movimento pela maior participação das mulheres na gestão dos sistemas de saúde. Houve ainda manifestações relacionadas à justiça fiscal, ao enfrentamento da pobreza, a redução do consumo de álcool e de ultraprocessados. Foram lembrados os esforços realizados para controle de doenças crônicas não transmissíveis e doenças negligenciadas. Uma notícia positiva foi o fim do surto de cólera no Zimbábue. As organizações de interesse privado, por sua vez, destacaram os resultados do projeto “History of Causes” que busca compreender as causas do adoecimento mental, bem como iniciativas de colaboração na Etiópia, voltadas ao alcance da soberania vacinal e à pesquisa científica na África. Por fim, um tema específico chamou a atenção por sua ausência: o surto de mpox na República Democrática do Congo que, inclusive, levou o diretor da OMS a convocar o Comitê de Emergência.

### **INTRODUÇÃO**

Nos últimos quinze dias, 31 das 53 organizações da sociedade civil monitoradas fizeram manifestações relevantes, sendo 29 de interesse público e três de interesse privado. As organizações de interesse público estiveram atentas ao uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), inclusive do uso da inteligência artificial, suas repercussões para a formação em saúde, bem como da necessidade de regulação política e preparação do setor saúde dos possíveis usos das TICs em conflitos e ataques cibernéticos. A Federação Internacional de Hospitais anunciou a realização de um simpósio de preparação de ataques cibernéticos em hospitais. Também houve manifestações sobre as diversas crises, incluindo as crises alimentares que atingem a Nigéria e o Sudão e a crise climática e suas repercussões na saúde mental e no fardo desigual sobre os mais vulneráveis. Médicos Sem Fronteiras e a Care International abordaram a necessidade de expansão da capacidade de leitos para nutrição terapêutica na



Nigéria e o grande contingente populacional no Sudão, que se encontra em deslocamento forçado em busca de alimentos. Além disso, a participação e representatividade étnicas e de gênero foram registradas, com a lembrança do Dia Internacional dos Povos Indígenas, comemorado em 9 de agosto, e o movimento pela maior participação das mulheres na gestão dos sistemas de saúde. A International Federation of Social Workers e a Planetary Health Alliance pautaram a questão do respeito aos povos indígenas no mundo, reconhecendo a riqueza da diversidade cultural e a importância deles para a saúde planetária. Foram discutidas iniciativas voltadas à justiça fiscal em Honduras, para redução das desigualdades no país e enfrentamento da pobreza no Peru, fruto da instabilidade política e problemas sociais, que foram pautadas pela Progressive International. Ações de promoção da saúde com campanhas de redução do consumo de álcool e de ultraprocessados foram divulgadas pela ACT Promoção da Saúde. Ainda foram mencionados os esforços para o controle das doenças crônicas não transmissíveis, iniciativa das organizações NCD Alliance e European Public Health Alliance. A importância do financiamento para prevenção e tratamento de doenças negligenciadas como *Leishmaniose Visceral e HIV* foi registrada pela Drugs For Neglected Diseases Initiative (DNDi). Outras organizações registraram o fim do surto de cólera no Zimbábue, a importância da vacina de idosos e as dificuldades de acesso a medicamentos. As organizações de interesse privado pautaram, entre outros temas, os resultados do projeto “History of Causes” da WellcomeTrust, que busca compreender as causas do adoecimento mental, trazendo a indissociabilidade dos fatores biológicos, psicológicos e sociais. Importante destaque foi dado para a cooperação da Fundação Bill e Melinda Gates com a Etiópia e da Revital Healthcare no continente africano, em busca da sustentabilidade do sistema de saúde com o fortalecimento da capacidade instalada na produção de insumos estratégicos, no aumento de investimento na pesquisa e desenvolvimento científico e da soberania vacinal da África. As organizações, de um modo geral, divulgaram iniciativas voltadas a chamar atenção sobre o impacto das novas tecnologias de informação e comunicação nos sistemas de saúde, no transporte público e na existência de uma comunicação e publicização do conhecimento científico que tenha como centralidade o ser humano e a sociedade. Também seguem atentas aos determinantes sociais, seja no acesso aos alimentos, medicamentos e vacinas, seja na existência de conflitos armados ou nos efeitos das mudanças climáticas, que continuam a gerar iniquidades em saúde, atingindo desproporcionalmente os mais vulneráveis. Um tema específico chamou a atenção por sua ausência: o surto de mpox na República Democrática do Congo que, inclusive, levou o diretor da OMS a convocar o Comitê de Emergência.

## **ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO**

### **Inteligência Artificial**

A InterAcademy Partnership divulgou webinar “Navegando no Panorama da Inteligência Artificial: Perspectivas das Academias Nacionais” que vai explorar as [atividades de inteligência artificial nas academias nacionais](#) e as perspectivas de como as academias podem utilizar sua posição única para moldar o desenvolvimento e a aplicação de maneiras que sejam centradas no ser humano, priorizem padrões éticos e promovam a aplicação mais ampla da ciência e da tecnologia para o benefício da sociedade.<sup>100</sup>

---

1 The InterAcademy Partnership [Internet]. Navigating the Artificial Intelligence Landscape: Perspectives from National Academies; 2 Agosto 2024 [citado 7 Agosto 2024]. Disponível em:

## Preparação dos hospitais para reagir a ataques cibernéticos

A Federação Internacional de Hospitais realizará um simpósio, durante seu Congresso, em que apresentará a simulação interativa de um ataque cibernético dentro de um hospital, para explorar as abordagens dos participantes à tomada de decisões, gerenciamento de crises e continuidade operacional.<sup>101</sup>

## Sustentabilidade dos Transportes na África

A InterAcademy Partnership divulgou webinar [“Conduzindo a Sustentabilidade dos Transportes na África: O Papel das Inovações, Tecnologias e Estruturas de Políticas”](#) que discutirá e facilitará a compreensão de tecnologias inovadoras e melhores práticas para soluções de transporte sustentável, além de compartilhar conhecimentos sobre estruturas de políticas eficazes e abordagens regulatórias para apoiar transições sustentáveis. A análise será baseada no relatório recentemente lançado "Descarbonização do Transporte na África: Oportunidades, Desafios e Opções de Políticas", coautorado pela organização.<sup>102</sup>

## Revistas predatórias

A InterAcademy Partnership divulgou o lançamento de uma série de artigos publicados pela revista Nature sobre [periódicos e conferências predatórias](#). A organização destacou três artigos no qual a IAP trabalhou que abordam como identificar uma conferência predatória e o que a ciência precisa fazer sobre isso.<sup>103</sup>

## Crise alimentar

As equipes de Médicos Sem Fronteiras (MSF) na Nigéria observaram um aumento sem precedentes nos [casos de desnutrição](#) em vários estados ao norte do país. A organização tem intensificado rapidamente suas ações médicas através da expansão da capacidade de leitos no centro de nutrição terapêutica para pacientes internados, além da implementação de um programa para identificar e treinar membros da comunidade a fim de diagnosticar e tratar a desnutrição em seus estágios iniciais.<sup>104</sup>

A CARE também denunciou a [situação no Sudão](#), que encontra-se com quase 7,8 milhões de pessoas deslocadas internamente em busca de alimentos, devido ao conflito entre grupos armados. A população vem convivendo com escassez generalizada de necessidades básicas, interrupção da cadeia de suprimentos e desvalorização da libra sudanesa. A entidade ressaltou

---

<https://www.interacademies.org/news/navigating-artificial-intelligence-landscape-perspectives-national-academies>

2 IHF. International Hospital Federation [Internet]. Interactive simulation of a #Cyberattack. 5 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: [https://x.com/IHF\\_FIH/status/1820408337693094258](https://x.com/IHF_FIH/status/1820408337693094258)

3 The InterAcademy Partnership [Internet]. Decarbonisation of Transport in Africa: Opportunities, Challenges and Policy Options; 2 Agosto 2024 [citado 7 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/decarbonisation-transport-africa-opportunities-challenges-and-policy-options>

103 The InterAcademy Partnership [Internet]. Nature publishes a full series about predatory practices, quoting the IAP report.; 1 Agosto 2024 [citado 7 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/predatory-conferences-and-practices-nature-interviews-iap>

104 MSF Brasil [Internet]. MSF registra aumento sem precedentes de casos de desnutrição em Bauchi, na Nigéria - MSF Brasil; 8 Agosto 2024 [citado 8 Agosto de 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-registra-aumento-sem-precedentes-de-casos-de-desnutricao-em-bauchi-na-nigeria/>

a situação de insegurança alimentar que se encontra mais da metade da população do país, cerca de 25,6 milhões de pessoas<sup>105</sup>.

## **Crise climática**

### *Saúde mental*

Na região metropolitana de Porto Alegre, a MSF tem colaborado com as autoridades locais na criação e execução de uma [resposta coordenada às demandas de saúde mental](#) e apoio psicossocial nas cidades atingidas pelas inundações. As ações estão sendo desenvolvidas em três frentes principais: acolhimento das comunidades, capacitação de profissionais e elaboração de protocolos para resposta em saúde mental durante emergências. Até o momento, cerca de 500 pessoas, incluindo profissionais e membros das comunidades, estão envolvidas nas atividades promovidas por MSF.<sup>106</sup>

A Federação Internacional de Hospitais, convidando seus associados ao seu Congresso, a ser realizado no Rio de Janeiro, de 10 a 12 de setembro, chamou a atenção para o fato de que o setor da saúde tem contribuído para as mudanças climáticas que têm impactado o mundo. Acrescenta que os hospitais devem agir para reduzir sua pegada de carbono e que o Congresso debaterá como as estratégias para isso.<sup>107</sup>

O SHEM divulgou o novo relatório do PNUMA “Navegando por Novos Horizontes” alerta sobre 8 mudanças globais que aceleram as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição. Leia em <https://www.unep.org/resources/global-foresight-report><sup>108</sup>

## **Iniquidades de saúde**

O SHEM registou a publicação no The Lancet da correspondência que enviou sobre "Desigualdade na Saúde Sustentável Hoje". Nesta carta, afirma que SHEM enfatiza a necessidade de abordar a desigualdade social e a crise climática para alcançar a equidade sustentável em saúde, defendendo a incorporação desse princípio em todas as políticas. Leia aqui: <https://shorturl.at/uUHri><sup>109</sup>

O SHEM anunciou a realização do primeiro webinar da série 'O Fardo da Desigualdade Global em Saúde em 2024: Métricas e Desafios Éticos'. Neste webinar, serão discutidos os efeitos letais das emissões de CO<sub>2</sub>. Para se inscrever, clique aqui:

---

105 CARE International [Internet]. As últimas notícias sobre os 7,8 milhões de deslocados no Sudão e como você pode ajudar [...]; 31 Julho 2024 [citado 10 Agosto 2024]; Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/news/the-latest-from-sudan-famine-how-you-can-help/>.

106 MSF Brasil [Internet]. Com saúde mental, MSF cuida dos impactos menos visíveis das enchentes no RS - MSF Brasil; 1 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/com-saude-mental-msf-cuida-dos-impactos-menos-visiveis-das-enchentes-no-rs/>

107 IHF. International Hospital Federation [Internet]. The healthcare sector is a major contributor to #ClimateChange. 6 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Twitter; Disponível em: [https://x.com/IHF\\_FIH/status/1820867396376342991](https://x.com/IHF_FIH/status/1820867396376342991)

108 SHEM [Internet]. Sustainable Health Equity Moviment. New report by @UNEP 'Navigating New Horizons'. 7 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/shequitymov/status/1821115565915959741>

109 SHEM [Internet]. Sustainable Health Equity Moviment. We are pleased to announce that our correspondence letter to the @TheLancet on "Inequity in Sustainable Health Today" was published; 6 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/shequitymov/status/1820802061627253167>

[https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZltduygpz4rGtXr90k3EqWPIBO\\_H-1337J-#/registration#HealthEquity](https://us06web.zoom.us/meeting/register/tZltduygpz4rGtXr90k3EqWPIBO_H-1337J-#/registration#HealthEquity)<sup>110</sup>

### **Justiça fiscal**

A Progressive International publicou uma matéria destacando o apoio de economistas à proposta de [Lei de Justiça Fiscal do governo de Honduras](#). Segundo os especialistas, as mudanças propostas são fundamentais para reduzir a desigualdade no país, promover o desenvolvimento social e econômico, e fechar as lacunas fiscais persistentes que comprometem a arrecadação tributária. Após uma série de isenções e brechas criadas pelos governos sucessivos ao golpe de 2009, Honduras tem enfrentado dificuldades para arrecadar receitas adequadas com a tributação de empresas e indivíduos ricos. Essas brechas, juntamente com o sigilo bancário e sistemas pouco transparentes do registro de beneficiários finais, colocaram Honduras no caminho para ser rotulada como um paraíso fiscal.<sup>111</sup>

### **Pobreza**

A Progressive International publicou matéria que destaca o [aumento preocupante da pobreza no Peru](#) sob a administração de Dina Boluarte. Atualmente, 29% da população vive em condições de pobreza e 400.000 crianças sofrem de desnutrição. Apesar do crescimento constante do PIB, a instabilidade política e a falta de liderança eficaz têm contribuído para o agravamento desses problemas sociais, a matéria destacou também que o número de pessoas em situação de pobreza aumentou em um milhão desde o início do governo de Boluarte.<sup>112</sup>

### **Igualdade de gênero na saúde**

A Women in Global Health fez publicação no X sobre a importância de haver mais mulheres líderes nos [sistemas de saúde para que sejam sensíveis ao gênero](#).<sup>113</sup>

### **Formação de lideranças na saúde**

A Federação Internacional de Hospitais divulgou seu relatório "Liderança em saúde pronta para o futuro" que analisa como o modelo de competência fornece orientação para indivíduos, desenvolvimento de liderança em nível de sistema e programas de integração.<sup>114</sup>

### **Dia Internacional dos Povos Indígenas**

Em lembrança ao Dia Internacional dos Povos Indígenas do mundo, comemorado em 9 de agosto, a Comissão Indígena da International Federation of Social Workers publicou um comunicado reconhecendo [a riqueza da diversidade cultural dos Povos Indígenas em todo o](#)

---

110 SHEM [Internet]. Sustainable Health Equity Movement. Don't miss out! 6 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/IAPartnership/status/1819409019435434078/photo/1>

111 Progressive International [Internet]. Economists across the world unite for tax justice in Honduras; 31 Julho 2024 [citado 7 Agosto 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-07-31-economists-across-the-world-unite-for-tax-justice-in-honduras/en>

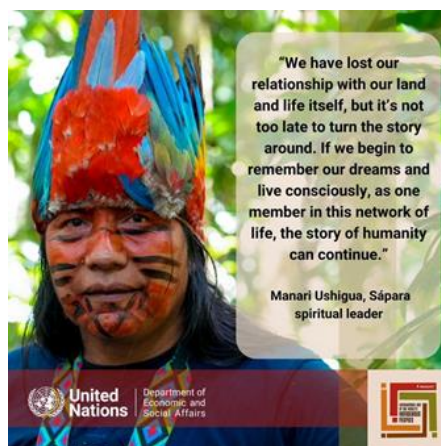
112 Progressive International [Internet]. The Number of Poor Increases by One Million under Boluarte; 5 Agosto 2024 [citado 7 Agosto 2024]. Disponível em: <https://progressive.international/wire/2024-07-23-per-un-milln-de-pobres-ms-con-boluarte/en>

113 Women in Global Health [Internet]. Gender responsive health systems are possible with more women leaders in [#health](#); 3 Agosto 2024 [citado 10 Agosto 2024]. Disponível em <https://x.com/womeninGH/status/1819872906932899856>

114 IHF. International Hospital Federation [Internet]. Our report on the IHF Leadership Model; 7 Agosto [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: [https://x.com/IHF\\_FIH/status/1821165199971484040](https://x.com/IHF_FIH/status/1821165199971484040)

[mundo](#), reafirmando seu compromisso em respeitar e promover a defesa e o empoderamento desse grupo, respeitando sua autodeterminação, inclusive na busca por isolamento voluntário. A proteção dos direitos dos Povos Indígenas em isolamento voluntário e o contato inicial são temas de reflexão desse ano. O isolamento é uma estratégia de sobrevivência adotada por alguns grupos indígenas. “A maioria dos Povos Indígenas que vive em isolamento voluntário está na América Latina”, diz o comunicado<sup>115</sup>

A Planetary Health Alliance publicou mensagem relativa ao Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, celebrado em 9 de agosto, lembrando que o conhecimento e as práticas regenerativas das comunidades indígenas são vitais para a Saúde Planetária.<sup>116</sup>



## Consumo de álcool

A ACT Promoção da Saúde publicou uma matéria que aborda a ausência de uma dose segura para o consumo de bebidas alcoólicas. A matéria destaca os resultados de estudos, incluindo uma meta-análise abrangente que revisou 107 estudos ao longo de 40 anos e concluiu que [nenhuma quantidade de álcool contribui para a melhoria da saúde](#). Em 2022, um estudo revelou que até mesmo o consumo de pequenas quantidades de álcool apresenta riscos para a saúde cardiovascular, desmentindo a antiga crença de que o vinho tinto poderia beneficiar a saúde do coração. Além disso, a revista Nature publicou um artigo indicando que o consumo de uma ou duas doses por dia (e menos para mulheres) está associado ao encolhimento cerebral, um fenômeno geralmente ligado ao envelhecimento e ao aumento do risco de demência.<sup>117</sup>

## Fim dos ultraprocessados

A ACT Promoção da Saúde divulgou campanha realizada junto com 70 organizações da sociedade civil global, pelo fim da publicidade da grande indústria de refrigerantes nas

---

115 INTERNATIONAL FEDERATION OF SOCIAL WORKERS [Internet]. Protecting the Rights of Indigenous Peoples in Voluntary Isolation and Initial Contact: Statement on International Indigenous Peoples' Day – International Federation of Social Workers; 8 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.ifsw.org/protecting-the-rights-of-indigenous-peoples-in-voluntary-isolation-and-initial-contact>

116 PHA Planetary Health Alliance [Internet]. On August 9, we celebrate the International Day of the World's Indigenous Peoples!; 8 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: [https://x.com/ph\\_alliance/status/1821486563768909932](https://x.com/ph_alliance/status/1821486563768909932)

117 ACT Promoção da Saúde [Internet]. Mais uma dose? Não há níveis seguros para consumo de bebidas alcoólicas; 31 Julho 2024 [citado 7 Agosto 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/noticias/dose-nao-ha-niveis-seguros-para-de-bebidas-alcoolicas/4404>

olimpíadas e outros eventos esportivos. A campanha [“Kick Big Soda Out of Sport”](#) (“Expulse a grande indústria de refrigerantes do esporte”) destaca os impactos negativos dos ultraprocessados à saúde e ao meio ambiente e pede que o Comitê Olímpico Internacional tome uma medida decisiva: o fim do patrocínio olímpico da Coca-Cola.<sup>118</sup>

### **Doenças Crônicas Não Transmissíveis**

Compartilhando [experiências exitosas](#), a NCD Alliance sugere a leitura de uma publicação sobre como o governo australiano tem integrado as DCNT em suas prioridades de desenvolvimento internacional, causando impacto no Sudeste Asiático e no Pacífico. Também compartilhou as ações da Colômbia para [reduzir o consumo excessivo de sal](#)<sup>119-120</sup>.

A organização também divulgou seu [relatório anual 2023](#), convidando os *twitters* para conhecerem os esforços nacionais e global para colocar as DCNT nas agendas políticas<sup>121</sup>. O grupo aproveitou as olimpíadas para fazer uma petição exigindo [o fim do patrocínio da Big Soda nos jogos olímpicos](#) e a [proteção das pessoas contra as DCNT](#)<sup>122-123</sup>. Também mobilizaram tomadores de decisões para [impedir a promoção de leites infantis em todos os contextos](#), protegendo a amamentação e ajudando na prevenção de DCNT, assim como, convocaram líderes mundiais a [agirem em prol das DCNT](#)<sup>124-125</sup>.

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou post sobre a relação entre as [Doenças Crônicas Não Transmissíveis](#) e os [determinantes comerciais da saúde](#). Destacando que vem contribuindo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) com a elaboração de relatório que explora a questão e indica estratégias para cidadãos e a sociedade civil.<sup>126</sup>

---

118 ACT Promoção da Saúde [Internet]. Pelo fim do patrocínio de ultraprocessados aos Jogos Olímpicos; 6 Agosto 2024 [citado 7 Agosto 2024]. Disponível em: <https://blog.actbr.org.br/alimentacao-saudavel/pelo-fim-do-patrocínio-de-ultraprocessados-aos-jogos-olimpicos/4416>

119 NCD Alliance. NCD Alliance [Internet]. X. Explore our recent publication on how the Australian government integrates [#NCDs](#); 3 Agosto 2024 [citado 3 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/ncdalliance/status/1819599077262106790>

120 NCD Alliance. NCD Alliance [Internet]. X. Excessive salt consumption is one of the key ingredients behind the global surge in [#NCDs](#); 7 Agosto 2024 [citado 3 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/ncdalliance/status/1821223818595025304>

121 NCD Alliance. NCD Alliance [Internet]. X. You can learn more about how the NCDA network engaged in global & national advocacy efforts to put NCDs [...]; 5 Agosto 2024 [citado 6 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/ncdalliance/status/1820407537742557614>

122 NCD Alliance. NCD Alliance [Internet]. X. While the [@Olympics](#) are in full swing; 5 Agosto 2024 [citado 5 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/ncdalliance/status/1820567594882982373>

123 NCD Alliance. NCD Alliance [Internet]. X. Let's [#KickBigSodaOut](#) of sports and protect people from noncommunicable Diseases; 5 Agosto 2024 [citado 5 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/ncdalliance/status/1820577885855363145>

124 NCD Alliance. NCD Alliance [Internet]. X. his [#WorldBreastfeedingWeek](#) (1-7 August), let's call on decision-makers to put an end to exploitative baby milk; 6 Agosto 2024 [citado 6 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em <https://x.com/ncdalliance/status/1820816482839810543>

125 NCD Alliance. NCD Alliance [Internet]. X. The global burden of NCDs is unacceptable; 7 Agosto 2024 [citado 6 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em <https://x.com/ncdalliance/status/1821168046288847107>

126 EPHA. European Public Health Alliance [Internet]. X; How do [#CommercialDeterminants](#) affect Non-Communicable Diseases (NCDs)?; 2 Agosto 2024 [citado 10 Agosto 2024]. Disponível em: [https://twitter.com/EPHA\\_EU/status/1819284413915472304](https://twitter.com/EPHA_EU/status/1819284413915472304).

## Doenças negligenciadas

A DNDi divulgou o relatório sobre coinfeção por HIV e Leishmaniose Visceral (LV), desenvolvido pela comunidade de pesquisa de LV para promover o tratamento da doença. O relatório pode ser acessado aqui: <https://www.iddo.org/vl/crf><sup>127</sup>

A DNDi repercutiu editorial do The Lancet que pede mais financiamento para apoiar a prevenção, o tratamento e a vigilância da dengue, lembrando que não há tratamento específico no momento.<sup>128</sup>

## Surto de cólera

Em 2 de agosto, após quase um ano e meio de combate ao que foi o segundo maior surto de cólera da sua história, o Zimbábue declarou oficialmente o [fim da epidemia no país](#) após 30 dias sem novos casos registrados. Médicos Sem Fronteiras (MSF) recebeu o anúncio com enorme satisfação e alegria, no entanto, a organização destaca a importância de não esquecer os vastos recursos e o imenso esforço investidos para alcançar esse ponto reforçando que, para prevenir futuros surtos, é crucial adotar medidas que evitem a contínua propagação da doença como garantir o acesso às vacinas contra o cólera, investir em infraestruturas de água, saneamento e higiene tanto em comunidades urbanas quanto rurais, e empregar uma abordagem integrada no combate à doença.<sup>129</sup>

## Vacinação de idosos

A IFA divulgou uma pesquisa canadense que tem o objetivo de avaliar a conscientização sobre o vírus sincicial respiratório e vacinação. A IFA considera que, como a população do Canadá está envelhecendo rapidamente, é fundamental entender a importância das doenças respiratórias preveníveis por vacinas.<sup>130</sup>

## Acesso a medicamentos

O Public Citizen solicitou ao Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos EUA que permita a [concorrência de genéricos para os medicamentos semaglutida](#), comercializados como Ozempic e Wegovy. A petição busca reduzir custos para Medicare e Medicaid tornando o medicamento mais acessível por meio de licenciamento de patentes e concorrência genérica dado que o uso disparado desses medicamentos ameaça impor consequências financeiras sem precedentes aos programas federais de saúde e aos pacientes devido aos abusos de preços da Novo Nordisk.<sup>131</sup>

---

127 DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative [Internet]. Use the free to download case report form for #vl; 7 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/IDDOnews/status/1821094195219558594>

128 DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative [Internet]. 'Too little, too late'; 7 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/DNDi/status/1821184599000559865>

129 Médicos Sin Fronteras (MSF) | Organización médico-humanitaria [Internet]. Nos alegramos por el anuncio del fin del cólera en Zimbabue; 05 Agosto 2024 citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.msf.es/noticia/nos-alegramos-anuncio-del-fin-del-colera-zimbabue>

130 IFA. International Federation of Ageing [Internet]. **The IFA invites you to participate**; 6 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/IFAgeing/status/1820883129059385647>

131 Public Citizen [Internet]. Public Citizen Urges HHS to Unlock Generic Competition for Popular Weight Loss Drugs Ozempic and Wegovy; 5 Agosto 2024 [citado 7 Agosto 2024]. Disponível em:

## Resistência antimicrobiana

A European Public Health Alliance (EPHA) publicou mensagem no “X” sobre a importância dos [medicamentos antimicrobianos no prolongamento da expectativa de vida em até 23 anos](#) mas ressaltou que a resistência antimicrobiana vem ameaçando esses ganhos tornando infecções comuns em mortais.<sup>132</sup>

## Preparação para a pandemia

A DNDi publicou a gravação da conferência de vacinas do CEPI, realizada durante o Global Pandemic Preparedness Summit no Rio na última semana de julho. A conferência buscou responder a pergunta: como podemos melhorar a colaboração em pesquisa médica agora para ter terapêuticas e diagnósticos prontos quando (não se) a próxima pandemia acontecer?<sup>133</sup>

## ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

### Saúde Mental

A WellcomeTrust divulgou alguns dos resultados de seu projeto “History of Causes”. Esse projeto busca traçar [a evolução das teorias sobre as causas do adoecimento mental](#) nos últimos 200 anos na Europa e América do Norte. Desde "febre cerebral" no século XVIII até preocupações modernas como poluição do ar, a Wellcome constatou que as ideias sobre as causas mudaram conforme diferentes fatores políticos, sociais e culturais foram se apresentando. A pesquisa teve também como resultado a impossibilidade de separar fatores biológicos, psicológicos e sociais nessa análise linear da história das causalidades. O projeto está atualmente buscando ampliar a compreensão global dessas causas, integrando diversas perspectivas de pessoas com “experiência vivida” em territorialidades outras.<sup>134</sup>

### Crise Alimentar

Segundo a GAVI, the Vaccine Alliance, [a crise alimentar na Nigéria afeta severamente 11 milhões de crianças, comprometendo sua saúde e desenvolvimento](#)<sup>135</sup>. A desnutrição leva a problemas como retardo no crescimento e aumento da suscetibilidade a doenças. A aliança frisa ser essencial uma intervenção urgente, com estratégias que incluem a distribuição de alimentos e o fortalecimento do sistema de saúde para mitigar os efeitos da fome e proteger as crianças.

---

<https://www.citizen.org/news/public-citizen-urges-hhs-to-unlock-generic-competition-for-popular-weight-loss-drugs-ozempic-and-wegovy/>

132 EPHA - European Public Health Alliance [Internet]; Antimicrobial medicines extend life by up to 23 years; 8 Agosto 2024 [citado 10 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em [https://twitter.com/EPHA\\_EU/status/1821443256514707813](https://twitter.com/EPHA_EU/status/1821443256514707813);

133 DNDI - Drugs For Neglected Diseases Initiative [Internet]. How can we better advance collaboration in medical research?; 6 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://x.com/DNDi/status/1820834828956115438>

134 WellcomeTrust. Wellcome [Internet]. Tracing the history of perceived causes of mental health challenges | News | Wellcome; 8 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/lessons-tracing-200-years-perceived-causes-mental-health-challenges>

135 Gavi, the Vaccine Alliance. [Internet]. 11 million Nigerian children are going hungry: how this hurts their health and what needs to be done; Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/11-million-nigerian-children-are-going-hungry-how-hurts-their-health-and-what-needs?gad>



## Cooperação Internacional

Mark Suzman, CEO da Fundação Gates, visitou a [Etiópia](#) e compartilhou suas impressões após uma intensa agenda que envolveu cúpulas com o Primeiro-ministro etíope Abiy Ahmed, líderes do Banco Nacional da Etiópia, etc. Mark relatou que apesar dos avanços significativos em saúde e desenvolvimento nas últimas duas décadas, a Etiópia enfrentou desafios significativos recentemente, como a pandemia de COVID-19 e conflitos armados. Mark ao se reunir com parceiros locais e líderes governamentais, trouxe a agenda da Fundação Gates que busca implementar colaborações para melhorar a saúde, a agricultura e a igualdade de gênero no país e na região.<sup>136</sup>

## Insumos para vacinação

A Revital Healthcare, fabricante de dispositivos médicos no Quênia, recebeu em 2021 uma doação de US\$ 4 milhões da Fundação Gates para iniciar a [produção de seringas auto-descartáveis](#) (auto-disable syringes) na África. Localizada em Kilifi, a empresa é a primeira na África aprovada pela OMS para produzir essas seringas, que evitam a reutilização e previnem a propagação de doenças. A Revital emprega 80% de mulheres, e, durante a pandemia de COVID-19, desempenhou um papel crucial ao ajudar a estabilizar o fornecimento de seringas no continente. Três das mulheres empregadas na Revital, Lorraine Kai, Roseline Oliwa, e Tabitha Musyoka, foram entrevistadas pela Fundação Gates e relataram felicidade com a estabilidade financeira, mas também orgulho e propósito em suas contribuições para a saúde pública, especialmente na promoção da vacinação segura e confiável em suas comunidades.<sup>137</sup>

Segundo a GAVI, the Vaccine Alliance, países apoiados pelos seus projetos estão avançando na direção da [soberania vacinal](#), com investimentos em produção local e fortalecimento de sistemas de saúde<sup>138</sup>. Iniciativas incluem parcerias para a produção de vacinas e o desenvolvimento de capacidades internas, visando a redução da dependência de importações e a melhoria da resposta a futuras pandemias. **Pesquisa e Desenvolvimento**

Yaw Bediako, imunologista ganês, teve seu relato de vida divulgado pela Fundação Gates. Yaw relatou que enfrentou um revés existencial quando uma bolsa de pesquisa que havia conquistado foi cancelada devido à pandemia. Inspirado por seu pai, que fundou uma universidade em Gana, Yaw decidiu voltar para seu país e contribuir localmente, em vez de buscar oportunidades no exterior. Ele fundou a Yemaachi Biotech, uma empresa de pesquisa em imunogenômica, com o objetivo de realizar trabalhos competitivos globalmente e reter talentos locais. A empresa se concentra em diversificar a [pesquisa sobre o câncer em populações africanas](#) e agora conta com a parceria da Fundação Gates. Com uma equipe internacional e o

---

136 Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. What did Mark Suzman learn in Ethiopia?; 7 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/ethiopia-health-mark-suzman>

137 Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Meet the Kenyan women making syringes for Africa; 1 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/women-employment-africa-syringes>

138 Gavi, the Vaccine Alliance. [Internet]. Gavi-supported countries make strides towards vaccine sovereignty; 2 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/gavi-supported-countries-make-strides-towards-vaccine-sovereignty>

apoio de fundos significativos, Yaw está buscando mudar o papel da África na pesquisa científica biomédica.<sup>139</sup>

A GAVI, the Vaccine Alliance afirmou que as vacinas contra a malária, como a RTS,S/AS01, têm mostrado [eficácia moderada na redução de casos em crianças pequenas](#)<sup>140</sup>. No entanto, sua implementação é crucial em áreas endêmicas para reduzir a carga da doença. Novas vacinas estão em desenvolvimento, prometendo aumentar a eficácia e a proteção, com esforços contínuos para ampliar o acesso global.

### **Iniquidades de Gênero**

Segundo a Fundação Gates [o acesso ao crédito formal é essencial para o empoderamento econômico das mulheres](#), especialmente no Sul Global, onde foi constatado um déficit de US\$ 1,7 trilhão em financiamento para empreendedoras. Estudos recentes da Fundação mostram que, com ajustes, como períodos estendidos de carência, esses empréstimos podem aumentar os lucros e melhorar a educação familiar, funcionando de maneira até melhor do que as doações convencionais.<sup>141</sup>

### **Gripe aviária**

[A gripe aviária](#) continua a ser uma preocupação, com surtos em aves que podem afetar a saúde humana<sup>142</sup>. Embora a transmissão para humanos seja rara, a GAVI, the Vaccine Alliance afirma ser importante monitorar e controlar os surtos para evitar uma potencial pandemia. A vigilância contínua, vacinas e a preparação para emergências são essenciais para mitigar os riscos.

### **COMENTÁRIOS FINAIS**

Ainda que interrelacionados, foram muitos os temas específicos que foram objetos de manifestação pública pelas organizações da sociedade civil, nesta quinzena: inteligência artificial, pesquisa e desenvolvimento, preparação dos hospitais para reagir a ataques cibernéticos, sustentabilidade dos transportes na África, revistas predatórias, crise alimentar e crise climática, iniquidades de saúde, justiça fiscal, pobreza, igualdade de gênero na saúde, formação de lideranças na saúde, consumo de álcool e ultraprocessados, saúde mental, doenças crônicas não transmissíveis, doenças negligenciadas, surto de cólera, gripe aviária, vacinação de idosos, acesso a medicamentos, resistência antimicrobiana e preparação para a pandemia. Em tempos de crise climática foi bastante mencionado o Dia Internacional dos Povos Indígenas, os quais, sabiamente, não tratam a natureza como mera fonte de recursos.

Desse longo rol, vale destacar uma boa e uma má notícia. A boa notícia se refere ao anúncio oficial pelo governo do Zimbábue, no dia 2 de agosto, do fim da epidemia de cólera no país. Depois de um ano e meio de combate ao que foi o segundo maior surto de cólera da história

---

139 Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. The Ghanaian researcher who came home; 31 Julho 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/yaw-bediako-biotech-researcher>

140 Gavi, the Vaccine Alliance. [Internet]. How effective are malaria vaccines? 29 Julho 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/how-effective-are-malaria-vaccines>

141 Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Designing credit that works for women; 31 Julho 2024 [citado 8 Agosto 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/womens-economic-power-credit>

142 Gavi, the Vaccine Alliance. [Internet]; Should we be worried about bird flu?. 7 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/should-we-be-worried-about-bird-flu>

do Zimbábue, há 30 dias não são registrados novos casos. A má notícia são os surtos de gripe em aves que estão a exigir medidas mais rigorosas de monitoramento e controle, no sentido de se evitar uma possível nova pandemia.

Além disso, há um tema cuja ausência nas manifestações chama a atenção: o crescimento do número de casos de mpox na República Democrática do Congo, desde o início de 2024, e a notificação de casos em outros países da África, anteriormente não afetados. Essa ausência chama ainda mais atenção pelo fato do diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, ter convocado o Comitê de Emergência para aconselhá-lo sobre se o surto representa uma emergência de saúde pública de interesse internacional.

## EVENTOS

- A NCD Alliance está organizando o [4º Fórum Global de DCNT](#) que acontecerá pela primeira vez na cidade de Kigali, em Ruanda, na África, entre os dias 20-22 de outubro de 2024<sup>143</sup>.

---

143 NCD Alliance. NCD Alliance. X [Internet]. Hold in esteem for such bolster up to pulling off the NCD mega event for the very first time in Africa [#NCD AF2024](#); 1 Agosto 2024 [citado 8 Agosto 2024]; Twitter. Disponível em <https://x.com/Mbalphonse1/status/1818987336606122272>

## **O Culto ao Crescimento precisa acabar**

### ***The Cult of Growth must come to an end***

**Rafaela Venturella De Negri**

**Armando De Negri Filho**

**Abstract.** *In this document of number 14 we change our analysis, focusing only on our 2 first main areas: The Political-economic panorama and its relations with global public health, focusing on analyzing and bringing reports and briefings from both official institutions and organized civil society groups, upon the empirical need of change, going from the cult of growth to an more collective and socially based approach of development.*

**Keywords:** *The middle-income trap. Tax Justice Network Africa (TJNA). GPD. Social economic reform. Cult of Growth.*

**Resumo.** Neste documento de número 14 mudamos nossa análise, focando apenas nas nossas 2 primeiras áreas principais: O panorama Político-econômico e suas relações com a saúde pública global, com o objetivo de analisar e trazer relatórios e briefings tanto de instituições oficiais quanto de grupos organizados da sociedade civil, e suas iniciativas ao redor da necessidade empírica de mudança, passando do culto ao crescimento para uma abordagem de desenvolvimento mais coletiva e socialmente fundamentada.

**Palavras-chave:** A armadilha da renda média. Tax Justice Network Africa (TJNA). PIB. Reforma socioeconômica. Culto ao Crescimento.

Neste informe, o número 14, nos dedicamos somente as duas primeiras seções normalmente expostas: Panorama político-econômico e Saúde, construindo um caminho das pedras através dos corajosos movimentos da sociedade civil organizada nessas últimas duas semanas, denunciando o enviesamento parcial das instituições econômicas, as saídas oferecidas pela negação do “culto ao crescimento” proposta pela economia crítica feminista, o papel da indústria das multinacionais, das empresas de guerra e da política fiscal como manutenção de injustiças, trazendo exemplos de resistência no Reino Unido, em Bangladesh e no Quênia. Em saúde, voltamos a trazer Gaza e sua conexão com esse sistema de injustiças e de tangencialidade econômicas, políticas, fiscais, ambientais e em direitos humanos, trazendo e analisando também a situação do sistema de saúde do Sudão, fechando com a denúncia sobre as “7 Irmãs da saúde”, as 7 oligarquias empresariais que controlam a saúde brasileira.

#### **Panorama político-econômico**

No nosso panorama político-econômico trazemos oito links que constroem o seguinte caminho: a política econômica internacional que temos, a política econômica internacional que queremos, a realidade que a política econômica internacional que temos cria e como mudar essa realidade construída. Este caminho foi escolhido à luz do Dia Internacional dos Povos Indígenas e da quebra de paradigmas que os ensinamentos milenares colocados contra nosso sistema de produção super exploratória podem catalisar.

Nos primeiros dias de agosto, o Banco Mundial publicou o briefing “Overview: Making a Miracle” sobre o que a entidade chama de *The middle-income trap*, ou seja, países que conseguem sair da “pobreza” - preferimos o termo empobrecimento - extrema, mas que não conseguem atingir o patamar de *high income countries*. O briefing traz uma série de apostas, políticas e pacotes de desenvolvimento que podem ser aplicados nesses países para alavancar e garantir o crescimento econômico, fazendo brandas críticas ao capitalismo - como evocar a destruição criativa de Schumpeter e até citar Marx - mas esquecendo a principal crítica, a crítica capaz de reverter séculos de danos ao “capital” social, humano e ambiental: por que precisaríamos ter tanto? Todas estratégias colocadas no texto parecem falhar ao tentar explicar o porquê, mirando sempre no máximo crescimento, lucro e vantagem. E falham duplamente, ao imaginar e vislumbrar como possível um nível de “alto desenvolvimento” aproveitado por todas nações e por todas pessoas, já que, como dito tantas vezes antes em nossos informes, o nosso sistema econômico *debt based* requer enriquecidos e empobrecidos, vencedores e vencidos. Mas, se o Banco Mundial novamente peca ao tentar tapar o sol com a peneira, nossas colegas feministas colocam a mão invisível do mercado em cheque e, enfim, perguntam: por que precisaríamos ter tanto? Escrito pelas ativistas e teóricas feministas Rachel Noble e Anam Parvez Butt e publicado no site da Oxfam International, “WHY FEMINISTS ARE REJECTING THE CULT OF GROWTH” ilumina uma discussão mais necessária da década, uma revisão sistemática e sistêmica dos motivos da super produção que leva a superexploração como forma de sustentar um sistema político-econômico de empobrecimento constante das massas e de manutenção das elites econômicas, alinhados de políticas nacionais e internacionais de mercantilização de tudo que pode ser mercantilizado - educação, saúde, meio ambiente, informação - formando assim a teia neoliberal. O tema foi pautado na Conferência International Association for Feminist Economics que aconteceu mês passado em Roma, evento que inspirou o artigo.

“De todos os lados, ouvimos falar da necessidade de gerar crescimento a todo custo: vemos isso nos conselhos do Fundo Monetário Internacional; os compromissos dos políticos durante as eleições; as estratégias dos decisores políticos e das empresas; e relatado repetidamente na mídia.

As feministas estão na vanguarda do desafio a este “culto ao crescimento”. No mês passado, importantes acadêmicos e ativistas reuniram-se em Roma, na conferência anual da Associação Internacional para a Economia Feminista, para apresentar argumentos eloquentes e apaixonados para que o mundo abandonasse a busca por um crescimento econômico inquestionável que prejudica as pessoas e o planeta. Apelaram a que o crescimento a todo o custo fosse substituído por um novo objetivo – há muito defendido pelos movimentos feministas: economias feministas e centradas nos cuidados que dão prioridade à obtenção de direitos, à justiça reparadora e ao bem-estar das pessoas e do planeta.

Como disse Naila Kabeer, da London School of Economics, que presidiu a sessão “Desafiando o Culto do Crescimento” na conferência: “Tudo o que importa só importa se for bom para o crescimento e puder ser medido pelo valor de mercado. Os impulsionadores do mal-estar estão se unindo e perpetuando injustiças.”

### **A batalha para derrotar o dogma econômico e escrever novas narrativas**

Por que o culto ao crescimento tem tantas pessoas sob seu controle? Os delegados discutiram como o neoliberalismo, o colonialismo e o patriarcado se uniram para permitir o

crescimento do culto, forçando grupos já marginalizados a cair no fundo do espectro da exploração.

O dogma econômico neoliberal colonizou a produção de conhecimento, excluindo alternativas econômicas feministas, particularmente aquelas emergentes da Maioria Global. Esta ortodoxia econômica ignora as experiências vividas pelas mulheres que sentem os efeitos nocivos das políticas centradas no crescimento, com as mulheres nas intersecções da opressão – como as mulheres de cor, as mulheres migrantes e as mulheres trans e não binárias – a suportar o peso mais acentuado.

Estes efeitos nocivos incluem a prescrição implacável de cortes nos serviços públicos e aumentos de impostos para as pessoas comuns, sendo essa austeridade frequentemente imposta como condição para empréstimos concedidos aos países do Sul Global por instituições financeiras internacionais (IFI). Estas políticas duras continuam apesar de décadas de provas dos danos que causam e de décadas de pessoas que saem às ruas para protestar contra a injustiça. A poderosa revolta dos jovens no Quênia contra uma nova lei financeira ligada às condições políticas do FMI, que teria incluído a tributação de produtos de época, pão e óleo de cozinha, é um exemplo recente de tal protesto.”

O documento continua a dissecar as relações que mantêm e retroalimentam esse culto, trazendo a indústria bélica e a militarização (como o Genocídio Palestino), o *GDP* calcado como máximo índice de análise de desenvolvimento - o PIB, um número baseado em média harmônica literalmente dita meio mundo e é usado mesmo havendo alternativas tão mais interessantes - e a necessidade de unirmos ativistas economistas com ativistas dos movimentos sociais, alimentando os protestos que mostram diariamente sua capacidade de frear políticas injustas - como a mobilização queniana que parou a *Finance Bill 2024*. É necessário desmistificar a economia, a *economics*, como disciplina de ensino superior matemática, a economia é social e pertence aos povos e é sim possível discutir assuntos complexos de economia de maneira popular, como nos mostrou a NAWI COLLECTIVE, trazida no informe de número 11, ao usar uma metáfora conectando o preço do alho com macroeconomia.

“Como disse Jenny Ricks, da Fight Inequality Alliance, na sessão: “Temos de ser ousados e sistêmicos: temos de redefinir as narrativas dominantes e o enquadramento econômico. Não podemos continuar a jogar dentro dos termos de debate existentes”.

Isto significa questionar quem é o conhecimento que conta e centrar o conhecimento das mulheres e das comunidades, especialmente daquelas que enfrentam formas cruzadas de marginalização. Significa também desmistificar a linguagem da macroeconomia para falar claramente sobre as realidades vividas pelas pessoas.

É exatamente isso que os jovens no Quênia estão fazendo, disse Crystal Simeoni: “Os jovens estão a usar a linguagem da vida para falar sobre economia. Fizeram a análise, detalharam os números e perguntaram: ‘para que estamos a pedir empréstimos ao FMI? Quem está se beneficiando?’. Precisamos recuperar a economia para todos porque, por mais que as coisas possam parecer técnicas, no fundo é uma questão de poder.”

É igualmente importante saber contra o que lutamos, saber identificar as criações dessa narrativa neoliberal excludente que devem ser banidas e que devem ter suas consequências - até agora absorvidas como “inevitáveis” - condenadas como evitações cruéis.

A comercialização da guerra tornou a indústria bélica uma fonte inesgotável de capital, tendo os conflitos armados ao redor do globo um potencial econômico estrondoso para as grandes empresas do complexo militar, como nos mostra o documento *“The companies arming Israel and their financiers”* publicado em junho deste ano e escrito por diversas entidades do ativismo civil anti-guerra.

“Este relatório centra-se nas relações entre as instituições financeiras europeias e empresas que fornecem armas para Israel. Ao vender armas a Israel, as empresas de armas têm um alto risco de facilitar violações graves e contínuas do direito humanitário internacional. Os bancos, fundos de pensões, seguradoras e outros gestores de ativos que financiam estas empresas, fornecendo créditos ou a detenção de ações ou títulos têm uma responsabilidade clara de evitar facilitação de violações. O fornecimento de armas pelas empresas de armamento a Israel tem sido considerado de alto risco por anos, uma vez que estas armas foram utilizadas para impor a ocupação e violações relacionadas ao direito humanitário internacional e ao direito dos direitos humanos em Gaza e na Cisjordânia, incluindo Jerusalém Oriental. Os ataques sem precedentes em Gaza desde 7 de Outubro de 2023 e despacho de medidas provisórias do Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) de 26 de janeiro de 2024 determina que existe um risco plausível de genocídio em Gaza, o que torna ainda mais urgente que empresas de armas parem os seus fornecimentos a Israel e que as instituições financeiras parem financiar empresas que continuam a fornecer armas a Israel.”

O documento evoca o *UN Guiding Principles on Business and Human Rights (UNGPs)* e o *OECD Guidelines for Multinational Enterprises on Responsible Business Conduct* como legislativos internacionais, trazendo sua jurisdição e normas, o que não parece abalar as 20 maiores empresas européias de crédito, que totalizaram 36 bilhões de euros em empréstimos para Israel.

A seguinte citada, por motivos óbvios, é a existência de multinacionais tão poderosas que tem em si o potencial para governar - governar o governo e as pessoas - como a titã da agiotagem e exploração do sistema terra: *BlackRock*. Citada nos informes do ano passado, já foi alvo da sociedade civil organizada e dos ativistas do meio ambiente uma centena de vezes - inclusive por mover seus dedinhos pegajosos em direção à privatização da água - e como gestora de ativos é catalisadora do mercado financeiro internacional e financiadora de diversas atividades semi-legais ao redor do globo, atualmente investindo trilhões em tecnologia e IA e escapando de todas possíveis regulamentações, gozando de uma liberdade perigosa.

As multinacionais, além da questão da governabilidade - como pode haver uma entidade mais poderosa, hábil de regular, controlar e dominar a sociedade, que o Estado-Nação? - há também a questão dos regimes fiscais. A quantidade de capital rolando pra cima e pra baixo através e por dentro dessas empresas diariamente equivale ao orçamento anual de alguns países - é sério - sendo qualquer política de taxaçaõ justa capaz de garantir milhões (que poderiam ser investidos em políticas públicas, legitimando o Estado e tirando credibilidade do setor privado). Esse escopo de discussão foi e está sendo analisado durante a segunda sessão do *Ad Hoc Committee on UN Tax Convention*, o encontro que deverá prover o acordo fiscal da década, tirando as políticas fiscais da mão da OCDE, a trazendo para o centro da AG, evocando princípios de equidade e governança internacional justa. A frente desse movimento - e da maioria das menções realmente disruptivas - está o Grupo Africano e as organizações da sociedade civil que apoiam seus requerimentos, como a *Tax Justice Network Africa (TJNA)*, que, após a negativa de aprovação do rascunho zero do acordo, publicou um documento trazendo questões chave para a escrita de um acordo funcional e eficaz no que a ONU se propõe: uma

mudança de paradigma. O documento traz 10 requerimentos de mudança: que os valores arrecadados sejam usados na garantia e ampliação dos direitos humanos; A garantia de tratamento especial e diferenciado para países com menos poder econômico, para garantir a efetividade da cooperação internacional; A negação do pedido de respeito à privacidade por parte das multinacionais, evitando assim o uso de políticas fiscais como escudo de proteção às grandes empresas privadas; A aplicação de políticas fiscais progressivas e redistributivas que visem retificar a desigualdade sistêmica e de gênero; A promoção de transparência fiscal; O uso desse montante arrecadado para lidar com desafios ambientais; A promoção e garantia de *accountability*; A protocolização de áreas de interesse, como a economia digital; Protocolização de áreas de interesses futuras, mas não de forma exaustiva e a institucionalização da participação da sociedade civil e de organizações intergovernamentais na tomada de decisões fiscais. Um belo documento que ecoa também as colocações e propostas de reforma do recém *Policy Brief “TAXING FOR TOMORROW: ALIGNING FISCAL POLICIES WITH THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS”*, que traz a questões das correntes políticas de evasão fiscal, a necessidade de ampliar as discussões para a crescente digitalização da economia e sobre como uma reforma fiscal pode ser exatamente o que precisamos para alavancar outras reformas ligadas ao cumprimento e manutenção dos ODS. Do documento da *TJNA*:

“JUSTIFICAÇÃO: A fiscalidade é fundamental para o financiamento do desenvolvimento e para a concretização dos direitos humanos. É importante que os Estados e os detentores de direitos, como as empresas multinacionais (MNEs), reafirmem isto neste processo.”

E como prometido em nosso preâmbulo, a parte final: como criar a realidade que queremos a partir da realidade que temos? Algumas pistas já foram deixadas pelo caminho: reformas, mudanças de narrativa, análises sistêmicas, mas o que parece mais transformador: a união entre os que imaginam um novo mundo com os que desesperadamente precisam deste novo mundo, ativismo acadêmico com ativismo de mobilização, *riots*. A sociedade civil mobilizada parou a *Finance Bill* do Quênia, o *movimento da juventude organizada de Bangladesh* gestou uma revolução por 15 anos e finalmente tirou Hasina do poder e teve todas suas demandas aceitas, os estudantes do mundo ainda acampam pela Palestina e a sociedade civil anti-fascista e anti-fascista organizada tomou as ruas do Reino Unido em resposta a ataques da extrema-direita contra imigrantes, fazendo coro com sindicatos e comunidades, superando, em muito, os números da frente de direita, promovendo uma mobilização e uma clareza sistêmica formidáveis: “Austeridade, cortes salariais e destruição dos serviços públicos foram escolhas feitas por políticos de direita no interesse das grandes empresas – não pelos migrantes”, afirmou o secretário-geral da FBU, Matt Wrack. “Defendemos a unidade de todos os trabalhadores contra uma agenda cínica de dividir e governar.” Soma-se a isso a necessidade de usar as armas que a criação e imaginação acadêmica e intelectual fornecem, criando uma narrativa contra-hegemônica ligada aos movimentos das ruas desmobilizando os braços e pernas deste sistema de injustiças.

## Saúde

Isso implica também a ressignificação de uma saúde diferente. Atualmente, mesmo em localidades com saúde pública de acesso universal, temos a comercialização constante da saúde pública, com a desassistência programada e a falta de estruturas que, ou suga profissionais ao *burnout*, ou os afugenta, condena o sistema ao ciclo de privatização constante. O mercado deve sair para os direitos humanos entrarem e isso nos chama a duas coisas: o fortalecimento real do sistema de saúde pública a partir de conhecimentos locais para que seja



impossível usar o sistema de saúde como arma de controle (*ou de extermínio, como estamos vendo em Gaza*). A crise do sistema de saúde que vem sendo constantemente e sistematicamente destruído desde o Nakba para promover a saída dos Palestinos ou sua morte por desassistência nos mostra o fardo duplo carregado pela saúde pública em situações de desastres programados. O mesmo se repete no Sudão com sua crise de saúde tendo chegado a níveis catastróficos devido a destruição de todo complexo de saúde: é alvo durante conflitos e também é alvo durante “tempos de paz” pela estrutura neoliberal que vê o acesso à saúde como comércio, não como direito.

“A Organização Mundial da Saúde (OMS) documentou 82 ataques a instalações de saúde desde abril de 2023, dos quais 17 ocorreram nas últimas seis semanas. Fagiri alertou que os militares têm atacado hospitais como alvo, observando que tanto a SAF como a RSF cometeram crimes contra o povo sudanês. Mais de dois terços das infraestruturas vitais de saúde nas zonas afetadas pelos combates foram destruídas, afetando gravemente o acesso aos cuidados de saúde, que já era limitado antes da guerra.

A perda de cuidados especializados tem sido particularmente difícil. Muitos serviços de saúde, como diálise, centros de vacinação e pediatria, foram devastados. Os Médicos Sem Fronteiras (MSF) encerraram recentemente as operações no Hospital Turco em Cartum depois de a sua equipa ter sido ameaçada por grupos armados dentro das instalações. Esta não foi a primeira vez que a equipe de MSF enfrentou tais ameaças, levando à decisão de abandonar o hospital, que agora não pode mais fornecer cuidados cirúrgicos. Notavelmente, 80% dos procedimentos cirúrgicos no Hospital Turco foram cesarianas no ano passado.

A guerra pôs em evidência a fragilidade do sistema de saúde do Sudão, que já estava enfraquecido pelos programas de ajustamento estrutural (PAE) aplicados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) desde o final da década de 1970. Estes programas introduziram taxas de utilização e reduziram as dotações orçamentais para a saúde, levando à diminuição do acesso, especialmente para as comunidades rurais e pobres. As infra-estruturas de saúde estavam distribuídas de forma desigual, com a maioria das instalações localizadas em centros urbanos, apesar da maioria da população viver em áreas rurais.

A descentralização dos cuidados de saúde durante a implementação do SAP sobrecarregou ainda mais o sistema, uma vez que as regiões não dispunham de meios financeiros para apoiar políticas de descentralização. Como resultado, o início da guerra levou rapidamente ao colapso dos serviços de saúde, apesar das tentativas de fortalecer o sistema durante a revolução de 2018. A OMS estima que a combinação de conflito e um sistema de saúde fraco deixará aproximadamente 15 milhões de pessoas com necessidade urgente de cuidados em 2024.”

Ou seja, mesmo durante tempos de paz - se é que existe paz no neoliberalismo - as sementes para potenciais conflitos - militares e sociais - estão sendo plantadas por políticas de austeridade e comercialização que agredem a consolidação do direito à saúde, como vimos também na pesquisa de Eduardo Magalhães Rodrigues sobre as “*sete irmãs da saúde*”, as 7 empresas mais poderosas e que mandam na saúde privada no Brasil, sendo elas: Rede D’Or, DASA, Eurofarma, Notre Dame, Amil, Aché e Hapvida.

“Para chegar a esses nomes, o pós-doutor em economia política pela PUC de São Paulo analisou as conexões acionárias dos 200 maiores grupos empresariais do Brasil e descobriu que as sete corporações exercem não só o oligopólio do mercado de saúde, como também participam de um seleto grupo de empresas que têm controle econômico hegemônico no

Brasil. Segundo o estudo de Rodrigues, a saúde privada é o terceiro setor mais poderoso da economia corporativa do Brasil, quando considerado o peso de suas conexões acionárias. (...) Em entrevista ao The Intercept Brasil, o pesquisador explicou como chegou à conclusão de que a saúde privada “é um setor mais poderoso do que a gente imaginava”. Ele usou uma metodologia que vai além dos números de faturamento e lucro. A partir do ranking dos 200 maiores grupos empresariais do Brasil, publicado em 2020 no anuário do jornal Valor Econômico, com dados de 2019, Rodrigues utilizou três indicadores para entender o poder econômico e, principalmente, o poder político que as empresas detêm.”

## Destques do Sul Global

### Highlights of the Global South

**Regina Ungerer**  
**Erica Kastrup**  
**Tiago Nery**

**Abstract:** The report addresses the launch of the UNOSSC South-South and Triangular Cooperation Solutions Laboratory, the South-South cooperation movement in Brazil through the Brazilian Cooperation Agency, publications by the Non-Aligned Youth Movement and the South Center, which address health themes, financing for development and the 60th anniversary of UNCTAD.

**Keywords:** South-South cooperation; triangular cooperation; health

**Resumo:** O informe aborda o lançamento Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular do UNOSSC, os movimentos da cooperação Sul-Sul do Brasil por meio da Agencia Brasileira de Cooperação, publicações do Movimento Jovem dos Não-Alinhados e do South Center, que abordam temas de saúde, financiamento para o desenvolvimento e os 60 anos da UNCTAD.

**Palavras-chave:** cooperação Sul-Sul; cooperação triangular; saúde

### Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo:



Sul-Sul Mensal  
Boletim do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul



Reserva a data, 12 de setembro: Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul



UNOSSC lança laboratório reservado de soluções para a cooperação Sul-Sul e Triangular e Galáxia Sul-Sul



Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul e Triangular a Nível Nacional e Regional



Fundo Índia-OMU: O sucesso das Bahamas na superação dos desafios fiscais



Sul Global em destaque durante a Segunda Conferência de Alto Nível do Fórum sobre Ação Global para o Desenvolvimento Compartilhado



PIBD: Trazendo fôlego do Sri Lanka - Tecnologia de energia renovável para a Etiópia

1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

### Destques do UNOSSC

Boletim South-South Monthly: <https://mailchi.mp/undp/south-south-monthly-13671367?e=e30e90a960>

[O boletim mensal do UNOSSC aborda temas diversos como o chamado para a realização, no dia 12 de setembro do Dia da ONU para a Cooperação Sul-Sul 2024, que se realizará sob o tema: Um amanhã melhor com a cooperação Sul-Sul.](#) A reunião

acontecerá na sede das Nações Unidas, Câmara do ECOSOC 10:00 - 13:00<sup>144</sup>. Outro tema abordado na publicação foi o projeto **Fortalecimento da Estrutura de Gestão da Dívida Pública e Desenvolvimento do Mercado de Títulos do Governo nas Bahamas**, que vem promovendo avanços notáveis na gestão fiscal no país ao implementar um novo padrão para a gestão da dívida pública com base em práticas líderes mundiais adaptadas à economia local<sup>145</sup>.

Merece destaque nas atividades do UNOSSC, o lançamento do **laboratório renovado de soluções para a cooperação Sul-Sul e Triangular South-South Galaxy**<sup>146</sup>, em 31 de julho. A plataforma, que atualmente hospeda mais de 600 organizações registradas e mais de 900 soluções cobrindo todos os ODS e quase 193 países, é o maior repositório de soluções, publicações, organizações e dados relacionados de cooperação Sul-Sul e triangular da ONU. Sua recente atualização integrou tecnologias de gerenciamento de conhecimento para melhorar a experiência do usuário, o acesso a dados, a visualização e os recursos de análise. Complementarmente ao lançamento da plataforma Galaxy renovada, o UNOSSC também apresentou sua nova linha de serviços globais, o [Laboratório de Soluções de Cooperação Sul-Sul e Triangular](#), que pretende se tornar uma plataforma global para incubar e testar soluções inovadoras e baseadas em evidências para cooperação Sul-Sul e triangular, bem como uma parceria global para acelerar essa cooperação. Lançado na mesma cerimônia em 31 de julho, o Laboratório se baseia em uma parceria entre o UNOSSC e seu primeiro grupo de parceiros – Programa Mundial de Alimentos, Agência Internacional de Energia Atômica, Comissão Econômica das Nações Unidas para a Europa, [Organização do Golfo para Pesquisa e Desenvolvimento](#) e a Cidade de Masdar. Se concentrará em diversas áreas temáticas prioritárias, incluindo a aceleração da adoção de energia renovável, o aumento da produtividade agrícola e da resiliência climática, a promoção da inclusão financeira e das plataformas digitais e o suporte ao planejamento urbano informado, e está aberto para novas parcerias e áreas temáticas de foco.

## O Brasil na cooperação Sul-Sul



Em 02 de agosto, uma delegação brasileira concluiu missão à Namíbia para o desenho de novos projetos de cooperação com o país africano. A ação se deu em resposta a pedido recebido do governo da Namíbia, em temas estratégicos para o desenvolvimento socioeconômico do país na área de agricultura, como por exemplo, o melhoramento de solos, gestão de águas (por meio de cisternas), culturas anuais e estatísticas. Ao longo da semana de trabalho, o grupo brasileiro formado por especialistas do Instituto Federal do Sertão Pernambucano e do IBGE realizou uma série de reuniões técnicas com os representantes do governo da Namíbia, tanto do Ministério da Agricultura, Águas e Reforma Agrária, como da Agência de Estatísticas da Namíbia, entre outras

<sup>144</sup> <https://unsouthsouth.org/south-south-cooperation-day-2024/>

<sup>145</sup> <https://unsouthsouth.org/2024/08/02/india-un-fund-the-bahamas-success-in-navigating-fiscal-challenges/>

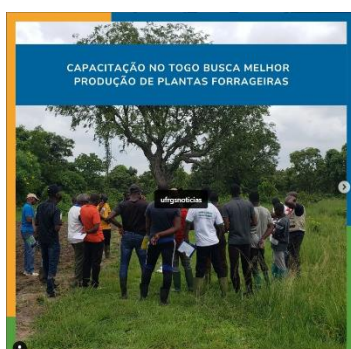
<sup>146</sup> <https://unsouthsouth.org/2024/08/02/unossc-launches-revamped-south-south-galaxy-and-south-south-and-triangular-cooperation-solutions-lab/>

instituições, para o levantamento de necessidades e identificação de temas de cooperação futuros.



Em 08 de agosto, Embaixador Ruy Pereira, diretor da ABC recebeu a Ministra da Educação de São Tomé e Príncipe, Isabel Abreu, que chefiava delegação santomense em visita técnica ao Brasil desde 05/08. O grupo esteve acompanhado pelo Diretor do Centro de Excelência contra a Fome ([@wfpbrasil](#)), do Programa Mundial de Alimentos, Daniel Balaban, e pelo representante do WFP santomense, Leon Victor Mushumba. Durante o encontro foram discutidos possíveis projetos que devem compor nova fase da cooperação entre os dois países, com foco

no desenvolvimento integrado. A ministra expôs demandas imediatas para o setor educacional do país africano, em especial aquelas relacionadas a possível projeto de alimentação escolar. Dentre os outros temas apresentados, estão: a formação de nutricionistas; atenção à educação de primeira infância, a construção de biodigestores em escolas para facilitar a produção de refeições, a produção de peixes para contemplar as refeições escolares, a criação de um banco de sementes, e a instalação de placas fotovoltaicas. O Embaixador destacou que a próxima etapa é analisar os pontos trazidos pelos representantes de São Tomé e Príncipe para identificar iniciativas que possam oferecer resultados impactantes para a população santomense, fim último dos projetos de cooperação técnica para o desenvolvimento. Os temas serão divididos em ações de curto, médio e longo prazo para, então, serem definidos aqueles projetos que serão incorporados ao Programa de Desenvolvimento Integrado do país.



No período de 22 de julho a 02 de agosto, em Atakpamé, Togo, técnicos togolezes participam de capacitações técnicas sobre plantas forrageiras oferecidas pelo Brasil. Entre as ações, serão realizados ensaios comparativos de cultivares brasileiras e togolezas, em duas áreas experimentais. A instalação dessas cultivares possibilitará aos técnicos togolezes e brasileiros observar a adaptabilidade das variedades naquela região. Esse projeto atende à demanda do governo togolês, buscando melhorar a gestão da mobilidade de rebanhos e visando reduzir

conflitos entre agricultores e pecuaristas. A introdução de plantas forrageiras tropicais nas regiões de produção agrícola ampliará o potencial de produção de alimentos para rebanhos de ruminantes e outros animais, contribuindo para a segurança alimentar e desenvolvimento sustentável do Togo.



Em visita técnica ao em 6 e 7 de agosto Chile, delegação brasileira, chefiada pelo diretor da ABC, o Embaixador Ruy Pereira, teve encontros com seu homólogo Enrique O’Farril Julien, além de visitar a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe ([@cepal\\_onu](#)). Durante o encontro na agência de cooperação chilena, as delegações recordaram as atuações para o enfrentamento de crises humanitárias, como os fortes incêndios que assolaram o Chile e o alarmante alagamento do estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Falaram também sobre a

segunda fase do projeto “Fortalecimento para a Defensoria em sistemas de estatísticas, registros de dados e capacitações em litigância oral”, implementado pela ABC em parceria com a Defensoria Pública da União, que foi recentemente finalizada com êxito. Também foram discutidos o projeto sobre Banco de Leite Humano, parceria junto a Fundação Oswaldo Cruz; e a atualização da iniciativa “Intercâmbio técnico em regulação de energia elétrica”, realizada em parceria com a [@aneelgovbr](#), com o objetivo de incorporar novas práticas e técnicas do setor de energia. Durante o encontro, ainda no dia 06, a contraparte chilena confirmou o interesse em avançar em novas negociações de um projeto de cooperação descentralizada. Já na CEPAL, realizou-se encontro bilateral entre o diretor da ABC e o secretário-executivo da Comissão, José Manuel Salazar-Xirianachs.

### Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)<sup>147</sup>, Nairóbi (UNEP)<sup>148</sup>, Paris (UNESCO)<sup>149</sup>, Roma (FAO/IFAD)<sup>150</sup>, Viena (UNIDO)<sup>151</sup> e Washington (G-24)<sup>152</sup>.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

A presidência pró-tempore do G77+China não apresentou atualizações na quinzena.

<sup>147</sup> UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

<sup>148</sup> UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

<sup>149</sup> UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

<sup>150</sup> FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

<sup>151</sup> UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

<sup>152</sup> G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

## Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

## Destaque do MNA

### Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

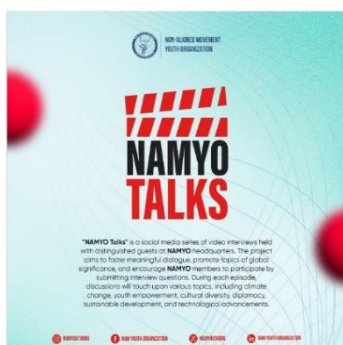
## Destaques do NAMYO



### 05 de agosto de 2024. Questões Globais: Saúde.

A presente postagem da série "Questões Globais" menciona a importância de garantir vidas saudáveis. O acesso a cuidados de saúde para todos é fundamental para a saúde da população. Como demonstrado pela pandemia de COVID-19, a cooperação global para tais emergências de saúde é crucial.

Para acessar a postagem, clique aqui (<https://www.instagram.com/p/C-S2uP3tjms/>)



### 01 de agosto de 2024. Primeiro episódio do "NAMYO Talks", com o estimado Sr. Simon Stiell, secretário-executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC).

Neste ano, o Azerbaijão sediará a 29ª sessão da Conferência das Partes da UNFCCC. Em razão disso, o primeiro episódio da série "NAMYO Talks" é dedicado ao enfrentamento das mudanças climáticas, com destaque para os esforços dos jovens. O Sr. Stiell oferece percepções valiosas sobre o papel dos jovens na ação

climática e os desafios que enfrentam, além de suas recomendações para fortalecer as capacidades dos jovens nos diálogos climáticos.

Para acessar a postagem, clique aqui (<https://www.instagram.com/p/C-I1jSXOLw6/>)



**30 de julho de 2024. Questões Globais: Igualdade de Gênero.** A igualdade de gênero continua a ser um desafio primordial em nosso mundo, sendo também um elemento importante para alcançar uma sociedade com pleno potencial humano e desenvolvimento sustentável. Focando em aspectos cruciais, podemos gradualmente erradicar a desigualdade de gênero. Isso envolve investir nas mulheres, implementar financiamentos sensíveis ao gênero, transitar para uma economia verde e uma sociedade de cuidados, eliminar a pobreza e apoiar reformadores feministas.

Para acessar a postagem, clique aqui (<https://www.instagram.com/p/C-DGnmDzCJa/>)

## Centro Sul

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global. O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais.

## Destaques do Centro Sul



### 05 de agosto – SouthNews n. 500: “Tensões não resolvidas sobre o impacto da propriedade intelectual e o papel da OMPI nas Assembleias de 2024”.

A 65ª série de reuniões das Assembleias dos Estados Membros da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) ocorreu de 6 a 17 de julho de 2024, na sede da OMPI em Genebra. As sessões reuniram 22 assembleias e outros órgãos da OMPI, incluindo a Assembleia Geral da OMPI, para deliberar sobre questões de programas, orçamento e supervisão. As reuniões visaram alinhar as atividades da OMPI com seu Plano Estratégico de Médio Prazo (PEMP) para 2022-2026.

As Assembleias mantiveram um forte foco na promoção e harmonização da proteção global da propriedade intelectual (PI), operando sob a premissa de que uma proteção robusta da PI promove a inovação e o crescimento econômico. No entanto, essa abordagem negligencia os efeitos adversos que a proteção da PI pode ter sobre o acesso ao conhecimento e a produtos protegidos por PI, como medicamentos, especialmente em países em desenvolvimento. Ao priorizar a aplicação da PI, a OMPI pode estar negligenciando os impactos mais amplos da PI na sociedade, particularmente para os mais vulneráveis, e no desenvolvimento.

A Assembleia Geral reconheceu a demanda dos Estados Membros do Grupo da América Latina e do Caribe (GRULAC) para retomar as sessões bienais do Comitê Permanente sobre Direitos Autorais e Direitos Conexos (SCCR). Embora houvesse um consenso geral, a decisão foi deixada à discrição do Diretor-Geral da OMPI, mantendo o futuro dessas negociações críticas incerto. Apesar de alguns países desenvolvidos terem disposições robustas sobre exceções e limitações de direitos autorais (L&Es), continuam a advogar pela expansão da proteção de



direitos autorais nos países em desenvolvimento e se opõem a qualquer programa de trabalho voltado para o estabelecimento de padrões legais internacionais sobre L&Es. Os países em desenvolvimento têm consistentemente solicitado tais padrões para garantir um acesso mais amplo ao conhecimento, particularmente para instituições educacionais e de pesquisa, bibliotecas e arquivos, e para outros fins de interesse público. A Assembleia Geral da OMPI de 2024 não forneceu orientações específicas ao SCCR sobre essa questão, refletindo a divisão contínua entre países desenvolvidos e em desenvolvimento sobre o equilíbrio entre proteções e limitações de direitos autorais.

Para ler o artigo completo, clique aqui: <https://us5.campaign-archive.com/?u=fa9cf38799136b5660f367ba6&id=5c0382173f>



### **02 de agosto - SouthNews n. 499: “Preparativos para o Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) começam em Addis Ababa para enfrentar os desafios globais de financiamento do desenvolvimento”.**

A primeira sessão do Comitê Preparatório (PrepCom) para a Quarta Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) ocorreu em Addis Ababa, Etiópia, de 22 a 26 de julho de 2024. A reunião aconteceu em um momento crucial para a comunidade internacional e especialmente para os países em desenvolvimento que estão com dificuldades na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O financiamento para o desenvolvimento (FfD4) também enfrentou vários desafios, considerando que, apesar dos significativos progressos feitos desde a adoção da Agenda de Ação de Addis Ababa (AAAA) em 2015, muitas lacunas permanecem na sua implementação. A lacuna de financiamento para os ODS aumentou para US\$ 4 trilhões anuais, enquanto o aumento da crise da dívida, tensões geopolíticas e desastres climáticos prejudicaram o crescimento econômico global e desaceleraram a redução da pobreza nos países em desenvolvimento. Este processo do PrepCom deve preparar o terreno para a conferência de alto nível sobre FfD4, que será realizada em Sevilha, Espanha, de 30 de junho a 3 de julho de 2025. O PrepCom teve como objetivos, entre outros, revisar o progresso alcançado na AAAA e identificar soluções para acelerar a implementação dos ODS. Cerca de 800 representantes de governos, organizações internacionais e da sociedade civil participaram da reunião.

Para ler o artigo completo, clique aqui: <https://us5.campaign-archive.com/?u=fa9cf38799136b5660f367ba6&id=070f43dac4>



### **31 de julho – SOUTHVIEWS n. 271: “UNCTAD aos 60: Reflexões sobre seis décadas de promoção do desenvolvimento econômico para o Sul Global”**

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) celebrou seu 60º aniversário em junho de 2024 em Genebra, realizando um Fórum Global de Líderes de Alto Nível que reuniu ministros, autoridades e especialistas para discutir os desafios multidimensionais enfrentados pelos países e estratégias para avançar na Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável. O

evento destacou a necessidade de soluções inovadoras para enfrentar as crises globais atuais, promovendo resiliência, crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

Fundada em 1964, a UNCTAD tem trabalhado consistentemente para integrar os países em desenvolvimento na economia global, defendendo políticas comerciais mais justas e promovendo o desenvolvimento inclusivo e sustentável. A UNCTAD ocupa um lugar único nesse processo, já que os Estados-Membros do Grupo dos 77 e China (G-77 e China) estiveram na vanguarda dos esforços para redefinir o rumo do desenvolvimento sustentável em um mundo onde a prosperidade para todos é um objetivo central, mas que ainda está fora de alcance para muitos.

É importante destacar o papel do argentino Raúl Prebisch na criação da UNCTAD. Após sua inestimável contribuição para a criação de um pensamento latino-americano original durante o período em que esteve à frente da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Prebisch tornou-se o principal articulador e primeiro secretário-geral da UNCTAD. Ao lado do brasileiro Celso Furtado, Prebisch foi responsável pela criação do pensamento estruturalista, pela concepção do subdesenvolvimento como uma realidade específica e por análises originais sobre as relações centro-periferia, a tese da deterioração dos termos de troca e a estratégia de industrialização por substituição de importações. Como observa Edgar J. Dosman, Prebisch foi uma pessoa de talentos diversos que não só produziu novas teorias como também criou instituições para dar-lhes forma, das quais surgiram novas políticas e práticas.<sup>153</sup>

O Centro Sul esteve representado na celebração do 60º aniversário da UNCTAD e fez uma intervenção durante o painel final sobre a importância das estratégias de desenvolvimento, destacando as perspectivas do Sul Global sobre as narrativas globais em mudança em torno do comércio, investimento e desenvolvimento sustentável. Desde sua própria criação, o Centro Sul tem apoiado fortemente o mandato e a missão da UNCTAD para promover o crescimento econômico e o desenvolvimento nos países em desenvolvimento. O Centro Sul tem trabalhado de perto com o G-77 e a China no mandato da UNCTAD para fortalecer suas capacidades e torná-la mais responsiva às necessidades dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos.

Para ler o artigo completo, clique aqui: [https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2024/07/SV271\\_240731-1.pdf](https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2024/07/SV271_240731-1.pdf)



### 30 de julho - Research Paper n. 205 - "Análise de Investimentos Estrangeiros Diretos para 'Segurança Nacional' ou Desenvolvimento Sustentável: uma bênção disfarçada?"

Nos últimos dez anos, o panorama global dos Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) testemunhou um aumento notável na adoção de mecanismos de triagem de IED (*Investment Screening Mechanisms* - ISMs) por países em vários estágios de desenvolvimento, com destaque para os países desenvolvidos. Desenvolvimentos geopolíticos recentes levaram a um ressurgimento dos ISMs voltados para a proteção de 'segurança nacional' e 'interesses nacionais' vagamente definidos, incluindo procedimentos de autorização, ordens de

<sup>153</sup> Raúl Prebisch (1901-1986): *A construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

desinvestimento e limitações de propriedade. O artigo destaca primeiramente a definição e evolução, as práticas atuais e as motivações diferentes por trás da implementação e expansão dos ISMs globalmente. Em seguida, considera como, se utilizados corretamente, esses mecanismos de triagem poderiam potencialmente servir como ferramentas para promover o desenvolvimento sustentável e a resiliência. Finalmente, o artigo fornece insights para os formuladores de políticas sobre como maximizar o impacto dos mecanismos de triagem de IED, como ferramentas para alinhar o IED com objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e fomentar a resiliência econômica em uma economia global interconectada.

Para ler o artigo completo, clique aqui: [https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2024/07/RP205\\_Foreign-Direct-Investment-Screening-for-%E2%80%98National-Security-or-Sustainable-Development\\_EN.pdf](https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2024/07/RP205_Foreign-Direct-Investment-Screening-for-%E2%80%98National-Security-or-Sustainable-Development_EN.pdf)

**Lidar com desafios da poli-crise demanda financiamento adequado e ação coletiva do G20. G7 aposta na inteligência artificial para promover o desenvolvimento sustentável. OCDE discute resiliência climática na infraestrutura**

***Tackling poly-crisis challenges requires adequate funding and collective action from the G20. G7 bets on artificial intelligence to promote sustainable development. OECD discusses climate resilience in infrastructure***

**Pedro Burger  
Vitória Kavanami  
João Miguel Estephano  
Thaiany Medeiros Cury  
Nina Bouqvar  
Paulo Esteves**

### **Abstract**

**G20:** *During the fortnight, both the G20's Culture and Disaster Risk Reduction Working Groups held their last technical meetings and made progress on drafting documents that will be approved in November during the Ministers' meeting. In addition, within the discussions on "States of the Future", a proposal to create a permanent group on the State within the bloc was suggested.*

**G7:** *The highlight of the fortnight is the release of the public report on the Artificial Intelligence for Sustainable Development Platform, an initiative by the G7 and UNDP, aimed at boosting efforts to strengthen local AI ecosystems in Africa to achieve the SDGs, addressing AI's impact on health, education, agriculture, and sustainability.*

**OCDE:** *The OECD's highlights include a report on climate resilience in infrastructure and an update of its statistical index on global inflation.*

**Keywords:** *G20; G7; OECD; Artificial Intelligence; UNDP; International Cooperation.*

### **Resumo**

**G20:** Na quinzena, os Grupos de Trabalho de Cultura e de Redução do Risco de Desastres do G20 realizaram suas últimas reuniões técnicas e avançaram na elaboração de documentos que deverão ser aprovados em novembro, durante o encontro de Ministros. Ademais, dentro das discussões sobre “Estados do Futuro”, foi sugerida a proposta de criação de um grupo permanente sobre o Estado no âmbito do bloco.

**G7:** O destaque da quinzena vai para a publicação do relatório público sobre a Plataforma de Inteligência Artificial para o Desenvolvimento Sustentável, iniciativa do G7 e PNUD, que objetiva impulsionar iniciativas para fortalecer ecossistemas locais de Inteligência Artificial na África a fim de alcançar os ODS, abordando o impacto da IA na saúde, educação, agricultura e sustentabilidade.

**OCDE:** Os destaques da OCDE incluem um relatório sobre resiliência climática na infraestrutura e a atualização de seu índice estatístico sobre inflação mundial.

**Palavras-chave:** G20; G7; OCDE; Brasil; Inteligência Artificial; PNUD; Cooperação Internacional.

## **G20 – Lidar com desafios da poli crise demanda financiamento adequado e ação coletiva do G20.**

Em decorrência dos efeitos das mudanças climáticas, tem-se registrado nos últimos anos um aumento significativo no número de desastres no mundo. Apenas no Brasil, cerca de 10 milhões de pessoas vivem em áreas de alto ou altíssimo risco, o que demanda urgência dos governantes para que medidas sejam tomadas. Diante desse cenário e da necessidade de pensar em políticas públicas articuladas a nível internacional, o Grupo de Trabalho de Redução do Risco de Desastres se reuniu no Rio de Janeiro entre os dias 29 e 30 de julho<sup>154</sup>.

O GT, que foi criado no ano passado durante a gestão da Índia no G20, conta com a participação da sociedade civil, organizações internacionais e membros do setor privado para somar nas discussões. A sessão foi organizada com o apoio da organização internacional *Stakeholder Engagement Mechanism* (SEM), do Escritório de Redução de Risco de Desastres da ONU para Américas e Caribe (UNDRR, na sigla em inglês) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) – a qual, pela primeira vez participa ativamente da Trilha de *Sherpas*, contribuindo em praticamente todos os Grupos de Trabalho<sup>155</sup>. As prioridades e ideias discutidas pelo grupo estão de acordo com o Marco de Sendai adotado durante a Terceira Conferência Mundial sobre Redução do Risco de Desastres em 2015. A Conferência estabeleceu metas e diretrizes globais para a redução de riscos de desastres a serem alcançadas até 2030, junto da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Durante a gestão brasileira, uma adição ao grupo foi introduzir uma nova área temática, focada na redução de vulnerabilidades e desigualdades. Sobre este ponto, segundo o ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, durante a abertura da reunião, o combate às desigualdades é angular para reduzir as vulnerabilidades. Isso porque apesar das catástrofes afetarem todas as regiões habitadas do mundo, os riscos são altamente concentrados geograficamente e os efeitos não são sentidos de formas semelhantes pelos países e pelas pessoas que os habitam: os que mais sofrem são aqueles que se encontram em maior vulnerabilidade<sup>156</sup>.

Como resultado do encontro, seguindo o saldo positivo da última quinzena, o grupo chegou a uma declaração dos primeiros resultados das discussões, deixando de lado assuntos contenciosos entre os países. O documento foi chamado de versão 0.0 e é considerado como

---

<sup>154</sup> Combater os efeitos dos desastres naturais requer recursos, afirma ministro. G20. 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/combater-os-efeitos-dos-desastres-naturais-requer-recursos-afirma-ministro>. Acesso em: 11 ago. 2024.

<sup>155</sup> Unesco no G20: combate às desigualdades e à desinformação entre as prioridades da organização, diz sherpa Charaf Ahmimed, em entrevista exclusiva. G20. 09 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/unesco-no-g20-combate-as-desigualdades-e-a-desinformacao-entre-as-prioridades-da-organizacao-diz-sherpa-charaf-ahmimed-em-entrevista-exclusiva>. Acesso em: 11 ago. 2024.

<sup>156</sup> Discurso do ministro Waldez Góes da Integração e do Desenvolvimento Regional, realizado no dia 29 de julho, na reunião do Grupo de Trabalho de Redução do Risco de Desastres, no Rio de Janeiro (RJ). G20. 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/documentos/discursos/discurso-do-ministro-waldez-goes-da-integracao-e-do-desenvolvimento-regional-realizado-no-dia-29-de-julho-na-reuniao-do-grupo-de-trabalho-de-reducao-do-risco-de-desastres-no-rio-de-janeiro-rj>. Acesso em: 11 ago. 2024.

um primeiro passo para formular o documento ministerial que será aprovado em novembro, em Belém, na Reunião de Ministros do grupo<sup>157</sup>. Além da declaração, a presidência brasileira pretende deixar como legado a entrega de seis produtos. Entre eles, estão guias de boas práticas sobre organização comunitária para populações vulneráveis, recuperação resiliente e inclusiva, infraestrutura resiliente, soluções baseadas na natureza, além de um documento sobre plataformas de alerta precoce e opções de financiamento para redução de risco de desastres<sup>158</sup>.

Como afirma o coordenador do GT e Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Wolnei Wolff Barreiros, essa segunda reunião não tinha o objetivo de produzir consenso, apesar do resultado promissor: “(...) a princípio e de um modo geral, a versão foi bem recebida. Acho que o ambiente está muito auspicioso para que a gente consiga um consenso para uma declaração de ministros ao fim desse grupo de trabalho”. Além disso, para Nahuel Arenas, chefe do UNDRR para Américas e Caribe, os resultados alcançados ainda têm o potencial de não só influenciar os países do grupo, como contribuir para os acordos que oferecem uma orientação global para lidar com as consequências das mudanças do clima e as catástrofes naturais.

Apesar do documento não ter sido publicado nos meios oficiais, segundo informações do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, os principais pontos do texto seguiram as prioridades estabelecidas pelo grupo no começo do ano: 1) combate às desigualdades e redução do risco de desastre; 2) alerta precoce e ação antecipatória; 3) infraestrutura resiliente a desastres e clima; 4) financiamento para redução do risco de desastres; 5) recuperação e reconstrução inclusiva e resiliente a desastres; e 6) soluções baseadas na natureza. De modo geral, tal conjunto de medidas prevê uma agenda de longo prazo no contexto de emergência climática mundial e tem como intuito orientar ações para a prevenção de riscos de desastres e para melhoria da qualidade de vida nas cidades, com o objetivo de reduzir e, se possível, evitar perdas de vidas e danos materiais, psicológicos, culturais e sociais causados por desastres cada vez mais recorrentes e extremos.

Específico a questão do financiamento, foi destacada a necessidade de financiamentos públicos e privados e a contribuição de outros agentes financeiros na gestão de eventos climáticos mundiais, tanto para capacitação e treinamento de equipes de resposta, como para ações de conscientização da população sobre o risco de desastres<sup>159</sup>. Segundo o ministro Góes: “Para garantirmos que a vulnerabilidade da maioria da população em risco seja abordada, precisamos reorientar a forma como são feitos os financiamentos e os investimentos, direcionando esforços e recursos para infraestruturas, sistema de alertas precoces, recuperação, reabilitação ou desenvolvimento sustentável”<sup>160</sup>. Nesse sentido, uma solução para

---

<sup>157</sup> GT de Redução do Risco de Desastres consegue avanço importante nos debates. G20. 31 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/gt-de-reducao-do-risco-de-desastres-consegue-avanco-importante-nos-debates>. Acesso em: 11 ago. 2024.

<sup>158</sup> Ministério das Cidades reforça importância da redução do risco de desastres em reunião do G20. Ministério das Cidades. 29 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/ministerio-das-cidades-reforca-importancia-da-reducao-do-risco-de-desastres-em-reuniao-do-g20>. Acesso em: 11 ago. 2024.

<sup>159</sup> G20: grupo avança nas discussões sobre combate a eventos climáticos. Agência Brasil. 31 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2024-07/g20-grupo-avanca-nas-discussoes-sobre-combate-eventos-climaticos>. Acesso em: 11 ago. 2024.

<sup>160</sup> Ministro pede investimento do G20 em preparação a desastres naturais. Agência Brasil. 29 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-07/ministro-pede-investimento-do-g20-em-preparacao-desastres-naturais>. Acesso em: 11 ago. 2024.

essa questão, defendida pelo ministro, passa pelo apoio à iniciativa inédita brasileira no G20 de taxação de grandes fortunas. A partir da implementação de grandes fortunas, por exemplo, parte dos recursos arrecadados poderiam ser destinados para ajudar na redução do risco de desastres<sup>161</sup>.

**Imagem 1:** *Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, durante a abertura da reunião do GT de Redução do Risco de Desastres*



Fonte: G20, 2024.

Outro evento que destacamos na quinzena foi o chamado “*States of the Future*” (Estados do Futuro), coordenado pelo Ministério brasileiro da Gestão e Inovação nos Serviços Públicos (MGI) no Rio de Janeiro. O evento ocorreu em paralelo às discussões da Reunião Ministerial de Desenvolvimento, abordada no Informe passado.

Partindo do questionamento “Que Estado as pessoas querem no futuro?”, o encontro reuniu sociedade civil, academia e setor privado, junto de delegados dos países-membros e representantes de nove países convidados para dialogar a respeito da capacidade política mundial para lidar com os desafios do século 21. Diante desse cenário de poli-crisis, os governos devem gerar novas respostas e ações mais rápidas e eficientes, além de uma maior capacidade estatal para atender as demandas da população. Por essa razão, fortalecer e reavaliar o papel do Estado no desenvolvimento se mostra altamente necessário. “Depois da crise de 2008 e depois da pandemia de Covid-19 as pessoas nos procuraram na hora que tinham um problema e queriam que o Estado resolvesse. Vimos que nem todos os Estados foram capazes de soluções, porque tinham sido destruídos os seus instrumentos. Então estamos repensando isso, mas repensando no século 21” frisou a ministra brasileira, Esther Dweck, no início do encontro<sup>162</sup>.

Ainda, para tratar de temas no G20 que exigem um alinhamento global, como a regulação de plataformas tecnológicas, a tributação dos super ricos e a questão ambiental, não basta que os esforços sejam individuais. Caminhar em direção a um “Estado do Futuro”,

<sup>161</sup> G20: taxação de super-ricos pode ajudar a reduzir risco de desastres. Agência Brasil. 30 jul. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2024-07/g20-taxacao-de-super-ricos-pode-ajudar-reduzir-risco-de-desastres>. Acesso em: 11 ago. 2024.

<sup>162</sup> Estados do Futuro: especialistas internacionais debatem políticas públicas e direitos humanos, no Rio. G20. 23 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/estados-do-futuro-especialistas-internacionais-debatem-politicas-publicas-e-direitos-humanos-no-rio>. Acesso em: 11 ago. 2024.

portanto, deve passar por uma capacitação e reforma a nível global para enfrentar essas adversidades. É o que opina Miriam Belchior, secretária-executiva da Casa Civil da Presidência da República do Brasil: “Não nos basta sermos capazes de construir o ato da restauração, se os outros países também não fizerem esforços na mesma direção”<sup>163</sup>.

Para tanto, dentre as sugestões elencadas na reunião, um "Estado do Futuro" deve ser capaz de desenvolver e integrar capacidades internas, como planejamento e legitimidade, com capacidades externas, como cooperação internacional e governança global. No âmbito doméstico, o Estado precisa aumentar sua capacidade de planejamento a médio e longo prazo, superar a influência do mercado financeiro especulativo e fortalecer sua legitimidade como líder nacional – o que inclui um diálogo transparente com atores estratégicos, como setor privado, trabalhadores, entes federativos e sociedade civil. Como acrescenta Belchior, outro ponto importante a nível interno é diversificar a composição do quadro de servidores públicos a fim de que ele reproduza de maneira adequada a sociedade de cada país, e não sua elite nacional. Como desdobramento futuro a fim de avançar nesse debate, foi sugerida a proposta de criação de um grupo permanente sobre o Estado no âmbito do G20.

Por fim, fechando o período analisado, ocorreu entre os dias 05 e 06 de agosto o encontro do GT de Cultura também na capital fluminense. A reunião, que é a segunda de caráter técnico do GT, avançou na redação do documento final, o qual será chancelado em Salvador durante a reunião ministerial do grupo em novembro<sup>164</sup>.

O GT neste ano é organizado em torno de quatro eixos temáticos, os quais compõem o documento preliminar: (i) Diversidade Cultural e Inclusão Social; (ii) Direitos Autorais e Ambiente Digital; (iii) Economia Criativa e Desenvolvimento Sustentável e (iv) Preservação, Salvaguarda e Promoção do Patrimônio Cultural e da Memória. Vale dizer que, partindo de discussões travadas em 2023 durante o G20 da Índia, os ministros da Cultura já aprovaram termos de referência que destacam a necessidade de diminuir as disparidades entre o Norte e o Sul globais, reafirmando a cultura como um valor inclusivo e essencial para as estratégias de desenvolvimento dos países. Ademais, na primeira reunião do GT no Brasil, em maio, pela primeira vez foram promovidas discussões sobre o impacto da cultura no desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como a necessidade de preservação dos patrimônios culturais diante das transformações ambientais.

Como saldo do encontro, após mais de 35 horas de debate intenso, foi possível tratar de temas sensíveis de forma respeitosa e construtiva, mesmo com a diversidade de países presentes. Para o coordenador do GT, Bruno Melo, o resultado positivo indica que a cultura pode ser um promotor da paz e do diálogo<sup>165</sup>. O documento agora segue para a fase de ajustes finais e, segundo Vinícius Gürtler, coordenador-geral de assuntos internacionais do Ministério

---

<sup>163</sup> “Estado do Futuro”, com capacidades de articulação internas e externas, é fundamental para enfrentar a crise climática de maneira eficaz. G20. 31 jul. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/estado-do-futuro-com-capacidades-de-articulacao-internas-e-externas-e-fundamental-para-enfrentar-a-crise-climatica-de-maneira-eficaz>. Acesso em: 11 ago. 2024.

<sup>164</sup> Definição de estratégias para o setor cultural global: GT de Cultura reúne no Rio de Janeiro. G20. 05 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/definicao-de-estrategias-para-o-setor-cultural-global-gt-de-cultura-reune-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 11 ago. 2024.

<sup>165</sup> "A Cultura pode ser uma grande promotora da paz e do diálogo", afirma coordenador ao final da última reunião técnica do GT. G20. 08 ago. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/a-cultura-pode-ser-uma-grande-promotora-da-paz-e-do-dialogo-afirma-coordenador-ao-final-da-ultima-reuniao-tecnica-do-gt>. Acesso em: 11 ago. 2024.



da Cultura, devem ser realizados novos encontros de forma virtual para refinar o conteúdo da declaração.

### **G7 aposta na inteligência artificial para promover o desenvolvimento sustentável**

O destaque deste informe vai para o lançamento do primeiro relatório público sobre a criação da Plataforma de Inteligência Artificial para o Desenvolvimento Sustentável, uma iniciativa da presidência italiana do G7 e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)<sup>166</sup>. A iniciativa faz parte do pacote de compromissos acordado na cúpula dos líderes do G7, em junho, na região italiana de Apúlia. O relatório publicado apresenta sugestões iniciais e respostas consolidadas dos ecossistemas locais de IA na África. Os olhos se voltam para a região devido ao potencial tecnológico e uma conectividade crescente impulsionados por uma população jovem. Nesse contexto, o relatório intitulado "AI Hub for Sustainable Development: Strengthening Local AI Ecosystems through Collective Action", aborda a importância de fortalecer ecossistemas locais de inteligência artificial para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Os principais pontos levantados pelo relatório são: 1) como os centros de IA (AI Hubs) podem ajudar a criar e desenvolver ecossistemas locais de IA que promovam o desenvolvimento sustentável e abordem desafios sociais e econômicos; 2) como a IA pode ser utilizada para enfrentar problemas complexos e impulsionar o progresso em áreas como saúde, educação, agricultura, energia e governança; 3) a necessidade de adaptar a IA ao contexto local, abordando desafios como a falta de infraestrutura, capacitação técnica e acesso a dados; 4) recomenda a colaboração entre governos, setor privado, instituições acadêmicas e sociedade civil para criar um ecossistema de IA robusto e sustentável; 5) a importância de investir em educação e treinamento para desenvolver habilidades locais em IA e promover a inovação; 6) inclui exemplos de iniciativas bem-sucedidas em diferentes países que mostram como a IA pode ser aplicada para resolver problemas específicos e criar oportunidades; 7) sugere a criação de políticas e estratégias que incentivem o desenvolvimento da IA de forma inclusiva e ética, garantindo que os benefícios sejam amplamente distribuídos.

Na área da saúde, há inúmeras formas da IA contribuir para resultados significativos. Algumas iniciativas para a utilização de IA surgem no horizonte e são destacadas pelo relatório, como por exemplo para trazer melhorias aos serviços de saúde dos países. Um exemplo disso é uma parceria entre o Ministério da Saúde da Etiópia e a Fundação Bill e Melinda Gates em que o objetivo principal é promover o uso eficaz de dados para tomar decisões mais informadas e melhorar a saúde pública etíope. Isso, por meio do fortalecimento da capacidade dos profissionais de saúde e das instituições para coletar, analisar e utilizar dados sobre a saúde dos cidadãos de forma mais eficiente. Isso inclui treinamento, suporte técnico e desenvolvimento de sistemas de dados<sup>167</sup>.

Além disso, como mostra o relatório, a Inteligência Artificial já se mostra eficaz para ajudar os países a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por exemplo o ODS 2,

---

<sup>166</sup> AI Hub for Sustainable Development: Strengthening Local AI Ecosystems through Collective Action. UNDP. 2024. Disponível em: <<https://www.undp.org/publications/ai-hub-sustainable-development-strengthening-local-ai-ecosystems-through-collective-action>>. Acesso em: 11/08/2024.

<sup>167</sup> Ethiopia Data Use Partnership. Disponível em: <<https://www.jsi.com/project/ethiopia-data-use-partnership/>>. Acesso em: 11/08/2024.

que objetiva zerar a fome. Inovadores africanos já utilizam a IA para aumentar a produtividade agrícola e segurança alimentar, fazendo com que os agricultores desenvolvam resiliência frente às crises econômicas e climáticas. Quanto ao ODS 3 (saúde e bem estar), a IA já permite a identificação do diagnóstico precoce de doenças e o aumento do acesso ao cuidado à saúde em áreas mais remotas. Já quanto ao ODS4, educação de qualidade, a IA tem proporcionado o desenvolvimento de plataformas educacionais personalizadas, interativas e adaptáveis. Em matéria de água potável e saneamento, ODS6, a IA pode contribuir ao apoiar na avaliação da qualidade da água, detectar lacunas nos sistemas de distribuição e identificar riscos e escassez e contaminação da água, permitindo que tomadores de decisão e as comunidades apliquem conhecimentos adquiridos. Por último, quanto ao ODS13, ação climática, a IA permite a compreensão de dados complexos, a avaliação de riscos climáticos e o monitoramento ambiental, além de informar estratégias climáticas resilientes e adaptativas.

Embora o relatório do PNUD ofereça uma abordagem otimista e bem-intencionada para o fortalecimento dos ecossistemas locais de IA na África, algumas críticas podem ser feitas, como por exemplo: apesar de fornecer recomendações e diretrizes, não oferece dados robustos ou exemplos específicos de como as iniciativas de IA têm sido implementadas nos países africanos e quais resultados concretos foram obtidos. Sem estudos de caso detalhados e métricas claras, pode ser difícil avaliar a eficácia real das propostas. No entanto, o relatório tem potencial para ser uma primeira versão de recomendações e pode trabalhar no seu aprimoramento para tornar as iniciativas mais práticas e sustentáveis.

### **OCDE discute resiliência climática na infraestrutura**

Ainda repercutindo a Terceira Reunião Ministerial de Finanças e Bancos Centrais do G20 que ocorreu na quinzena passada<sup>168</sup>, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou mais um documento relacionado às discussões promovidas em tal fórum: o relatório intitulado *“G20/OECD Report on approaches for financing and investing in climate-resilient infrastructure”*<sup>169</sup>.

Elaborado para orientar os formuladores de política do G20, o documento alerta sobre os efeitos e danos à infraestrutura causados por eventos climáticos extremos e advoga então em favor do aumento crucial na promoção da resiliência climática da infraestrutura para o alcance do desenvolvimento sustentável, com atenção especial no caso de países em desenvolvimento. Como há uma vasta heterogeneidade e idiosincrasias nessa categoria de países e cada contexto demanda diferentes níveis de adaptações e especificidades para a aplicação de ações relacionadas, as recomendações propostas neste relatório são amplas. Dessa forma, destaca-se o entendimento da necessidade da promoção de instrumentos e abordagens de financiamento e seu acesso para a expansão da infraestrutura resiliente ao clima e se recomenda a melhora da compreensão e aumento de transparência dos riscos climáticos, além de maior integração da resiliência climática no desenvolvimento e políticas de infraestrutura.

Durante a quinzena, a organização intergovernamental também divulgou a atualização referente ao mês de junho de 2024 de seu tradicional mapeamento estatístico periódico sobre

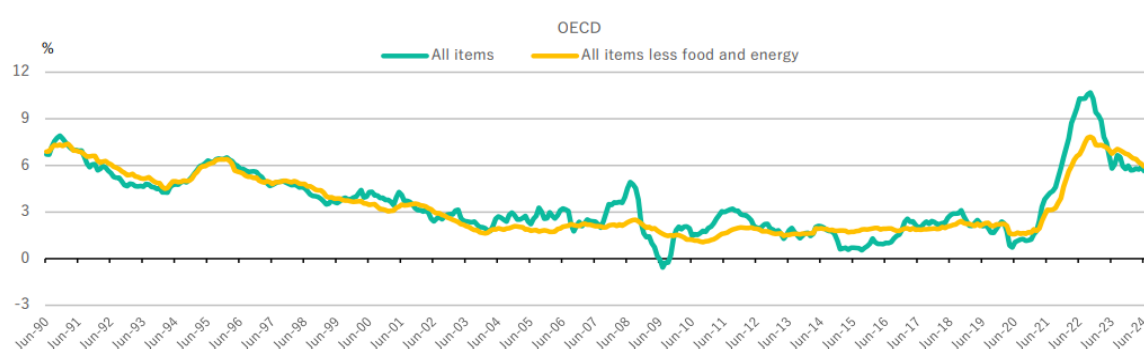
---

<sup>168</sup> Para mais informações sobre, consulte o informe de número 13 de 2024 do presente projeto de Cadernos CRIS Fiocruz.

<sup>169</sup> OCDE. G20/OECD Report on approaches for financing and investing in climate-resilient infrastructure. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 Aug 09]. Available from: <https://doi.org/10.1787/8f6d436a-en>.

o consumo e a inflação internacional, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (*Consumer Price Index*, em inglês)<sup>170</sup>. Foi observado pela pesquisa que a inflação anual na OCDE diminuiu em junho de 2024, passando de 5,9% em maio para 5,6%, chegando assim no nível mais baixo desde outubro de 2021 – embora uma taxa semelhante já tenha se aproximado outras vezes desde o início de 2024, com 5,7%. A inflação básica diminuiu em 24 dos 38 países da OCDE e ficou abaixo de 2,0% em nove países em junho, em comparação com seis em maio. Em contrapartida, a inflação permaneceu acima de 5,0% na Colômbia e na Islândia e acima de 70% na Turquia. Estima-se que a inflação da OCDE, excluindo a Turquia, tenha caído para 2,9% em junho de 3,1% em maio.]

**Figura 1:** Inflação na OCDE acompanhada pelo Índice desde os anos de 1990 até sua versão mais atual: todos os itens e todos os itens salvo alimentos e energia



Fonte: OCDE, 2024.

A inflação de energia da OCDE recuou de 2,5% em maio para 2,3% em junho, com queda em 24 países. Em relação aos dados coletados de inflação anual do G7, constatou-se um recuo de 2,9% em maio para 2,7% em junho, enquanto no G20 registrou-se um leve recuo para 7,0%, com o aumento da inflação básica no Brasil pelo segundo mês seguido.

<sup>170</sup> OCDE. OECD headline inflation falls to 5.6% in June 2024. OCDE [Internet]. 2024 Aug 05 [cited 2024 Aug 09]. Available from: <https://www.oecd.org/en/data/insights/statistical-releases/2024/08/consumer-prices-oecd-updated-5-august-2024.html>.

## A Cúpula Global de Preparação para Pandemias (GPPS) 2024

### *The Global Pandemic Preparedness Summit (GPPS) 2024*

**Claudia Hoirisch**

**Abstract:** *The Global Pandemic Preparedness Summit (GPPS) was held on July 29 and 30, 2024 in Rio de Janeiro and was organized by the Brazilian Ministry of Health, the Coalition for Epidemic Preparedness Innovations (CEPI) and the Oswaldo Cruz Foundation (Fiocruz). The main purpose of the Summit was to reinvigorate the momentum for preparedness and response to face future outbreaks and pandemics by trying to find global solutions more quickly and equitably for all countries. The meeting provided an assessment of global deficiencies. The Summit's conclusion in a nutshell was that as climate change drives disease outbreaks, the world remains ill-prepared for another pandemic, lacking collaborative surveillance, diagnostic tools and funding.*

**Keywords:** *Global Pandemic Preparedness Summit. Preparedness and response. Outbreaks. Pandemics. Climate change. Surveillance. Diagnostic tools. Financing.*

**Resumo:** A Cúpula Global de Preparação para Pandemias (GPPS, em inglês) foi realizada nos dias 29 e 30 de julho de 2024 no Rio de Janeiro e foi organizada pelo MS do Brasil, a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O principal propósito da Cúpula foi revigorar o ímpeto para a preparação e resposta para enfrentar futuros surtos e pandemias ao tentar encontrar soluções globais de forma mais rápida e equitativa para todos os países. A reunião ofereceu uma avaliação das deficiências globais. A conclusão da Cúpula em poucas palavras foi que à medida que as mudanças climáticas impulsionam surtos de doenças, o mundo continua mal preparado para outra pandemia, carecendo de vigilância colaborativa, ferramentas de diagnóstico e financiamento.

**Palavras-chave:** Cúpula Global de Preparação para Pandemias. Preparação e resposta. Surtos. Pandemias. Mudanças climáticas. Vigilância. Ferramentas de diagnóstico. Financiamento.

### **A Cúpula Global de Preparação para Pandemias (GPPS) de 2024**

A Cúpula Global de Preparação para Pandemias (GPPS, em inglês) foi realizada nos dias 29 e 30 de julho de 2024 no Rio de Janeiro e foi organizada pelo Ministério da Saúde do Brasil, a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

O evento reuniu especialistas em pesquisa, desenvolvimento e fabricação; autoridades governamentais; representantes da sociedade civil; e líderes da indústria e da comunidade global de saúde.

O principal propósito da Cúpula foi revigorar o ímpeto para a preparação e resposta para enfrentar futuros surtos e pandemias ao tentar encontrar soluções globais de forma mais rápida e equitativa para todos os países. A reunião também ofereceu uma avaliação das deficiências globais.

Os palestrantes discutiram temas como o estado da preparação e resposta global para pandemias, avanços e oportunidades na vigilância epidemiológica, acesso equitativo a produtos e tecnologias de saúde e modelos de financiamento, buscando o espírito de colaboração e o compromisso coletivo para avançar na agenda global de preparação para pandemias.

A conclusão da Cúpula em poucas palavras foi que à medida que as mudanças climáticas impulsionam surtos de doenças, o mundo continua mal preparado para outra pandemia, carecendo de vigilância colaborativa, ferramentas de diagnóstico e financiamento.

Mais da metade dos patógenos estão sendo amplificados pelas mudanças climáticas e com a circulação global de patógenos, há um risco maior de transmissão entre diferentes continentes. Esse foi o alerta do pesquisador brasileiro Tulio de Oliveira, baseado na África do Sul e um dos principais impulsionadores da vigilância genômica de patógenos na África.

A Etiópia está vivenciando seu maior surto de dengue, Burkina Faso está lidando com a reemergência da dengue após uma pausa de quatro anos. Há uma nova cepa de Chikungunya no Senegal, uma nova linhagem de cólera em Camarões e um grande surto de cólera no Malawi.

Para o professor Tulio de Oliveira, a maior interação entre animais, humanos e o meio ambiente, em parte causada pela destruição de ambientes e migração, aumentou a mobilidade de patógenos.

Na Cúpula, o plano de P&D da OMS para Epidemias emitiu um relatório<sup>171</sup> pedindo uma abordagem mais ampla por parte de pesquisadores e países. Essa abordagem visa criar conhecimento, ferramentas e contramedidas aplicáveis que possam ser rapidamente adaptadas a ameaças emergentes. Essa estratégia também busca acelerar a vigilância e a pesquisa para entender como os patógenos transmitem e infectam humanos e como o sistema imunológico responde a eles.

Os autores do relatório projetaram os cientistas como indivíduos em busca de chaves perdidas, uma alegoria para representar o próximo patógeno com potencial pandêmico. O halo iluminado pelo poste de luz representaria os patógenos bem estudados com potencial pandêmico conhecido. Ao pesquisar patógenos protótipos, podemos expandir o halo iluminado, ganhando conhecimento e compreensão de famílias de patógenos que podem estar atualmente “no escuro”. Os espaços escuros nesta metáfora incluem muitas regiões do mundo, particularmente cenários com escassez de recursos e alta biodiversidade, que ainda são pouco monitorados/ estudados. Esses lugares podem abrigar novos patógenos, mas não têm a infraestrutura e os recursos para conduzir pesquisas abrangentes.

A estrutura científica da OMS para preparação para pesquisa de epidemias e pandemias é uma mudança vital na forma como o mundo aborda o desenvolvimento de contramedidas, e é apoiada pelo CEPI. Conforme apresentado no GPPS 2024, esta estrutura ajudará a orientar e coordenar a pesquisa em famílias inteiras de patógenos, uma estratégia que visa reforçar a capacidade do mundo de responder rapidamente a variantes imprevistas, patógenos emergentes, transbordamento zoonótico<sup>172</sup> e ameaças desconhecidas referidas como patógeno X, disse o Dr. Richard Hatchett, CEO do CEPI.

---

<sup>171</sup><https://www.who.int/publications/m/item/pathogens-prioritization-a-scientific-framework-for-epidemic-and-pandemic-research-preparedness>

<sup>172</sup> quando um tipo de vírus que acomete animais sofre mutação e passa a infectar humanos

O trabalho de priorização que sustenta o relatório envolveu mais de 200 cientistas de mais de 50 países, que avaliaram a ciência e as evidências sobre 28 famílias de vírus e um grupo central de bactérias, abrangendo 1.652 patógenos<sup>173</sup>. O risco de epidemia e pandemia foi determinado, considerando as informações disponíveis sobre padrões de transmissão, virulência e disponibilidade de testes de diagnóstico, vacinas e tratamentos.

A OMS está respondendo a 42 emergências classificadas, das quais 25 são classificadas como emergências agudas, sendo sete destas de grau 3 que exigem o mais alto nível de colaboração internacional, disse o Diretor Executivo de Emergências de Saúde da OMS, o Dr. Mike Ryan. As restantes 17 emergências classificadas foram rotuladas como emergências prolongadas, das quais seis eram de grau 3. Ryan esclareceu que a OMS está monitorando mais de 168 emergências de saúde ao redor do mundo sendo gerenciadas em nível nacional e respondendo à cólera em 30 países, monkeypox, gripe aviária, H5N1, dengue e febre amarela, bem como múltiplas emergências de saúde relacionadas a guerras e desastres naturais.”

Ele acrescentou que é a nossa própria conectividade que nos expõe. Somos a população humana mais conectada da história. Vivemos principalmente em áreas urbanas densamente povoadas, onde trabalhamos, nos movimentamos, nos reunimos e socializamos intensamente.

### **Lacunas diagnósticas**

De acordo com a organização sem fins lucrativos FIND, - que conecta países e comunidades, financiadores, tomadores de decisão, provedores de serviços de saúde e desenvolvedores – das duas dezenas de patógenos com potencial de surto, o SARS-CoV-2 é o único para o qual há prontidão diagnóstica adequada.

O FIND lançou seu Índice de Prontidão para Diagnóstico (PDxRI)<sup>174</sup>, uma ferramenta abrangente projetada para avaliar a preparação para diagnóstico avaliando a disponibilidade global de diagnósticos, começando com 21 patógenos principais com potencial de surto, epidemia e pandemia.

Diagnósticos rápidos e distribuídos de forma equitativa são essenciais para detectar e conter uma pandemia emergente. A FIND tem um roteiro, orientado por parcerias, para prontidão diagnóstica para atingir a Missão de 100 dias. Mas isso requer US\$ 100 milhões em financiamento inicial.

A Missão dos 100 dias refere-se à necessidade de desenvolver vacinas, testes e tratamentos dentro do prazo de cem dias a partir de um surto e permitir o acesso àqueles que mais precisam para prevenir pandemias.

O Dr. Emmanuel Agogo, diretor de Ameaças de Pandemia da FIND, alerta que se continuarmos nesse ritmo e negligenciarmos a prontidão para o diagnóstico, caminharemos para outra catástrofe como a Cov-19, onde muitas vidas serão ceifadas doenças infecciosas que poderiam ser detectadas mais antecipadamente caso houvesse mais acesso a testes em todos os níveis do sistema de saúde<sup>175</sup>.

---

<sup>173</sup> <https://www.who.int/teams/blueprint/who-r-and-d-blueprint-for-epidemics>

<sup>174</sup> <https://www.finddx.org/publications-and-statements/press-release/new-tool-indicates-woeful-diagnostic-readiness-for-pandemic-prevention-preparedness-and-response/>

<sup>175</sup> <https://healthpolicy-watch.news/brazil-pandemic-summit-underscores-the-gaps/>

O CEO do CEPI, Dr. Richard Hatchett lembrou que doenças infecciosas podem surgir rapidamente e precisamos ter certeza de que estamos prontos para responder de forma rápida e equitativa.

Se um novo coronavírus surgisse, há chance de podermos responder em 100 dias, mas se fosse da família Paramyxovirus ou Orthopoxvirus, provavelmente não estaríamos prontos ainda. É importante ressaltar que estamos nos movendo na direção certa, mas para atingir a Missão de 100 Dias, precisamos avançar as capacidades com contramedidas médicas e globalizar o acesso a essas tecnologias<sup>176</sup>.

### **Lacunas de acesso**

Anban Pillay, Diretor-Geral Adjunto do Departamento Nacional de Saúde da África do Sul, observou que seu país pagou um preço mais alto pelas vacinas contra a Cov-19 do que a Europa. Isso porque a indústria farmacêutica não garantiu acesso ao não fornecer estoque de vacinas, embora a África do Sul estivesse pagando preços mais altos do que a Europa. Disse que “precisamos de um sistema global diferente onde possamos acessar vacinas e outras contramedidas, um sistema que seja equitativo, que esteja vinculado à necessidade.”

“Mas o acesso pressupõe que “você tenha algo a que acessar”, observou a Dra. Mona Nemer, Conselheira Científica Chefe do governo canadense e Presidente do Grupo Diretor da Missão de 100 Dias. “E claramente, quando se trata de diagnósticos e terapêuticas, e ousar dizer de vacinas, para todas as diferentes famílias virais que temos agora à nossa frente, temos um longo caminho a percorrer.”

### **Progresso político no Órgão de Negociação Internacional (INB)**

Depois da COVID, grande parte do foco do mundo tem estado nos políticos da Organização Mundial da Saúde (OMS) que estão negociando um acordo pandêmico.

O embaixador do Brasil, Tovar da Silva Nunes, vice-presidente do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB, em inglês) da OMS, disse na cúpula que estava confiante de que um acordo seria alcançado antes da próxima Assembleia Mundial da Saúde.

O embaixador Tovar e a embaixadora francesa para a Saúde Global e copresidente do Órgão de Negociação Intergovernamental (INB) da OMS, Anne-Claire Amprou, responsável pelas negociações no campo da prevenção, preparação e resposta à pandemia e que está elaborando o acordo sobre a pandemia, presidirão um subcomitê sobre Acesso a Patógenos e Repartição de Benefícios (*Pathogen Access and Benefit-Sharing*, PABS), o maior ponto de discórdia nas negociações do Acordo. “Se conseguirmos resolver o que chamamos de artigo 12, as portas estarão abertas para concluirmos o acordo em tempo hábil”, disse Tovar. Ele acrescentou que não havia mais muita discordância sobre cláusulas relacionadas à Saúde Única (*One Health*).

Ryan observou que os detalhes mais sutis do PABS podem levar tempo, mas sem uma ampla abordagem internacional será muito difícil alcançar o que a GPPS 2024 pretende alcançar<sup>177</sup>.

---

<sup>176</sup> <https://healthpolicy-watch.news/brazil-pandemic-summit-underscores-the-gaps/>

<sup>177</sup> <https://healthpolicy-watch.news/brazil-pandemic-summit-underscores-the-gaps/>

## **CEPI e OMS pedem estratégia de pesquisa mais abrangente**

O CEPI e a OMS clamaram por pesquisas colaborativas e coordenadas globalmente para se prepararem para potenciais pandemias.

Para o DG da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, “a história nos ensina que a próxima pandemia é uma questão de “quando” e não de “se”. Avançar em nosso conhecimento dos muitos patógenos que nos cercam é um projeto global que requer a participação de cientistas de todos os países.”

Para facilitar isso, a OMS está envolvendo instituições de pesquisa em todo o mundo para estabelecer um Consórcio Colaborativo de Pesquisa Aberta (CORC) para cada família de patógenos, com um Centro Colaborador da OMS, atuando como centro de pesquisa para cada família. Esses CORCs ao redor do mundo envolverão pesquisadores, desenvolvedores, financiadores, reguladores, especialistas em ensaios e outros, com o objetivo de promover maior colaboração em pesquisa e participação equitativa, principalmente em locais onde os patógenos são conhecidos ou têm grande probabilidade de circular.

## **Solidariedade do Sul Global**

“Parcerias globais são essenciais para o sucesso da Missão 100 Dias”, disse a MS do Brasil, Dra. Nísia Trindade Lima. A ministra acrescentou que depois da Cov-19, aprendemos que P&D, investimento e acesso equitativos são cruciais para a saúde pública. Ela disse que não podemos trabalhar apenas dentro de nossos países; precisamos pensar além das fronteiras. Para ela, é hora de C,T&I se unirem para políticas de saúde pública robustas e é necessário trabalharmos juntos na saúde global para que isso se torne realidade.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (BioManguinhos/Fiocruz) passou a integrar a rede da Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias (CEPI) de fabricantes de vacinas no Sul Global. A formalização do ingresso de BioManguinhos ocorreu no 1º dia da GPPS. A rede internacional trabalhará para apoiar a fabricação de vacinas e outras respostas mais rápidas e equitativas para futuras epidemias e ameaças de doenças infecciosas.

Representantes de dez organizações<sup>178</sup>, lideradas pela Fiocruz, assinaram a Declaração do Rio de Janeiro, uma carta em defesa da soberania em saúde na inovação e desenvolvimento de diagnósticos, vacinas e medicamentos para enfrentar emergências de saúde internacional no Sul Global.<sup>179</sup> O documento pede maior colaboração entre parceiros do Norte e do Sul Global para superar as disparidades no acesso a ferramentas e contramedidas de saúde em países de baixa e média renda. A Declaração também insta os parceiros globais de saúde a priorizarem a pesquisa e as políticas de acesso equitativo para se concentrarem em P&D de ponta-a-ponta e apoiarem o estabelecimento da Aliança para Produção, Inovação e Acesso Regional e Local, conforme discutido no âmbito da Presidência do Brasil no G20<sup>180</sup>.

---

<sup>178</sup> Entre os signatários da carta estão a Fiocruz, o MS do Brasil, a Rede de Fabricantes de Vacinas dos Países em Desenvolvimento (DCVMN), a Rede Pasteur, a Organização de Saúde da África Ocidental, a Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDI), o Instituto Todos pela Saúde (ITpS), o Centro Africano de Controle e Prevenção de Doenças (Africa CDC), a Aliança Latino-Americana para a Saúde Global (Alasag) e o Movimento pela Equidade Sustentável em Saúde (Shem).

<sup>179</sup> <https://portal.fiocruz.br/noticia/2024/07/fiocruz-divulga-declaracao-em-defesa-da-soberania-em-saude-no-sul-global>

<sup>180</sup> <https://healthpolicy-watch.news/brazil-pandemic-summit-underscores-the-gaps/>



## A crise crônica da política latino-americana: eleições e suas repercussões

### *La crisis crónica de la política latinoamericana: las elecciones y sus repercusiones*

**Sebastian Tobar**  
**Sâmia de Brito**  
**Miryam Minayo**

**Resumen.** En esta edición de nuestro informe presentamos el panorama político y económico reciente de la región latinoamericana, con énfasis en el desarrollo de la crisis venezolana. Además, seguimos las agendas de las organizaciones regionales relacionadas con la salud y el desarrollo, tales como: ORAS-CONHU participó en la Cumbre Mundial sobre Preparación para Pandemias, COMISCA celebró una agenda sobre VIH, OTCA organizó un evento sobre Bioeconomía Amazónica y Transformación Rural Inclusiva y Mercosur celebró la primera reunión de la Comisión de Representantes bajo la Presidencia Pro Tempore de Uruguay.

**Palabras-clave:** América Latina y el Caribe. Salud. Política e Integración

**Resumo.** Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político e econômico recente da região latino-americana, com destaque para os desdobramentos da crise venezuelana. Além disso, acompanhamos as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o ORAS-CONHU participou da Cúpula Mundial de Preparação para Pandemias, o COMISCA que realizou agenda com o tema de HIV, a OTCA organizou evento sobre Bioeconomia Amazônica e Transformação Rural Inclusiva e o Mercosul realizou primeira reunião da Comissão de Representantes sob a Presidência Pro Tempore Do Uruguai.

**Palavras-chave:** América Latina e Caribe. Saúde. Política e Integração

### **Apresentação**

Duas semanas depois das eleições de 28/07 na Venezuela, o Governo de Nicolás Maduro ainda não apresentou as atas, que mostraria os dados de forma discriminada e, por fim, acabaria com dúvidas sobre os resultados da votação. Os protestos populares espalharam-se por toda a Venezuela, com mortes e mais de 2.000 pessoas detidas porque protestavam por maior transparência. A oposição, por sua vez, já publicou na internet os resultados de quase 80% das atas, o que a consolida, segundo estes dados, com 83% para Edmundo Gonzalez Urrutia e apenas 30% para o governo Maduro<sup>181</sup>.

É notável que embora o presidente Maduro tenha assinado o Acordo de Barbados em 2023<sup>182</sup>, no qual se comprometeu a facilitar a presença de observadores internacionais nas eleições, o atual mandatário venezuelano agiu de forma controvertida ao vetar os principais

<sup>181</sup> <https://elpais.com/america/2024-08-02/quien-gano-en-venezuela-los-datos-de-la-oposicion-son-mas-verificables-que-los-oficiales.html>

<sup>182</sup> <https://www.resumenlatinoamericano.org/2024/01/27/venezuela-conozca-los-detalles-del-acuerdo-de-barbados/>

líderes da oposição na corrida eleitoral; concentrar os recursos do Estado; desconvidar o principal observador (a UE); e dificultar que 7 milhões de expatriados votassem no exterior.

A publicação das atas pela oposição fez com que o Carter Center e o Governo dos Estados Unidos reconhecessem a oposição como vencedora das eleições. Brasil, Colômbia e México<sup>183</sup> exerceram a sua diplomacia<sup>184</sup> com objetivo de alcançar uma solução pacífica para a Venezuela, que está cada vez mais isolada do ponto de vista internacional.

A recusa da Venezuela em mostrar as atas discriminadas tabela por tabela, com fortes suspeitas de fraude, deixou a região dividida em três blocos: O grupo dos países, com mandatários de diferentes espectros políticos, que declararam fraude nas eleições, entre eles o argentino direitista Milei que censurou a fraude na Venezuela, mas também o presidente chileno de esquerda, Gabriel Boric, que além de acusar Maduro de violar direitos humanos e engrossa o coro daqueles que sinalizaram fraude nas eleições. Brasil, Colômbia e México apoiam uma posição diplomática que continua exigindo que Caracas apresente as atas para verificação dos resultados que foram divulgados pelo governo Maduro. Por fim, um pequeno grupo de países como Nicarágua e Cuba que reconhecem os resultados divulgados pelo Conselho Nacional Eleitoral e a vitória de Maduro.

A crise na Venezuela gerou alguns desdobramentos para a política interamericana. Brasil, Colômbia e México articularam-se com os EUA e a União Europeia solicitando a divulgação da ata e divulgaram um comunicado conjunto, instando a solução das controvérsias do processo eleitoral por via institucional <sup>185</sup>. A Argentina solicitou a cooperação do Itamaraty para lidar com a suspensão das atividades diplomáticas dado a expulsão de seus representantes em Caracas. O Brasil então assumiu a embaixada argentina, bem como a tutela de seis opositores que estavam asilados na referida representação.

Em termos de cenário internacional, Maduro acumula o apoio da China, da Rússia e do Irão. Apesar do Brasil, da Colômbia e do México deixarem um canal aberto com o atual poder venezuelano, o diálogo e a solução pacífica parece difícil no contexto de uma crise que gerou perseguição, mortes e privação de<sup>186</sup> liberdade derivada de manifestações ou pelo fato exercer o papel de observador (testemunhas) das eleições pela oposição. A cúpula anunciada entre Brasil, Colômbia e México para discutir o assunto, por exemplo, não foi realizada e não tem data marcada.

Nicolás Maduro, por sua vez, recusa qualquer tipo de negociação com a oposição e pediu ao Supremo Tribunal da Venezuela que ratificasse os resultados da sua eleição e criminalizasse Corina Machado e Gonzalez Urrutia, responsabilizando-os pela violência vivida naquele país. O Presidente da Venezuela teria rejeitado qualquer proposta da oposição para negociar uma transição democrática e também a oferta de “garantias adequadas e salvo-conduto para deixar

---

<sup>183</sup> <https://elpais.com/america-colombia/2024-08-08/brasil-colombia-y-mexico-insisten-en-que-el-cne-de-venezuela-presente-las-actas-y-que-haya-una-verificacion-imparcial-de-los-resultados.html>

<sup>184</sup> O papel do Itamaraty e do assessor para assuntos internacionais Celso Amorin tem sido Chaves.

<sup>185</sup> O comunicado pode ser acessado em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicoes-presidenciais-da-republica-bolivariana-da-venezuela-2014-comunicado-conjunto-brasil-colombia-e-mexico](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/eleicoes-presidenciais-da-republica-bolivariana-da-venezuela-2014-comunicado-conjunto-brasil-colombia-e-mexico)

<sup>186</sup> <https://www.infobae.com/venezuela/2024/08/11/persecucion-en-venezuela-la-dictadura-chavista-marca-las-casas-de-opositores-en-un-popular-barrio-de-caracas/>

o país”<sup>187</sup>. No entanto, o governo chavista ainda não deu sinais de que está aberto a negociações, mesmo que os sintomas de descontentamento ao chavismo seja aparente nas ruas e na própria base do poder. Maduro tem conseguido silenciar as vozes dissonantes, no entanto, a questão que se coloca é: até quando?<sup>188</sup>.

### **Panorama Político da Região**

Enquanto a novela Venezuela e o resultado de negociações diplomáticas se desenrolam, traçamos um panorama político da região na primeira quinzena do mês de agosto.

Na Argentina, a ex-primeira-dama Fabiola Yañez denunciou que o ex-presidente Alberto Fernandez exerceu violência física e psicológica sobre ela. A notícia serviu para fazer com que passassem despercebidas e silenciadas as mobilizações dos movimentos sociais e sindicais que se manifestaram contra a política de ajuste econômico e aumento da pobreza do Presidente Milei<sup>189, 190</sup>.

Na Bolívia, entra em vigor o protocolo de adesão ao Mercosul, tornando-o membro pleno como Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. O Presidente Luis Arce assegurou que a adesão da Bolívia reforça a sua convicção na integração regional como “chave para construir um futuro de paz, prosperidade e justiça social” para os povos que a compõem<sup>191</sup>.

No Chile, a ministra das Relações Exteriores do México, Alicia Bárcena Ibarra, trouxe ao presidente chileno Gabriel Boric uma mensagem do seu homólogo mexicano, Andrés Manuel López Obrador, para fortalecer o relacionamento bilateral e a busca por “maior integração regional”. Boric e Bárcena revisaram os detalhes da modernização do Acordo de Livre Comércio México-Chile, que incorpora dois novos capítulos: Gênero e Comércio e Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)<sup>192</sup>.

Na Colômbia, 22 ministros e nove vice-ministros de 19 países latino-americanos e caribenhos reúnem-se em Cartagena para a Primeira Cúpula Ministerial Latino-Americana e Caribenha sobre Inteligência Artificial<sup>193</sup>. O Presidente Petro, abrindo o evento, sublinhou a importância de um debate aprofundado sobre as implicações éticas, filosóficas e políticas da IA, e acrescentou: “Na América Latina e no Caribe, devemos nos unir para desenvolver a Inteligência Artificial. Temos os especialistas, temos que estudar o assunto e suas implicações na sociedade”.

---

<sup>187</sup> Da outra parte, o Presidente do Panamá, Raul Murillo, teria oferecido a Maduro e a elites chavistas se houvesse interesse de sair do país.

<sup>188</sup> Paixão, Mayara. “Opositores teme que Maduro se aproveite de negociação por acordo”. Publicado em Folha de São Paulo 11 de agosto de 2024.

<sup>189</sup> <https://www.eldestapeweb.com/politica/utep/organizaciones-sociales-y-sindicales-le-dieron-marcha-a-un-plan-de-accion-2024880515>

<sup>190</sup> [https://www.tiempoar.com.ar/ta\\_article/paz-pan-tierra-techo-y-trabajo-la-cgt-y-los-movimientos-sociales-marchan-por-san-cayetano-contra-las-politicas-de-milei/](https://www.tiempoar.com.ar/ta_article/paz-pan-tierra-techo-y-trabajo-la-cgt-y-los-movimientos-sociales-marchan-por-san-cayetano-contra-las-politicas-de-milei/)

<sup>191</sup> <https://www.abi.bo/index.php/noticias/politica/53561-entra-en-vigencia-protocolo-de-adhesion-de-bolivia-al-mercosur>

<sup>192</sup> <https://www.jornada.com.mx/noticia/2024/08/07/politica/mexico-pide-chile-buscar-mayor-201cintegracion-regional201d-4620>

<sup>193</sup> <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/el-potencial-y-los-desafios-de-la-inteligencia-artificial-segun-petro-quien-reflexiona-desde-la-cumbre-colombia-en-cartagena-3370168>

A Cúpula centrou-se em três eixos temáticos: Ecossistemas facilitadores da IA, Educação para a IA e Governança.

No Equador, as fórmulas presidenciais para as próximas eleições estão sendo definidas. Nesse sentido, o movimento oficial Ação Democrática Nacional (ADN) escolheu o presidente Daniel Noboa, e Maria José Pinto, secretária técnica do Equador Cresce Sem Desnutrição Infantil, como sua fórmula para eleições presidenciais de 2025<sup>194</sup>. A Revolução Cidadã anunciou Luísa González e Diego Borja como pré-candidatos para concorrer nas eleições de fevereiro de 2025<sup>195</sup>.

No Peru<sup>196</sup>, o Poder Judiciário (PJ) anulou a acusação criminal contra o ex-presidente Alberto Fujimori e outros pelo caso denominado “Esterilizações forçadas”, onde foi processado pelo suposto crime contra a vida, o corpo e a saúde, na forma de lesões graves seguidas pela morte num contexto de grave violação dos direitos humanos.

No Uruguai, a China se consolida como um dos principais parceiros comerciais do país, sendo o maior comprador de produtos uruguaios, o que se torna relevante quando se reiniciam as negociações para chegar a um acordo comercial com o MERCOSUL<sup>197</sup>.

No Haiti, a violência continua. Grupos criminosos dispararam tiros nas redondezas do Hospital Estatal do Haiti, onde a comitiva do Primeiro Ministro Garry Conille realiza visita surpresa ao Hospital Universitário Estatal do Haiti, deixando jornalistas, representantes do comitiva e membros da força multinacional queniana presos no interior da instituição durante alguns minutos. A força multinacional, liderada pelo Quênia, ganhará reforço de militares de Barbados e da Jamaica<sup>198</sup>.

Na Nicarágua, o presidente Daniel Ortega expulsou o embaixador brasileiro, Breno de Souza, por não ter comparecido ao aniversário da Revolução Sandinista, evento aconteceu no dia 19 de julho. Em resposta, o governo brasileiro decidiu aplicar o princípio da reciprocidade ao caso e também expulsou<sup>199</sup> a embaixadora da Nicarágua no Brasil, Fluvia Matu<sup>200</sup>. As relações entre os países latinoamericanos já estava desgastada desde que o presidente brasileiro, a partir de um pedido do papa Francisco, tentou intermediar a libertação de um bispo que havia sido preso pelas autoridades nicaraguense<sup>201</sup>.

<sup>194</sup> <https://www.ecuavisa.com/noticias/politica/9-8-2024-noboa-pinto-elecciones-ecuador-2025-LN7816692>

<sup>195</sup> <https://www.radiopichincha.com/luisa-gonzalez-diego-borja-revolucion-ciudadana-elecciones-2025/>

<sup>196</sup> <https://elcomercio.pe/politica/alberto-fujimori-poder-judicial-anula-acusacion-penal-por-caso-esterilizaciones-forzadas-noticia/>

<sup>197</sup> <https://www.ambito.com/uruguay/china-se-afianza-como-el-principal-socio-comercial-gracias-al-impacto-la-soja-n6046717>

<sup>198</sup> <https://www.nodal.am/2024/07/haiti-bandas-armadas-atacan-al-primer-ministro-tras-una-visita-a-un-hospital/>

<sup>199</sup> A expulsão dos representantes, segundo o Itamaraty, não configura uma ruptura das relações diplomáticas e serviços consulares aos nacionais ainda serão mantidos.

<sup>200</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/embaixador-do-brasil-na-nicaragua-expulso-por-daniel-ortega-ja-deixou-o-pais-afirma-itamaraty/#:~:text=Ortega%20teria%20se%20sentido%20desprestigiado,Brasil%2C%20Fulvia%20Patricia%20Castro%20Matu.>

<sup>201</sup> <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-08/brasil-adota-reciprocidade-e-expulsa-embaixadora-da-nicaragua>

No México, o governo de AMLO solicitou formalmente ao governo do Equador um salvo conduto a favor do ex-vice-presidente, Jorge Glas, para que ele possa sair da prisão, seja trasladado a um terceiro país e receba proteção do México na qualidade de asilado<sup>202</sup>.

### **O Organismo Andino de Saúde Convênio Hipólito Unanue (ORAS-Conhu) participou da Cúpula Mundial de Preparação para Pandemias<sup>203</sup>**

Nos dias 29 e 30 de julho, a secretaria executiva da ORAS-CONHU, María del Carmen Dávila, representou o Organismo no evento “Global Pandemic Preparedness Summit 2024” que foi organizado pelo Ministério da Saúde do Brasil, a Coalizão para Inovações na Preparação frente a Epidemias (CEPI) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

A reunião de especialistas em pesquisa e desenvolvimento, funcionários governamentais, representantes de a sociedade civil e líderes de organização sanitárias mundiais e o setor da produção sanitária.

Os temas discutidos na Cúpula foram: equidade, acesso a vacinas, medicamentos e outras tecnologias sanitárias; o fortalecimento da pesquisa, desenvolvimento e a produção local e regional; melhoria na vigilância mundial das doenças e a elaboração de um plano para atender assuntos urgentes ligados a vacinas, diagnósticos e terapias.

### **A Secretaria Executiva do Conselho de Ministros de Saúde da América Central e República Dominicana (Se-COMISCA) realizou agenda com o tema de HIV<sup>204</sup>**

A Secomisca, através do projeto “Estratégias para o alcance das metas 95-95-95 do contínuo da atenção do HIV” que tem o apoio financeiro do Plano e Emergência do Presidente dos Estados Unidos para o Alívio da AIDS, realizou no dia 27 de julho na Guatemala uma capacitação para meios de comunicação locais e estudantes de jornalismo sobre o HIV.

Temas como testes de HIV, uso correto dos diferentes métodos de prevenção do HIV, incluindo: PrEP, PEP, Tratamento para tornar o vírus indetectável, uso de camisinha feminina e masculina foram apresentados para a comunidade. Mais de 50 comunicadores e estudantes de jornalismo compareceram ao evento.

### **A Organização do Tratado Amazônico (OTCA) organizou evento sobre Bioeconomia Amazônica e Transformação Rural Inclusiva<sup>205</sup>**

A OTCA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) organizaram o “Segundo Diálogo Regional sobre Bioeconomia Amazônica e Transformação Rural

---

<sup>202</sup> <https://www.nodal.am/2024/08/el-gobierno-de-mexico-solicito-a-ecuador-que-jorge-glas-sea-trasladado-a-un-tercer-pais-y-reciba-la-proteccion-en-calidad-de-asilado/>

<sup>203</sup> <https://www.orasconhu.org/es/oras-conhu-participo-en-la-cumbre-mundial-de-preparacion-para-pandemias>

<sup>204</sup> [https://www.sica.int/noticias/medios-de-comunicacion-y-estudiantes-de-periodismo-en-guatemala-son-parte-de-la-respuesta-al-vih\\_1\\_134373.html](https://www.sica.int/noticias/medios-de-comunicacion-y-estudiantes-de-periodismo-en-guatemala-son-parte-de-la-respuesta-al-vih_1_134373.html)

<sup>205</sup> <https://otca.org/pt/comeca-em-belem-o-segundo-dialogo-regional-sobre-bioeconomia-amazonica-e-transformacao-rural-inclusiva/>

Inclusiva” no Pará. O evento buscou promover uma transformação rural inclusiva na região amazônica, vinculados com ODS (1,2 e 10) da Agenda 2030.

Os diálogos objetivaram não somente consolidar a cooperação entre os países amazônicos, como também gerar insumos técnicos para elaborar uma Estratégia Amazônica de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e promover o desenvolvimento de um marco de cooperação regional em áreas como a certificação e valorização de produtos amazônicos.

A abertura contou com falas de dirigentes locais, representantes da FAO e da OTCA. Luiz Beduschi, oficial principal de políticas na FAO, destacou a busca da Organização por identificar e formular planos de investimento em sistemas agroalimentares que gerem maiores oportunidades para a região Amazônica. Vanessa Gazziotin, diretora executiva da OTCA, sinalizou a importância da cooperação e da conversão do conhecimento em ações concretas.

### **MERCOSUL realizou a primeira reunião da Comissão de Representantes sob a Presidência Pro Tempore Do Uruguai<sup>206</sup>**

No dia 5 de agosto, foi realizado em Montevideo, a primeira reunião da Comissão de Representantes do Mercosul com a participação de representantes de todos os membros do bloco. O representante permanente do Uruguai no Mercosul e Aladi, Enrique Ribeiro, e o coordenador nacional do Grupo Mercado Comum, Alejandro Mernies, estiveram dirigindo e realizando a abertura do encontro respectivamente.

Entre os temas discutidos na reunião podem ser destacados:

- Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul;
- Plataforma de Formação do Mercosul;
- Estatuto da Cidadania;
- Política de Comunicação do bloco.

---

<sup>206</sup> <https://www.mercosur.int/pt-br/primeira-reuniao-da-crpm-sob-a-ppt-uruguaia-foi-realizada-em-montevideo/>

## **A América não pode ser a primeira se a África continuar em último lugar**

### ***America Can't Be First if Africa Remains Last***

**Augusto Paulo Silva**

**Manuel Mahoche**

**Tomé Cá**

**Felix Rosenberg**

**Abstract.** *The critical epidemiological situation of mpox has raised responses to the highest level. Africa CDC brought together experts to prepare the agenda for the Fourth International Conference on Public Health in Africa, scheduled for Rabat, Morocco, next November. Africa CDC has partnered with the Economic, Social and Cultural Council to address the role of technology in health resilience and democracy. In East Africa, urgent actions are needed to contain the spread of drug-resistant malaria. At the 25th International AIDS Conference in Munich, champions praised sub-Saharan Africa's progress in the global response to HIV, with tens of millions of people now on life-saving drugs. Ministers from 32 African countries, along with leaders from the private sector and civil society, are taking part in the 21st AGOA Forum in the USA. Representatives of Sudanese civil society groups led by women will be participating in the peace talks in Geneva. For vaccine financing, self-sufficiency is no longer a choice, but a necessity. SADC and CCARDESA establish partnership to strengthen aquaculture through the Regional Genetic Improvement Program. SADC immigration officers took part in training aimed at improving the tourist experience and boosting economic growth. The 7th SADC Industrialization Week highlighted its importance in creating jobs and improving living conditions in the region.*

**Keywords:** WHO AFRO. Africa CDC. SADC. Sudan. USA.

**Resumo.** A situação epidemiológica crítica na região elevou as respostas ao surto de mpox ao mais alto nível. O CDC África reuniu especialistas para preparar a agenda para a IV Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África, marcada para Rabat, Marrocos, em novembro próximo. O CDC África estabeleceu uma parceria com o Conselho Económico, Social e Cultural para abordagem ao papel da tecnologia na resiliência sanitária e da democracia em África. Na África Oriental medidas urgentes são necessárias para conter a propagação da malária resistente a medicamentos. Na 25ª Conferência Internacional sobre AIDS em Munique, defensores elogiaram o progresso da África subsaariana na resposta global ao HIV, com dezenas de milhões de pessoas agora em medicamentos que salvam vidas. Ministros de 32 países africanos, juntamente com líderes do sector privado e da sociedade civil, participam do 21º Fórum AGOA. Representantes de grupos da sociedade civil sudanesa liderados por mulheres serão participantes das conversações de paz em Genebra. Para financiamento de vacinas, a autossuficiência não é mais uma escolha, mas uma necessidade. SADC e CCARDESA estabelecem parceria para fortalecer a aquicultura através do Programa Regional de Melhoramento Genético. Agentes de imigração da SADC participaram de treinamento visando melhorar a experiência turística e impulsionar o crescimento económico. A 7ª Semana de Industrialização da SADC, destacou a sua importância para criar empregos e melhorar as condições de vida na região.

**Palavras-chave:** OMS AFRO. CDC África. SADC. Sudão. EUA.

## OMS AFRO

### Mpox: Comunicado à imprensa

A região africana está a registar um aumento sem precedentes de casos de mpox desde o início de 2024, com mais países anteriormente não afetados pela doença a relatar casos numa propagação crescente do vírus.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou a resposta ao surto de mpox ao mais alto nível, exigindo mobilização e ampliação de toda a organização. Além disso, o Diretor-Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, convocou uma reunião de emergência de peritos para determinar se o surto constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional.

Quinze (15/55) países africanos estão atualmente a notificar um surto de mpox, com um total de 2.030 casos confirmados e 13 mortes até agora este ano, em comparação com 1.145 casos e sete mortes em todo o ano de 2023. Quatro (4) países – Burundi, Quênia, Ruanda e Uganda – anteriormente não afetados por mpox relatou casos desde meados de julho de 2024.

Na República Democrática do Congo, que é responsável por mais de 90% dos casos notificados, uma nova variante que surgiu em setembro de 2023 está circulando em sua região leste. Os vizinhos Ruanda e Uganda relataram casos da nova variante. O Quênia também confirmou casos da nova variante. Estão em curso análises no Burundi para determinar se os casos notificados são devidos à nova variante.

“A prioridade é interromper rapidamente a transmissão do vírus. Estamos a colaborar com parceiros no apoio aos países para reforçar as medidas de controlo de surtos e garantir que as comunidades sejam fundamentais nos esforços contínuos para acabar eficazmente com estes surtos”, afirmou a Dra. Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África.

O padrão de transmissão varia em toda a região, com a propagação da nova variante (conhecida como *clade/clado 1b*) no leste da República Democrática do Congo ligada à transmissão através do contacto sexual e ao elevado movimento populacional, enquanto na África do Sul a maioria dos casos ocorre entre pessoas identificando-se como homens fazendo sexo com homens. A transmissão na África Ocidental e Central é associado ao surto global de 2022. No entanto, são necessárias análises mais aprofundadas para compreender melhor os padrões de transmissão e refinar a resposta ao surto.

A OMS está a trabalhar a nível global, regional e nacional, bem como com parceiros, incluindo o CDC África e outros, para garantir uma resposta eficaz ao surto.

Na Região Africana, a OMS está a trabalhar através de equipas nacionais e peritos destacados no terreno para apoiar as autoridades nacionais no reforço das principais áreas de resposta, incluindo a vigilância de doenças, testes de diagnóstico e cuidados clínicos, prevenção e controlo de infeções. Igualmente, está a trabalhar com as autoridades de saúde para aceder à terapêutica, descentralizar os serviços laboratoriais para melhorar as capacidades de diagnóstico e intensificar os esforços para aumentar a sensibilização sobre o risco da doença entre as comunidades.

A investigação no terreno e a deteção ativa de casos também estão a ser reforçadas nos países afetados e em risco. A Organização é coordenar estreitamente para melhorar o rastreio de contatos, aproveitando a experiência de surtos anteriores para garantir que as



intervenções apoiem melhor e elevem as necessidades das populações-chave. A OMS está também a mobilizar apoio financeiro para ajudar os países a responderem eficazmente ao surto.

A OMS está a avançar no processo de Procedimento de Listagem para Uso de Emergência, uma abordagem para avaliar e listar vacinas, terapêuticas e diagnósticos não licenciados para acelerar a sua disponibilidade para utilização durante emergências de saúde pública. A Organização já está a trabalhar em estreita colaboração com os países para desenvolver as suas estratégias e planos de vacinação, para distribuir as vacinas assim que estiverem disponíveis. As vacinas são uma entre muitas ferramentas de saúde pública usadas para controlar a mpox.

A varíola é transmitida de animais para humanos, sendo os casos frequentemente encontrados perto de florestas tropicais, onde existem animais portadores do vírus. A doença também pode ser transmitida de pessoa para pessoa através do contato com fluidos corporais, lesões na pele ou em superfícies internas, superfícies mucosas, como boca ou garganta, gotículas respiratórias e objetos contaminados.

O tratamento de pacientes com mpox é de suporte, dependendo dos sintomas. Várias terapêuticas que podem ser eficazes contra mpox estão sendo desenvolvidas e testadas. A prevenção e o controlo dependem da sensibilização das comunidades e da educação dos profissionais de saúde para prevenir a infecção e parar a transmissão.

#### **Posição do CDC África: declaração da primeira emergência de saúde continental com o aumento da varíola (Mpox)**

Paralelamente, o CDC África também manifestou preocupações sobre a situação da doença. O seu Diretor-Geral, Dr. Kaseya, disse que gerenciar casos em países afetados é motivo de preocupação e apelou por apoio. Ele disse que os impedimentos para combater a doença incluem insegurança, atenção global inadequada e vacinas limitadas. O chefe do CDC África disse que as vacinas são limitadas, enquanto centenas estão sendo infectadas no continente.

Dea cordo com o Dr. Kaseya, isso apoia o crescente apelo por um acesso mais "equitativo" às vacinas contra a mpox - para que os países com maior necessidade possam adquiri-las. O CDC África está negociando com parceiros para garantir 10 milhões de doses de vacinas para o continente, começando com 200.000 doses.

Ele ainda afirmou que outra explicação para o que está acontecendo poderiam ser as mudanças climáticas, que expuseram os humanos a mais vida selvagem, e defendeu uma abordagem de "uma só saúde" para lidar com a crise.

O CDC África [planeia declarar](#) a mpox uma emergência de saúde pública de preocupação continental na próxima semana, marcando a primeira declaração deste tipo na história desta agência da União Africana.

O Diretor-Geral do CDC África anunciou a declaração iminente no dia 8 de agosto, enfatizando a sua importância no controle do surto e na mobilização de recursos. Espera-se que a declaração impulse a produção africana de ferramentas de diagnóstico e alivie as restrições à importação de material médico. "Esta declaração aumentará a coordenação entre o CDC África e os Estados-Membros", disse Kaseya, acrescentando que aceleraria a pesquisa e o desenvolvimento de diagnósticos e vacinas.

A medida do CDC África coincide com a da Organização Mundial da Saúde considerando uma declaração global semelhante. O Diretor-Geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, afirmou em 7 de agosto que um comitê de emergência seria convocado “o mais rápido possível” para aconselhar sobre se o surto representa uma emergência de saúde pública de interesse internacional.

## **CDC África**

### **Prioridades de saúde pública de África**

Antes da IV Conferência Internacional sobre Saúde Pública em África, marcada para Rabat, Marrocos, em novembro, especialistas globais em saúde pública estão a recolher informações de saúde que orientarão as partes interessadas sobre as prioridades de saúde pública do continente.

O Relatório Anual Africano sobre [Inteligência em Saúde Pública](#) (PHIR, *The Africa Annual Public Health Intelligence Report*) tem como objetivo revelar o fardo das doenças e dos riscos para a saúde dos africanos hoje, dissecar o perfil atual dos surtos de doenças em África, examinar as soluções de saúde pública disponíveis e determinar as prováveis contramedidas necessárias hoje e nos próximos cinco anos.

*“Identificamos um défice no continente, que é a falta de um recurso continental que mostre a prioridade para os problemas de saúde pública de África”, disse Kyeng Mercy, Chefe da Unidade de Inteligência Epidémica, Vigilância e Inteligência sobre Doenças do CDC África. “Anteriormente, o que norteava o investimento em África era o que os investidores consideravam uma prioridade. A agenda africana não é priorizada.”*

Kyeng, que lidera o programa, disse que os especialistas em saúde em África não podem continuar a falar enquanto não documentam provas sobre o estado de saúde de África. Especialistas em saúde global, incluindo representantes dos Estados-Membros, reuniram-se de 15 a 16 de julho no CDC África para estabelecer doenças prioritárias para este ano e definir a metodologia que será utilizada para recolher os dados necessários para o relatório.

*“O Relatório de Inteligência sobre Saúde Pública de África constituirá uma pedra angular para a prevenção e controle eficazes das doenças. Num cenário tão complexo de saúde pública no continente, este relatório irá iluminar o caminho a seguir, capacitando os decisores para antecipar desafios, definir prioridades e aproveitar oportunidades”, Dr. Merawi Aragaw, Chefe de Divisão, Vigilância e Inteligência de Doenças do CDC África.*

O relatório PHIR procura melhorar a compreensão do impacto socioeconómico dos surtos continentais e das ameaças à saúde pública. O PHIR será utilizado pelos intervenientes continentais e globais dos Estados-Membros para decisões de saúde pública, atribuição de recursos e esforços de preparação.

Para cada risco e perigo para a saúde pública destacado no relatório, haverá recomendações para medidas de controlo, prevenção, preparação e medidas de resposta adaptadas ao contexto africano.

A metodologia acordada diz que os pesquisadores consultarão relatórios oficiais de todos os 55 Estados-Membros da União Africana e agências internacionais de saúde pública,

como a Organização Mundial de Saúde, o CDC África, os CDC dos EUA, a Organização Mundial de Saúde Animal, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e outras agências nacionais de saúde pública.

A coleta de dados se estenderá a periódicos científicos e revisados por pares, apresentações em conferências e outros relatórios científicos, à mídia noticiosa e às mídias sociais.

“Devemos reconhecer que existem algumas áreas cinzentas sobre as quais podemos ter informações limitadas para abordar; essas áreas orientarão as nossas prioridades de investigação nos próximos anos”, disse ela, acrescentando: “Queremos que isto seja baseado em evidências, por isso faremos muito esforço para que a ciência seja refletida neste documento”.

O relatório será lançado durante a Conferência Internacional anual sobre Saúde Pública em África, em novembro. “O relatório irá mudar o jogo na forma como recebemos investimento e alocamos recursos de saúde no continente”, disse Kyeng.

*“Para enfrentar eficazmente os desafios de saúde de África, devemos aproveitar a experiência das nossas instituições e universidades de confiança e levar os seus conhecimentos académicos às comunidades”, disse o Professor Andrew Kambugu, [Diretor Executivo do Instituto de Doenças Infecciosas](#). “Refletindo sobre o legado de 60 anos da União Africana, vemos o valor da construção de instituições fortes. Ao incorporar conhecimentos académicos nas comunidades, as instituições podem contribuir para encontrar soluções duradouras para estes desafios”, acrescentou.*

### **CDC África e AU ECOSOCC na promoção de tecnologia para resiliência sanitária e democrática**

Em julho, o CDC África [estabeleceu uma parceria](#) com o Conselho Económico, Social e Cultural da União Africana (AU ECOSOCC, *African Union’s Economic, Social, and Cultural Council*) para facilitar as discussões sobre o papel da tecnologia no reforço da resiliência sanitária e da democracia em África. Durante o segundo dia do Fórum de Cidadãos ECOSOCC da União Africana em Acra, foram apresentados dois painéis de discussão – o primeiro centrou-se no fortalecimento da Atenção Primária alimentada pela IA e o segundo na criação de um ambiente propício para a IA na assistência à saúde.

*“A Atenção Primária é a pedra angular de sistemas de saúde robustos, fornecendo serviços essenciais como cuidados preventivos, diagnóstico e tratamento de doenças comuns. Nas comunidades rurais e desfavorecidas em África, estes serviços são muitas vezes dificultados pela falta de recursos e de pessoal qualificado”, afirmou o Dr. Raji Tajudeen, Vice-Diretor Interino do CDC África.*

*“A transformação digital traz as ferramentas para reimaginar fundamentalmente os cuidados de saúde e a saúde pública para maximizar a qualidade, acessibilidade, eficiência e acessibilidade para os nossos cidadãos. Podemos ultrapassar os estágios tradicionais de desenvolvimento de cuidados de saúde, capacitar os pacientes, melhorar a excelência operacional e mudar de sistemas curativos para sistemas de bem-estar.”*

Os painéis discutiram como a IA pode enfrentar estes desafios, melhorando a precisão do diagnóstico, otimizando a alocação de recursos e melhorando a educação e a divulgação em

saúde. “A IA pode ajudar a prever surtos de doenças, gerir dados de pacientes e fornecer consultas remotas, que são cruciais para as zonas rurais”, disse Huguette Diakabana, professora de saúde digital na Harvard Medical School, explicando o potencial transformador da IA na Atenção Primária.

Os potenciais benefícios da IA na redução das desigualdades na saúde também receberam atenção. “A IA pode desempenhar um papel fundamental na colmatação da lacuna no acesso aos cuidados de saúde, fornecendo soluções personalizadas para comunidades carentes. Garante que cuidados de qualidade estejam disponíveis para todos, independentemente da localização ou estatuto socioeconómico”, disse Diakabana.

*A implementação de soluções de IA nos cuidados primários enfrenta desafios específicos. “As principais barreiras incluem infraestrutura digital inadequada, investimento insuficiente em tecnologia, uma escassez crítica de profissionais qualificados para operar sistemas de IA, obstáculos regulamentares e problemas com a interoperabilidade dos sistemas”, disse Dr. Raji Tajudeen. “Precisamos de alinhar, aprender e ampliar os muitos projetos dispersos em todo o continente para alcançar uma verdadeira transformação digital”, disse, acrescentando que enfrentar estes desafios requer um esforço concertado de todas as partes interessadas, incluindo governos, ONG e sector privado e parceiros. “No CDC África, estamos empenhados em impulsionar esta abordagem colaborativa.”*

A parceria entre o CDC África e o ECOSOCC possui um potencial significativo para o avanço da saúde pública em África. A extensa rede de Organizações da Sociedade Civil (OSC) do ECOSOCC pode ajudar na defesa e sensibilização de políticas, garantindo que as comunidades estejam bem informadas e ativas na promoção da saúde. As suas ligações de base poderiam mobilizar as comunidades para intervenções de saúde pública, atingindo até áreas remotas. O ECOSOCC está posicionado para fornecer *feedback* valioso sobre a eficácia dos programas do CDC África, facilitando a melhoria contínua. O conselho também melhora iniciativas de capacitação para OSC, promovendo o desenvolvimento sustentável através da construção de conhecimentos locais. “Juntos, poderíamos aumentar a resiliência das nossas iniciativas de saúde pública, alavancando redes combinadas para amplificar o nosso impacto”, disse o Dr. Raji Tajudeen.

## **África Oriental**

### **Ação urgente contra proliferação da malária resistente a medicamentos**

Milhões de vidas podem estar em risco a menos que [medidas urgentes](#) sejam tomadas para conter a propagação da malária resistente a medicamentos na África, de acordo com um novo artigo publicado na revista Science. O artigo afirma que o parasita que causa a malária está mostrando sinais de resistência à artemisinina, o principal medicamento usado para combater a doença, em vários países da África Oriental. "Mutações que indicam resistência à artemisinina foram encontradas em mais de 10% dos indivíduos infectados com malária na Etiópia, Eritreia, Ruanda, Uganda e Tanzânia", de acordo com o relatório.

As terapias combinadas com artemisinina, ou ACT (*Artemisinin Combination Therapies*), têm sido a pedra angular do tratamento da malária nos últimos anos - mas há sinais preocupantes de que estão se tornando menos eficazes, diz o coautor do relatório Lorenz von Seidlein da Unidade de Pesquisa de Medicina Tropical *Mahidol Oxford* em Bangkok.

*"Temos relatos cada vez maiores da África Oriental dizendo que eles documentaram resistência aos tratamentos de primeira linha contra a malária", diz ele. "Os tratamentos de primeira linha são a terapia combinada com artemisinina - que tem sido usada nos últimos 20 anos e tem funcionado muito bem. E agora não está funcionando tão bem quanto costumava."*

Estima-se que mais de mil crianças morram todos os dias de malária na África. A Organização Mundial da Saúde estima que o número global de mortes por malária em 2022 - os dados mais recentes disponíveis - foi de 608 mil.

Antes do desenvolvimento das terapias com artemisinina, a cloroquina era o medicamento mais usado para tratar a malária. Os autores do relatório afirmam que, nas décadas de 1990 e início de 2000, sinais de que o parasita da malária estava desenvolvendo resistência à cloroquina foram amplamente ignorados.

"Quando a resistência à cloroquina se infiltrou lentamente na África, houve uma onda de mortalidade infantil que a seguiu. Então, realmente, um grande número de crianças - provavelmente milhões - morreram porque a cloroquina não funcionou tão bem quanto costumava. E agora vemos esses primeiros sinais de que algo semelhante está acontecendo com os ACT. E isso é, claro, muito preocupante", diz von Seidlein.

Os autores do relatório pedem aos decisores e aos organismos de financiamento global que ajam agora para evitar que a resistência à artemisinina se instale. Suas recomendações incluem combinar medicamentos à base de artemisinina com outros medicamentos.

"Combinar um medicamento derivado da artemisinina com dois medicamentos parceiros em terapias combinadas de artemisinina triplas (TACT, *Triple Artemisinin Combination Therapies*) é a abordagem mais simples, acessível, prontamente implementável e sustentável para combater a resistência à artemisinina", diz o relatório.

Os autores também pedem o lançamento de novos inseticidas e mosquiteiros mais eficazes; melhor treinamento de agentes de saúde comunitários; o rápido desenvolvimento de novas vacinas contra a malária; e melhor monitoramento de mutações de parasitas.

"Muitos desses métodos foram usados para deter a propagação da resistência à artemisinina no sudeste asiático desde 2014, observa von Seidlein."

"Em última análise, havia o entendimento de que isso poderia ser uma grande emergência de saúde global e, portanto, houve muitos investimentos de financiadores de países de alta renda para esses países na sub-região do Grande Mekong para impedir a propagação de parasitas resistentes à artemisinina", afirmou Seidlein.

O relatório afirma que a urgência deve ser aplicada agora para combater a resistência à artemisinina na África.

"Pedimos aos financiadores, especificamente ao Fundo Global para Combate à AIDS, Tuberculose e Malária (GFATM, *Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria*) e à Iniciativa Presidencial do Governo dos E.U.A. para a Malária, para ser visionária e aumentar o financiamento para programas de controle e eliminação da malária para conter a propagação da resistência à artemisinina na África - como fizeram efetivamente no Sudeste Asiático desde 2014", diz o coautor do relatório, Ntuli Kapologwe, Diretor de Serviços Preventivos do Ministério da Saúde da Tanzânia.

## Ecoss da 25ª Conferência Internacional sobre AIDS

Na 25ª Conferência Internacional sobre AIDS em Munique, Melody Chironda, da [AllAfrica](#), encontrou Marc Franke, o alemão de 55 anos conhecido como o "Paciente de Düsseldorf", que já teve HIV e leucemia, compartilhou sua jornada inspiradora de superação de ambas as doenças. Sua história, repleta de otimismo, clamou pela importância da colaboração científica e do apoio de entes queridos.

Milhares de decisores, profissionais de saúde e defensores se reuniram em Munique, na Alemanha, para fazer um balanço da luta global contra o HIV, enquanto tentam cumprir o prazo de 2030 estabelecido pelos líderes mundiais para eliminar a AIDS como uma ameaça à saúde pública.

Defensores elogiaram o progresso da África subsaariana na resposta global ao HIV, com dezenas de milhões de pessoas agora em medicamentos que salvam vidas.

Uma nova pesquisa da UNAIDS divulgada durante a conferência relatou que "aproximadamente 30,7 milhões das 39,9 milhões de pessoas vivendo com HIV globalmente estavam recebendo terapia antirretroviral em 2023". O relatório chamou esse resultado de "um marco para a saúde pública", e autoridades de saúde na conferência disseram que não seria possível sem a "imensa vontade política" dos líderes regionais e ONGs.

Anne Githuku-Shongwe, Diretora Regional da UNAIDS para a África Oriental e Austral, disse à VOA de Joanesburgo que recentemente houve um "grande foco" em garantir que qualquer pessoa vivendo com HIV na África subsaariana tenha acesso a testes e tratamento para garantir a supressão do vírus, para que o vírus se torne intransmissível.

"Os dados nos mostram que 84% das pessoas vivendo com HIV em nossa região têm acesso ao tratamento. E 94% daqueles em tratamento conseguiram manter [o vírus] suprimido, tornando-o intransmissível", disse ela.

No entanto, Githuku-Shongwe apontou que, apesar do progresso que foi feito, alguns países da África estão ficando para trás na batalha contra o HIV/AIDS, em parte devido a guerras civis, contratempos humanitários e negligência pura e simples. Ela mencionou o Sudão do Sul, Angola, Madagáscar, Maurícias, Seicheles e Comores como exemplos.

"Países como Maurícias estão apenas em 50% da meta de tratamento", disse ela, acrescentando que outro desafio crítico que está sendo enfrentado é a falta de atenção para crianças que vivem com o vírus.

O relatório indica que crianças com idade entre 0 e 14 anos ainda estão contraindo HIV. Estima-se que 120.000 crianças tenham contraído o vírus em 2023, elevando o número de crianças vivendo com HIV globalmente para 1,4 milhão, 86% das quais estão na África subsaariana, de acordo com o relatório da UNAIDS.

Githuku-Shongwe disse que houve grandes investimentos de parceiros - particularmente do PEPFAR, uma iniciativa financiada pelos EUA para combater a crise do HIV/AIDS, e do Fundo Global para Combater a AIDS, Tuberculose e Malária. Ela observou que em alguns países, até 99% da resposta ao HIV é financiada externamente. "Mas com o tempo estamos vendo isso diminuir", disse ela. Quase 19,8 bilhões de dólares estavam disponíveis em 2023 para programas de VIH em países de baixo e médio rendimento, quase 9,5 bilhões de dólares aquém do montante necessário até 2025, afirma o relatório.

Catherine Connor, Vice-Presidente responsável por políticas públicas e advocacia na *Elizabeth Glaser Pediatric AIDS Foundation*, uma organização sem fins lucrativos de Washington, disse à VOA de Munique que os dados sobre infecções em crianças eram "preocupantes" e apontaram para uma abordagem negligente em relação ao HIV pediátrico.

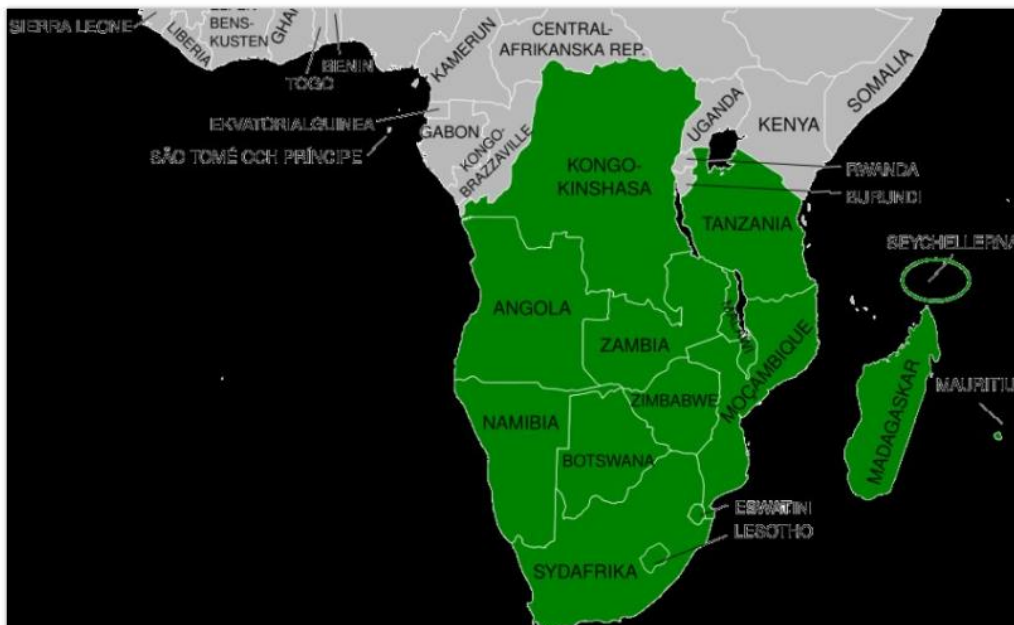
"O relatório mostra claramente que as crianças representam uma em cada dez novas infecções, o que é realmente alto", disse ela. "Mas também há um problema de mortalidade desproporcional em torno das crianças. As crianças representam 3% da população infectada pelo HIV, mas representam 12% das mortes." Connor disse que há desigualdade no tratamento, particularmente para crianças que vivem com HIV.

*"As crianças não podem se levar para as clínicas. Elas muitas vezes nem sabem que foram expostas ao HIV", disse ela. "Então, elas realmente dependem dos cuidadores, da comunidade ao redor, para garantir não apenas que elas possam ser identificadas como expostas ao HIV ou potencialmente HIV-positivas, mas também para obter o apoio necessário para manter sua saúde, mesmo que estejam em tratamento."*

Connor concluiu que os líderes mundiais e os decisores devem ser informados sobre a importância de agir na prevenção do HIV, porque se o mundo não tomar medidas para conter o vírus, então "não acabaremos com a AIDS". "É quase como ter uma barragem segurando um rio de água", disse ela.

"O HIV é prevenível e tratável, mas não tem cura. E, portanto, se deixarmos as rachaduras nessa barragem ficarem tão ruins, ela vai quebrar, e veremos um ressurgimento da pandemia de HIV/AIDS de maneiras que nunca vimos", concluiu Connor. **SADC: Uma organização testada e confiável**

**Imagem 2:** Um mapa mostrando os países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).



Rotsee2 / Wikimedia Commons (CC BY-SA 3.0)

Fonte: AllAfrica, 2024.

Para a próxima Cúpula da SADC, um [editorial](#) do jornal *The Herald* ajuda-nos a entender melhor o percurso desta organização regional desde a sua fundação e transformação.

A África Austral é uma das regiões mais bem-sucedidas da África e seu agrupamento regional, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC, existe de alguma forma há mais de meio século, começando como os Estados da Frente e depois adicionando os territórios coloniais, à medida que alcançavam a independência ou a democracia, com a África do Sul sendo o último bloco em 1994, há 30 anos.

É, portanto, uma organização testada e comprovada, e seu foco tem sido continuamente não apenas criar unidade regional, já que isso, à medida que cada território era libertado, já estava lá, mas também avançar e cimentar a unidade e usar isso para fortalecer a região e garantir que podemos satisfazer nossas próprias necessidades e resolver problemas sem interferência externa.

Essa insistência contínua na independência da região e na cooperação entre seus Estados-Membros tem sido um obstáculo para aqueles que desejam ver a região como apenas um grupo de países, na maioria bastante pequenos, abertos à exploração e dominação por estrangeiros, com até mesmo a África do Sul, a maior e mais desenvolvida, provavelmente vulnerável sem estar integrada em uma região sólida e com todos os vizinhos como amigos próximos.

Existem aqueles, em vários dos países membros, que querem envolver a SADC em suas disputas políticas internas e trabalhar para criar divisões. A SADC, naturalmente, define os padrões políticos para toda a região, sendo o principal que cada membro seja uma democracia funcional com eleições regulares e abertas que permitam ao povo escolher sua liderança.

Mas depois de os eleitores de cada país terem falado e a SADC verificar se as eleições são livres, justas e honestas, o resto da comunidade aceita e defende o resultado. Esta insistência no direito democrático de todos na região de votar no seu Parlamento e Governo tem sido, afinal, um pilar central da SADC desde os seus dias como Estados da Linha da Frente. Na verdade, esse foi o primeiro pilar da unidade regional. Mas a SADC e os vizinhos não dizem às pessoas em quem votar. Eles escolhem por conta própria.

As Cúpulas da SADC, e as muitas outras reuniões regionais, não são convocadas para criar unidade, já que esta já existe, ou para resolver disputas entre os países, pois estas são inexistentes, mas para olhar para o futuro e ver como podemos todos trabalhar juntos para fazer avançar a região.

A próxima 44ª Cúpula em Harare é um bom exemplo. Precisamos integrar ainda mais o nosso planejamento económico para industrializar a região. Assim, a Cúpula é uma sessão de trabalho prática de um grupo de Chefes de Estado e de Governo que garante que todos os aspetos económicos, infraestruturais e de desenvolvimento se encontrem e se apoiem mutuamente.

E, claro, os líderes verificarão se as tentativas de desestabilizar qualquer parte da região estão sendo efetivamente resistidas. O apoio mais recente dado a Moçambique para seus problemas no nordeste foi particularmente bem-sucedido e um exemplo de como o apoio de vizinhos de boa qualidade pode ser uma fonte crítica de força.

O Presidente Mnangagwa expressou esta semana sua preocupação com as tentativas de desestabilizar a região.



Sempre haverá aqueles que desgostam de uma África Austral forte, unida e estável, pois embora o investimento estrangeiro seja sempre bem-vindo, a região exige que regras e regulamentos adequados sejam seguidos, mesmo quando simplificados, e que todos se beneficiem do investimento.

O tipo de exploração colonial, e há aqueles que sentem saudades daqueles dias e do tipo de coisas que Cecil John Rhodes e seus comparsas fizeram para criar suas fortunas, não acontecerá novamente.

O ponto principal dos Estados da Linha de Frente originais, a Comunidade de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral formada logo após a independência do Zimbábue e seu crescimento para a SADC mas estreita à medida que a liberdade avançava na Namíbia e na África do Sul, era garantir que os sul-africanos estivessem no controle e que o desenvolvimento econômico fosse um desenvolvimento real, não um saque.

Houve algumas ideias curiosas durante o processo de independência do Zimbabué e da Namíbia, quando se tornou óbvio que as lutas armadas já não podiam ser resistidas, por uma espécie de falso governo da maioria, mas com os colonos ainda no controle e havia estrangeiros que acolheu bem esse conceito. Os Estados da Linha da Frente e depois a SADC resistiram a ambas as tentativas e apenas deram o seu apoio a uma independência adequada, mesmo com algumas disposições transitórias. Os sul-africanos tiveram o apoio total da SADC enquanto negociavam uma verdadeira conversão à democracia.

Angola e Moçambique sofreram severamente com tentativas de dividir e governar após a rendição do poder português, com movimentos falsos e apoiados por estrangeiros que tiveram que ser derrotados com apoio regional e eventualmente foram permitindo uma democracia adequada.

Como o Presidente observou, com todo esse sucesso por trás, a SADC não vai se tornar de repente um *bulldog* desdentado e desunido.

Tentativas foram feitas para criar divisões na SADC, tentativas bastante fortes, e elas falharam simplesmente porque os líderes da SADC não são ferramentas de estrangeiros, mas líderes eleitos que concordam com os fundamentos, incluindo a necessidade de ter um grupo regional cada vez mais forte que se encaixe em uma África cada vez mais unida.

Cúpulas são importantes, mas são importantes porque é aí que as políticas são definidas e onde o tipo de planejamento detalhado por tecnocratas para impulsionar o desenvolvimento econômico é considerado, alterado quando necessário e depois aprovado. E esse planejamento é feito por meio de direcionamento pelas Cúpulas.

A SADC, como outras organizações, do mesmo modo que a Commonwealth, tem locais rotativos para Cúpulas. Isso tem a vantagem de que Chefes de Estado e de Governo, e seus assessores de funcionários e tecnocratas, podem ver cada país por sua vez e fazer suas avaliações de como todos nós estamos indo e progredindo.

O Presidente Mnangagwa também enfatizou este ponto, que o Zimbábue precisa mostrar seu progresso, realizado apesar das sanções que a SADC condena veementemente, e pode desempenhar seu papel no desenvolvimento regional de toda a África Austral.

Sim, outros governos recebem os relatórios dos diplomatas, então eles sabem muito, mas ver é tão importante quanto os relatórios diplomáticos.

O Zimbábue passou por um período difícil com sanções, como outros Estados da SADC já passaram em outros momentos, e o trabalho de restauração e, em seguida, o novo trabalho de desenvolvimento da Segunda República precisa ser visto por todos, incluindo funcionários e jornalistas.

O país, geograficamente, no centro da SADC, com a maioria das rotas que passam pela região passando pelo Zimbábue, por isso coisas como estradas de qualidade e ligações de comunicação são de mais do que interesse passageiro e bastante críticas. Deveria estar exibindo-os e mostrando que está fazendo sua parte.

### **Relações África-EUA: "A América não pode ser a primeira se continuarmos a colocar a África em último lugar."**

**Imagem 3:** Rosa Whitaker<sup>207</sup> falando sobre a importância da 'localização de dados' para a África na reunião da Organização Mundial do Comércio em Abu Dhabi.



Fonte: The Whitaker Group, 2024.

Com África dificilmente no topo da lista em Washington neste momento, é fácil ignorar as discussões vitais que têm lugar esta semana entre a equipa de política externa, económica e comercial da administração Biden-Harris e os seus homólogos africanos. Ministros de 32 países africanos, juntamente com líderes do sector privado e da sociedade civil, participam no 21º Fórum AGOA, nomeado após a Lei de Crescimento e Oportunidades para África. A legislação comercial, promulgada pelo Congresso em 2000, determina que estas reuniões sejam realizadas anualmente.

A sessão deste ano é incomumente importante porque a lei, o elo fundamental das relações económicas dos EUA com o continente por um quarto de século, expira em 2025. O Congresso precisa urgentemente estendê-la, atualizá-la e fortalecê-la, com base na [legislação bipartidária](#) oferecida pelo senador Chris Coons (D-Del.) e James Risch (R-Idaho).

Por que urgentemente? Porque, como um título recente no *Foreign Affairs* colocou, [o futuro da economia global depende da África](#).

Uma em cada três crianças que nascem no mundo hoje nasce na África. Até meados do século, o continente será o lar de mais pessoas em idade de trabalhar do que a China e a Índia juntas, e cinco vezes mais do que a Europa. Precisamos dos africanos ao nosso lado, ganhando

---

<sup>207</sup> Rosa Whitaker, CEO do [The Whitaker Group](#), é uma ex-representante comercial adjunta dos EUA para a África nas administrações dos presidentes Bill Clinton e George W. Bush.

bons salários de forma ecologicamente correta, impulsionando a demanda por bens e serviços dos EUA e ajudando a salvar o planeta. Hoje mais do que nunca, você não colocará a América em primeiro lugar se continuar colocando a África em último.

No início, o objetivo principal da AGOA era ajudar as economias africanas a tornarem-se mais produtivas, incentivando o investimento nas suas indústrias (principalmente, mas de forma alguma exclusivamente, vestuário) e na agricultura. A lei renuncia unilateralmente a direitos sobre a maior parte do que África cultiva, extrai, fabrica ou monta, para lhe dar um impulso no mercado dos EUA. Isto elevou os padrões de vida de milhões de africanos desde 2000, a uma fração do custo da ajuda tradicional e sem sacrificar os empregos americanos (exceto talvez na indústria da ajuda).

O [Centro para o Desenvolvimento Global](#) estima que a despesa anual em tarifas perdidas - ou seja, impostos não pagos por importadores dos EUA - seja inferior a US\$ 250 milhões por ano, o equivalente a meros 3% da assistência externa total dos EUA para a África - US\$ 18 bilhões - em 2022. Observe também que cerca de 450.000 empregos americanos estão ligados ao comércio entre os EUA e a África.

Existe outra razão para a urgência. Um bloco cada vez mais poderoso de países não alinhados no mundo quer ver os EUA efetivamente excluídos da África, enquanto essa Cabala trabalha para construir uma nova ordem internacional amigável a autocratas, oligarcas e crime organizado. Sua causa seria avançada imensamente se Washington deixasse a AGOA expirar. "As rolhas de champanhe estourarão em Pequim e Moscou", disse Daniel Runde, do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais, a um painel do Congresso em junho.

A melhor maneira de manter essas garrafas fechadas é a adoção rápida de uma AGOA 2.0 que incentive o aumento dos investimentos, apoie o crescimento das empresas africanas e reforce a capacidade da África de avançar com sua própria agenda. Isso significa fazer tudo ao nosso alcance para garantir o sucesso do Acordo de Livre Comércio Continental Africano (*AfCFTA, African Continental Free Trade Agreement*), assinado por 54 dos 55 Estados-Membros da União Africana, ratificado por 47 e agora em seus estágios iniciais de implementação.

A balcanização econômica herdada da era colonial tem sido uma restrição debilitante ao potencial da África de se tornar uma potência industrial e agrícola diversificada com base em suas extraordinárias dotações naturais. O AfCFTA visa remediar isso.

Um único mercado africano será muito mais investível do que o atual arquipélago de Estados mal conectados. Ele impulsionará o desenvolvimento de cadeias de valor regionais que veem uma proporção crescente de matérias-primas africanas transformadas em bens intermediários e finais na África, em vez de serem enviadas e processadas no exterior, para que outros possam colher os lucros de beneficiamento, deixando a África com migalhas e dívidas.

Finalmente, a AGOA 2.0 deve abordar esta realidade: não podemos fazer a transição para uma economia elétrica livre de carbono sem África, cujo solo alberga quase um terço dos minerais necessários, incluindo 55% do cobalto mundial, 48% do manganês e 22% do grafite natural. Entretanto, os EUA importam mais de 50% de 26 minerais críticos da China e dependem fortemente do processamento chinês de cobalto (de minério extraído na República Democrática do Congo), lítio e grafite para satisfazer a procura de sistemas de armazenamento de energia, incluindo baterias de veículos elétricos.

Devemos diversificar nossas fontes de minerais e componentes críticos, o que adiciona mais urgência para acertar nossa política para a África. A África está tendo que arcar com os custos das mudanças climáticas - um problema que ela não criou. Devemos garantir que ela colha todos os benefícios econômicos da solução, e não ficar de braços cruzados e deixar que esses benefícios sejam desviados pelos novos "aspirantes a colonialistas" do mundo.

### **Sudão: conversações de Genebra**

Representantes de grupos da sociedade civil sudanesa liderados por mulheres estão a planejar participar nas conversações de paz no Sudão, na próxima semana, em Genebra, um gesto significativo de inclusão na abordagem da violência generalizada baseada no gênero no conflito de 15 meses.

As conversações mediadas pelos EUA, marcadas para começar em 14 de Agosto, visam resolver a guerra civil entre as duas facções militares rivais do Sudão, aliviar uma grave crise humanitária e desenvolver um sistema de monitorização e verificação para garantir a implementação de qualquer acordo.

Mas estas conversações não se destinam a abordar questões políticas mais amplas, segundo o Departamento de Estado.

Recorde-se, os Estados Unidos convidaram líderes das Forças Armadas Sudanesas, ou SAF, e das Forças de Apoio Rápido, ou RSF, para discutir um potencial cessar-fogo. A RSF confirmou a sua participação nas negociações.

Embora os representantes da SAF ainda não tenham confirmado a sua presença, o Conselho Soberano do Sudão disse na sexta-feira que enviou uma delegação a Jeddah, na Arábia Saudita, para consultas com os EUA sobre as negociações planeadas para a próxima semana. O general Abdel Fattah al-Burhan, líder da SAF, também atua como chefe desse Conselho.

A senhora Entisar Abdelsadig, conselheira sénior da organização de construção da paz [Search for Common Ground](#), disse que 12 mulheres sudanesas de vários sectores da sociedade civil deverão estar em Genebra de 14 a 24 de agosto, com a senhora Abdelsadig a liderar a delegação.

Ela disse à [VOA](#) que a delegação liderada por mulheres dá prioridade à proteção das pessoas contra as atrocidades, especialmente a violência baseada no género. Afirmou que as mulheres sudanesas procuram envolvimento no mecanismo de monitorização, que é um resultado esperado destas conversações. Se for aprovado, o mecanismo envolverá relatórios confidenciais liderados por civis para garantir a segurança, utilizando canais físicos e online.

As mulheres também desejam participar ativamente na distribuição de ajuda humanitária, em vez de apenas recebê-la, disse Abdelsadig. "Não pode haver vitória militar nesta guerra", disse o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller, a repórteres durante uma coletiva de imprensa.

**Imagem 4:** O diálogo de paz das mulheres sudanesas



Fonte: União Africana, 2024.

Mais de um ano de combates entre as tropas das SAF e as forças paramilitares RSF desalojaram quase 10 milhões de pessoas em todo o país do Corno de África e deixaram 26 milhões a enfrentar fome em níveis de crise.

O Secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, conversou com o General al-Burhan, reiterando a necessidade da participação das SAF nas próximas negociações de cessar-fogo.

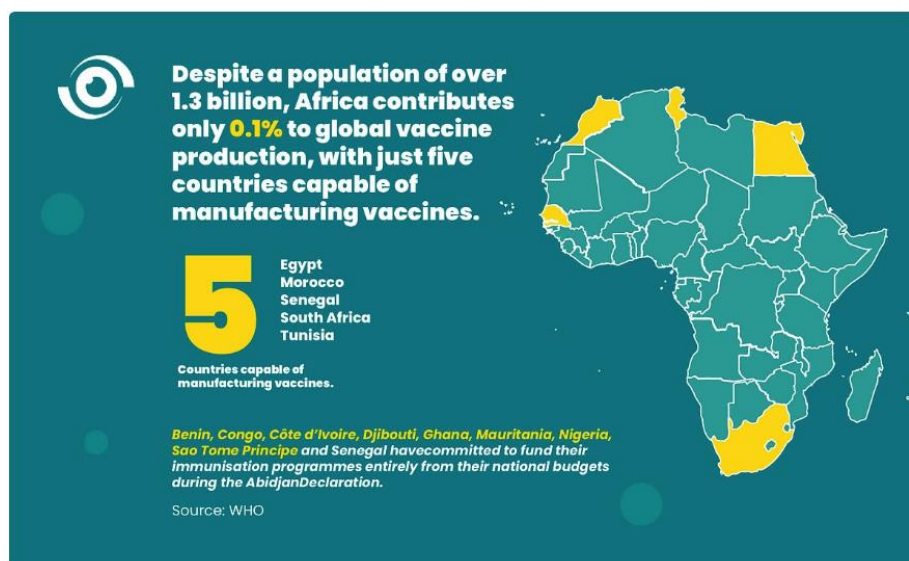
Coorganizadas pelo Reino da Arábia Saudita e pela Suíça, as conversações de Genebra – a primeira tentativa significativa de mediação para resolver o conflito em meses – incluem a União Africana, o Egito, os Emirados Árabes Unidos e as Nações Unidas como observadores.

### **Financiamento de vacinas na Nigéria: a [autossuficiência](#) não é mais uma escolha, mas uma necessidade**

Em 2021, o CDC África publicou o Quadro de Ação das Parcerias para o Fabrico Africano de Vacinas (PAVM, *Partnerships for African Vaccine Manufacturing*), apelando a que 60% das vacinas exigidas pelos africanos sejam fabricadas em África até 2040 — o que equivale a 1,7 bilhões de doses anualmente.

Atualmente, a África produz apenas [0,1%](#) do suprimento total de vacinas do mundo, e muitos países africanos, incluindo a Nigéria, enfrentam o duplo desafio de garantir uma cobertura vacinal generalizada, enquanto navegam pelas complexidades do financiamento desses programas.

**Imagem 5:** Os cinco países capazes de fabricar vacinas



Fonte: Nigeria Health Watch, 2024.

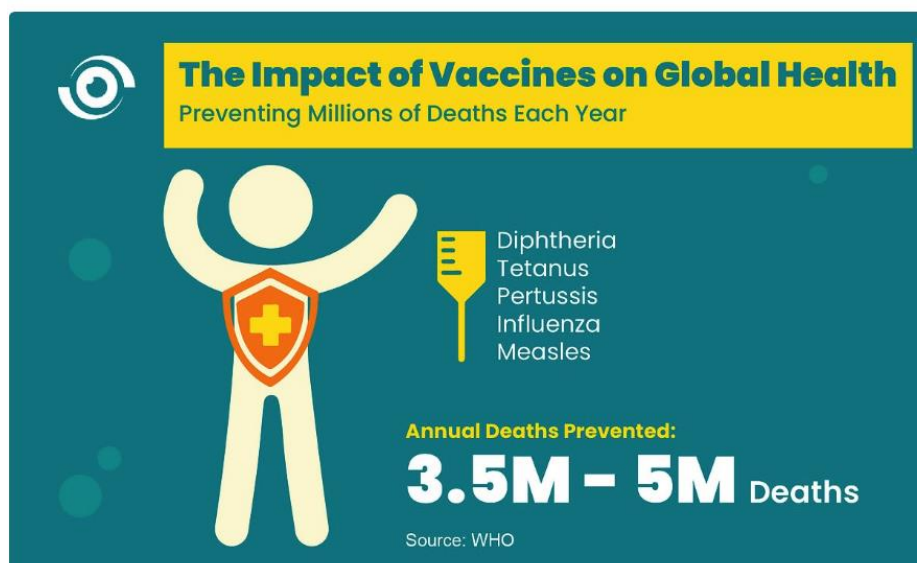
A Nigéria manteve [um mecanismo de financiamento em duas partes](#) para imunização de rotina e cobertura vacinal. O governo federal é o único responsável pelo custo das imunizações de rotina. Os programas de imunização de rotina são financiados nos níveis federal, estadual e local. Isso garante uma estratégia financeira cooperativa e compartilhada por meio do cofinanciamento de vacinas patrocinadas pela [Gavi, The Vaccine Alliance](#), por meio da Agência Nacional de Desenvolvimento de Atenção Primária (NPHCDA, *National Primary Health Care Development Agency*). Embora essa assistência externa tenha sido fundamental para melhorar a aceitação da vacinação e mitigar doenças evitáveis, ela também criou uma dependência que coloca em risco a segurança sanitária de longo prazo do país.

Com o aumento da carga sobre a comunidade global pela evolução das crises de saúde, há incerteza em torno da disponibilidade e sustentabilidade da ajuda internacional. Alterações nas prioridades dos doadores, crises econômicas e tensões geopolíticas afetam o fluxo de fundos de fontes externas. Essa dependência torna os programas de imunização da Nigéria vulneráveis a interrupções, que podem ter graves consequências para a saúde pública, principalmente diante de ameaças novas e emergentes à saúde devido às mudanças climáticas.

A recente Declaração de Abidjan: as vacinas fornecem uma prevenção econômica para a maioria das doenças. As doenças evitáveis por vacinação, como sarampo, catapora e HPV, ainda são um grande problema de saúde pública em muitas partes do mundo e são responsáveis por aproximadamente 25% dos 5 milhões de mortes de crianças menores de cinco anos. No entanto, apesar dos esforços feitos para melhorar a cobertura vacinal ao longo do tempo, as desigualdades permanecem especialmente em países como a Nigéria, com [2,1 milhões de crianças com dose zero](#), as mais altas do mundo.

A recente [Declaração de Abidjan](#), assinada por Ministros da Saúde de [nove \(9\) países africanos](#) – incluindo a Nigéria – marcou um compromisso significativo com a autossuficiência no financiamento de vacinas. Esses países se comprometeram a arcar com todos os custos de seus programas de imunização através dos seus orçamentos nacionais, assumindo assim o controle de seus futuros cuidados de saúde.

**Imagem 6:** O impacto das vacinas na saúde global



Fonte: Nigeria Health Watch, 2024.

A Gavi foi criada como uma parceria global de saúde em 2000 com o objetivo de criar igualdade de acesso a vacinas novas e subutilizadas para crianças que vivem nos países mais pobres do mundo. Um elemento central do [atual modelo de desenvolvimento](#) da Gavi é trabalhar em conjunto com esses países para fazer a transição do apoio da Gavi e ampliar os esforços de imunização financiados internamente.

À medida que as economias desses países se fortalecem, Gavi exige que eles assumam mais custos de aquisição de vacinas até que façam a transição total do apoio da aliança. Até agora, [apenas 19 países](#) abandonaram o apoio da Gavi desde 2000 e espera-se que a Nigéria se torne totalmente autofinanciada para programas de imunização até 2028.

Faltando apenas quatro anos, a Declaração de Abidjan enfatiza a necessidade de financiamento doméstico sustentável para garantir que os programas de imunização não dependam excessivamente de doadores externos e possam ser mantidos e ampliados para atender às necessidades de saúde da população.

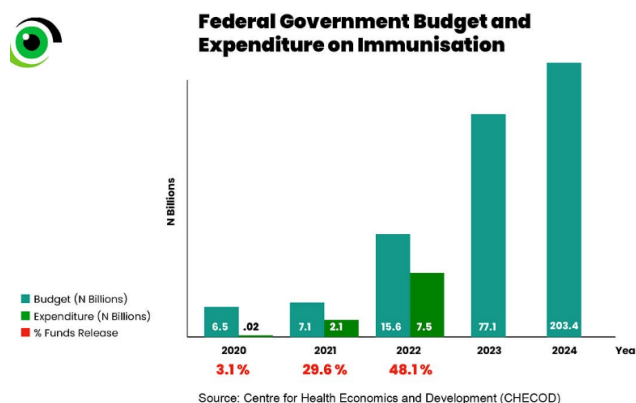
Para a Nigéria, esse enorme compromisso exigirá a alocação de mais de seu orçamento nacional para programas de imunização. Apesar da [Declaração de Abuja em 2001](#), que se comprometeu a alocar pelo menos 15% do orçamento anual para a saúde, os gastos da Nigéria com saúde permaneceram muito baixos. Portanto, cumprir esse compromisso exigirá priorizar a saúde nos [orçamentos](#) nacionais, estaduais e, mais recentemente, locais.

Embora o aumento da alocação seja grande, [o desembolso também deve ser priorizado](#). A Nigéria pode precisar implementar mudanças nas políticas para garantir que a imunização seja adequadamente financiada e que os fundos sejam totalmente desembolsados como e quando devidos.

Se a Declaração de Abuja revelou alguma coisa, é que cumprir esses compromissos nem sempre é uma jornada fácil. No entanto, embora o país não tenha 23 anos para alcançar o "progresso gota a gota", a Nigéria pode precisar desenvolver novas parcerias com entidades do

setor privado, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas para mobilizar recursos e apoio para programas de imunização. Para mais recursos domésticos, especialmente dos orçamentos estaduais de saúde. Desenvolver estratégias para garantir que todas as áreas, incluindo compras, armazenamento da cadeia de frio e campanhas de imunização, sejam financiadas de forma sustentável.

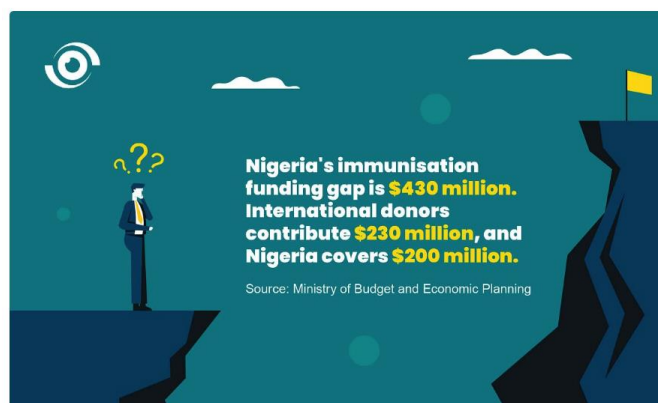
**Imagem 7:** Orçamento e gastos do Governo com a imunização



Fonte: Nigeria Health Watch, 2024.

O que isso significa para a Nigéria? A Nigéria enfrenta atualmente uma lacuna de financiamento de US\$ 430 milhões, com Gavi, UNICEF e outros doadores internacionais contribuindo com US\$ 230 milhões para o custo total. Dado que a Gavi, o UNICEF e a Fundação Bill & Melinda Gates também estão abordando outros desafios globais de saúde, surge a pergunta: onde a Nigéria encontrará os US\$ 200 milhões restantes?

**Imagem 8:** Lacuna de financiamento do Governo



Fonte: Nigeria Health Watch, 2024.

Essa questão levanta preocupações, especialmente quando a maior alocação do orçamento federal para a saúde foi de apenas 5,95% em 2012 e caiu nos anos subsequentes, ficando aquém da meta prometida de pelo menos 15% do orçamento anual para a saúde. Pior ainda, apesar do aumento significativo da dotação orçamentária para imunização nos últimos dois anos, não houve registro de despesas ou liberação em 2023.

O papel do legislativo no aumento do financiamento interno: A esperança pode não estar perdida ainda. Esforços recentes de desenvolvimento estão sendo feitos para garantir um



fluxo de financiamento dedicado à imunização na Nigéria, com o governo federal iniciando o processo de estabelecimento de um item de linha orçamentária específico para imunizações sob a [Votação em Todo o Serviço](#), gerenciada pelo Ministério Federal do Orçamento e Planejamento Nacional.

Este fundo será alocado ao NPHCDA e terá como objetivo aumentar anualmente para cumprir as obrigações de cofinanciamento para a aquisição de vacinas, garantindo financiamento confiável e oportuno para vacinas e programas de imunização.

Durante as crises econômicas, a legislatura de um país pode desempenhar um papel crucial na resolução de problemas por meio de legislação direcionada. Uma medida eficaz poderia ser exigir que o setor público alcance a autossuficiência na logística de produção, armazenamento e distribuição. Essa abordagem não apenas fortalece a economia, mas também garante uma cadeia de suprimentos mais estável em tempos difíceis.

No entanto, para priorizar ainda mais o financiamento de vacinas, é importante que o legislador aprove uma legislação que torne o financiamento de vacinas um item de cobrança de primeira linha no orçamento para garantir um financiamento consistente e previsível; realizar supervisão e monitoramento regulares do financiamento de vacinas para garantir transparência e responsabilidade, enquanto trabalha com o braço executivo do governo para garantir o alinhamento e a implementação efetiva dos planos de financiamento de vacinas.

Fabricação de vacinas e o futuro da Nigéria: O país está em um momento crítico em seus esforços de imunização, enquanto se prepara para a [transação com o apoio da Gavi até 2028](#). É, portanto, imperativo desenvolver uma estratégia abrangente para mobilizar recursos domésticos e sustentar programas de imunização de rotina. Com o processo de transição já em andamento, a Nigéria entrou na fase acelerada, composta por quatro etapas, o que exige um plano robusto para garantir uma mudança perfeita em direção à autossuficiência.

A Iniciativa Presidencial da Nigéria para Desbloquear as Cadeias de Valor dos Cuidados de Saúde ([PVAC](#)), que incentiva a participação do setor privado na indústria de vacinas e produtos médicos do país, pode ser um fator significativo para alavancar os fundos do Acelerador Africano de Fabrico de Vacinas (AVMA, *African Vaccine Manufacturing Accelerator*) — um instrumento de financiamento que irá acelerar a expansão do fabrico de vacinas comercialmente viáveis em África. A iniciativa também pode auxiliar na formação do mercado para garantir demandas locais e internacionais sustentáveis.

Investir na produção, distribuição e entrega de vacinas deve ser a principal prioridade do governo nigeriano para garantir a prontidão para pandemias e a Cobertura Universal de Saúde.

Estruturas regulatórias, sistemas de saúde, gerenciamento da cadeia de suprimentos e métodos de financiamento sustentáveis devem ser priorizados no lugar da dependência da ajuda, particularmente em situações em que a produção local de contramedidas é prática. Um futuro mais equitativo para a África aguarda aqueles que podem tomar as decisões necessárias para a transição para a autoestima, enquanto a Nigéria cobre 200 milhões.

## **SADC e CCARDESA estabelecem parceria para fortalecer a aquicultura através do Programa Regional de Melhoramento Genético<sup>208</sup>**

A *Southern African Development Community* (SADC) sediou, entre 22 e 26 de julho, o *Writershop* de Desenvolvimento de Propostas do Programa Regional de Melhoramento Genético de Peixes em Blantyre, Malawi. Este evento foi fundamental para apoiar a pesquisa e o desenvolvimento agrícola, além de mobilizar recursos para avançar na agricultura e melhorar a segurança alimentar na região.

O *Writershop* foi um esforço colaborativo envolvendo a SADC, o [\*Centre for Coordination of Agricultural Research and Development for Southern Africa\*](#) (CCARDESA), a WorldFish e o Governo do Malawi. O programa foi apoiado pelo Programa CAADP-XP4, que recebeu um financiamento de 30 milhões euros da União Europeia e é administrado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). A SADC valoriza as espécies de peixes indígenas, como a tilápia, por seu potencial para reduzir riscos à biodiversidade e melhorar a produtividade no setor da aquicultura.

O Programa Regional de Melhoramento Genético (GIP, *Regional Genetic Improvement Programme*) da SADC, aprovado pelos Ministros da SADC responsáveis pela Agricultura, Segurança Alimentar, Pesca e Aquicultura em 2017, visa apoiar cadeias de valor regionais sustentáveis de tilápia e promover oportunidades econômicas e socioeconômicas na região. Durante o *Writershop*, o Dr. Motseki Hlatshwayo, consultor técnico de pesca do Secretariado da SADC e gerente do projeto PROFISHBLUE (*Programme for Improving Fisheries Governance and Blue Economy Trade Corridors*), destacou a importância do desenvolvimento das espécies de tilápia no Malawi. Ele elogiou os esforços do *National Aquaculture Development Centre* em Domasi, Malawi, na criação da tilápia Shire, e reconheceu o trabalho de Moçambique, África do Sul, Zâmbia e Tanzânia na melhoria genética de diferentes espécies de tilápia.

Essas espécies de peixe, conhecidas por sua resistência a doenças e por serem adequadas para pequenos agricultores, têm alta tolerância à qualidade variável da água e são apropriadas para ambientes de água doce e marinhos. O Dr. Hlatshwayo também destacou o apoio do CCARDESA na criação da Nota Conceitual sobre Melhoramento Genético de Espécies de Peixes Indígenas, que serve como base para a próxima fase do Projeto PROFISHBLUE e para a ampliação das espécies de peixes identificadas.

O Dr. Hastings Zidana, Diretor de Pesca do Departamento de Pesca do Malawi, enfatizou a importância do desenvolvimento da tilápia e mencionou a produção atual de cerca de 180.000 toneladas métricas, que está abaixo da meta de 330.000 toneladas métricas para 2030. Ele discutiu as estratégias em vigor para aumentar a produção e promover oportunidades de pesquisa e aprendizado entre os Estados-Membros da SADC.

A Sra. Amanda Chembezi, membro do Conselho da CCARDESA, também abordou os objetivos do *Writershop*, considerando-o um marco significativo para a construção de um programa regional de pesquisa e desenvolvimento na aquicultura. Ela destacou o foco renovado da CCARDESA nas prioridades de pesquisa no desenvolvimento agrícola e a necessidade de um plano de desenvolvimento abrangente para apoiar programas de aquicultura e pesca.

<sup>208</sup>

<https://www.sadc.int/latest-news/sadc-and-ccardesa-partner-strengthen-aquaculture-through-regional-genetic-improvement>

O Writeshop de quatro dias proporcionou uma oportunidade valiosa para representantes de onze Estados-Membros da SADC demonstrarem seu compromisso com a formação e compartilhamento de conhecimentos, reunindo especialistas em genética de peixes, biologia e aquicultura, tanto do setor público quanto privado.

### **Funcionários de imigração de 11 países da SADC concluem treinamento com foco no turismo**

Mais de 40 agentes de imigração e controle de fronteiras de 11 Estados-Membros participaram de um treinamento avançado em atendimento ao cliente em 11 de julho. O objetivo do treinamento foi aprimorar a experiência dos turistas que visitam a África Austral e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos agentes de fronteira.

O *workshop*, realizado no Mangwa Valley Game Lodge na reserva de caça Dinokeng, Gauteng, faz parte do Programa de Turismo da SADC 2020-2030, que visa equipar os agentes de fronteira com habilidades essenciais de atendimento ao cliente. O treinamento é uma iniciativa colaborativa liderada pela Aliança de Turismo do Conselho Empresarial da SADC e pelo Secretariado da SADC, em parceria com o Programa de Ação Conjunta NaturAfrica/Resiliência Climática e Gestão de Recursos Naturais (C-NRM, *Climate Resilience and Natural Resource Management*), apoiado pela União Europeia e pelo Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico da Alemanha (BMZ).

O turismo é um setor-chave para o crescimento econômico da região, e o Programa de Turismo da SADC busca melhorar a infraestrutura turística e a qualidade dos serviços, incluindo regimes de visto aprimorados, melhor acesso aéreo e capacitação dos pontos de contato com os turistas. Durante o *workshop*, o Sr. Moreri Mabote, oficial sênior de Programas – Turismo no Secretariado da SADC, ressaltou a importância do treinamento em atendimento ao cliente para criar uma experiência acolhedora e eficiente para os visitantes.

O curso abordou tópicos essenciais como a importância econômica do turismo, princípios de atendimento ao cliente, técnicas de comunicação efetivas, sensibilidade cultural e resolução de problemas. Os participantes também tiveram a oportunidade de realizar atividades que envolvem experiência direta e indireta, como safáris, para entender melhor a indústria do turismo e construir camaradagem.

A Aliança de Turismo do Conselho Empresarial da SADC é uma parceria público-privada que visa impulsionar a competitividade da região e promover o desenvolvimento social e econômico por meio do turismo. A Sra. Natalia Rosa, líder do projeto da Aliança, destacou que o treinamento apoia diretamente a meta do Programa de Turismo da SADC de melhorar a facilitação da imigração e impulsionar o crescimento do turismo regional.

O modelo "*Train the Trainer*" do curso permitirá que os participantes compartilhem o treinamento com seus colegas, e o monitoramento contínuo ajudará a rastrear melhorias na satisfação dos turistas e na eficiência das fronteiras. O feedback dos participantes indicou que o treinamento foi valioso e os ajudou a refletir sobre seu papel na indústria do turismo.

### **7ª Semana da industrialização da SADC e o apelo à industrialização**

Nqobizitha M. Ndhlovu, Ministro da Indústria e Comércio do Zimbábue, encerrou oficialmente a 7ª Semana Anual de Industrialização da SADC (SIW, *SADC Industrialisation Week*) em 1º de agosto, em Harare International Convention Centre. O evento, que ocorreu entre 28 de julho e 2 de agosto, destacou a importância da industrialização liderada pelo setor privado como uma prioridade para criar empregos e elevar os padrões de vida na região da SADC.

Em seu discurso de encerramento, o Ministro Ndhlovu ressaltou que a industrialização é essencial para o crescimento econômico sustentável e para a melhoria das condições de vida na SADC. Ele destacou que a região deve concentrar esforços na promoção de iniciativas de industrialização que sejam impulsionadas pelo setor privado e que criem oportunidades de emprego e desenvolvimento.

Durante a semana, os participantes discutiram estratégias para fortalecer a industrialização na SADC, incluindo políticas e práticas que incentivem a participação do setor privado e promovam a inovação e o crescimento econômico. O evento contou com a presença de representantes de vários países da SADC, que compartilharam experiências e melhores práticas no campo da industrialização.

Por fim, o Ministro Ndhlovu enfatizou que a colaboração entre os Estados-Membros da SADC e o setor privado é crucial para alcançar os objetivos de industrialização e para garantir que os benefícios sejam amplamente distribuídos entre os cidadãos da região. Ele conclamou todos os envolvidos a se unirem em torno de um esforço conjunto para promover a industrialização e criar um futuro mais próspero para a SADC.

## União Europeia: nova gestão, novas prioridades

### *European Union: new management, new priorities*

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire**

**Abstract.** *In the Europe chapter, Freire summarizes the new priorities, linked to the bloc's new management*

**Keywords:** *Global Health; European Union; European Parliament; New priorities;*

**Resumo.** No capítulo sobre a Europa, Freire nos traz um resumo sobre as novas prioridades, atreladas à nova gestão do bloco.

**Palavras-chave:** Saúde global; União Europeia; Parlamento Europeu; Novas prioridades;

Após a eleição para o Parlamento Europeu e a definição dos altos cargos na União Europeia, estabelecem-se as prioridades para a nova gestão. Tanto o Conselho Europeu, quanto a Comissão Europeia, já divulgaram suas agendas estratégicas para o quinquênio 2024-2029, assunto sobre o qual o presente informe se propõe a comentar. É possível perceber o impacto da pandemia de Covid-19 sobre as prioridades estratégicas do bloco, mas não pelo viés da saúde, mas pelo viés da industrialização e capacidade competitiva da Europa. Isto pela percepção de que a dependência de atores externos em momentos de crise, fragiliza o bloco. Outros fatores que impulsionam esta virada de chave são as guerras e a possibilidade de retorno de Trump à presidência dos EUA.

O Conselho Europeu, composto pelos chefes de Estado e agora sob a liderança de António Costa, ex primeiro-ministro de Portugal, definiu ainda em junho sua [nova agenda estratégica](#). Ela está calcada em 3 pilares e ações como desdobramentos. As prioridades resultam de um diálogo entre os líderes da UE, os ministros nacionais, as instituições da UE e os grupos políticos eleitos para o Parlamento Europeu.

1. Uma Europa livre e democrática
  - ✓ Defender os valores europeus dentro da União
  - ✓ Viver de acordo com tais valores a nível global
2. Uma Europa forte e segura
  - ✓ Garantir coerência e ação externa influente
  - ✓ Reforçar a segurança, defesa e proteção dos cidadãos do bloco
  - ✓ Preparar para uma UE mais forte e maior
  - ✓ Buscar uma abordagem abrangente para migração e gestão das fronteiras
3. Uma Europa próspera e competitiva
  - ✓ Reforçar a competitividade do bloco

- ✓ Ser bem sucedida nas transições verde e digital
- ✓ Promover ambiente favorável à inovação e aos negócios
- ✓ Avançar juntos

Pelo pilar 1, é possível perceber o movimento de enfrentamento ao crescimento das forças de extrema direita pela ênfase da promoção dos valores europeus dentro do bloco. O segundo pilar, legitima o investimento em defesa e segurança, como resposta à guerra da Ucrânia, que impulsiona não só o aumento dos gastos com defesa e aumento do parque industrial bélico europeu, como a expansão do bloco, que estava lenta nos últimos anos. Neste escopo, promete-se aumentar as capacidades e fortalecer a base industrial e tecnológica da defesa europeia, sem desvincular-se da Otan, que segue sendo o principal mecanismo de defesa do bloco. Nesta mesma árvore de prioridades bélicas, está o reforço da resiliência, preparação, prevenção de crises e capacidades de resposta, frente a qualquer ameaça, que abranja toda a sociedade para protegê-la contra diferentes crises, incluindo desastres naturais e emergências de saúde. No tocante à migração, a abordagem será a da cooperação com países originários e de trânsito de imigrantes. Pretende-se explorar as oportunidades geradas com a migração e lutar contra as redes de contrabando.

O terceiro pilar do Conselho Europeu aborda a retomada da industrialização, o reforço da segurança econômica, a redução da dependência e proteção de cadeias de abastecimento estratégicas. O bloco almeja desenvolver capacidade própria em questões sensíveis e setores e tecnologias-chave do futuro, como defesa, espaço, inteligência artificial, tecnologias quânticas, semicondutores, 5G/6G, saúde, biotecnologias, tecnologias para zerar emissões líquidas, mobilidade, produtos farmacêuticos, produtos químicos e materiais avançados. Está mantida a busca pela neutralidade na emissão de carbono até 2050. Segundo o documento, o caminho será pragmático e se aproveitará das transições ecológica e digital para criar mercados, indústria e empregos de qualidade. Promete-se investir em ampla infra-estrutura transfronteiriça para energia, água, transportes e comunicações, bem como buscar uma transição climática justa e equitativa, mantendo-se um ator competitivo globalmente e aumentando a soberania energética do bloco.

A palavra saúde aparece 3 vezes no documento. A primeira menção se dá no pilar 2, atrelada à resiliência do bloco, vinculada à proteção dos cidadãos. A segunda e terceira, estão no pilar 3, relativo à prosperidade e competitividade do bloco: a indústria da saúde é tratada como um setor sensível e de tecnologia de futuro, que deve ser reforçada. A terceira menção se dá no escopo da ação conjunta para avançar. Neste momento, o documento defende a dimensão social da UE, prometendo abordar de forma abrangente os desafios demográficos e seu impacto sobre a competitividade, capital humano e igualdade. Para garantir que o modelo econômico da UE, seu apoio aos sistemas de segurança social e uma sociedade próspera e longa, as lideranças do bloco prometem fortalecer ainda mais a cooperação em saúde internamente e internacionalmente, melhorando o acesso a medicamentos a toda a União.

Em total alinhamento com os pilares definidos pelo Conselho, Úrsula Von der Leyen se reelegera presidente da Comissão Europeia, com suas [prioridades para o período 2024-2029](#), que definirão a política e a agenda de trabalho das instituições do bloco para o próximo quinquênio. As prioridades são apresentadas em blocos de grandes temas, onde os desafios e propostas vão se agrupando.

1. Um novo plano para a prosperidade e a competitividade sustentáveis na Europa;

2. Uma nova era para a defesa e a segurança europeias;
3. Apoiar as pessoas, reforçar as sociedades e o modelo social da UE;
4. Manter a qualidade de vida: segurança alimentar, água e natureza;
5. Proteger a democracia, defender os valores europeus;
6. Uma Europa global: fazer bom uso do poder e das parcerias europeias;
7. Concretizar objetivos em colaboração e preparar a União Europeia para o futuro

Numa breve comparação com as prioridades que elegeram Úrsula no primeiro pleito, é possível observar como a pauta ambiental e ecológica perdeu espaço no rol das prioridades e foi assimilada pelo discurso da competitividade sustentável. O primeiro eixo proposto está centrado em fomentar a industrialização do bloco. Para tal, a presidente da Comissão propõe um novo plano europeu de prosperidade para: facilitar a atividade empresarial; construir um pacto da indústria limpa para descarbonizar e reduzir os preços da energia; colocar a pesquisa e a inovação no centro da economia; aumentar a produtividade com a difusão das tecnologias digitais; investir na competitividade sustentável; e corrigir o déficit de competências e mão de obra.

O item relativo à indústria limpa, ainda na prioridade 1 do documento, guarda toda a abordagem ambiental do documento, sendo o de maior interesse para fins deste informe. Úrsula manifesta seu desejo de que a Europa continue a ser um dos líderes nas negociações internacionais sobre o clima, anunciando que intensificará a diplomacia verde na Europa. A neutralidade climática segue sendo um objetivo a ser alcançado até 2050 e o documento traz a importância da descarbonização para tal, propondo um ato legislativo sobre economia circular, que ajudará a criar no mercado a procura por materiais secundários. Curiosamente, é no subitem sobre economia circular que estão as considerações sobre saúde.

Uma economia mais resiliente tem sua importância atrelada ao setor da saúde e ao farmacêutico, tendo em vista que a EU tem sido confrontada com uma grave escassez de dispositivos médicos e medicamentos, notadamente antibióticos, insulina e analgésicos. Para corrigir a situação, Úrsula propõe um ato legislativo sobre medicamentos críticos para reduzir as dependências, que integrará a União Europeia da Saúde, com cadeias de abastecimento diversificadas, acesso aos tratamentos mais avançados, sistemas de saúde mais resilientes e inventários estratégicos de medicamentos essenciais. A saúde preventiva, em especial no tocante à saúde mental, será intensificada.

No tocante à defesa como prioridade, Úrsula destaca que “o melhor investimento na segurança europeia é investir na segurança da Ucrânia”, para justificar a manutenção do apoio financeiro, político e militar durante o tempo que for necessário. Para os próximos 5 anos à frente da Comissão, ela propõe construir uma União Europeia da Defesa, nomeando um comissário da Defesa. A parceria EU-Otan será reforçada, de forma a abranger todas as ameaças, incluindo novos perigos cibernéticos, híbridos ou espaciais. Úrsula promete reforçar o Fundo Europeu de Defesa, o Programa da Indústria de Defesa Europeia e criar um mercado único de produtos e serviços de defesa. A migração, um dos maiores desafios do bloco, é tratada como uma questão de segurança. Seguirá sendo regida pelo recente Pacto em Matéria de Migração e Asilo, mas uma nova abordagem comum aos regressos será apresentada. O documento reconhece a necessidade de uma maior coordenação nas operações de salvamento e de reforçar as capacidades de vigilância da Frontex.

Dialogando com as comunidades agrícolas, a agricultura ganha destaque no documento, sendo retratada como um elemento central do modo de vida europeu. Reconhecendo a pressão sofrida por agricultores e zonas rurais, Úrsula promete apresentar uma visão para a agricultura e setor alimentar ainda nos primeiros 100 dias de sua presidência, assegurando apoio na competitividade em toda a cadeia de valor alimentar europeia.

A proteção à democracia e o reforço ao Estado de direito estão presentes no documento, que garante que a sociedade civil está mais protegida em seu trabalho. Mais do que nunca, o respeito ao Estado de direito segue sendo uma condição obrigatória para acesso aos fundos da EU.

A guerra da Ucrânia segue sendo a prioridade do bloco em matéria de política interna e externa, pelo entendimento de que faz parte de um ataque mais amplo e sistemático à Europa, seus valores e à ordem internacional baseada em regras. A relação com a China é retratada: “a postura mais agressiva e a concorrência econômica desleal da China, a sua amizade “sem limites” com a Rússia – e a dinâmica de suas relações com a Europa – refletem uma mudança de cooperação para competição. Estamos a assistir a uma instrumentalização de todos os tipos de políticas, da energia à migração, passando pelo clima. Conseqüentemente, a nossa ordem internacional assentada em regras está a definhando e as nossas instituições mundiais são hoje menos eficazes”. Reconhecendo que esta nova realidade persistirá, a nova política externa e de segurança da EU deve ser pensada tendo como ponto de partida tal realidade. O reforço das relações com o Reino Unido e o alargamento do bloco são referendados.



## Risco de surto de pólio na Faixa de Gaza

**Lucia Marques**

*Os atores internacionais que não tomam medidas para deter Israel estão se tornando cúmplices desses crimes.<sup>209</sup>*

**Resumo:** Em **Gaza**, a superlotação em acampamentos e abrigos, a falta de água potável e materiais de higiene, a destruição do saneamento sanitário e a deterioração do sistema de saúde contribuíram para o ressurgimento da **poliomielite V2**. O alerta veio da Organização Mundial da Saúde que confirmou que a circulação do vírus aumenta as múltiplas ameaças enfrentadas hoje pelas crianças no enclave, que tinham acesso aos serviços de vacinação de rotina antes da guerra. Embora nenhum caso clínico de poliomielite tenha sido diagnosticado até agora, Hanan Balkhy, diretora regional da OMS, alertou que o vírus pode "se espalhar ainda mais, inclusive através das fronteiras" a menos que as agências ajam rapidamente para vacinar a população. No entanto, mesmo que as 1,2 milhão de vacinas contra a poliomielite que a OMS planeja levar para, sem um cessar-fogo será um "enorme desafio logístico" garantir sua implantação bem-sucedida. **No Tabuleiro da Geopolítica**, Israel está levando o Oriente Médio a uma guerra perigosa. Netanyahu sempre buscou uma guerra contra o Irã e ele está mais perto do que nunca. Suas ações parecem ser uma última cartada de um político que está em "seu ocaso político" para se manter no poder e evitar a prisão. Irã diz que não pretende aumentar as tensões na região, mas deve punir Israel no devido tempo. Uma reunião extraordinária a nível de Chanceleres foi realizada pela Organização de Cooperação Islâmica que, em sua declaração final, solicita intervenção imediata e eficaz do Conselho de Segurança da ONU e apela que a ONU e seu conselho assumam as responsabilidades e ponham fim à agressão israelense contra o povo palestino.

**Palavras chaves:** Gaza; Risco de Poliomielite; cessar-fogo urgente; Oriente Médio; Benjamim Netanyahu; ampliação da guerra.

**Abstract:** *In Gaza, the overcrowding in camps and shelters, a lack of drinking water and hygiene materials, the destruction of sanitation, and the deterioration of the healthcare system have contributed to the resurgence of polio V2. The warning came from the World Health Organization, which confirmed that the circulation of the virus increases the multiple threats faced today by children in the enclave, who had access to routine vaccination services before the war. Although no clinical cases of polio has been diagnosed so far, Hanan Balkhy, WHO regional director, warned that the virus could "spread further, including across borders" unless agencies act quickly to vaccinate the population. However, even with the 1.2 million polio vaccines that the WHO plans to deliver, without a ceasefire it will be a "huge logistical challenge" to ensure their successful rollout. On the Geopolitics Board, Israel is leading the Middle East into a dangerous war. Netanyahu has always sought war against Iran and he is closer than ever. His actions are a last resort by a politician who is in "his political twilight" to stay in power and avoid prison. Iran says it does not intend to increase tensions in the region but must punish Israel at*

---

<sup>209</sup> Declaração do Ministério das Relações Exteriores do Egito - [Israel lacks political will to end Gaza war: Egypt \(arabnews.com\)](https://arabnews.com)

*the right time. An extraordinary meeting at the level of Foreign Ministers has organized by the Organization of Islamic Cooperation which, in its final declaration, requests immediate and effective intervention from the UN Security Council and calls on the UN and its council to assume responsibility and put an end to Israeli aggression against the Palestinian people.*

**Keywords:** Gaza; Risk of Poliomyelitis; urgent ceasefire; Middle East; Benjamin Netanyahu; expansion of the war.

A superlotação, a falta de água potável e materiais de higiene, a destruição do saneamento sanitário e a deterioração do sistema de saúde contribuíram para o ressurgimento da poliomielite V2,<sup>210</sup> derivada da vacina (ou melhor, derivada da não continuidade da vacinação, fazendo com que o poliovírus ressurgja). A variante circulante do poliovírus tipo 2 (cVDPV) foi confirmada na Faixa de Gaza. O vírus foi isolado de seis amostras ambientais (esgoto), coletadas em dois locais de coleta diferentes em duas sub-regiões de Gaza, coletadas em 23 de junho de 2024, nos campos de deslocados nas províncias de Khan Younis e Deir Al-Balah, no Norte.<sup>211</sup>

O alerta veio da Organização Mundial da Saúde que confirmou que a circulação do vírus aumenta as múltiplas ameaças enfrentadas hoje pelas crianças no enclave, que tinham acesso a serviços robustos de vacinação de rotina antes da guerra.<sup>212</sup>

A OMS aponta preocupações sobre a possibilidade de transmissão generalizada do poliovírus e da poliomielite<sup>213</sup>. Segundo o chefe da agência da ONU para Refugiados Palestinos, UNRWA, não há registros de casos de paralisia. Philippe Lazzarini lembra que a doença ressurgiu com a interrupção do sistema de saúde, falta de saneamento adequado e abrigos superlotados. Embora nenhum caso clínico de poliomielite tenha sido diagnosticado até agora, Hanan Balkhy, diretora regional da OMS, alertou que o vírus pode "se espalhar ainda mais, inclusive através das fronteiras", a menos que as agências ajam rapidamente para vacinar a população.<sup>214</sup>

Para a OMS, a detecção da poliomielite em Gaza é outro lembrete preocupante das "condições terríveis" que as pessoas estão enfrentando. A agência lembra que o conflito contínuo dificulta os esforços para identificar e responder a ameaças à saúde que podem ser evitadas, como a pólio.

As cepas variantes do poliovírus detectadas nas seis amostras de águas residuais tiveram seu sequenciamento genômico adicional de isolados de poliovírus processadas, que identificou que essas cepas têm ligações genéticas estreitas entre si e também estão intimamente relacionadas à variante do poliovírus que circulava no Egito durante o segundo semestre de 2023. A última detecção da variante relacionada do poliovírus no Egito foi em amostras coletadas em dezembro de 2023. Com base na análise das alterações genéticas nos isolados, a

---

<sup>210</sup> Marques, L. **Gaza: mais que uma calamidade, é um massacre em câmara lenta.** In: [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 11-2024.p. 227-235.](#)

<sup>211</sup> [How a ceasefire in Gaza could help prevent a deadly new outbreak of polio \(arabnews.com\)](#)

<sup>212</sup> <https://news.un.org/pt/story/2024/07/1835196>

<sup>213</sup> O vírus, que se espalha através do contato com as fezes, saliva ou muco nasal de um indivíduo infectado, ataca os nervos da medula espinhal e do tronco cerebral, levando à paralisia parcial ou total em poucas horas. Também pode imobilizar os músculos do peito, causando dificuldade para respirar, levando até a morte.

<sup>214</sup> [How a ceasefire in Gaza could help prevent a deadly new outbreak of polio \(arabnews.com\)](#)

variante do poliovírus pode ter sido introduzida em Gaza já em setembro de 2023. É importante notar que o vírus foi isolado do ambiente apenas neste momento.

A UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) anunciou a compra e o transporte de uma remessa de vacinas de rotina contra a poliomielite para a área. A ação visa fornecer mais de 1 milhão de unidades para ajudar a enfrentar a variante específica detectada localmente. Mas essas doses precisam chegar aos locais necessários e da capacidade de se distribuir e administrá-las às crianças onde quer que estejam na Faixa de Gaza. Um cessar-fogo é urgente!

Até o início do conflito em outubro de 2023, as taxas de imunização de rotina no território palestino ocupado eram ideais; alcançou 99% em 2022, embora tenha caído para 89% em 2023, de acordo com as últimas [estimativas de imunização de rotina da OMS-UNICEF \(WUENIC\)](#). Após o vírus ter sido detectado em águas residuais, o diretor-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, revelou planos para implementar duas rodadas de imunização a 600 mil crianças menores de oito anos com início em 17 de agosto.

Uma avaliação de risco está sendo implementada, liderada pelo Ministério da Saúde, inclusive para avaliar a sensibilidade da vigilância para a detecção de paralisia flácida aguda (PFA) e vigilância ambiental, e os níveis de imunidade subnacional estão sendo avaliados com mais clareza.

A OMS, o UNICEF e a UNRWA continuam a trabalhar com todas as autoridades de saúde pública no terreno, como parte dos esforços urgentes para mitigar o impacto da atual crise na saúde das populações de Gaza. A crise em curso continua a representar um desafio significativo para a capacidade de implementar a vigilância completa da doença e o alcance dos serviços de imunização.

Atualmente, apenas 16 dos 36 hospitais estão parcialmente funcionais e 45 das 105 unidades de cuidados primários de saúde estão operacionais. O impacto no sistema de saúde, a insegurança, a inacessibilidade, o deslocamento da população e a escassez de suprimentos médicos, juntamente com a má qualidade da água e o saneamento enfraquecido, contribuíram para reduzir as taxas de imunização de rotina e aumentar o risco de doenças evitáveis por vacinação, incluindo a poliomielite.

A OMS considera que há um alto risco de propagação dessa cepa em Gaza e internacionalmente, particularmente devido ao impacto que a situação atual continua a ter nos serviços de saúde pública.

#### **Números:<sup>215</sup>**

- ✓ **1,2 milhão** vacinas contra a poliomielite que a OMS planeja enviar a Gaza para evitar surtos.
- ✓ **600.000** crianças menores de 8 anos serão alvo da campanha de vacinação.
- ✓ **70%** Proporção das instalações sanitárias de Gaza danificadas ou destruídas.
- ✓ **1,9 milhão** de palestinos em Gaza foram deslocados várias vezes desde o início do conflito.

---

<sup>215</sup> [How a ceasefire in Gaza could help prevent a deadly new outbreak of polio \(arabnews.com\)](#)

## NO TABULEIRO DA GEOPOLÍTICA

### Israel está levando o Oriente Médio a uma guerra perigosa

Uma guerra contra o Irã e contra os grupos de resistência (entre os principais: Hamas, Hezbollah e Houthis) sempre foi o objetivo de Benjamin Netanyahu, há décadas, como escreveu Guga Chacra, em [artigo](#), no qual traz uma linha histórica das ações e discursos do PM israelense. Segundo o jornalista, “Netanyahu sempre buscou uma guerra contra o Irã e ele está mais perto do que nunca.” Para Guga e outros analistas, as ações parecem ser uma última cartada de um político que está em “seu ocaso político” para se manter no poder e evitar a prisão.

Depois do ataque do Hamas em 7 de outubro de 2023 e do início da guerra em Gaza, Netanyahu pareceu ver uma nova oportunidade de confrontar seu velho inimigo. Posições de milícias aliadas do Irã no Iraque e Síria, além do Hezbollah, no Líbano, e dos Houthis, no Iêmen, começaram a sofrer bombardeios recorrentes, e oficiais da Guarda Revolucionária apareceram entre as vítimas.<sup>216</sup> O artigo relembra o bombardeio ao consulado do Irã em Damasco, em abril, que levou a Israel enfrentar uma resposta iraniana forma de 300 mísseis e drones – e que precisou da ajuda de vários países vizinhos e do aparato militar americano na região e no Mediterrâneo.

A guerra que começou com o ataque do Hamas a Israel e resultou na morte de Hamas resultou na morte de 1.197 pessoas, a maioria civis, e outro 251 que foram feitos reféns. A campanha militar de retaliação de Israel matou pelo menos 39.623 pessoas, de acordo com o Ministério da Saúde de Gaza – que na verdade, segundo artigo do the Lancet deve ultrapassar os 186 mil, ao computar as mortes indiretas.<sup>217</sup> Embora o Primeiro-Ministro israelense, Benjamim Netanyahu, diga que vai trazer os reféns de volta para casa, a desproporcionalidade dos ataques e o pouco interesse em um cessar-fogo e no acordo de libertação de reféns com o Hamas, que mediadores dos EUA, Egito e Catar vêm tentando alcançar há meses, faz crescer o número de céticos que temem que o cessar-fogo não venha.

O assassinato em Teerã abre espaço para possíveis respostas tanto do Hamas e do Irã pelo assassinato em seu território. E torna a reduzir as chances de um cessar-fogo à guerra desproporcional em Gaza, que já completou 10 meses, já causou milhares de mortes de civis e provocou uma das maiores crises humanitárias.<sup>218</sup> – Haniyeh era um dos negociadores nas conversações entre Israel e Hamas, mediadas pelo Egito, Qatar e Estados Unidos, para pôr fim à guerra em Gaza, em troca de reféns capturados no ataque liderado pelo Hamas a Israel.<sup>219</sup>

Após o ataque israelense no dia 10/08 a uma escola de Gaza que abriga pessoas deslocadas, que matou mais de 100 palestinos e outras dezenas ficaram feridas, o Egito disse que a "matança deliberada" de palestinos desarmados por Israel mostra que falta vontade política para acabar com a guerra em Gaza. A declaração do Ministério das Relações Exteriores

---

<sup>216</sup> <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/08/07/netanyahu-sempre-buscou-uma-guerra-contra-o-ira-em-seu-ocaso-politico-ele-esta-mais-perto-do-que-nunca.ghtml>

<sup>217</sup> [Contar os mortos em Gaza: difícil, mas essencial](#). Saiba mais em Marques, L. **Guerra em Gaza: Poder, Ética e Etologia**. In: *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 12-2024*, p. 223-228

<sup>218</sup> Sobre a crise humanitária, ver em Marques, L. **Gaza: mais que uma calamidade, é um massacre em câmara lenta**. In: *Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 11-2024*.p. 227-235.

<sup>219</sup> [https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/07/31/assassinato-de-ismail-haniyeh-chefe-do-hamas-pode-ameacar-negociacoes-para-um-cessar-fogo-veja-o-que-se-sabe.ghtml?utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=newsgugachacra](https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2024/07/31/assassinato-de-ismail-haniyeh-chefe-do-hamas-pode-ameacar-negociacoes-para-um-cessar-fogo-veja-o-que-se-sabe.ghtml?utm_source=newsletter&utm_medium=email&utm_campaign=newsgugachacra)

egípcia também afirmava que “os atores internacionais que não tomam medidas para deter Israel estão se tornando cúmplices desses crimes”<sup>220</sup>

O Ministério das Relações Exteriores da Turquia afirmou que o ataque à escola “mostra mais uma vez que o governo de Netanyahu quer sabotar as negociações de cessar-fogo permanentes”<sup>221</sup>

O Ministério das Relações Exteriores libanês condenou o “desrespeito de Israel pelo direito internacional e pelos padrões humanitários” em um comunicado, após o ataque à escola em Gaza. O comunicado dizia que “o assassinato deliberado de um grande número de civis palestinos desarmados no ataque é uma evidência clara da intenção de Israel de prolongar a guerra e expandir seu escopo”.<sup>222</sup>

A Casa Branca disse estar “profundamente preocupada” com um ataque aéreo israelense em um complexo escolar em Gaza no sábado, que abrigava famílias palestinas deslocadas. Washington tem enfrentado crescentes críticas domésticas e internacionais, inclusive de grupos de direitos humanos, por seu apoio militar a Israel. O ataque aéreo de sábado ocorreu um dia depois que um porta-voz do Departamento de Estado disse que os EUA fornecerão a Israel U\$ 3,5 bilhões para gastar em armas e equipamentos militares americanos.<sup>223</sup>

Embora haja ameaças de retaliação contra Israel, após as morte em Teerã e no Líbano, há forte pressão diplomática para evitar uma guerra mais ampla no Oriente Médio. O chefe de direitos humanos das Nações Unidas, Volker Turk, pediu a “todas as partes, juntamente com os Estados com influência, que ajam com urgência para diminuir o que se tornou uma situação muito precária”.

O ministro das Relações Exteriores da Itália, Antonio Tajani, e seu homólogo iraquiano, Fuad Hussein, em uma declaração, “concordaram em fazer todos os esforços para evitar uma escalada regional”. A Itália ocupa a presidência rotativa do grupo de países do G7. O presidente francês, Emmanuel Macron, também apelou à “contenção” no Oriente Médio, durante conversas com os líderes da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos.<sup>224</sup> O rei Abdullah disse a uma delegação de assessores do Congresso americano em visita à Jordânia que seu país não será arrastado para o conflito em Gaza e priorizará a segurança de seus cidadãos. E pediu esforços urgentes para diminuir as tensões e garantir um cessar-fogo imediato em Gaza. Ele alertou que o conflito representa uma ameaça significativa para a região e pediu esforços internacionais intensificados para evitar que ele se transforme em uma guerra mais ampla. Ele destacou os perigos de ataques de colonos extremistas contra palestinos na Cisjordânia e violações em locais sagrados islâmicos e cristãos em Jerusalém. Ele reiterou a necessidade de uma solução política baseada na estrutura de dois Estados como o único caminho para a paz e a segurança duradouras para palestinos e israelenses.<sup>225</sup>

O porta voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano disse que o Irã não pretende aumentar as tensões na região, mas deve punir Israel no devido tempo. O porta voz pede aos

---

<sup>220</sup> [Israel lacks political will to end Gaza war: Egypt \(arabnews.com\)](#)

<sup>221</sup> [Turkiye brands Gaza school strike a ‘new crime against humanity’ \(arabnews.com\)](#)

<sup>222</sup> [Lebanese government accuses Israel of intending to prolong war, expand its scope \(arabnews.com\)](#)

<sup>223</sup> [US ‘deeply concerned’ about deadly Israeli strike on Gaza school refuge \(arabnews.com\)](#)

<sup>224</sup> [Flurry of diplomacy to ease Mideast tensions as Israel awaits Iran attack \(arabnews.com\)](#)

<sup>225</sup> [King Abdullah tells US Jordan will not be drawn into Gaza conflict \(arabnews.com\)](#)

EUA que parem de apoiar Israel e completa que a comunidade internacional falhou no dever de salvaguardar a estabilidade na região.<sup>226</sup>

Logo após ataque que matou o líder do Hamas, Ismail Haniyeh, em território iraniano, que estava em Teerã para a posse do novo presidente do Irã, que foi antecedido por um ataque israelense contra um comandante do Hezbollah, Fuad Shukur, no Líbano, Irã, com apoio do Paquistão, solicitou à Organização de Cooperação Islâmica (OCI) reunião extraordinária ao nível de Ministros de Negócios.

A reunião aconteceu em Jeddah, Arábia Saudita, no dia 7 de agosto, para discutir os crimes em curso cometidos por Israel, como potência ocupante, ilegal,<sup>227</sup> contra o povo palestino e a infração contra a soberania do Irã.

Em seu discurso de abertura da reunião aos Ministros das Relações Exteriores e Chefes de Delegações dos membros do Comitê Executivo, bem como Estados-Membros da OCI, o Secretário Geral, Hissein Brahim Taha, condenou veementemente os crimes de guerra e o genocídio cometidos por Israel na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, e na cidade de Al-Quds Ash-Sharif; declarou que a persistência de Israel nesses crimes, ao não medir esforços para violar todas as leis e resoluções internacionais, constitui uma violação à soberania e à segurança nacional do Irã, em flagrante violação dos princípios do direito internacional e das disposições da Carta das Nações Unidas; também apelou aos principais participantes da comunidade internacional para patrocinar um processo político para acabar com a ocupação israelense e alcançar a paz com base na visão da solução de dois estados de acordo com as resoluções de legitimidade internacional, e para expandir o reconhecimento do Estado da Palestina e apoiar sua filiação às Nações Unidas. Neste contexto, Taha destacou os esforços do Comitê Ministerial formado pela cúpula conjunta árabe-islâmica, realizada em Riad, presidida por Faisal bin Farhan, Ministro das Relações Exteriores da Arábia Saudita, que visitou vários países importantes para realizar consultas intensivas para resolver a questão palestina.<sup>228</sup>

Da [declaração final](#), pode-se destacar algumas reafirmações, condenações, exigências, alertas, apelos, bem observar a união dos Estados Membros sobre a urgência do fim da guerra, sobre o crime cometido contra o povo palestino, não só na Faixa de Gaza, mas em todo Território Ocupado.

- ✓ Reafirmando o princípio do respeito à soberania nacional, à integridade territorial e independência de todos os Estados-Membros, em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas e a Carta da Organização de Cooperação Islâmica;
- ✓ Reiterando a sua inabalável solidariedade para com o povo palestino e a sua liderança na sua justa luta para concretizar os seus legítimos direitos nacionais, incluindo o direito ao regresso, autodeterminação e a realização do Estado soberano e independente da Palestina, com Al-Quds como capital;

---

<sup>226</sup> [Iran says it does not want regional escalation but must 'punish' Israel \(arabnews.com\)](#)

<sup>227</sup> A Corte Internacional de Justiça (CIJ) asseverou que as políticas e práticas de Israel em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia são equivalentes à anexação de amplas parcelas do território palestino e constituem violação a sua obrigação de prevenir e combater a discriminação racial e o apartheid, conforme o artigo 3º da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. O parecer da CIJ foi solicitado por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2022, diante da evidência de práticas ilegais de Israel na Palestina.

<sup>228</sup> <https://new.oic-oci.org/SitePages/NewsDetail.aspx?Item=5008>

- ✓ Condena veementemente os contínuos crimes de guerra, agressão e genocídio cometidos por Israel, da potência ocupante ilegal, na Faixa de Gaza e na Cisjordânia, incluindo a cidade de AlQuds Ash-Sharif (Jerusalém);
- ✓ Exige o fim imediato da agressão israelita e da política de tortura e punição coletiva contra o povo palestino;
- ✓ Destaca o martírio em Gaza de mais de 140 mil palestinos, em sua maioria mulheres e crianças, a destruição de instalações e infraestruturas vitais e o sofrimento do deslocamento de mais de 2 milhões de palestinos;
- ✓ Condena a violação flagrante do direito internacional e a violação grave da soberania e integridade territorial e segurança nacional do Irã;
- ✓ Solicita intervenção imediata e eficaz so Conselho de segurança da ONU;
- ✓ Alerta para o aumento dos assentamentos coloniais israelenses e o perigo da anexação dos territórios ocupados; sobre a violência dos colonos na Cisjordânia e sobre a ilegalidade da colonização; sobre as violações dos direitos dos cidadãos palestinos, prisões, execuções, tortura, fome, estupro, isolamento e desaparecimento, especialmente contra a população em Gaza;
- ✓ Condena a designação da UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência e Obras aos Refugiados da Palestina) como organização terrorista;
- ✓ Condena a apreensão dos fundos fiscais palestinos;
- ✓ Enfatiza o parecer dos fundos fiscais palestinos;
- ✓ Enfatiza o parecer consultivo e jurídico do TPI (Tribunal Penal Internacional) que declarou ilegal a ocupação israelense;
- ✓ Apela ao TPI que agilize a investigação dos crimes de guerra e dos crimes contra a humanidade cometidos por Israel contra os palestinos;
- ✓ Salienta a importância de manter os esforços do grupo ministerial “Aliança Conjunta Árabe-Islâmica”, liderada pela Arábia Saudita, na arena internacional para mobilizar ainda mais o reconhecimento do Estado da Palestina e de sua adesão plena às Nações Unidas.

A Organização de Cooperação Islâmica tem 57 membros plenos e 12 Estados e organizações observadores. Atualmente há 107 candidaturas apresentadas para a

### **Considerações finais**

Mesmo que as 1,2 milhão de vacinas planejadas sejam trazidas com sucesso para Gaza, será um "enorme desafio logístico" garantir sua implantação bem-sucedida, disse Andrea King, funcionária da OMS, à BBC. As vacinas devem ser armazenadas dentro de uma faixa de temperatura limitada desde o momento em que são fabricadas até serem administradas. Trazer essas vacinas resfriadas para Gaza e mantê-las na temperatura necessária seria uma tarefa difícil na melhor das hipóteses.<sup>229</sup>

Não é só o risco da poliomielite; outras doenças evitáveis e tratáveis estão agravando ainda mais o sofrimento das pessoas em Gaza, principalmente mulheres e crianças. Em 7 de julho, a OMS registrou um aumento nas doenças infecciosas, incluindo 1 milhão de casos de

<sup>229</sup> <https://www.arabnews.com/%C3%B3de/2566941/metroo-leste>

infecções respiratórias agudas, 577.000 de diarreia aquosa aguda, 107.000 de síndrome de icterícia aguda e 12.000 de diarreia com sangue.

Enquanto isso, os ataques continuam em meio a uma pressão internacional por um acordo para interromper os combates em Gaza e bloquear um conflito regional mais amplo com o Irã. E Israel amplia ordem de evacuação. Mas para onde irão?

"Nenhum lugar é seguro. Em todos os lugares há uma zona de morte em potencial", disse o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, na abertura da Conferência de Doadores da UNRWA em 12 de julho. O movimento contínuo de famílias em Gaza tornou difícil para as agências de ajuda, que já estão com falta de fundos e lutando para alcançar as populações afetadas, localizar e identificar crianças não vacinadas.<sup>230</sup>

Como declara a diplomacia egípcia, "os atores internacionais que não tomam medidas para deter Israel estão se tornando cúmplices desses crimes".

---

<sup>230</sup> [How a ceasefire in Gaza could help prevent a deadly new outbreak of polio \(arabnews.com\)](https://www.arabnews.com/story/2023/07/12/how-a-ceasefire-in-gaza-could-help-prevent-a-deadly-new-outbreak-of-polio)



## Jovens de todos os partidos consideram saúde central nas eleições nos EUA

**Guto Galvão**

**Resumo:** *As discussões multifacetadas sobre saúde, direitos reprodutivos e saúde mental estão moldando a narrativa da eleição de 2024. Essas questões estão influenciando as decisões dos jovens eleitores e destacando a importância de abordá-las no contexto mais amplo da governança e formulação de políticas.*

A saúde assume relevância entre os jovens de todas as tendências políticas e partidos. À medida que se aproxima a eleição de 2024, os jovens americanos estão cada vez mais assertivos, com a saúde emergindo como uma das principais prioridades. Essa geração, frequentemente caracterizada por suas perspectivas diversificadas e forte ativismo, está comparecendo às urnas em números recordes, sinalizando uma mudança significativa no cenário político. Suas principais preocupações—saúde, inflação e moradia—refletem um desejo mais amplo por mudanças sistêmicas, particularmente na forma como o governo aborda questões sociais críticas.

A saúde, em particular, tornou-se uma questão central para os jovens eleitores. Esse grupo demográfico está defendendo um papel mais ativo do governo em garantir o acesso aos serviços de saúde. Pesquisas indicam que a maioria dos jovens americanos acredita que o seguro de saúde básico deve ser um direito fundamental, disponível para todos os indivíduos, independentemente da renda. Essa perspectiva está impulsionando uma conversa maior sobre a responsabilidade do governo em proteger a saúde pública, com muitos jovens apoiando políticas que ampliem o acesso aos cuidados de saúde acessíveis.

O cenário político é marcado por contrastes marcantes na forma como diferentes partidos consideram o papel do governo na saúde. O ex-presidente e a atual vice-presidente nomeada como candidata democrata tem abordagens divergentes. A vice-presidente tem sido uma defensora proeminente da reforma da saúde e é parte da atual administração que tem tido iniciativas relevantes para a redução de custos. A relevância que a candidata fez a um plano de "Medicare para Todos" durante as primárias democratas de 2020, reflete seu compromisso com a ampliação da cobertura de saúde com algum nível de concorrência no mercado.

O ex-presidente, por outro lado, tem criticado consistentemente a abordagem democrata à saúde, argumentando pela necessidade de preservar a escolha individual e reduzir a intervenção governamental. Sua posição inclui defender a eliminação de certas práticas de cobrança que ele considera predatórias e onerosas. Essa abordagem enfatiza a responsabilidade pessoal e soluções orientadas pelo mercado, contrastando fortemente com as propostas mais centradas no governo do lado democrata.

A saúde reprodutiva e o aborto também se tornaram questões centrais na eleição de 2024, particularmente entre os jovens adultos. Dados de pesquisas recentes mostram uma mudança significativa nas atitudes em relação ao acesso ao aborto entre as gerações mais jovens, com um aumento no apoio à proteção dos direitos reprodutivos das mulheres. Essa mudança reflete mudanças culturais mais amplas, já que os jovens americanos tendem a

favorecer posições mais progressistas em questões sociais. O debate sobre os direitos ao aborto intensificou-se após as recentes mudanças legislativas em nível estadual, tornando-o uma questão crítica na próxima eleição.

A saúde mental, outro aspecto crucial dos cuidados de saúde, ganhou destaque no discurso político. Jovens adultos, em particular, enfrentam desafios significativos no acesso a serviços de saúde mental, exacerbados pelos efeitos persistentes da pandemia de COVID-19. As taxas crescentes de ansiedade, depressão e outros problemas de saúde mental entre os jovens têm provocado pedidos por uma ampliação do acesso aos cuidados de saúde mental. Iniciativas como a Linha Nacional de Prevenção ao Suicídio e Crise, que oferece apoio a indivíduos em crise, destacam a importância da saúde mental como uma prioridade de saúde pública. O impulso por maior investimento em serviços de saúde mental reflete um reconhecimento crescente de que o bem-estar mental é fundamental para a saúde geral.

Os pontos a seguir resumem os aspectos-chave dessas discussões:

- A saúde é uma das principais prioridades dos jovens americanos na eleição de 2024, com forte ênfase na ampliação do acesso aos cuidados de saúde acessíveis. A geração mais jovem está cada vez mais apoiando a intervenção do governo na saúde, vendo-a como essencial para garantir que todas as pessoas tenham acesso aos serviços de saúde básicos.

- O debate sobre o papel do governo na saúde é uma questão definidora na eleição, com diferentes partidos políticos oferecendo visões contrastantes. O plano de "Medicare para Todos" da candidata do partido democrata, representa uma abordagem mais expansiva à reforma da saúde, enquanto as políticas do candidato republicano enfatizam a escolha individual e soluções orientadas pelo mercado.

- A saúde reprodutiva e o aborto emergiram como questões significativas, particularmente para os jovens eleitores. A mudança nas atitudes em relação ao acesso ao aborto entre os jovens americanos reflete uma tendência mais ampla de apoio aos direitos reprodutivos das mulheres, tornando-o um tema crucial na eleição de 2024.

- A saúde mental é cada vez mais reconhecida como um aspecto crítico do debate sobre saúde. Os jovens adultos enfrentam barreiras significativas no acesso aos serviços de saúde mental, levando a uma maior defesa de políticas que ampliem o acesso aos cuidados de saúde mental e enfrentem a crise de saúde mental entre os jovens.

Essas conversas detalhadas ressaltam a importância da saúde, dos direitos reprodutivos e da saúde mental na eleição de 2024, moldando as prioridades dos jovens eleitores e influenciando o debate político mais amplo. O resultado da eleição pode ter implicações de longo alcance para a forma como essas questões críticas serão abordadas nos próximos anos.

## CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

**Ana Helena Gigliotti de Luna Freire** - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

**Augusto Paulo José da Silva** - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

**Armando De Negri Filho** - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

**Bernardo Bahia Cesáreo** - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

**Caio Murta** - Graduando, Instituto de Relações Internacionais (IRI), Universidade de São Paulo

**Claudia Chamas** - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

**Claudia Horisch** - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

**Danielly P. Magalhães** - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

**Deisy de Freitas Lima Ventura** - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

**Denise Oliveira e Silva** - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Diana Reyna Zeballos Rivas** - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

**Eduardo Nilson** - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

**Erica Kastrup** - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

**Fabiane Gaspar** - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

**Felix Júlio Rosenberg** - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

**Gisele Sanglard** - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

**Heliton Barros** - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

**Isis Pillar Cazumbá da Cruz** - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

**João Miguel Estephano** – Pesquisador do CRIS/Fiocruz e Fiocruz Brasília

**Julia A. M. Abbud Ribeiro** - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Laurenice Pires** - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

**Luana Bermudez** - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora técnica da AISA/MS

**Lúcia Marques** - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

**Luiz Augusto Galvão** - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

**Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza** - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

**Manuel Mahoche** - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

**Marciglei Brito Moraes** - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

**Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes** - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

**Maria Teresa Rossetti Massari** - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

**Miryam de Souza Minayo** - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

**Nina Bouqvar** - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

**Patrícia Lewis** - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

**Paula Reges** - Médica infectologista, Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); pesquisadora do CRIS/FIOCRUZ

**Paulo Esteves** - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

**Paulo Marchiori Buss** - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

**Pedro Burger** - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

**Rafael Gomes França** - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

**Renan Amaral Oliveira** - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

**Regina Ungerer** - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

**Samia de Brito** - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

**Sebastian Tobar** - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

**Thaiany Medeiros Cury** - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

**Tiago Nery** - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

**Tomé Cá** - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

**Vitor Rodrigues** – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

**Vitória Kavanami** - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

## **Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **95** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

## **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMvaQPrzpQUQhqa-0obSN>

### **Próximos seminários – Série 2024**

**Dia 21 de agosto de 2024 – *A Cooperação Sul-Sul no seguimento da 3ª Cúpula do Sul: A voz do Sul Global***

**Dia 4 de setembro – *Saúde na África***

**Data a definir – *Saúde Global, Comércio e Propriedade Intelectual***

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

## **FICHA CATALOGRÁFICA**

**FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**

**Centro de Relações Internacionais em Saúde**

***Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul***

**Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**

**Número: 14/2024**

***Período de 1º. a 14 de agosto de 2024***

**Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER**

**Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2024**

**199 pp; il.**

**Bibliografia: Inclui Bibliografias.**

**1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.**

---

**Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz**